



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

REGINA JACQUELINE BRANDÃO DE JESUS

MICROCRÉDITO NA REGIÃO METROPOLITANA DE
SALVADOR (RMS): ANÁLISE NO PERÍODO DE 2010 A 2014

Salvador

2018

REGINA JACQUELINE BRANDÃO DE JESUS

**MICROCRÉDITO NA REGIÃO METROPOLITANA DE
SALVADOR (RMS): ANÁLISE NO PERÍODO DE 2010 A 2014**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, como requisito para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof Dr. Amilcar Baiardi

Salvador

2018

Ficha Catalográfica. UCSAL. Sistema de Bibliotecas

J58 Jesus, Regina Jacqueline Brandão de
Microcrédito na Região Metropolitana de Salvador (RMS): análise no período
de 2010 a 2014/ Regina Jacqueline Brandão de Jesus. – Salvador, 2018.
200 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Superintendência
de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Planejamento Territorial e
Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof. Dr. Amílcar Baiardi

1. Microcrédito 2. Microfinanças 3. Geração de renda 4. Redução de pobreza
5. Desenvolvimento Social . I. Universidade Católica do Salvador. Superintendência
de Pesquisa e Pós-Graduação II. Baiardi, Amílcar – Orientador III. Título.

CDU 336.77(813.8)



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

TERMO DE APROVAÇÃO

REGINA JACQUELINE BRANDÃO DE JESUS

“MICROCRÉDITO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS): ANÁLISE NO PERÍODO DE 2010 A 2014”

Tese aprovada como requisito final para obtenção do grau de Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 05 de fevereiro de 2018.

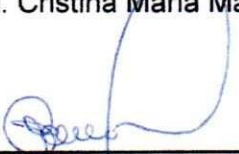
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Amilcar Baiardi (orientador) - UCSal



Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar - UCSal



Profa. Dra. Ana Lúcia Carvalho - UEFS



Profa. Dra. Maria Glotilde Meirelles Ribeiro – UNIVASP



Prof. Dr. Gilton Araújo - UEFS

Para Maria de Lourdes, minha mãe, fonte de sabedoria e estímulo, chama de amor e coragem.

AGRADECIMENTOS

Entendo que este trabalho não seria possível sem Deus e a confiança e apoio de algumas pessoas as quais aqui agradeço:

Meu irmão, que me apoia e incentiva, criticando e ponderando.

Ao Prof. Dr. Amilcar Baiardi, orientador deste trabalho, pela confiança e incentivo manifestados durante toda a caminhada.

A Professora Dra. Silvana Sá de Carvalho, pois com a sua ajuda especializei e construí os mapas necessários para a referida pesquisa.

Aos Professores Doutores Maria Clotilde Ribeiro e Gilton Alves Aragão que participaram da qualificação pelas sugestões.

Aos funcionários da secretaria do Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador.

E, a todos que de alguma forma contribuíram para o enriquecimento e conclusão deste trabalho.

Muito obrigada!

RESUMO

Esta tese tem por objetivo avaliar o microcrédito na Região Metropolitana de Salvador (RMS) no período compreendido entre 2010 e 2014. Este trabalho apresenta uma investigação a partir de dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Banco do Nordeste (BNB), Banco Central (BACEN), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), dentre outros. Através da análise de dados, mostrou-se que tanto a população quanto os empreendimentos da região metropolitana buscam cada vez mais pelo microcrédito e, que os microempreendimentos individuais, solidários ou não, são vistos como a saída para geração e complementação da renda familiar. A pesquisa realizada também revela que o microcrédito é uma atividade importante na economia baiana e brasileira, especialmente se comparada a outros países da América Latina. Mostra ainda que a ampliação da oferta do microcrédito é parte do modelo que tem por objetivo a gestão da pobreza e seus efeitos na sociedade, e que a oferta de serviços de microfinanças cresce fundamentada nas orientações caracterizadas por procedimentos de rentabilidade tipicamente financeiros. Os resultados revelam que, entre 2010 e 2014, houve desenvolvimento social na Região Metropolitana de Salvador, porém não foi possível associar as melhorias aos programas de microcrédito ofertados na região.

Palavras-Chaves: microcrédito; microfinanças; geração de renda; redução de pobreza; desenvolvimento social.

ABSTRACT

This thesis aims to evaluate microcredit in the Metropolitan Region of Salvador (RMS) in the period between 2010 and 2014. This paper presents an investigation based on data collected from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Institute of Applied Economic Research (IPEA), Banco do Nordeste (BNB), Banco Central (BACEN), Brazilian Service to Support Micro and Small Enterprises (SEBRAE), among others. Through the analysis of data, it was shown that both the population and the enterprises of the metropolitan region are increasingly seeking microcredit and that individual microenterprises are seen as the output for generation and complementation of family income. The research also reveals that microcredit is an important activity in the Bahia and Brazilian economy, especially when compared to other Latin American countries. It also shows that the expansion of the microcredit supply is part of the model that has the objective of managing poverty and its effects on society, and that the supply of microfinance services grows based on guidelines characterized by typically financial profitability procedures. The results show that, between 2010 and 2014, there was social development in the Metropolitan Region of Salvador, but it was not possible to associate the improvements to the microcredit programs offered in the region.

Key words: Microcredit; Microfinance; Income generation; Poverty reduction, Social development.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Região Metropolitana de Salvador 1973.....	136
Mapa 2 - Bahia e Região Metropolitana, 2015	137
Mapa 3 - Configuração atual da Região Metropolitana de Salvador, 2015	138
Mapa 4 - IDH da Região Metropolitana de Salvador, 2000	142
Mapa 5 - IDHM da Região Metropolitana de Salvador, 2010	143
Mapa 6 - Agências Bancárias 2015.....	180
Mapa 7 - Bancos Postais 2015.....	181
Mapa 8- Distribuição geográfica dos pontos de atendimento por 10 mil adultos – 2005 e 2010	182
Mapa 9 - Distribuição geográfica dos pontos de atendimento por 10 mil adultos - 2014.....	183

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução Territorial da Região Metropolitana de Salvador	23
Figura 2 - Fluxograma das etapas do Trabalho.....	26
Figura 3 - Metodologia GIRAFE, Áreas e Pesos	109
Figura 4- Conceito de Microfinanças, Microcrédito e Microcrédito Produtivo Orientado	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tamanho da Economia Subterrânea no Brasil.....	35
Tabela 2 - Taxa de Informalidade de Jovens e Adultos	37
Tabela 3 – Franchising: crescimento, faturamento e empregos formais 2010–2014 Brasil	42
Tabela 4 - Participantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários Por Sexo - Regiões e Brasil - 2005 - 2007	53
Tabela 5 - Resultados Financeiros Regiões e Brasil 2005 - 2007.....	55
Tabela 6 - Distribuição por estado dos 100 municípios de maiores IES em 2000 e 2010	80
Tabela 7 - Valor nominal das transferências (R\$) do PBF- 2004, 2005, 2008 – 2014 e 2016	97
Tabela 8 - Número de benefícios pelo Programa Bolsa Família - 2004-2006, 2008- 2012, 2014 e 2016	97
Tabela 9- Total de famílias cadastradas por faixa de renda de dez de 2010 - jun de 2014	99
Tabela 10 - Programa Bolsa Família na Bahia 2010 – 2014 (R\$).....	99
Tabela 11 - Mercado de Microfinanças na América Latina e Caribe - 2009 - 2014 .	118
Tabela 12 - Execução histórica consolidada do PNMPO – 2008 a 2014.....	129
Tabela 13- Segmentação das instituições financeiras que operam microcrédito – 2013, 2014	130
Tabela 14 - Execução do PNMPO pelos bancos públicos federais e OSCIP, 2012- 2014	132
Tabela 15 - Valor, quantidade de operações e de clientes, valor médio das operações de microcrédito por região e Brasil - 2013 – 2014	134
Tabela 16 - População Brasil, Nordeste e Municípios da Região Metropolitana de Salvador – 1991, 2000, 2010.....	139
Tabela 17 - Esperança de vida ao nascer nos municípios da RMS 1991, 2000 e 2010 (%).....	139
Tabela 18- IPS e IPE da Região Metropolitana de Salvador – 2008 - 2010.....	141
Tabela 19 - PIB Total, Per Capita e Por Setores Econômicos da RMS e seus municípios –2010.....	145
Tabela 20 - Agroamigo e Crediamigo - estados atendidos.....	149
Tabela 21 - Indicadores Agroamigo e Crediamigo – 2010 a 2014	151
Tabela 22 - Extremamente Pobres, Pobres e Vulneráveis na RMS 1991, 2000 e 2010	155
Tabela 23 - Município, população beneficiada(%), variação 2011-2016(%), acompanhamento condicionalidades(%), benefício variável (famílias) .	156
Tabela 24 -Repasses do Programa Bolsa Família por Município da RMS em Dez- 2016	157

Tabela 25 - Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida nos municípios da Região Metropolitana de Salvador, 2013.....	157
Tabela 26 - Ranking Nacional e Estadual do IFDM 2013	158
Tabela 27- Analfabetismo, renda per capita, Índice de Gini, % de empregados com e sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria 2000 – 2015 na Região Metropolitana de Salvador	159
Tabela 28- Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, 2000 - 2015 na Região Metropolitana de Salvador 2000- 2015.....	160
Tabela 29- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e suas dimensões da Região Metropolitana de Salvador de 2000 - 2015.....	162
Tabela 30 - Índice da Dinâmica Econômica Municipal 2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014	162
Tabela 31 - Produto Interno Bruto - Bahia, Região Metropolitana e Municípios - 2010 - 2015.....	163
Tabela 32- Microempreendedor Individual Beneficiário do Programa Bolsa Família - 2012 - 2014.....	163
Tabela 33 - Microempreendedor Individual (2011, 2013 e 2014) e Microempresa (2011 e 2014) na Região Metropolitana de Salvador e municípios	164
Tabela 34 - Total de Empregos nas micro e pequenas empresas na Bahia, RMS e municípios - 2011 a 2015.....	165
Tabela 35 - Setor econômico das atividades do MEI, Nordeste e Bahia de 2009 - 2014	166
Tabela 36 - Local da atividade do MEI na Bahia e no Nordeste - 2009 - 2014.....	166
Tabela 37 - Número total de empreendimentos de economia solidária entre 2009 - 2013	167
Tabela 38 - Pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas e com rendimento do trabalho principal (%), 2012, 2014	169
Tabela 39- Pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas e com rendimento do trabalho principal (%), 2012 e 2015	170
Tabela 40 - Indicadores de Pobreza - Brasil, Bahia e Nordeste, 2012.....	170
Tabela 41 - Indicadores de Pobreza - Brasil, Bahia e Nordeste, 2014.....	171
Tabela 42- Variação entre Instituições Bancárias e Supervisionadas pelo BACEN 2011-2015.....	175
Tabela 43- Saldo das Operações de Crédito na Bahia – dez. de 2010 a dez de 2017 (R\$ Bilhões)	176
Tabela 44 - Programa Crescer - Crédito para microempresa nos municípios da RMS – 2011- 2014	177
Tabela 45 - Programa Crescer - Crédito para microempreendedor individual nos municípios da RMS, 2011- 2014.....	178
Tabela 46 - Número de operações e valor de concessão de crédito para empreendedor informal nos municípios da RMS– 2011 - 2012.....	178
Tabela 47 - Número de operações e valor de concessão de crédito para empreendedor informal nos municípios da RMS– 2013 - 2014.....	179
Tabela 48- Estimativas populacionais - municípios da RMS, Bahia, 2011 a 2015...	179

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Grau de Informalidade I - Brasil, Nordeste e RMS de 1995 a 2013 (%)...37	37
Gráfico 2 - Número de franquias brasileiras por país, 201542	42
Gráfico 3 - Motivo da criação do Empreendimento Econômico Solidário, Brasil 200754	54
Gráfico 4- Origem dos recursos para Iniciar os Empreendimentos de Economia Solidaria no Brasil, 2007 (%)..... 54	54
Gráfico 5 - Origem dos recursos para Iniciar os Empreendimentos de Economia Solidaria no Brasil e na Bahia, 2013 (%) 55	55
Gráfico 6- Faixa Etários dos Sócios dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil em 2013.....56	56
Gráfico 7 - Grau de Escolaridade dos Sócios dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil em 2013 56	56
Gráfico 8 - Empreendimentos de Economia Solidária por Condição de Busca e Acesso a Crédito e Financiamento entre 2009 e 201358	58
Gráfico 9 - Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por condição de formalização, segundo Grandes Regiões e Brasil, 2009 a 2013(%)..59	59
Gráfico 10- Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por Grandes Regiões, segundo condição de formalização (1) - 2009 a 2013 (%)60	60
Gráfico 11 - Número de Estabelecimentos Formais por Grande Setor de Atividade Econômica 2011, 2012 201361	61
Gráfico 12 - Evolução da Pobreza e da Indigência na América Latina - 1980 a 201570	70
Gráfico 13 - Programas de transferência de renda no Brasil - 2006.....95	95
Gráfico 14- Programas de transferência de renda no Nordeste e na Bahia - 2006 ...96	96
Gráfico 15 - Valor total dos benefícios do Bolsa Família nas Regiões Metropolitanas em Dezembro de 2008 – 2014.....98	98
Gráfico 16 - CRECER - Carteira bruta, rentabilidade sobre os ativos e sobre o patrimônio líquido - 2010 - 2014 116	116
Gráfico 17 - Execução histórica consolidada do PNMPO – 2008 a 2014 130	130
Gráfico 18- Quantidade de instituições financeiras que operam microcrédito – Dezembro de 2014 131	131
Gráfico 19 - Execução do PNMPO pelos bancos públicos federais e OSCIP: Recursos emprestados e clientes atendidos, 2012-2014..... 132	132
Gráfico 20- Inadimplência pessoa física por modalidade de crédito, 2013 – 2014* .133	133
Gráfico 21 - Valor, quantidade de operações e de clientes, valor médio das operações de microcrédito por região e Brasil - 2013 – 2014134	134
Gráfico 22 - Municípios Baianos e Percentual da Expansão Econômica, 2000 - 2011 144	144
Gráfico 23: Valores liberados, carteira ativa e clientes ativos do CEADe 2009 - 2013 147	147
Gráfico 24- PRONAF x AGROAMIGO 2007 - 2015..... 150	150

Gráfico 25 - PRONAF X Agroamigo (%) Direcionamento.....	151
Gráfico 26 - Números do CrediBahia 2003 - 2013	153
Gráfico 27 - Número de contratos e volume de recursos liberados – CrediBahia 1º Piso	153
Gráfico 28 - Distribuição dos municípios da Bahia por grau de desenvolvimento - 2012 –2013 (%)	158
Gráfico 29 - % de empregados com e sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria com 18 anos ou mais na Região Metropolitana de Salvador – 2000 a 2015	159
Gráfico 30 - Taxa de analfabetismo de 18 anos ou mais (%) e índice de Gini da RMS - 2000 a 2015	160
Gráfico 31- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Suas Dimensões Brasil, Bahia, RMS - 2011 - 2014.....	161
Gráfico 32 - Representatividade dos MEI beneficiados pelo PBF no universo dos MEI	165
Gráfico 33 - Motivos da criação do empreendimento econômico solidário, Brasil, Bahia e RMS, 2013	168
Gráfico 34- Necessidade de Financiamento dos EES na Bahia, RMS e municípios - 2013	168
Gráfico 35- Empreendimentos de Economia Solidária por Condição de Busca e Acesso a Crédito e Financiamento na Bahia, RMS e municípios - 2013	169
Gráfico 36 - Saldo das Operações de Crédito na Bahia - dezembro de 2010 a dezembro de 2017 (R\$ Bilhões)	176
Gráfico 37 - Inadimplência das operações de crédito na Bahia – dez. de 2010 a dezembro de 2017 (%)	177

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modelo de Informalidade do Banco Mundial 2007: Composição e Causas	29
Quadro 2 - Síntese de algumas definições de economia informal	39
Quadro 3- Síntese dos Circuitos da Economia.....	46
Quadro 4- Marcos Institucionais e Regulatórios de Interesse da Economia Solidária 2010	62
Quadro 5- Algumas definições de pobreza no decorrer do tempo	71
Quadro 6 - Síntese de algumas escolas de pensamento de planejamento e implementação de políticas públicas.....	86
Quadro 7 - Modelo de formulação e análise de políticas públicas desenvolvidas.....	87
Quadro 8- Tipos de políticas e características.....	88
Quadro 9- Síntese de alguns programas de transferência de renda	93
Quadro 10 - Programas, eixos de acessos e Inclusão produtiva	100
Quadro 11 - Continentes e quantidade de países com Programas de Microcrédito: evolução de 2008 a 2014.....	122
Quadro 12 - Arcabouço Legal do Microcrédito	126
Quadro 13 - Unidades de avaliação - vantagens e desvantagens.....	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AB	Agência Bancária
AES	Atlas da Economia Solidária
ANDC	Associação Nacional de Direito ao Crédito
AL AMANA	Association al Amana for the Promotion of Micro-Enterprise Morocco
ANDC	Associação Nacional de Direito ao Crédito
BACEN	Banco Central do Brasil
BANCOSOL	Banco Solidário da Bolívia
BASA	Banco da Amazônia S.A.
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEADe	Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento
CEAPE	Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
CEF	Caixa Econômica Federal
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CEPAL	Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe
CGAP	Grupo Consultivo de Assistência a Pobres
CONSAD	Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração
DIEESE	Departamento intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
ES	Economia Solidária
EBP	Escola de Beneficiários Pretendidos (<i>Intended Beneficiary School</i>)
FIE	Fondo Financiero Privado para el Fomento a Iniciativas Económicas
IAF	Inter-American Foundation
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Índice de Exclusão Social

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IS	Escola Intermediária (<i>Intermediary school</i>)
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA	Posto de Atendimento
PBF	Programa Bolsa Família
PBS	Programa Bahia Solidária
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PF	Pessoa Física
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Pessoa Jurídica
PNAD	Pesquisa por Amostra de Domicílios
PNES	Plano Nacional de Economia Solidária
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PVM	Programa Vida Melhor
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SCM	Sociedade de Crédito ao Microempreendedor
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio ao Micro e Pequeno Empresário
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
SICOOB	Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SM	Salário Mínimo
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 PROBLEMÁTICA, QUESTÃO BÁSICA, OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS	19
1.2 METODOLOGIA	21
2. ECONOMIA INFORMAL E CIRCUITOS	24
2.1 ECONOMIA INFORMAL URBANA.....	25
2.2 CIRCUITOS DA ECONOMIA	38
2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA	46
3. POBREZA	61
3.1 MENSURAÇÃO DA POBREZA	70
3.2 EXCLUSÃO SOCIAL	75
3.3 POLÍTICA PÚBLICA E TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	80
3.3.1 SURGIMENTO E DEFINIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	81
3.3.2 PLANEJAMENTO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA	83
3.3.3 MODELOS DE ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	85
3.3.4 POLÍTICA PÚBLICA E PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA ...	86
4. MICROCRÉDITO	100
4.1 MICROCRÉDITO E MICROFINANÇAS.....	103
4.2 MICROCRÉDITO - PANORAMA MUNDIAL.....	111
4.3 MICROCRÉDITO NO BRASIL	121
5. ANÁLISE DO MICROCRÉDITO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	133
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO (OU ESPACIALIZAÇÃO) DA PESQUISA.....	133
5.2 MICROCRÉDITO NA BAHIA E NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	143
5.3 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE MICROCRÉDITO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS).....	152
5.4 EFEITOS DOS PROGRAMAS DE MICROCRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA RMS.....	169
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS	185

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, como vários outros países considerados em desenvolvimento, possui uma alta taxa de desemprego. Por exemplo, na Região Metropolitana de Salvador (RMS) a taxa de desemprego total passou de 15,3 por cento em 2011, para 17,7 por cento em 2012 e 18,3 por cento em 2013, ou seja, variação percentual total de 19,6 por cento. Porém após dois anos consecutivos de crescimento, passou para 17,4% em 2014, queda de aproximadamente 4,9 por cento (PED-RMS, 2014). Já no Brasil, no ano de 2017 esse número sofreu uma queda de 0,2% passando a atingir proximadamente 12,6 milhões de brasileiros, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a mesma fonte, esse resultado é devido ao emprego sem carteira assinada e ao surgimento de pequenos empreendimentos, formais ou informais, muitos dos quais montados por trabalhadores desempregados que investiram tudo que possuíam para implementar esses negócios.

Complementando os dados supracitados, no ano de 2017, tem-se que na Bahia, especificamente na Região Metropolitana de Salvador, conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a taxa de desemprego total da Região Metropolitana de Salvador permaneceu estável, ao passar de 23,7% para 23,8% da População Economicamente Ativa (PEA), entre outubro e novembro de 2017 (SEI, 2017).

Além do desemprego, a atual crise político-econômica que o país atravessa estimula a busca de saídas, tanto para minorar o desemprego quanto para possibilitar o acesso ao crédito e ao consumo, principalmente da camada marginalizada da sociedade, proporcionando melhores condições para essa população. Pois, apesar de muita discutidas, ainda hoje, as dificuldades de acesso das pessoas carentes ao sistema financeiro tradicional, através do setor bancário, limitam a obtenção de financiamentos, empréstimos e outros serviços financeiros, que poderiam fomentar a sua participação em uma atividade econômica, quer seja para iniciar ou robustecer um micro ou pequeno empreendimento produtivo, o qual

possibilitaria a essas pessoas carentes a ampliação da renda, aumento do consumo e melhoria da qualidade de vida.

Por esses motivos o Banco Central fomenta o uso de serviços microfinanceiros (microcrédito, microseguros, dentre outros). Entendendo ser esta iniciativa relevante, alicerçou-se a escolha do tema, cabendo porém salientar que não serão aprofundadas as distorções associadas aos conceitos de microcrédito e microfinanças.

No estado da Bahia, por exemplo, as desigualdades regionais na capilaridade das agências bancárias (AB) são significativas, pois conforme dados do Banco Central (BACEN), em dezembro de 2014 o estado tinha 127 municípios apenas com postos de atendimento (PA), e 290 com agências, o que corresponde a 69,54%. Já em novembro de 2017, 64,51% dos municípios baianos tinham AB e apenas um não tinha nem PA. Pelo exposto, percebe-se a precariedade do atendimento financeiro no estado, evidenciando assim a necessidade de interferência dos atores das esferas governamentais para atenuar as desigualdades existentes.

Além dos motivos anteriormente citados a realização desta pesquisa se deve ao interesse pessoal da pesquisadora sobre a Região Metropolitana de Salvador, o que se soma à percepção empírica das transformações que os 13 municípios, que fazem parte dessa região, têm passado principalmente nas duas últimas décadas. Incidiu também a curiosidade científica de entender como pode ser realizada a avaliação dos diferentes efeitos do microcrédito no desenvolvimento social, ou seja, uma necessidade de entender e associar os efeitos do microcrédito com as formas de mensuração do desenvolvimento social na RMS.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos, além da introdução, e as considerações finais. Apresenta os aspectos teóricos nos três capítulos iniciais. O primeiro capítulo está composto por três partes: a primeira trará uma breve conceituação da economia informal urbana, a segunda um comparativo entre os circuitos da economia, e a terceira aborda a economia solidária. Pois entende-se o microcrédito como uma ferramenta que tanto possibilita o acesso ao crédito para o microempreendedor, formal ou informal, que em geral atua no circuito inferior da economia, quanto fomenta os empreendimentos solidários.

O segundo capítulo traz uma breve conceituação da pobreza, para possibilitar um melhor entendimento da camada da sociedade que é assistida pelo microcrédito. Aborda a mensuração da pobreza para alicerçar o entendimento sobre os denominados beneficiários do microcrédito e trata ainda da exclusão social e da transferência de renda, pois o microcrédito pode ser visto como um mecanismo de combate à pobreza e a exclusão social.

O capítulo três apresenta a diferenciação entre microcrédito e microfinanças. Além de uma análise do desenvolvimento do microcrédito, destacando as origens e pilares, traz uma breve apresentação evolutiva das alternativas empreendidas por governos, organismos internacionais, tais como o Banco Mundial, seguindo-se a apresentação das experiências de sucesso em âmbito internacional, e o panorama do microcrédito no Brasil, na Bahia e na Região Metropolitana de Salvador.

No capítulo quatro é apresentada a avaliação do microcrédito na Região Metropolitana de Salvador a partir do tratamento dos dados focalizando principalmente na condição econômico-financeira da população à procura de evidências para responder ao problema formulado na investigação. Encerrando o trabalho tem-se as considerações finais, na qual são retomados os aspectos mais importantes da pesquisa, condensando os resultados da análise realizada.

1.1 PROBLEMÁTICA, QUESTÃO BÁSICA, JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Não existe uma teoria única de desenvolvimento, a ser implementada como uma solução mágica, que resolva os problemas, possibilite a inserção no mercado de trabalho, minimize a pobreza e eleve as condições de vida e os padrões de renda. É importante também frisar, que apesar de diversos trabalhos abordarem o microcrédito, esses, em sua maioria, têm como foco principal as instituições financeiras que oferecem esse serviço.

Devido à proliferação e consolidação de experiências com o microcrédito e sua relevância para uma parcela da sociedade baiana, situada acima da linha da pobreza, cada vez mais necessitada de recursos para desenvolver uma atividade capaz de

gerar ocupação e renda, optou-se pela realização de uma pesquisa sobre o desenvolvimento social gerado a partir do microcrédito na RMS.

Por este motivo, é preciso mencionar que a problemática percebida pela pesquisadora, solidificou-se ao longo dos anos, após inúmeras leituras realizadas sobre os programas de microcrédito e a Região Metropolitana de Salvador (RMS), que a levaram a perceber e questionar a relação entre o microcrédito e o desenvolvimento social nos municípios que fazem parte da mesma. A RMS apresenta vários índices e indicadores de desenvolvimento que a qualificam como uma região desenvolvida socialmente, porém nem sempre se percebe essa condição, ou seja, a realidade vivenciada pela população algumas vezes transparece uma realidade diversa daquela que é expressa pelos indicadores de desenvolvimento social. Tendo por base a curiosidade científica e alicerçada nos vários conceitos apreendidos no decorrer do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social e na problemática percebida a pesquisadora buscou aprofundar essa realidade e delimitou o problema que norteou este trabalho: Como e de que forma é possível associar o desenvolvimento social ocorrido à difusão do microcrédito na RMS?

Como hipótese o trabalho apresenta:

Apesar do aumento na oferta e no valor disponibilizado a partir do microcrédito, não é óbvio supor que o mesmo responda pelo desenvolvimento social gerado na Região Metropolitana de Salvador

O Objetivo Geral que se buscou alcançar com esta pesquisa foi: estimar possíveis efeitos em termos de desenvolvimento social a partir do microcrédito e do microempreendedorismo na Região Metropolitana de Salvador (RMS) no período compreendido entre 2010 - 2014. Para atender este objetivo, o trabalho teve os seguintes objetivos específicos:

- a. caracterizar a “clientela” dos programas de microcrédito na Região Metropolitana de Salvador;
- b. avaliar o cadastro das empresas (microempreendedor individual, empreendedor economicamente solidário e microempresa) que atendem as condições de acesso ao microcrédito;
- c. identificar os principais indicadores econômico-financeiros a serem utilizados na análise da região escolhida;

- d. verificar se o microcrédito possibilita o desenvolvimento social;
- e. analisar a distribuição das agências bancárias e dos correspondentes bancários na RMS;

1.2 METODOLOGIA

O lócus da pesquisa é a Região Metropolitana de Salvador (RMS) criada em 1973 pela Lei Complementar Federal nº 14, a qual ainda hoje guarda características que instigam a realização de trabalhos com este escopo. A RMS ocupa uma área de 4.375,123 km² e conforme a projeção do DATASUS (2016) abrigava em 2014 uma população 3.919.867 de habitantes. Os setores mais expressivos na RMS são o industrial e o de serviços (IBGE, 2015). A Figura 1 a seguir apresenta a evolução territorial da RMS (IPEA, 2018).

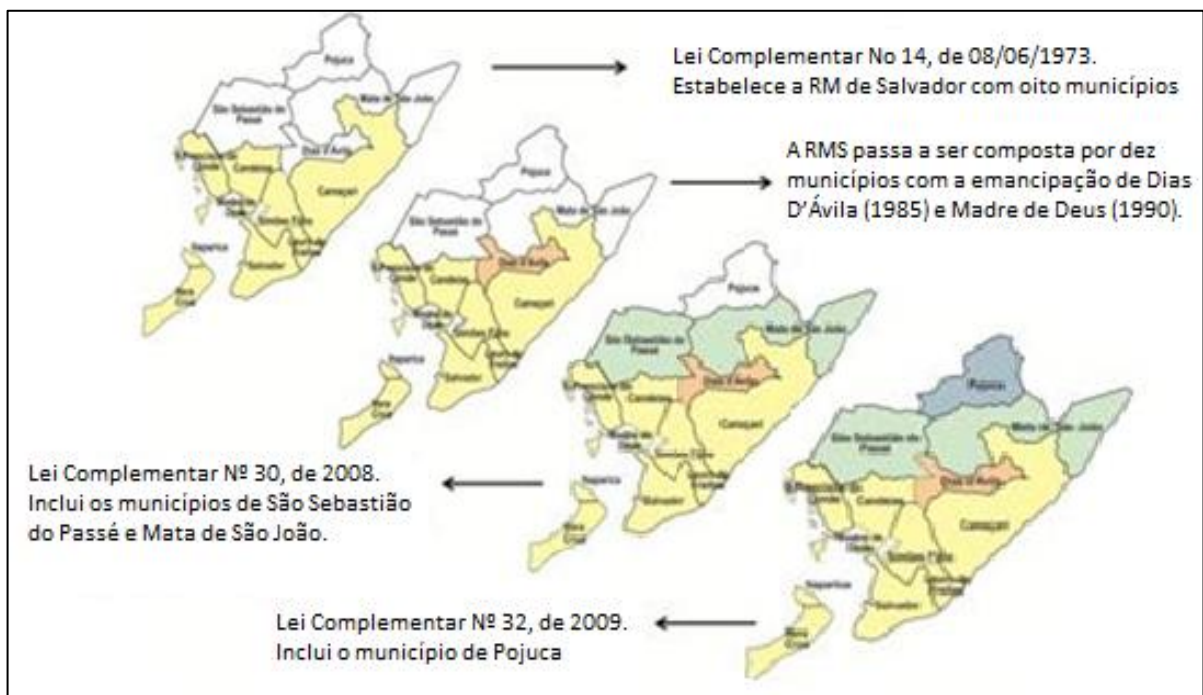


Figura 1 - Evolução Territorial da Região Metropolitana de Salvador

Fonte: Sedur/SGT/Dplant 2015 (IPEA, 2018).

O recorte temporal deve-se ao fato de que, entre 2010 e 2014, a economia brasileira desacelerou crescendo aproximadamente 2% em média anual, com redução das taxas de crescimento do PIB, de 7,6 por cento em 2010 para apenas 0,1 por cento em

2014 (IBGE, 2017) e, o marco teórico do microcrédito avançou como será visto posteriormente.

Nesta pesquisa se coaduna as abordagens qualitativa e quantitativa, pois acredita-se que os dados e as informações podem ser explicados e expressos em números, possibilitando a comparação. Todavia, também se considera que existe uma conexão entre a subjetividade do sujeito e o entorno objetivo, que não pode ser explicitado tão somente por índices. Por esse motivo nesta pesquisa além da abordagem qualitativa - a qual se preocupa em analisar interpretar aspectos como o perfil dos usuários do microcrédito na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências nos municípios que integram a mesma - tem-se a quantitativa, que usa informações numéricas sobre aspectos populacionais, domiciliares e outros a partir de índices e indicadores tanto sociais quanto econômicos (LAKATOS, 2010, p.269).

Foi também empregado o método dedutivo de abordagem, o qual ainda segundo Lakatos (2001, p. 106), partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente), nesse caso atrelados aos programas de microcrédito e, concomitantemente, o método empírico, que conforme Bonat (2009, p. 13), consiste na busca de informações verificadas na realidade, por meio de uma amostragem determinada, e requer uma fundamentação teórica que servirá de suporte para a análise dos dados obtidos. Nesta pesquisa o estudo empírico está relacionado à RMS e seus municípios, onde se buscou identificar o desenvolvimento social, supostamente causado pelos principais programas de microcrédito ofertados na referida região.

No que tange os métodos de procedimento foram usados paralelamente o método histórico, o comparativo e o estatístico. O histórico foi empregado para a construção de uma linha do tempo para explicar a evolução dos programas de microcrédito. O comparativo para analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais, ou seja, permitindo a identificação de um padrão atrelado aos empreendimentos individuais, aos beneficiários do microcrédito, dentre outros. Já, o estatístico está atrelado a redução de fenômenos sociológicos, políticos e econômicos, tais como: desemprego, nível educacional, vulnerabilidade, dentre outros (LAKATOS, 2001, p. 91–93).

As principais fontes bibliográficas utilizadas para subsidiar o trabalho foram livros, publicações periódicas, impressos diversos, artigos científicos, monografias e teses que fazem parte do acervo das bibliotecas de diferentes universidades ou documentos em meio eletrônico disponíveis nos *sites* de instituições financeiras ou entidades como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, dentre outras. E, para materializar os objetivos da pesquisa foi realizada uma pesquisa documental sobre os municípios da região metropolitana (Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz) no período de 2010 a 2014 e informações disponibilizadas nos relatórios dos programas mais conhecidos de microcrédito de instituições financeiras tradicionais tanto internacionais quanto nacionais. Cabe salientar que alguns dados utilizados não são do recorte temporal escolhido, ou seja, são anteriores a 2010 ou posteriores a 2014, porém foram usados com objetivo de propiciar um melhor entendimento da amplitude das definições e conceitos empregados.

Além do subsídio de fontes bibliográficas e documentais na etapa de coleta de dados foram também realizadas entrevistas não estruturadas, do tipo não dirigida¹, com um gestor responsável pelo Crediamigo em Salvador e, uma gestora do Sebrae, os quais disponibilizaram detalhes das operações atreladas ao microcrédito e ao microempreendedor individual na RMS.

É importante frisar que na maioria das avaliações foi possível separar os dados por município da Região Metropolitana de Salvador, porém algumas vezes foram utilizadas as informações referentes aos beneficiados pelo microcrédito e outros aspectos microfinanceiros no estado da Bahia para efeito de uma melhor visualização e uma análise mais completa.

O fluxograma das etapas do trabalho (Figura 2) a seguir tem por objetivo facilitar o entendimento do processo de desenvolvimento da tese e nele encontram-se explicitadas cada uma das etapas necessárias ao percurso do trabalho realizado.

¹ Entrevista não estruturada do tipo não dirigida segundo Lakatos e Marconi (2017, p.215), são aquelas nas quais o entrevistado tem liberdade total para expressar suas opiniões e sentimentos, nela a função do entrevistador é de incentivo, levando o informante a falar sobre determinado assunto, sem, todavia, forçá-lo a responder.

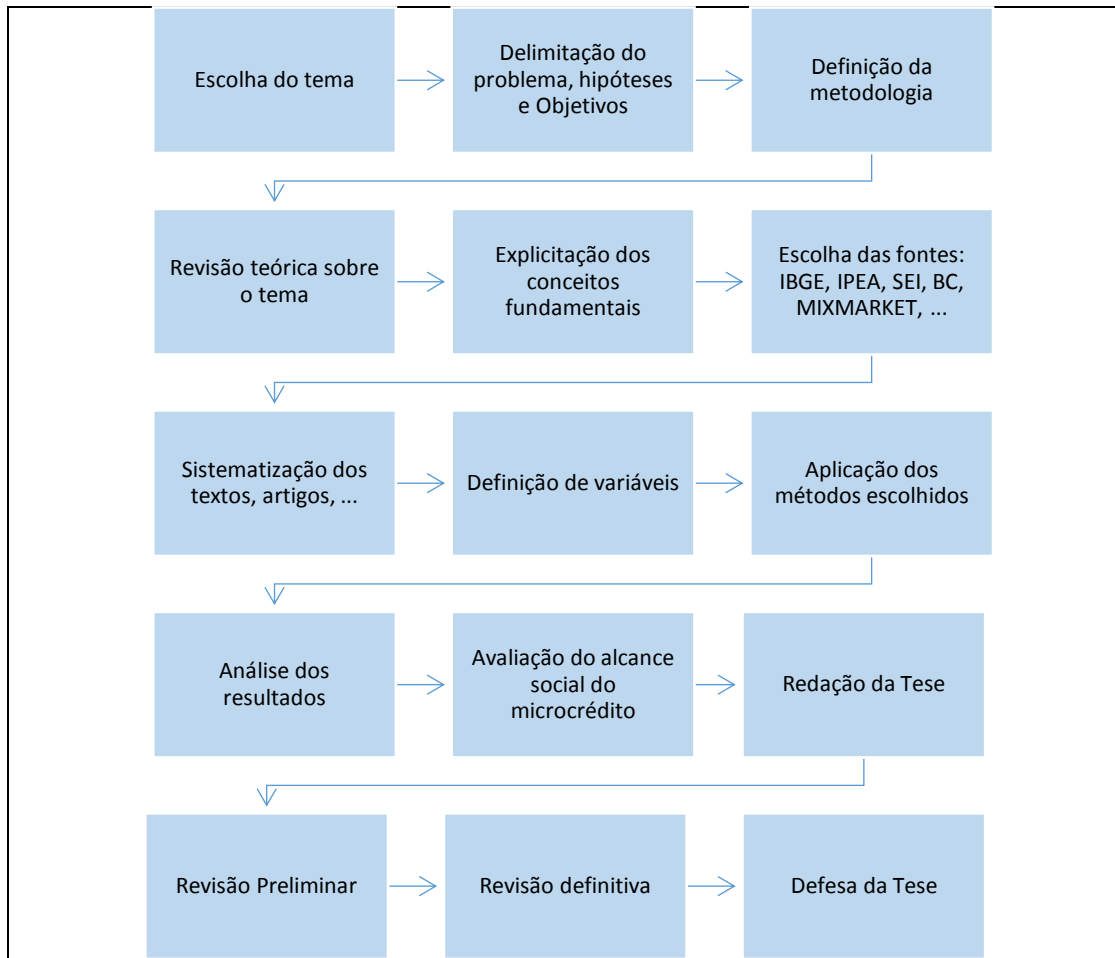


Figura 2- Fluxograma das etapas do Trabalho

Elaboração: Autora, 2014

2 ECONOMIA INFORMAL e CIRCUITOS

Neste capítulo é realizada uma revisão seletiva da literatura sobre temas relacionados ao alicerce teórico da análise. Dentre eles estão a economia informal e os circuitos da economia, no sentido de elucidar as conexões existentes entre esses tópicos e a problemática da pesquisa. É importante frisar que foram citados alguns documentos pela ordem dos fatos e não necessariamente pela ordem cronológica da publicação dos mesmos.

Cabe ressaltar que a abordagem idealizada por Milton Santos dos dois circuitos da economia, inferior e superior, possibilita um entendimento sobre a economia formal e informal. E, que é essencial compreender o que seja a economia informal, o seu

surgimento, suas características, quais os tipos e seus impactos sociais para evidenciar as possíveis soluções oriundas do uso do microcrédito.

2.1 ECONOMIA INFORMAL URBANA

Diante da diversidade de definições para economia informal tornou-se necessário apresentar algumas delas antes de escolher a que estivesse em consonância com o arcabouço da tese. Por este motivo será traçada a historicidade do termo e concomitantemente elencadas algumas definições.

Tem-se como ponto de partida a acepção do senso comum que considera atividade informal a venda sem nota, o ambulante, a sacoleira, o vendedor de café e/ou mingau, o vendedor que oferta na sinaleira CD/DVD pirata, o mecânico do bairro, contudo não tem noção da representatividade dessas atividades no cenário social e econômico do país.

Vale destacar que o *Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe* (Prealc), criado pela OIT no final da década de 1960, entendia o setor informal urbano como manifestação do excedente estrutural de mão-de-obra nos países latino-americanos e considerava que a diversidade da estrutura produtiva originava dois setores diferenciados no mercado de trabalho urbano: o mercado formal, onde as ocupações ocorrem em empresas organizadas; e o mercado informal, relacionado a atividades de baixo nível de produtividade exercidas por trabalhadores independentes (pessoas trabalhando por conta própria) e por microempresas, as quais operam sem uma organização realmente empresarial. Como o setor informal se caracterizava também por baixas remunerações, o Prealc postulava uma correlação entre a pobreza e a forma de inserção no mercado de trabalho (OIT, 2010).

Porém, no início da década de 1970, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou estudos sobre o chamado setor informal da economia urbana, o qual foi vislumbrado como um fenômeno característico de países subdesenvolvidos, onde o progresso das relações mercantis modernas não foi capaz de incorporar expressiva

parcela da população trabalhadora no padrão de emprego capitalista, possibilitando o aparecimento de outras estratégias de geração de renda. O desafio para esses países não era apenas o desemprego, mas a baixa remuneração dos ocupados e o funcionamento inadequado do mercado de trabalho (KREIN e PRONI, 2010). Neste mesmo estudo Krein e Proni (2010) designam economia informal como os

Fenômenos tais como a contratação ilegal de trabalhadores sem registro em carteira, os contratos atípicos de trabalho, as falsas cooperativas de trabalho, o trabalho em domicílio, os autônomos sem inscrição na previdência social, a evasão fiscal das microempresas, o comércio ambulante e a economia subterrânea (KREIN e PRONI, 2010, p. 7).

Neste período a OIT procurava contribuir para formulação de políticas econômicas com ênfase no combate à pobreza e às causas da exclusão social a partir do conhecimento dos problemas de geração de emprego nos países subdesenvolvidos.

Segundo Santos (1979, p. 52), a expressão setor informal foi atribuída por Sheldon G. Weeks (1973) a Tina Wallace no estudo desenvolvido por esta autora sobre Uganda. Já outros autores tais como John Weeks e Dorothy Remy (1973) atribuem a mesma a Keith Hart² (1971) no estudo sobre Ghana.

No documento de Trabajo de WIEGO Nº 1 de 2012 consta que tanto Keith Hart quanto a missão da OIT no Quênia mantiveram uma atitude positiva acerca do setor informal. Hart concluiu que, apesar de enfrentarem restrições externas e dominação capitalista, a maioria dos migrantes internos em Accra se dedicavam a atividades informais que tinham “uma capacidade autónoma para gerar renda” (Hart, 1973 apud Chen, 2012). Já a missão da OIT ressaltou o potencial do setor informal para criar emprego e reduzir a pobreza (OIT, 1972). Porém, o setor informal como realidade econômica, recebeu uma resposta ambígua no mundo desenvolvido, pois muitos observadores pensavam que o setor informal era marginal ou periférico e que não estava vinculado com o setor formal ou com o desenvolvimento capitalista moderno³.

Ainda conforme o mesmo documento⁴, em 2007, a divisão da América Latina do Banco Mundial publicou o livro *Informalidad: escape y exclusión*, escrito por Perry, Maloney, Arias, Fajnzylber e Saavedra. Nele os autores propuseram um modelo

² Estudo sobre atividades de baixos salários entre pessoas sem formação que emigravam do norte de Ghana para capital, Accra (em inglês) ou Acra (em português), e não encontravam trabalho assalariado. (Documento de Trabajo de WIEGO (*Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing* – Mulheres em emprego informal: Globalizado e Organizado) Nº1 de agosto de 2012).

³ Tradução realizada pela autora, 2015

⁴ idem

holístico da composição e das causas da informalidade. Em relação à composição da informalidade os mesmos apontaram “três pares” de agentes econômicos. Quanto ao que impulsiona a informalidade, especificaram diferentes formas tanto de escape (voluntária), quanto de exclusão (involuntária), como pode ser visto no Quadro 1, situações que ainda podem ser encontradas em diversas regiões do Brasil, apesar da existência de programas voltados para a formalização e qualificação da mão de obra.

Quadro 1 - Modelo de Informalidade do Banco Mundial 2007: Composição e Causas

“Três pares” de agentes econômicos		
<p>Trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com capital humano insuficiente para obter um trabalho formal - Que abandonam o trabalho formal para: ser seu próprio chefe, ganhar mais dinheiro, sonegar impostos e/ou disfrutar de mais flexibilidade 	<p>Microempresas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sem intenção ou potencial de crescimento, e por tanto sem intenção de trabalhar com o Estado - Que são obstaculizadas pelas barreiras de entrada 	<p>Empresas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Que evadem os impostos e outras regulações - Que parcialmente registram seus trabalhadores e vendas
Teoria causal Número 1: Diferentes formas de <i>escape Fuga</i>		
<p>Evasão oportunista</p> <ul style="list-style-type: none"> - Evasão de impostos - Atividades ilegais - Evasão de códigos laborais: força laboral desprotegida, produção subcontratada 	<p>Evasão defensiva em resposta a ...</p> <ul style="list-style-type: none"> - Um Estado oneroso, cativo e débil 	<p>Evasão passiva e irrelevância do Estado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Economia pré-moderna ou de bazar - Instituições informais ou não estatais
Teoria causal Número 2: Diferentes formas de <i>exclusão</i>		
<p>Segmentação do mercado de trabalho: Impede que os trabalhadores obtenham trabalhos formais</p>	<p>Regulações onerosas para entrar: Impedem que as empresas se formalizem</p>	<p>Práticas de contratação das empresas: Em resposta aos impostos excessivos e a carga regulamentária</p>

Fonte: Documento de Trabalho de WIEGO No 1, 2012

Adaptado pela autora, 2015

Conforme Soto (1986, p.14), a economia informal “é uma resposta popular espontânea e criativa ante a incapacidade estatal de satisfazer as aspirações mais elementares dos pobres”. Vale lembrar que Soto estudou a economia informal e suas implicações no Peru, publicando dentre outras obras *El Otro Sendero*.

Para Tavares (2002) qualquer argumento que defenda a autonomia do setor informal não está alicerçado na prática social. Ainda conforme esta autora, deve-se observar que o trabalho informal não está relacionado apenas às ocupações excluídas do mercado de trabalho regulamentado, nem se reduz às atividades voltadas para a sobrevivência. Segundo Tavares (2002, p.52),

toda relação entre capital e trabalho na qual a compra da força de trabalho é dissimulada por mecanismos, que descaracterizam a condição formal de assalariamento, dando a impressão de uma relação de compra e venda de mercadorias consubstancia trabalho informal, embora certas atividades desse conjunto heterogêneo divirjam no comportamento.

Já Pedrão (2010, p.229) argumenta que o termo informalidade representa um componente do processo de exclusão do emprego formal, concomitante ao desenvolvimento de estratégias defensivas dos desempregados, no qual se combinam uma tradicional incapacidade do sistema para absorver pessoas como trabalhadores e um desemprego causado por renovação tecnológica. Ainda conforme Pedrão (2010, p.229)

Podem ser distinguidas quatro situações principais, que são as de informalidade da pobreza, informalidade de elites, informalidade de contravenção e crime e informalidade submersa. A primeira é a mais visível e bem conhecida de todos. A segunda também é conhecida, disseminada e dissimulada nas atividades não tributadas. A terceira passou a compor o mundo da criminalidade. A quarta subjaz em usos de poder para manipular concursos e facilitar contratos. A pobreza em geral é o pano de fundo desse conjunto.

A visão de Pedrão (2010) corrobora com Tokman & Souza (1976, p. 65-69), os quais afirmam que o setor informal surge como consequência do excedente da força de trabalho, o que, segundo estes permite postular que a ausência de barreiras de entrada deveria constituir-se em uma característica geral destas atividades. Porém o crescimento deste setor em números absolutos, não poderia ser visto como decorrente dos excedentes de mão-de-obra do setor formal, pois, conforme Pedrão (1998),

A suposição de que o contingente de trabalhadores ligados ao mercado informal é parte do exército de reserva implica admitir que há uma continuidade cultural e tecnológica entre os diversos níveis e condições de participação no mercado de trabalho, que permite aos trabalhadores transitar entre ocupações regulares e transitórias, em resposta às mais diversas oportunidades de trabalho que surgem. (PEDRÃO, 1998, p.72).

Além disso, conforme Barbosa (2007, p.45), as políticas macroeconômicas modificaram a informalidade. A referida autora considera que

A informalidade não é mais transitória, como era considerada ao tomá-la como excedente de mão de obra que, em épocas de crescimento, incorporava os contingentes remanescentes na formalização das relações de trabalho e, em períodos recessivos, constituía uma espécie de *colchão amortecedor*, que acolhia a mão de obra excedente, com a função de reduzir o custo do trabalho e da reprodução social para o capital. Agora, a luta de classes em favor da acumulação continua arbitrando a exploração do trabalho com o excedente advindo da informalização, mas com diminuto controle social e poder de barganha dos trabalhadores.

Segundo Prado (1991), a economia informal decorre da existência de setores das atividades econômicas que atuam exclusivamente à margem da economia oficial, a qual está sujeita à fiscalização, à tributação e é considerada nas estatísticas. Além

disso, Prado (1991, p.26), ao considerar os aspectos jurídicos do fenômeno, propõe o seguinte conceito:

Economia informal é o conjunto de atividades econômicas que o estado de necessidade social ou busca de lucros ilícitos leva a que sejam realizadas informalmente, de modo que não são detectadas, nem medidas, nem consideradas nas contas nacionais.

Consoante a OIT (2010), nas duas últimas décadas do século XX, na América Latina a maioria das ocupações geradas eram informais e, neste âmbito, se concentravam os segmentos mais vulneráveis da sociedade, em especial aqueles cuja renda familiar está abaixo da linha de pobreza.

Barbosa (2009) argumenta que utilizar o conceito de “economia informal” sem as devidas precauções poderia levar a uma “nova forma de colonialismo cultural”, e defende o uso restrito e rigoroso do conceito, pois, no seu entender,

[...] colocar o foco central da “economia informal” na ilegalidade ou na precariedade – tal como faz boa parte da literatura dos países desenvolvidos [...] traz o risco de fazer com que se perca de vista o traço eminentemente estrutural do setor informal nas sociedades subdesenvolvidas. Se é verdade que ele não é o mesmo de antes, tampouco podemos esquecer a sua novidade e a sua feição histórica específica nos nossos mercados de trabalho (BARBOSA, 2009, p. 32).

Para este autor, as categorias de análise que surgiram nos anos 1970 permitiram uma melhor compreensão de alguns dos traços estruturais do mercado de trabalho brasileiro, onde o processo de industrialização ocorreu sob a proteção do subdesenvolvimento. Barbosa (2009, p. 36) ainda afirma que vislumbrar o segmento informal como resultante da falta de cobertura do direito social e da legislação do trabalho significa

[...] retalhar o social, tendo um único ponto de vista como obsessão e não um pano de fundo conceitual como ponto de partida. Partir do extremo oposto e encarar o informal como oriundo do excesso de regulamentação é excluir o social da economia. (Barbosa, 2009, p. 36)

Outra definição é a de Bryan⁵ (1993), o qual enxerga o setor de duas maneiras:

- No nível de estabelecimentos, inclui as unidades privadas registradas de setores não agrícolas, com quinze ou menos pessoas ocupadas quando se trata de atividades manufatureiras, e cinco ou menos pessoas nas outras atividades.

⁵Traduzido pela autora em 2015.

- Já na escala individual, inclui os trabalhadores não remunerados, independentemente se estejam ou não integrando unidades produtivas familiares, e os trabalhadores assalariados que não tenham previdência social.

al nivel de establecimientos, incluye las unidades privadas registradas de sectores no agropecuarios, con 15 o menos personas ocupadas si se trata de actividades manufactureras, y 5 o menos personas en las otras actividades. a escala individual, incluye a los trabajadores no remunerados, independientemente que sean familiares o no, y a los trabajadores asalariados que no tengan prestaciones sociales.

Segundo Cartaya⁶ (1987), de forma simplificada pode-se considerar, dentro de uma grande diversidade de aportes, quatro principais enfoques para o setor informal:

- a) O primeiro a partir da OIT, o qual descreve o setor informal com base nas características fundamentalmente técnicas das unidades produtivas e o caráter "autogerador" dos postos de trabalho, como resposta do "excedente da força de trabalho", à impossibilidade de inserir-se no "setor moderno". Este enfoque enfatiza o efeito positivo que estas empresas têm em relação à geração de emprego e produção.
- b) Um enfoque neomarxista que interpreta a continuidade do setor informal como a expressão de uma necessidade funcional do sistema capitalista em manter níveis aceitáveis das taxas de ganhos mediante um incremento na exploração dos trabalhadores. Segundo este enfoque, o setor informal, por estar completamente subordinado às necessidades de acumulação de capital, não tem nenhuma possibilidade de desenvolvimento autônomo.
- c) Um conjunto de formulações, surgidas nos países desenvolvidos, que explicam tanto a proliferação de relações de trabalho atípicas como a "economia subterrânea", como respostas das empresas à crise estrutural mundial, cujas consequências foram: queda da produtividade e instabilidade da demanda. No marco de uma reestruturação do sistema econômico mundial, estas empresas tendem a reduzir seus custos fixos, e particularmente os salários, mediante a busca de novas formas de organização do trabalho e de gestão da mão de obra (Boyer, 1986; Piore y Sabel, 1984; Sassen y Koob, 1984 apud Cartaya, 1987).
- d) Um enfoque de corte neoliberal, desenvolvido na América Latina, que identifica no setor informal a manifestação do espírito empresarial morto pela excessiva

⁶Tradução realizada pela autora em 2015.

regulação estatal das atividades econômicas, o que obrigaria a atuar à margem da lei.

Pedrão (1985) coaduna com a visão de Cartaya (1987), que mais especificadamente em Salvador, o desenvolvimento da economia informal no mesmo período de modernização industrial apontou mecanismos de defesa da população da área urbana subempregada ao rigor da formação de emprego da economia industrial. Já na Bahia, a expansão ocorre acompanhando a urbanização e a industrialização, diretamente relacionada com o ingresso da força de trabalho nas principais cidades.

Cabe lembrar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera, na operacionalização estatística, como setor informal, todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias.

Tendo por base esta conceituação o referido instituto, em pesquisa realizada sobre a economia informal urbana mapeou que em outubro de 2003, existiam no Brasil, 10.525.954 pequenas empresas não agrícolas, das quais 98% pertenciam ao setor informal e ocupavam 13.860.868 pessoas. Em relação à pesquisa de 1997, houve crescimento de 10% no número de pequenas empresas, enquanto o número de empresas do setor informal cresceu 9%.

As mudanças ocorridas no cenário econômico e no mercado de trabalho, provocadas pelas crises internacionais tanto dos Estados Unidos quanto da Europa que repercutiram no Brasil, impulsionam o aproveitamento máximo de todas as oportunidades de geração de empregos, principalmente nos setores da economia nos quais existem margens de liberdade para escolher tecnologias intensivas em mão-de-obra.

Compete lembrar que, quando se opta por mensurar o setor informal tendo como ponto de partida a categoria de empregado sem carteira assinada, de empresas que atuam com um número restrito de empregados, ou ainda de trabalhadores que ganham baixos rendimentos, gera-se uma análise reducionista, pois não se considera o impacto no desenvolvimento econômico de determinado território. Cacciamali (1983) coaduna com este pensamento ao expor que

[...] Estas aproximações, frutos, às vezes, do anseio de mensurar o setor informal e da ausência de informações mais completas nas estatísticas oficiais, podem obscurecer a natureza e o caráter desse conjunto de produtores no processo de desenvolvimento econômico, além de poderem conduzir a interpretações incorretas sobre a qualidade do desenvolvimento econômico em gestação. Isto é, podem levar à conclusão que os baixos níveis de renda se resumam ao Setor Informal, mascarando os baixos salários do Setor Formal. (CACCIAMALI, 1983, p. 38).

Vale ressaltar que as instituições financeiras internacionais consideram a promoção do setor informal como parte das políticas sociais de assistência no combate à pobreza extrema, implementadas, por exemplo, pelo Banco Mundial, em decorrência da preocupação com o aumento da pobreza, a partir da década de 80 do século XX até os dias atuais.

Cacciamali(2000) afirma que o conceito de setor informal se tornou incompatível para discutir os fenômenos contemporâneos em países latinoamericanos, propondo assim a utilização de um novo conceito denominado por processo de informalidade, o qual remete às mudanças organizacionais ocorridas em decorrência da reestruturação econômica e da reorganização do trabalho assalariado, que provocaram uma reformatação do emprego no âmbito das empresas, o que causou um aumento dos empregos informais ou sem direito à proteção social, assim como uma expansão das cooperativas de trabalho e das empresas de terceirização de mão-de-obra.

Logo, para esta autora, o processo de informalidade é uma categoria de análise relevante para examinar as mudanças nas relações de produção e nas formas de inserção no mercado de trabalho, tendo em conta os rumos do capitalismo contemporâneo (CACCIAMALI, 2000; 2002a).

Apesar de ser encontrada em todos os países, naqueles que se encontram em desenvolvimento, a economia informal atinge uma maior significância, e, na maioria destes, existe uma tolerância declarada. A exceção é a Itália, onde existe uma acomodação entre os setores. (PRADO, 1991, p.29-30) Algo que pode ser entendido como a existência de uma dependência entre os segmentos, como argumenta Pedrão (1998)

[...] a relação entre o segmento formal e informal é simbiótica, já que a informalidade depende da demanda do mercado formal para sobreviver, que a economia formal transfere custos sociais para a informal, ao desentender-se da reprodução dos trabalhadores informais, mas que a produção informal concorre com a formal, mesmo quando comandada pela primeira, seja, que a produção informal é realizada por trabalhadores avulsos, ou por trabalhadores em- preitados pela produção formal [...] (PEDRÃO, 1998, p.62).

Já o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) denomina a economia informal como economia subterrânea, a qual é definida como a produção de bens e serviços não reportada ao governo com a finalidade de sonegar impostos, evadir contribuições para a seguridade social, evadir o cumprimento de leis e regulamentações trabalhistas e evitar custos decorrentes do cumprimento de normas aplicáveis na atividade (ETCO, 2014).

Um estudo realizado pelo ETCO (vide Tabela 1) em parceria com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE) divulgado em novembro de 2014, demonstra a real amplitude no Brasil, uma vez que, conforme pode ser visto na tabela a seguir, o Índice de Economia Subterrânea de 2014 foi estimado em 16,2% do PIB, ou R\$ 833.907 bilhões em números absolutos, perante R\$787.440 bilhões em 2013. Sendo essa a menor redução do Índice já verificada desde o início do levantamento em 2003 (índice era de 21%). Cabe ressaltar que em 2011, segundo a pesquisa o mesmo, representava 16,9%, ou seja, R\$702.174 bilhões, número superior ao Produto Interno Bruto (PIB) da Venezuela (\$378.900 bilhões) e do Chile (\$303.500 bilhões).

Na mesma pesquisa constatou-se que na última década, a informalidade no mercado de trabalho caiu significativamente, saindo de 21% do PIB para menos de 17% e além disso, caiu mais de 10 pontos percentuais, saindo de 33% para menos de 22% do total da população empregada (ETCO, 2014).

Um ponto significativo é que o aumento da escolaridade média do trabalhador brasileiro chega a responder por até 64% dessa queda. Conforme os pesquisadores, a relação entre escolaridade e formalização trazem perspectivas positivas no que diz respeito à redução da informalidade no futuro.

Tabela 1 - Tamanho da Economia Subterrânea no Brasil

Ano	PIB	Milhões de Reais	
		Reais Correntes	Reais a Preços de 2013
2003	21,00%	357.268	709.223
2004	20,90%	404.980	744.128
2005	20,40%	438.170	750.970
2006	20,10%	477.286	770.619
2007	19,40%	515.567	786.282
2008	18,70%	566.476	797.473
2009	18,50%	597.946	785.336
2010	17,70%	665.751	807.911
2011	16,90%	702.174	796.601
2012	16,70%	731.522	787.785
2013	16,30%	787.440	787.440
2014	16,20%	833.907	784.484

Fonte: ETCO, 2014

Alguns aspectos relevantes em relação aos jovens e à informalidade podem ser compreendidos a partir dos dados da Tabela 2 a seguir, disponibilizada no Boletim Juventude Informa⁷ de outubro de 2014, na qual pode-se constatar que a taxa de informalidade⁸ diminuiu para jovens e adultos no período entre 2001 e 2013. No caso dos adultos na faixa etária de 30 a 65 anos, a diminuição foi de 24,4%, passando de 47,9% para 36,2%. Além disso, perceber-se que mais de um terço da população adulta ocupada ainda atuava na informalidade em 2013. Para os jovens de idade de 15 a 29 anos a redução foi maior, 30,8%. Pode-se inferir que dentre os fatores que contribuíram para isso tem-se: as ações de incentivo do governo pela formalização dos empreendimentos, o fortalecimento da cultura de direitos sociais e o crescimento econômico no período.

Ainda na mesma Tabela 2 a faixa dos jovens com idade de 15 a 17 anos possui as taxas de informalidade mais elevadas, quando comparados aos demais grupos, fato que pode ser visto como uma consequência da legislação⁹ que permite a inserção desses jovens no mercado de trabalho. Já, a faixa etária subsequente (18 a 19 anos), apesar de possuir capacidade legal de assumir um trabalho formalizado, ainda exibe elevada taxa de informalidade, o que pode caracterizar dificuldade de inserção no mercado, aspecto que deveria ser diretamente impactado nos próximos anos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)¹⁰, pois a partir de 2013 o referido programa passou a ser ofertado por instituições privadas credenciadas pelo Ministério da Educação além das instituições integrantes do sistema S (SENAI, SENAT, SENAC e SENAR), ou seja, foi ampliada a oferta possibilitando alcançar um maior número de jovens inclusive em regiões que anteriormente não eram beneficiadas.

⁷ O Boletim Juventude Informa, realizado pelo Participatório (Observatório Participativo da Juventude/SNJ/SG/PR) em cooperação com o Instituto de Pesquisas Econômica e Aplicada (Ipea), tem por objetivo subsidiar o debate sobre as políticas públicas de juventude.

⁸Taxa de informalidade= (contra própria não contribuinte para a previdência + sem carteira + não remunerado)/ocupados.

⁹ Lei do Aprendiz - Lei nº 10.097/2000, o trabalho a partir dos 14 anos é permitido na condição de aprendiz e sob o contrato de aprendizagem, um contrato de trabalho especial e com prazo determinado (não podendo ultrapassar dois anos). Já, entre os 16 e 17 anos o trabalho é liberado, desde que não comprometa a frequência escolar, não ocorra em condições insalubres e com jornada noturna.

¹⁰ O Pronatec foi criado pela Lei nº 11.513/2011, na qual foram unificadas e criadas ações direcionadas à formação profissional em nível médio, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país.

Apesar do relatório¹¹ referente à avaliação da eficiência, eficácia e efetividade do programa (p.4,5 e 9), entre 2011 e 2014, informar que em junho de 2014 o mesmo já alcançava 72% dos municípios do país e destes 65 % apresentavam alta adesão entre cursos ofertados e oportunidades do mercado de trabalho local, tem-se também que a taxa de conclusão é de 79% (MEC, 2015). Em 2015 houve um retrocesso, já que a verba direcionada para o referido programa foi reduzida e algumas instituições descredenciadas, o que pode ocasionar um aumento tanto na taxa de informalidade, quanto no número de desocupados nesta faixa etária.

Tabela 2 - Taxa de Informalidade de Jovens e Adultos

Jovens e Adultos	2001	2013	2013/2001
Adultos (30 a 65 anos)	47.90	36.23	-24.4%
15 a 17	86.75	76.53	-11.8%
18 a 19	63.29	45.95	-27.4%
20 a 24	50.87	35.20	-30.8%
25 a 29	46.81	31.70	-32.3%
Jovens (15 a 29 anos)	55.17	38.16	-30.8%

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: IPEA, 2013

Porém, considerando-se as informações sobre o grau de informalidade I¹² disponível no Ipeadata, apontadas no Gráfico 1 a seguir, pode-se conjecturar que a redução observada a partir de 2009 nos diferentes níveis (Brasil, Nordeste e Região Metropolitana de Salvador) decorre do programa de incentivo a formalização dos empreendedores através do microempreendedor individual (MEI). Além disso, observa-se que o grau de informalidade I no Brasil passou de 56,6% em 2004 para 46,4% em 2013, ou seja, uma queda de 10,2%. No mesmo período, no Nordeste, passou de 74% para 63%, uma redução de 11%. Já na RMS, a queda foi de 8,8%.

¹¹ Relatório intitulado “Avaliação do Pronatec: aspectos relacionados à eficiência, eficácia e efetividade do programa entre 2011 e 2014”

¹²É uma das três diferentes definições do grau de informalidade disponibilizadas no referido banco de dados com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, e corresponde ao seguinte quociente: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria)/ (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria). Fonte: Ipeadata.

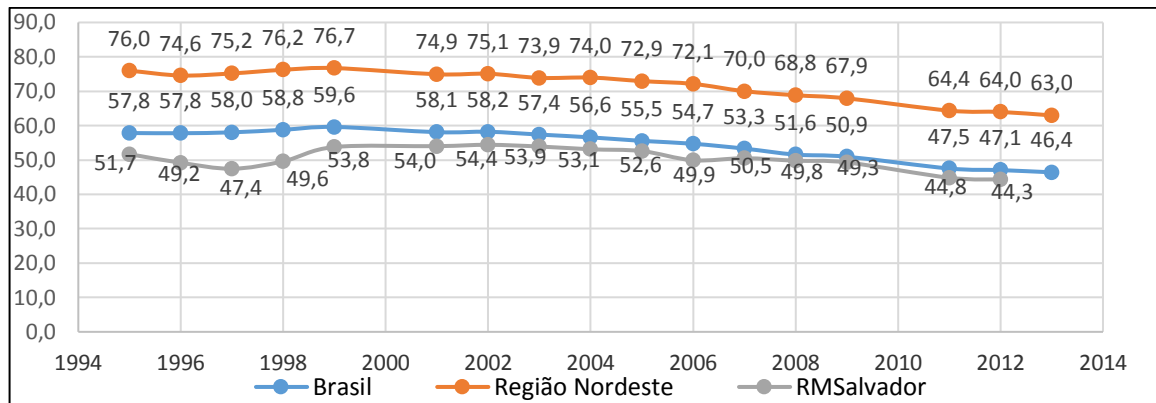


Gráfico 1 - Grau de Informalidade I - Brasil, Nordeste e RMS de 1995 a 2013 (%)

Fonte: DISOC/IPEA/IBGE

Elaboração: Autora, 2015

Apesar do recuo na economia informal apresentado anteriormente, cabe ressaltar que, dentre os principais efeitos da crise enfrentada pela sociedade brasileira desde 2014, estão o aumento das taxas de desemprego, a queda dos rendimentos dos ocupados e a mudança no perfil de empresas que preferiram reduzir sua configuração a se retirarem do mercado, além de um retrocesso em relação aos optantes pela formalização através de microempreendedor individual, fato que será especificado no tópico a seguir. Junta-se a esses efeitos o incremento do número de informais, decorrências que podem ser visualizadas como o ajuste do mercado de trabalho, inclusive na região metropolitana de Salvador.

Além do exposto anteriormente, um aspecto ainda necessita ser ressaltado, pois, conforme Chen¹³(2012), deve-se entender os limites da formalização. Em primeiro lugar, deve reconhecer-se que a formalização não é um processo que ocorre uma só vez, ou seja, a formalização deve ser vista como um processo contínuo e progressivo que envolve passos paulatinos e de diferentes dimensões, que leva a vários níveis e tipos de formalidade. Em segundo lugar, necessita-se admitir que a formalização não será rápida ou automática para todos aqueles que optem por ela. É preciso que se reorganizem, otimizem os procedimentos e incentivos para os negócios informais registrados e que os tipos e benefícios laborais para os trabalhadores sejam negociados cuidadosamente pelos empregadores, trabalhadores e o governo. Em terceiro lugar, precisa-se reconhecer que a formalização não será viável ou desejável para todos os negócios informais ou todos os trabalhadores assalariados informais. Já que muitos negócios informais e trabalhadores assalariados informais continuarão

¹³A autora, do documento de Trabajo de WIEGO N° 1, Martha Alter Chen é Professora de Políticas Públicas na Kennedy School da Universidade de Harvard e Coordenadora internacional de WIEGO.

fazendo o que fazem e sendo informais ou semiformais (pelo menos em alguma dimensão) no futuro próximo¹⁴.

Apesar das diferentes concepções de informalidade, não se pode ocultar o fato de que uma expressiva parcela de trabalhadores oriunda das classes consideradas mais pobres, em quase todos os países dos diversos continentes, insere-se no mercado de trabalho por meio no setor informal. (CACCIAMALI, 2000, p.154)

Definir trabalho informal é uma tarefa hercúlea, pois trata-se de um tema controverso na literatura de diferentes áreas, economia, administração, direito e sociologia. Para dar conta desta diversidade alguns autores tentam restringir o conceito, porém não se pode generalizar e considerar apenas aqueles não inseridos nas relações assalariadas, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada. Neste trabalho será utilizado o termo “economia informal” para delimitar a área de abrangência do cadastro das empresas. Porém, no seu decorrer, devido às características do universo de análise, será utilizada a expressão “processo de informalidade”, proposta por Cacciamali (2000), conforme citado anteriormente.

No Quadro 2 a seguir é possível visualizar a síntese de algumas das definições e opiniões sobre a economia informal.

Quadro 2 - Síntese de algumas definições de economia informal

Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe (1960)	Manifestação do excedente estrutural de mão-de-obra nos países latino-americanos e considerava que a diversidade da estrutura produtiva originava dois setores diferenciados no mercado de trabalho urbano: [...]; e o informal, relacionado a atividades de baixo nível de produtividade exercidas por trabalhadores independentes e por microempresas que operam sem uma organização realmente empresarial.
Organização Internacional do Trabalho (1970)	Fenômeno característico de países subdesenvolvidos, onde o progresso das relações mercantis modernas não foi capaz de incorporar expressiva parcela da população trabalhadora no padrão de emprego capitalista, possibilitando o aparecimento de outras estratégias de geração de renda.
Cacciamali(2000)	Sugeriu processo de informalidade, o qual remete às mudanças organizacionais ocorridas em decorrência da reestruturação econômica e da reorganização do trabalho assalariado, [...]
Krein e Proni (2010, p. 7).	Fenômenos tais como a contratação ilegal de trabalhadores sem registro em carteira, os contratos atípicos de trabalho, as falsas cooperativas de trabalho, o trabalho em domicílio, os autônomos sem inscrição na previdência social, a evasão fiscal das microempresas, o comércio ambulante e a economia subterrânea

Elaboração: Autora, 2017

¹⁴Tradução realizada pela autora, 2015

2.2 OS CIRCUITOS DA ECONOMIA

Em meados da década de 1990, o processo de urbanização dos países em desenvolvimento intensificou-se, caracterizado tanto pela limitação da oferta de empregos nos setores intensivos em capital quanto pelo aumento de atividades urbanas que, em decorrência do padrão de produtividade, abrigavam parte da força de trabalho com pouca qualificação e oriunda da pobreza, que se multiplicava nas regiões metropolitanas desses países.

Neste contexto, emergiu a teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos. Para melhor contextualizar a proposição política do microcrédito nesses circuitos, uma referência são as obras de Santos na década de 1970, seja no livro *Pobreza Urbana* (1978) ou no *Espaço e Sociedade: ensaios* (1979) ou ainda *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (2004), nos quais foi apontado que a economia urbana, e por extensão a regional, em países subdesenvolvidos se diferenciam em dois circuitos econômicos, o Circuito Inferior e o Superior. Além dos aspectos que diferenciam esses dois circuitos que vão desde a tecnologia utilizada até o apoio governamental, tem-se a discussão da marginalidade e menciona-se a interdependência dos dois circuitos.

Inicialmente é preciso ressaltar que a economia urbana deve ser visualizada como um sistema único, mas composto por dois subsistemas, o circuito superior e o circuito inferior, os quais fazem parte de uma estrutura urbana global. Cabe salientar que, segundo McGee (1973 apud Santos 1978, p. 37), o termo “circuito” evidencia melhor o fluxo interno entre os dois subsistemas.

A princípio Santos (1978, p.38) falou do circuito moderno e do tradicional em alusão ao circuito superior e inferior, respectivamente, porém posteriormente renunciou aos termos por perceber que os mesmos gerariam ambiguidades. Além disso, refutou o termo “circuito informal”, pois, conforme o mesmo, o circuito inferior tem sua própria organização e suas próprias leis operacionais e de evolução.

É importante frisar que, apesar das peculiaridades de cada circuito, deve-se procurar entender efetivamente a dinâmica e a dialética atrelada aos mesmos, ou seja, deve-se ultrapassar as informações inerentes aos tipos de serviços e/ou produtos ofertados, ao porte, a tecnologia associada ou a mão de obra necessária, pois é essencial

identificar as atividades desempenhadas a depender da conjuntura e a qual setor da população as mesmas estão vinculadas, tendo por base o consumo, mesmo que ocasional, para melhor compreender os circuitos (SANTOS, 1978, p.39).

No circuito superior, as atividades utilizam tecnologia importada e de alto nível, com uso intensivo de capital, em geral proveniente do crédito bancário, com predomínio do trabalho assalariado e usufruindo de auxílio governamental. Neste circuito estão as instituições financeiras tradicionais como os bancos, a indústria voltada para a exportação, comércio, serviços modernos, atacadistas e transportes, promovendo suas transformações a partir de grandes quantidades de mercadorias, produzidas para atender às necessidades criadas pelo *marketing* e seus canais de mídia. Os atacadistas e os transportes, por operarem no topo do circuito inferior, servem de elo de ligação entre os dois circuitos (SANTOS, 1978, p.39).

Conforme Santos (1978, p. 39 – 40), o circuito superior consiste de atividades puras, impuras e mistas, a saber:

- Puras – a indústria urbana moderna, e os serviços e comércios modernos, uma vez que são ao mesmo tempo elementos específicos da cidade e do circuito superior;
- Impuras – além dos bancos, a indústria e o comércio de exportação, pois embora possam estar estabelecidas na cidade, para se aproveitarem da localização seus interesses essenciais estão fora da cidade, para onde também sua produção é enviada;
- Mistas – atacadista e transportador, em decorrência da dualidade de sua participação, já que ambos têm ligação funcional com o circuito superior e o circuito inferior.

Um aspecto a ser salientado é que, em decorrência da globalização, surgiu a necessidade de ampliar os limites geográficos da atuação por parte das empresas, em relação ao circuito superior, dentre as diferentes formas encontradas, deve ser evidenciado que os empreendimentos responderam à necessidade de ampliação dos limites geográficos da distribuição/oferta dos seus serviços e/ou produtos sem aumentar sua estrutura de custos a partir das franquias, o que fica evidente com os resultados divulgados pela Associação Brasileira de Franchising (ABF), os quais estão agrupados na Tabela 3 a seguir.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e a ABF em 2014 o Brasil gerou 396.993 vagas de emprego sendo que destes aproximadamente 16,92% (ou 67.178) foram oriundos de franquias.

Tabela 3 – Franchising: crescimento, faturamento e empregos formais 2010–2014 Brasil

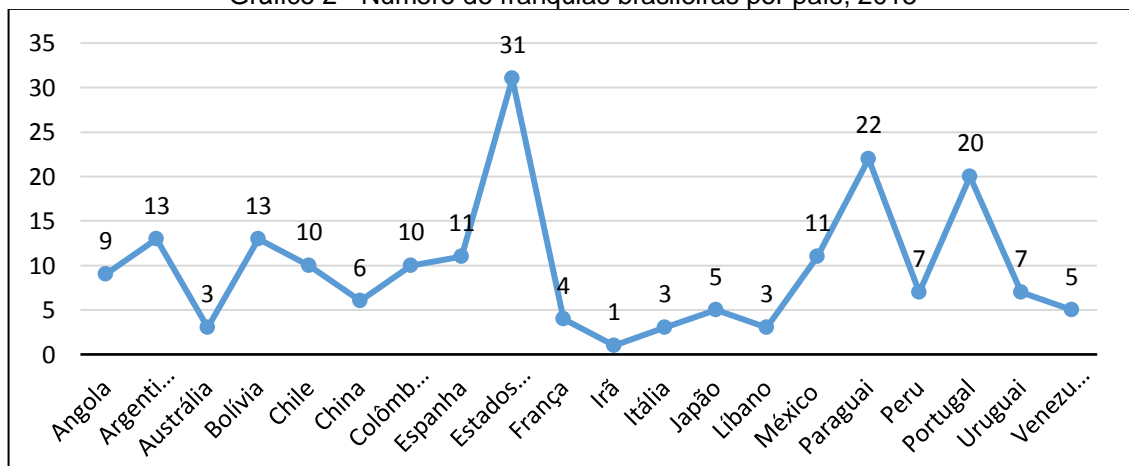
Ano	Crescimento	Faturamento (R\$)	Empregos Formais Criados – biênios
2010	20%	75.987.000.000	Sem Informação
2011	16,93%	88.854.000.000	60.597
2012	16,20%	107.297.000.000	103.005
2013	11,50%	119.668.000.000	88.794
2014	7,7%,	128.876.000.000	67.178

Fonte: ABF, 2015

Elaboração: Autora, 2015

Ainda conforme a ABF as franquias brasileiras marcavam presença em 53 países em 2014 (vide Gráfico 2), das 106 marcas com presença internacional aproximadamente 90,57% tem operações no exterior e 9,43% realizam exportações, fato que evidencia a ampliação da distribuição pelas empresas do circuito superior, visto que para ter uma franquia o investimento é inferior ao previsto para a abertura e manutenção de uma filial. Nos Estados Unidos, Paraguai e Portugal encontra-se a maior concentração, 31, 22 e 20 de franquias brasileiras, respectivamente.

Gráfico 2 - Número de franquias brasileiras por país, 2015



Fonte: ABF, 2015

Elaboração: Autora, 2015

Já no circuito inferior, as atividades utilizam tecnologia frequentemente adaptada à realidade local, com uso intensivo de mão-de-obra, em geral temporária, sendo que sua existência depende do crédito pessoal direto e do dinheiro líquido e não tem quase nenhum tipo de apoio governamental, excetuando-se os programas criados na terceira fase da evolução do microcrédito, que serão abordados no tópico 4.3, por exemplo, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Nesse circuito, as formas de fabricação são pouco capitalizadas, as mercadorias circulam através do comércio tradicional e de pequeno porte, os quais são dependentes do consumo da camada mais pobre da população trabalhando em geral com pequenos volumes de mercadorias. Porém, este circuito abriga um considerável potencial de criatividade, que pode ser visualizado como uma das vertentes da denominada economia criativa, a qual é concebida como um modelo de desenvolvimento pela Organização das Nações Unidas (UNCTAD, 2010), uma vez que, pode ser vista como uma forma de inserção no mercado de trabalho e geração de renda.

Cabe ressaltar que o circuito inferior é uma esfera fundamental da vida urbana em países como o Brasil, por abrigar a população pobre, por vezes pouco qualificada, migrante e também originária da cidade, que raramente pode consumir e /ou trabalhar no circuito superior.

Outro autor que aborda o tema é Pedrão (2002, p.64), para o qual a formação do mercado em cada cidade constitui o desenvolvimento de diferentes circuitos de atividade, com diferentes intensidades de vínculo com o mercado, que usam capital e trabalho de formas diversas, mas que resultam numa utilização final de trabalho e de materiais para consumo imediato e para a continuidade da produção.

Na visão de Pedrão (2002, p. 50), os grupos de maiores rendas podem escolher a localização de suas habitações, assim diferenciando os espaços urbanos e discriminando os circuitos urbanos de consumo. O autor ainda afirma que os grupos de baixa renda e de rendas incertas – onde encontra-se a informalidade decorrente da pobreza – estão compelidos a moradias inadequadas e vivem em espaços ínfimos. Além disso, aprecia um dos aspectos mais inventivos da teoria de Ricardo a distinção entre a parte do mercado composta pelas compras e vendas realizadas pelos grupos de baixa renda, e a parte constituída pelas relações de compra e vendas efetivadas pelos grupos de altas rendas, onde se encontram os proprietários e capitalistas e, considera que isto explica o motivo pelo qual a composição da demanda dos trabalhadores fica restrita a um pequeno número de bens tecnologicamente quase invariantes (PEDRÃO, 2002, p.39-40).

Deve-se ressaltar que Pedrão, diferentemente de Santos, Silveira e outros autores, não utiliza o conceito de circuito superior e inferior, optando por circuitos de atividade

e circuitos urbanos de consumo, associando-os as características do espaço e do mercado.

É importante salientar que não existem grandes obstáculos para exercer atividades do circuito inferior, já que a necessidade de capital inicial é menor que em outras atividades, não é preciso ter experiência e é comum que o ponto de venda seja também a habitação da família, visto que o negócio tem pequenas dimensões, ou seja, necessita de pequena área física para o seu funcionamento.

Atualmente uma alternativa para os empreendedores deste circuito são as micro franquias, as quais podem ser visualizadas como uma opção para quem quer entrar no mercado com o respaldo de uma marca, mas não possui muito dinheiro para investir, neste caso o investimento mínimo é de R\$6.000,00 (ABF, 2015). Além disso, correspondem a serviços como reparos, costuras e/ou customizações, dentre outros e, por apresentar um formato mais compacto, o empreendedor tem a possibilidade de trabalhar em casa e deve ter uma participação muito ativa para o negócio ir para frente. Este fato pode ajudar a entender as estatísticas sobre o cadastro central das empresas do IBGE (CEMPRE) no Brasil e em particular na região metropolitana de Salvador.

Corroborando Silveira (2007, p.9) com a visão de Santos (1978), ao afirmar que o circuito inferior caracteriza-se pela fabricação e comércio em pequenas quantidades, pela utilização de capitais reduzidos e por um leque de situações de emprego – acordos pessoais entre patrão e empregado, trabalho autônomo, trabalho familiar, pequenas empresas. São atividades de pequena dimensão, como o pequeno comércio varejista e inclusive ambulante, diversas formas de artesanato e de reparação e consertos, alguns transportes, prestação de serviços banais ou mesmo a agricultura intra-urbana presente em algumas cidades.

Pode-se então inferir que os serviços do circuito inferior influenciam no aumento do tamanho da cidade. Em Salvador, por exemplo, sua espacialização e diversidade aumentam, por causa da colaboração que diferentes atividades de pequena dimensão, tais como: artesãos, sapateiros, vendedores de mingau/café, sacoleiras e entregadores, dentre outras.

Além disso, tem-se a venda direta como uma outra opção de geração de renda do circuito inferior, a qual conforme a Associação Brasileira de Empresas de Vendas

Diretas (ABEVD) é definida como um sistema de comercialização de bens de consumo e serviços baseado no contato pessoal entre vendedores e compradores, fora de um estabelecimento comercial fixo. Ainda segundo a ABEVD (2015) o Brasil ocupa a quarta posição no ranking da *World Federation of Direct Selling Associations* (WFDSA) e em 2013 esse mercado atingiu US\$ 14,6 bilhões em volume de negócios, contava com mais de 4,5 milhões de pessoas em sua força de vendas e gerou cerca de 8 mil empregos diretos.

Ainda sobre vendas diretas, é preciso salientar que conforme a *WebShoopers* (edições 2015 e 2016), o Brasil é o 10º maior mercado de *e-commerce* do mundo, e registrou um aumento de 16% no faturamento online em 2015, fato decorrente das vantagens do mercado virtual, tais como capilaridade e menor custo operacional. Cabe salientar que tanto a tecnologia do *e-commerce* quanto a do *Mobile Commerce* (*m-commerce*) se propagaram pelas empresas de varejo, por exemplo, o *m-commerce* cresceu de 10% para 15% no biênio 2014-2015. Além disso, o mercado virtual girou R\$ 41 bilhões de reais.

Em 2015, se comparado com o varejo físico (restrito) no Brasil, o qual é mensurado pelo IBGE, o comércio eletrônico representou 3,3% das vendas totais e crescimento de 15,3% no faturamento no país, sem considerar as vendas B2B¹⁵, turismo, passagens aéreas e sites classificados (E-BIT/BUSCAPÉ/*WebShoopers*, 2016). Fato observado também nas vendas diretas a partir de sites como “segunda mão” e “mercado aberto”, os quais otimizaram os resultados de microempreendimentos surgidos na crise.

Dados que corroboram com o argumento de que a entrada nas atividades desenvolvidas neste circuito é geralmente fácil, pois conforme Santos (2004, p.204) é mais necessário trabalho do que capital. Ainda segundo este autor, o circuito inferior da economia urbana compõe

um mecanismo permanente de integração que oferece um número máximo de oportunidades de emprego com um volume mínimo de capital. Esse circuito corresponde exatamente às condições gerais de emprego e disponibilidade de dinheiro, assim como às necessidades de consumo de uma importante fração da população. Seu funcionamento é dirigido por leis, isto é, por uma constância de comportamento de vida a causas que por sua vez também se repetem [...] constitui um subsistema dentro de um sistema maior, o sistema urbano, e este mesmo não é nada mais que um subsistema do sistema nacional (SANTOS, 1978, p 54).

¹⁵ B2B significa *business to business* ou empresa para empresa.

É importante frisar que os elementos essenciais para o funcionamento de negócios no circuito inferior são o crédito, os intermediários financeiros e o dinheiro líquido. O crédito é indispensável tanto para os agentes quanto para os consumidores. Já aos intermediários, cabe a ligação entre os produtores, sejam eles urbanos ou rurais, e os comerciantes da cidade. E, o dinheiro líquido por sua vez, assegura as diferentes funções no âmbito desse circuito (SANTOS, 2004, p.228-229). No Quadro 3 a seguir, pode-se visualizar as características principais dos dois circuitos.

Quadro 3- Síntese dos Circuitos da Economia

Características	Circuito Superior	Circuito Inferior
Ajuda governamental	Usufrui	Ocasional
Assalariado	Dominante	Poucos
Capital	Intensivo	Reduzido
Cliente	Impessoais	Diretas, personalizadas
Crédito	Instituições tradicionais	Pessoal direto e do dinheiro líquido
Custos fixos	Relevantes	Mínimos
Emprego	Pouca oferta, qualificado	Pouco qualificado, muita oferta
Estoque	Grande quantidade	Pequena quantidade
Exportação	Grande	Nula ou reduzida
Organização	Burocrática	Desregulamentada
Preço	Fixos	Passíveis de negociação
Publicidade e MKT	Necessária	Não utilizada
Reutilização de bens	Reduzido	Frequente

Fonte: Santos, 2004 adaptado

Vale ressaltar que é difícil definir emprego no circuito inferior, pois compreende tanto o trabalho mal remunerado como o trabalho temporário. Além disso, o emprego familiar é frequente nas pequenas empresas desse circuito, já que permite aumentar a produção sem que haja necessidade de mobilizar mais capital de giro (SANTOS, 2004, p.219).

Em 2000, Santos considerava que o crescimento do circuito inferior, provocado tanto pelo desemprego quanto pela piora na remuneração do emprego, revelava a existência de uma pobreza estrutural globalizada, isto é, não marginal nem ocasional, mas uma “produção científica, globalizada e voluntária da pobreza”, ou seja, “trata-se de uma pobreza pervasiva, generalizada, permanente, global.”. Cabe salientar que o autor utilizou o termo “produção científica” não no seu conceito universal, mas

possivelmente para evidenciar a “formação ou intensificação” da pobreza como uma contribuição “da ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação”. (Santos, 2000, p. 72)

Atualmente uma quantidade significativa de tecnologias e de sistema de otimização da produção disponíveis alcançou os diferentes setores da economia. Por este motivo a autora Silveira (2011) afirmou que as modernizações tecnológicas e organizacionais contemporâneas têm fortalecido o circuito superior das economias urbanas e, como consequência, geraram seu distanciamento do circuito inferior, o qual aumenta pela produção de pobreza e dívidas sociais.

Cabe salientar que, para autores como Silva (2012), é um equívoco no uso dessa teoria, denotar o circuito superior e inferior como sinônimos de atividades formais e informais, respectivamente. Ela prossegue explicando que a teoria desenvolvida por Milton Santos visa interpretar a economia política da cidade tendo por base a magnitude dos capitais, o emprego de tecnologia e o nível organizacional nas atividades produtivas, tentando demonstrar os nexos estruturais entre pobreza e riqueza. Conforme esta autora, o circuito inferior não pode ser reduzido apenas a uma questão da obediência às normas do Estado, pois, segundo a mesma, a teoria visa esclarecer o funcionamento das cidades alicerçado na relação entre os grupos sociais privilegiados e os menos abastados dentro da sociedade de classes:

[...] a divisão da economia em formal e informal, do ponto de vista geográfico, não explica a relação entre a cidade rica e abastada e a cidade pobre. [...]. Os dois circuitos formam o subsistema urbano, sendo um equívoco a análise da economia urbana por apenas um desses circuitos, pois eles funcionam de forma complementar, concorrente e o circuito inferior subordina-se ao circuito moderno das grandes empresas porque esse último controla a variáveis-chave do período. A base da distinção entre esses dois subsistemas não é o elemento formalidade ou informalidade e sim o modo de organização e o uso de capital e tecnologia (SILVA, 2012, sp).

Vale ressaltar que, além destes dois circuitos, SANTOS (2004) definiu o circuito superior marginal, o qual funciona segundo parâmetros modernos, o que o aproxima do circuito superior, entretanto, o mesmo surge como resposta às necessidades de consumo localmente induzido podendo ser resultado do circuito superior em decadência ou do circuito inferior em ascensão. Porém, nos dias atuais existe uma nova movimentação na economia formada por empreendimentos que possuem as seguintes características: atendem uma clientela diversificada, desde grandes lojistas até pequenos consumidores, dominam a concepção/criação e terceirizam da produção, não tem ponto nem loja física, geralmente são negócios virtuais, são

assalariados e necessitam de pouca mão de obra. Questiona-se então se é um novo circuito ou apenas uma adaptação?

Cabe ainda expor que vários autores vislumbraram a relevância do circuito inferior, por exemplo, Prahalad (2010, p.125), que considera que o setor privado pode ser um grande facilitador da redução da pobreza com a criação de mercados na base da pirâmide (BP), já que, a BP é um mercado de crescimento viável e lucrativo. Além disso, este autor ao abordar o desenvolvimento com fator de transformação social pondera que

[...] tratar a BP como um mercado leva à redução de pobreza, especialmente quando ONGs e grupos comunitários puderem se juntar às multinacionais e empresas locais como parceiros de negócios. O desenvolvimento de mercados e modelos eficazes de negócios é algo com potencial para transformar a tarefa de diminuir a pobreza, tirando-a daquela constante luta para conseguir subsídios e outros tipos de ajuda e colocando-a no caminho do empreendedorismo e da geração de riqueza. [...] Quando pequenas e microempresas, muitas delas informais, se tornam parceiras de multinacionais, os empresários da BP obtêm real acesso a mercados globais e a capital, e a governança eficaz de transações. (PRAHALAD, 2010, p.147)

A compreensão das dimensões destes circuitos contribui para explicar algumas das variáveis constantes neste trabalho, dentre as quais pode-se citar: microcrédito, microempreendedores e desenvolvimento econômico-financeiro.

Continuando, precisa-se compreender a economia solidária, pois, na última década tem se tornado uma opção para a obtenção de renda e, além disso, os empreendimentos economicamente solidários utilizam o microcrédito como uma das fontes de captação de recursos.

2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para alicerçar a pesquisa, é realizada uma breve retomada dos conceitos e definições envolvidos com a economia solidária, buscando discutir suas bases históricas e principalmente a utilização em um contexto econômico específico. Pois atualmente os empreendedores solidários, buscam nos programas de microcrédito recursos para a implementação e operacionalização dos negócios.

Para Singer¹⁶ (2000, p.3) apesar das contribuições decisivas dos autores denominados “utópicos” da primeira metade do século XIX, por exemplo, Owen, Fourier, Buchez e Proudhon, a economia solidária (ES) não pode ser considerada criação intelectual de alguém, já que a ES é uma criação em processo ininterrupto de trabalhadores e de luta contra o capitalismo. E, como tal, não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha, em toda a evolução.

Segundo França Filho (2002), a Economia Solidária (ES), tal como é vislumbrada atualmente, tem sua origem no movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, ou seja, uma dinâmica de resistência popular, da qual emergiram experiências solidárias influenciadas pelo ideário da ajuda recíproca, da cooperação e da associação.

A opinião de França Filho (2002) está em consonância com o pensamento de Singer (2002) para o qual a economia solidária (ES) surge como reação contra as injustiças praticadas pelos que impulsionaram o desenvolvimento capitalista, desde a primeira revolução industrial, pois a mesma não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. Logo, o propósito da ES é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igualitária e menos casual, ou seja, a economia solidária se compõe das empresas que praticam os princípios da autogestão, ou seja, do cooperativismo.

Para Singer (1998), que visualiza a ES como uma alternativa ao capitalismo, pode-se definir a economia solidária como:

[...] um projeto de organização socioeconômica com princípios opostos ao do laissez-faire: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – não a eliminação! – destes mecanismos pela construção de relações econômicas solidárias entre produtores e consumidores (SINGER, 1998, p.9).

Continuando, Singer (2000) menciona a economia solidária como uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social, e explicita que

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente [...](SINGER, 2000 p.138).

¹⁶Economia solidária: um modo de produção e distribuição

Corroborando Drummond e Carvalho (2001):

O termo Economia Solidária identifica uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade. Estas novas formas de solidariedade fazem alusão à iniciativa cidadã em oposição, ao mesmo tempo, às formas abstratas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter comunitário (DRUMMOND e CARVALHO, 2001, p.247).

Com o crescimento da exclusão operária e dos movimentos reivindicatórios que buscavam substituir a figura do empregador no mercado. Sindicalistas e cooperativistas buscaram se unir visando à construção de um novo mercado de trabalho (FRANÇA FILHO, 2002).

No Brasil, a Economia Solidária ganhou força no final do século XX, perante a crise atrelada ao modo de produção fordista e a busca pela reestruturação do processo produtivo, fatos que resultaram na precarização do mercado de trabalho e concomitantemente provocaram o surgimento de empreendimentos organizados de forma associativa e cooperativa por iniciativa dos trabalhadores, muitas vezes para assumir a massa falida de uma fábrica e preservar o emprego. De acordo com Páteo (2012):

Nos últimos 30 anos, mais acentuadamente, vem ocorrendo na América Latina uma multiplicação de organizações econômicas cuja característica fundamental é a livre associação de trabalhadores que se organizam de forma horizontal, organizações essas que ficaram conhecidas no Brasil pela denominação de 'empreendimentos econômicos solidários'(EES). (PATEO, 2012, p. 15)

Lechat¹⁷ (2002) considera que no Brasil a origem da economia solidária tem como ponto de partida o quadro das condições socioeconômicas e políticas das décadas de 1980 e 1990, os embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego estrutural. Além disso, conforme esta autora, o conceito de economia de solidariedade surge pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro Economia de solidariedade e organização popular, onde o autor Razeto o concebe diferenciando da economia popular como:

[...] uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas [...], que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. (RAZETO, 1993, p.40 APUD LECHAT, 2002).

O fortalecimento da Economia Solidária no Brasil ocorreu a partir do surgimento de

¹⁷ Palestra proferida na UNICAMP no II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares em 20/03/2002 intitulada As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil

instituições de representação dos empreendimentos de economia solidária (EES), por exemplo, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em 2003, o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) em 2006, e a União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS) em 2014, a qual reúne três centrais de representação: a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil), a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). A UNICOPAS tem como objetivo lutar pela concepção do cooperativismo solidário no Brasil e representar nacionalmente cooperados de agricultura familiar e economia solidária.

São vários os autores que definiram a economia solidária, e todos concordam que existe um conjunto de características inerentes aos empreendimentos de economia solidária. Por exemplo, segundo Borinelli et al (2010, p.1), pode-se definir a ES como

um sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade no intuito de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando a emancipação e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental.

Guélin (1988, p.13) afirma que a

economia social é composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros.

Considerando que as pessoas mais atingidas pela crise no mercado de trabalho são os que tiveram menos acesso ao sistema educacional, ao processo de produção social, os mais vulneráveis, pode-se visualizar a cooperativa tanto como um espaço de remuneração do trabalho livre da exploração “capitalista” quanto como a oportunidade de se resgatar a autoestima perdida. Fato que coaduna com o pensamento de Singer (2003), o qual destaca que:

Para pessoas humildes, que sempre foram estigmatizadas por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania. Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo (SINGER , 2003, p.28).

Para o sistema de informações em economia solidária (SIES) a economia solidária é vista como

o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária, (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, 2009, p.17)

Além disso, ainda segundo a mesma fonte, dentre as características dos empreendimentos econômicos solidários ressaltam-se: o interesse e os objetivos comuns, a autogestão, a busca pela viabilidade das iniciativas de produção, venda e captação de recursos e, distribuição justa dos resultados atrelada a melhoria das condições de vida dos envolvidos.

De acordo com o Atlas de Economia Solidária¹⁸ (2009, p.18) os Empreendimentos Econômicos Solidários abrangem as seguintes organizações:

- a) coletivas - organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, etc;
- b) cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e;
- e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário.

Para Singer e Souza (2000, p.13) existem distinções entre os empreendimentos de ES se comparados ao modelo econômico tradicional, dentre as quais tem-se: a posse coletiva dos meios de produção pelos que se utilizam dos mesmos para produzir; a gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação, dependendo do número de cooperados; a distribuição da receita líquida entre os cooperados, conforme decisão em assembleia; o direcionamento do excedente anual, conforme critérios acertados entre todos os cooperados e a não remuneração da cota

¹⁸O Atlas da Economia Solidária será denotado por AES

básica do capital de cada cooperado.

Cabe salientar que conforme Gaiger (2004) os Empreendimentos de Economia Solidária, diferente dos modelos tradicionais capitalistas, apresentam como motor

[...] o interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do empreendimento, o que estimula maior empenho com o aprimoramento do processo produtivo, a eliminação de desperdícios e de tempos ociosos, a qualidade do produto ou dos serviços, além de inibir o absenteísmo e a negligência. (GAIGER, 2004, p. 34).

Após explicitar o conceito de economia solidária e os atributos inerentes aos empreendimentos de economia solidária, faz-se necessário caracterizar os referidos EES. No Atlas da Economia Solidária (2009) ao se avaliar a forma de organização dos empreendimentos solidários no período compreendido entre 2005 e 2007 percebeu-se que no Brasil 52% organizavam-se sob a forma de associação, 36,5% grupos informais, 10% cooperativas e 1,5% outras formas de organização. Constatou-se também que as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste apresentavam distribuição semelhante; no Sudeste e no Sul o maior percentual era de grupos informais, 58% e 46%, respectivamente.

Na mesma fonte, outro aspecto ressaltado foi que dentre os participantes dos EES no Brasil estavam associados mais de 1 milhão e 680 mil pessoas, sendo 63% homens. Nas regiões Nordeste (NE) e Centro Oeste a participação das mulheres estava acima da média nacional (37%). O resultado da região NE, está em concordância, por exemplo, do obtido pelo IBGE no censo de 2010, no qual a maioria das famílias nesta região tinha à frente mulheres (Tabela 4). O que atualmente ocorre inclusive nos municípios da RMS conforme dados do IBGE.

Tabela 4 - Participantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários Por Sexo - Regiões e Brasil - 2005 - 2007

Região	Mulheres	Mulheres (%)	Homens	Homens (%)	Total
Norte	77.219	39%	118.331	61%	195.550
Nordeste	262.873	41%	380.643	59%	643.516
Centro oeste	54.194	43%	72.028	57%	126.222
Sudeste	67.479	38%	109.425	62%	176.904
Sul	166.576	31%	374.925	69%	541.501
Brasil	628.341	37%	1.055.352	63%	1.683.693

Fonte: Atlas da Economia Solidária 2005 – 2007 / MTPS/Senaes.Sies

Ainda hoje são vários os motivos para a criação de um empreendimento de economia solidária (EES). No Brasil os principais motivos para a criação de EES são: alternativa ao desemprego, complemento de renda e obtenção de maiores ganhos respectivamente 46%, 44% e 36%. (Vide Gráfico 3)

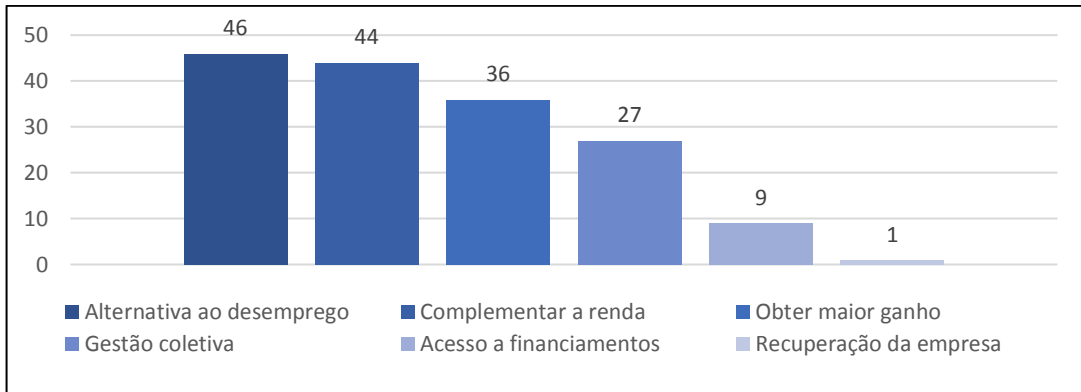


Gráfico 3 - Motivo da criação do Empreendimento Econômico Solidário, Brasil 2007

Fonte: Atlas da Economia Solidária 2005 - 2007 / MTPS/Senaes.Sies

Segundo a mesma pesquisa, as três principais origens de recursos dos EES ao começarem suas atividades foram: 60% a partir de recursos dos próprios associados, 21% utilizaram como fonte de recursos doações e 12% usaram recursos provenientes de operações de crédito. Pode-se conjecturar, portanto, que destes 60% uma grande parte seja proveniente de programas de demissão voluntária ou seguro desemprego (Gráfico 4). E, no Gráfico 5 é possível ver que a origem dos recursos foi mantida basicamente no mesmo patamar seis anos depois (2013).

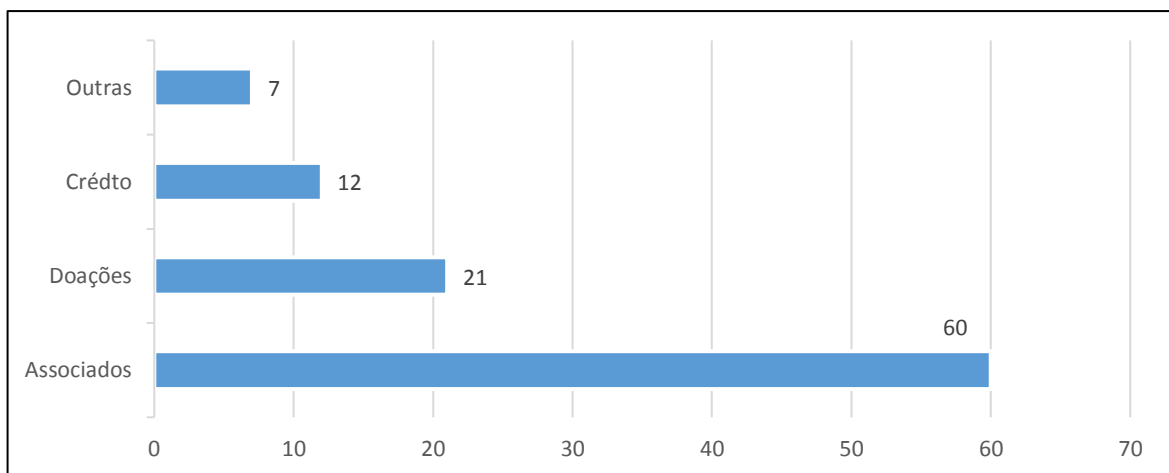


Gráfico 4- Origem dos recursos para Iniciar os Empreendimentos de Economia Solidaria no Brasil, 2007 (%)

Fonte: Atlas da Economia Solidária 2005 – 2007 / MTPS/Senaes.Sies

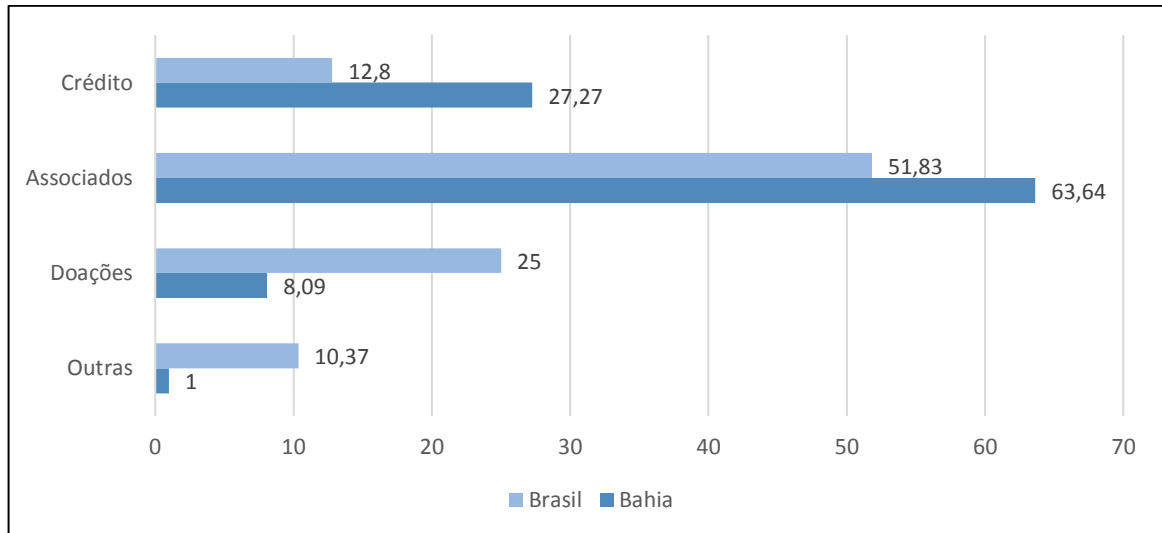


Gráfico 5 - Origem dos recursos para Iniciar os Empreendimentos de Economia Solidaria no Brasil e na Bahia, 2013 (%)

Fonte: Senaes.Sies, 2018

Em relação ao aspecto da viabilidade econômica dos empreendimentos, conforme a Tabela 5 mostra, no período entre 2005 e 2007, no Brasil 38% dos EES conseguia superávit nas atividades econômicas desenvolvidas. Em contrapartida, 15% dos empreendimentos eram deficitários, ou seja, tinham excesso de despesa sobre a receita. Ao mesmo tempo, 34% conseguiam arcar com as despesas realizadas, apesar de não gerarem caixa excedente. Cabe ressaltar ainda que 13% dos EES informaram que não eram organizados com o objetivo da obtenção de resultados financeiros ou não opinaram sobre o assunto. Vale salientar que a quantidade dos EES que apresentaram superávit nas regiões Sul e Sudeste exibiram resultados superiores em relação à média nacional, 46% e 41%, respectivamente. Já as regiões Nordeste (17%) e Centro Oeste (20%) expuseram as maiores quantidades referentes às unidades que tiveram déficit. (Atlas da Economia Solidária 2005 – 2007, 2009, p. 45 – 46)

Tabela 5 - Resultados Financeiros Regiões e Brasil 2005 - 2007

Regiões e Brasil	Superávit	Déficit	Sem Excedente	Não se aplica
Norte	39%	13%	35%	13%
Nordeste	35%	17%	36%	12%
Centro Oeste	31%	20%	38%	11%
Sudeste	41%	13%	34%	12%
Sul	46%	10%	27%	17%
Brasil	38%	15%	34%	13%

Fonte: Atlas da Economia Solidária 2005 – 2007 / MTPS/Senaes.Sies

Elaboração: Autora, 2016

Outro aspecto a ser evidenciado é que em junho de 2010, na II Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília, a qual tinha como tema “Pelo Direito de

“Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável” apresentou-se em seu documento final no item 22 (p.15) que a economia solidária pode ser considerada uma orientação estratégica para mudança no sistema financeiro, devido as seguintes características:

Em primeiro lugar, porque o sistema de finanças solidárias não é especulativo. Os recursos são investidos para dinamização das economias locais e territoriais, incentivando a produção, a comercialização e o consumo de forma sustentável. Em segundo, porque é autogestionário: os próprios associados têm participação na propriedade e na gestão das cooperativas de crédito, dos bancos comunitários e dos fundos rotativos solidários, garantindo que os recursos sejam direcionados de acordo com suas demandas concretas e finalidades de investimento na produção, comercialização e no consumo, voltados para o bem comum. A economia solidária propõe, como direito, a democratização da gestão da poupança para que o dinheiro do povo trabalhador possa estar a serviço dele próprio.

Tendo por base a pesquisa amostral de sócios de EES no Brasil¹⁹, pode-se visualizar o perfil das pessoas que constituem esses empreendimentos. A partir dos dados agregados referentes à idade dos sócios entrevistados percebe-se no Gráfico 6 que a economia solidária está presente em todas as faixas etárias, apesar de 70,8% possuírem entre 30 e 59 anos de idade. Além disso, pode-se visualizar no Gráfico 7 que dos 2.895 entrevistados, 69% não tem o ensino médio, sendo que destes 56% possuem ensino fundamental incompleto ou não frequentaram a escola. Entretanto, esse resultado está em consonância com o resto da população brasileira conforme os dados do censo de 2010 do IBGE.

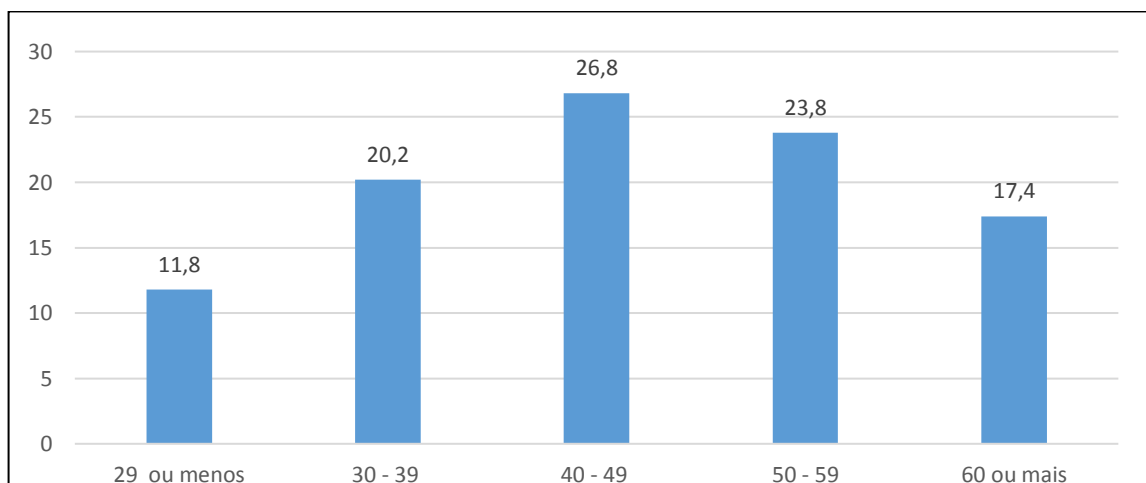


Gráfico 6- Faixa Etários dos Sócios dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil em 2013

Fonte: Senaes / Sies no Boletim Informativo - Edição Especial. Ano V, 2014

¹⁹Pesquisa explicitada no Boletim Informativo - Edição Especial. Ano V em 2014

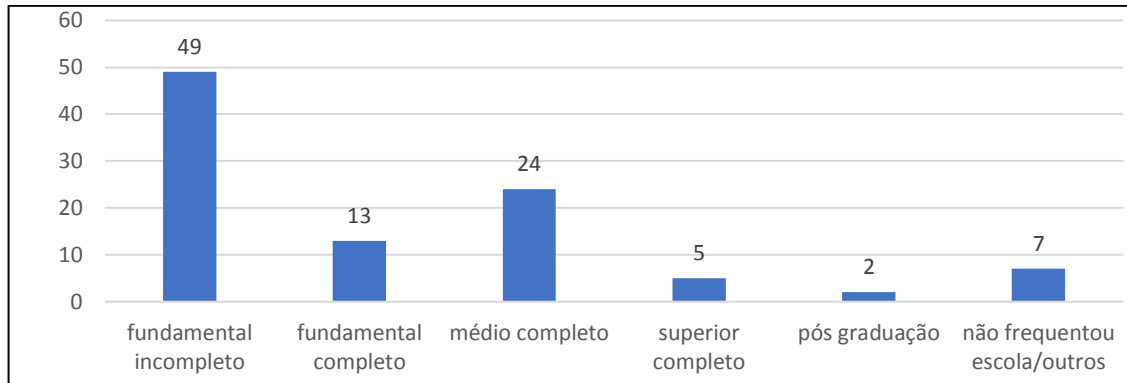


Gráfico 7 - Grau de Escolaridade dos Sócios dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil em 2013

Fonte: Senaes / Sies no Boletim Informativo - Edição Especial. Ano V, 2014

Segundo Culti, Koyama e Trindade (2010) a partir do indicador de atividades observou-se que 52% dos EES adquirem os insumos ou matéria prima de empresas privadas tradicionais e apenas 21,8% compram de associados e de outros EES, sinalizando uma baixa integração no mercado solidário. Em relação à venda dos produtos a outros EES, o cenário é ainda pior, pois apenas 1% dos empreendimentos vendem em primeira opção para os EES.

Este último fato contradiz o pensamento de Singer (2006, p.132) para o qual a ideia básica da economia solidária seria garantir a cada empreendedor um mercado para seus produtos e/ou serviços e uma gama de economias externas, tanto de acesso ao crédito/financiamento quanto de orientação técnica, a partir da solidariedade entre produtores autônomos de todos os portes e tipos. O referido autor utiliza essa definição para argumentar que devido às barreiras para a atuação em mercados fragmentados, em geral sem clientela formada e por vezes sem a possibilidade de oferecer preços competitivos, deve-se vislumbrar que:

[...] a solidariedade é a solução racional: um conjunto de produtores autônomos se organizar para trocar seus produtos entre si, o que dá a todos e a cada um maneira de escoar a produção sem ser de imediato aniquilado pela superioridade dos que já estão no mercado. (SINGER, 2006, p.132)

Também na mesma pesquisa, tendo como base o indicador organização, percebido pelo tempo de existência dos empreendimentos econômicos solidários e considerando os EES que surgiram na década de 1990, afirma-se que 25,1% tem de 8 a 12 anos de existência, 22,7% de 5 a 7 anos e 33,9% de 1 a 4 anos. Desses empreendimentos, 51% declararam que o quadro social permaneceu o mesmo e 30,3% que aumentou nos últimos anos.

Além disso, na região Nordeste, entre 2009 e 2013, independente da atividade econômica principal (comercialização, prestação de serviço ou trabalho a terceiros e produção, dentre outras) 52,41% dos EES que buscaram crédito e/ou financiamento não o obtiverem. Em contrapartida 47,59% lograram êxito conforme pode-se visualizar no Gráfico 8. A região Sul foi a única na qual o percentual de quem obteve êxito foi superior tendo em vista que dos 617 empreendimentos que buscaram captar recurso 66,94% conseguiram.

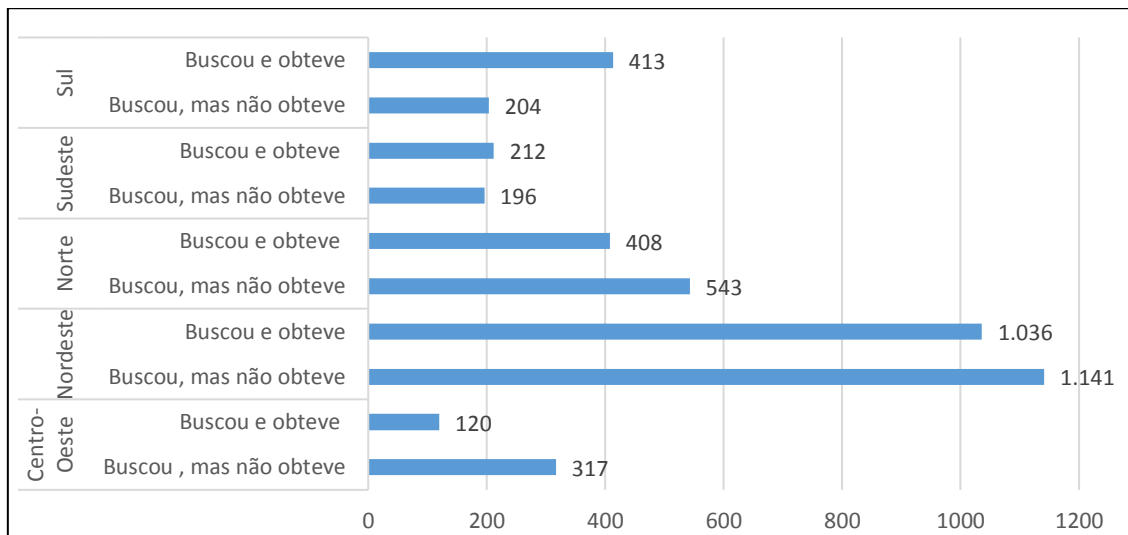


Gráfico 8 - Empreendimentos de Economia Solidária por Condição de Busca e Acesso a Crédito e Financiamento entre 2009 e 2013

Fonte: RAIS/ MTPS/ Observatório Nacional da Economia Solidária
Elaboração: Autora 2015

Prosseguindo cabe ressaltar, dada a relevância do tema para a tese, que segundo o documento intitulado “Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010²⁰” que se avançou no ambiente das políticas governamentais com relação às finanças solidária, os quais visam garantir a abertura de canais específicos para o financiamento dos EES e sua capitalização mediante articulação com operadores de crédito, além de meios alternativos de intercâmbio comercial e entidades de fomento. Este avanço se alicerçou na seguinte justificativa:

Uma grande dificuldade para os empreendimentos da economia solidária, certamente, é o recurso financeiro, seja para capital de giro, seja para infraestrutura, ou outro tipo de investimento. Diversas iniciativas de finanças voltadas para a construção de uma economia solidária têm se desenvolvido no país, principalmente a partir da oferta de microcrédito e crédito popular para a economia popular e solidária. Este conjunto de atividades financeiras, no entanto, não consegue interagir de maneira a potencializar seus serviços e benefícios dirigidos aos segmentos majoritariamente populares da sociedade. [...] É necessário que o Governo Federal ofereça um tratamento adequado a este importante e crescente setor da economia, fundamental ao fomento das novas formas solidárias de geração de inclusão pelo trabalho

²⁰Informação disponível na página 177 do referido documento, o qual foi publicado em 2012.

que a sociedade produziu quase à margem das políticas governamentais. (Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, PPA 2004 – 2007)

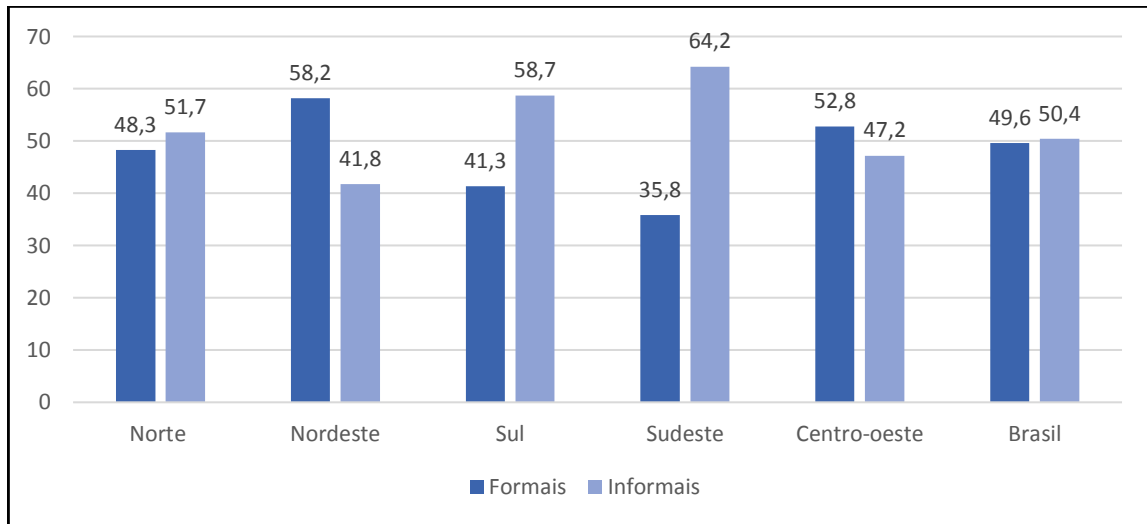


Gráfico 9 - Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por condição de formalização, segundo Grandes Regiões e Brasil, 2009 a 2013(%)

Fonte: MTPS/Senaes.Sies

Elaboração: DIEESE

Outra pesquisa publicada em 2015 e intitulada *Informalidade na Economia Solidária*²¹ toma como base para delimitar a economia informal as recomendações da OIT²², ou seja, está alicerçada na condição de formalização do Empreendimento Econômico Solidário (EES) e não na condição de vinculação individual dos sócios ou de eventuais trabalhadores ao estabelecimento. Vale esclarecer que o SIES²³ mapeou 19.708 EES no período compreendido entre 2009 e 2013 em todo território Nacional. Destes, 50,4% eram informais e apenas 41,8% encontravam-se na região Nordeste, que apresenta 58,2% de empreendimentos de economia solidária formal. (vide Gráfico 9 acima).

Na distribuição dos empreendimentos informais, em primeiro lugar aparecia a região Nordeste, com 33,8% dos empreendimentos, seguida da região Sudeste respondendo por 20,9% do total e em terceiro a Sul com 19,4%. As três totalizavam 74,1% dos EES informais no período do mapeamento (Gráfico 10), podendo-se inferir que o resultado

²¹ Segundo o SIES “devido à coleta não simultânea de dados no país, em que o trabalho de campo em algumas regiões pode ter sido finalizado com até quatro anos de diferença do término em outras, recomenda-se que para efeito de comparação nacional, a análise dessa questão seja feita com cautela” fato que deve ser levado em consideração em todos os gráficos e tabelas e informações provenientes da pesquisa.

²² 15ª e 19ª conferência internacional do trabalho, a qual propõem a unidade econômica onde os bens e serviços são produzidos e ofertados como *locus* analítico

²³ Informalidade na economia solidária: conhecendo e discutindo / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

obtido nas regiões Nordeste e Sudeste decorre da precarização do mercado de trabalho e da elevada concentração de migrantes.

Conforme esta mesma pesquisa, a informalidade na economia solidária está presente em todos os formatos de empreendimentos, sejam associativos (30,0%), cooperativos (26,1%) ou sociedades mercantis (37,8%) e está concentrada nos territórios urbanos.

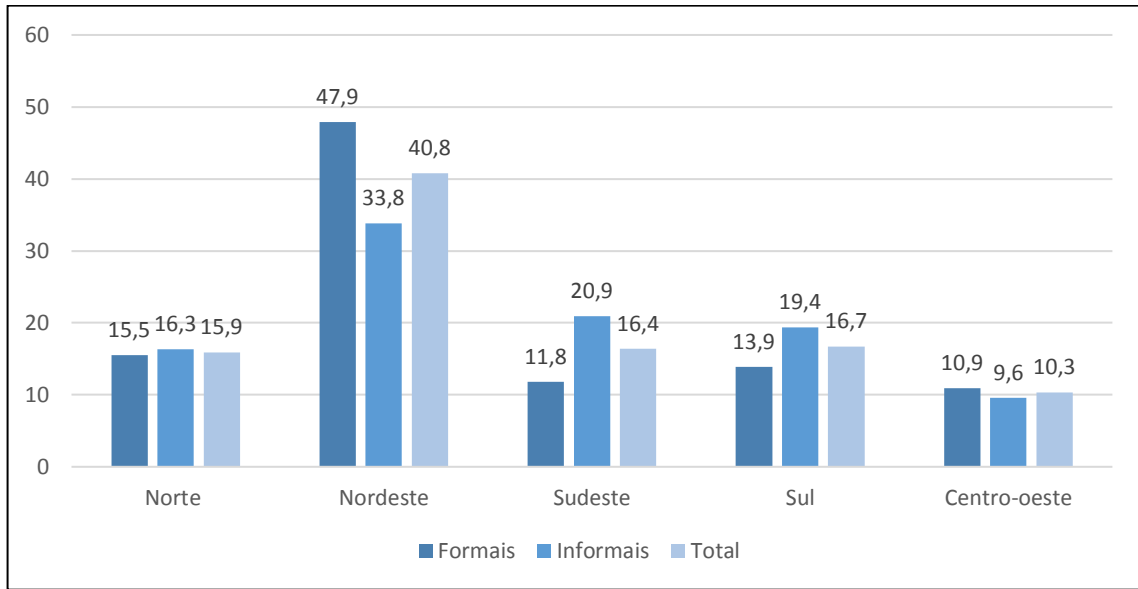


Gráfico 10- Distribuição dos empreendimentos econômicos solidários por Grandes Regiões, segundo condição de formalização (1) - 2009 a 2013 (%)

Fonte: MTPS/Senaes.Sies

Elaboração: DIEESE

Segundo o Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (2015), dentre os empreendimentos de economia solidária formais, tanto no Nordeste quanto no estado da Bahia, no triênio de 2011 a 2013 a concentração por setor de atividade econômica ocorre em comércio e em serviços, respectivamente superior a 45% e 32%. Pode-se inferir que este fato decorre das baixas barreiras de entrada nos referidos setores. Já, na construção civil os valores oscilaram entre 4,34% e 5,72%, podendo-se conjecturar que este resultado provém da dificuldade da inserção neste setor (Vide Gráfico 11 a seguir).

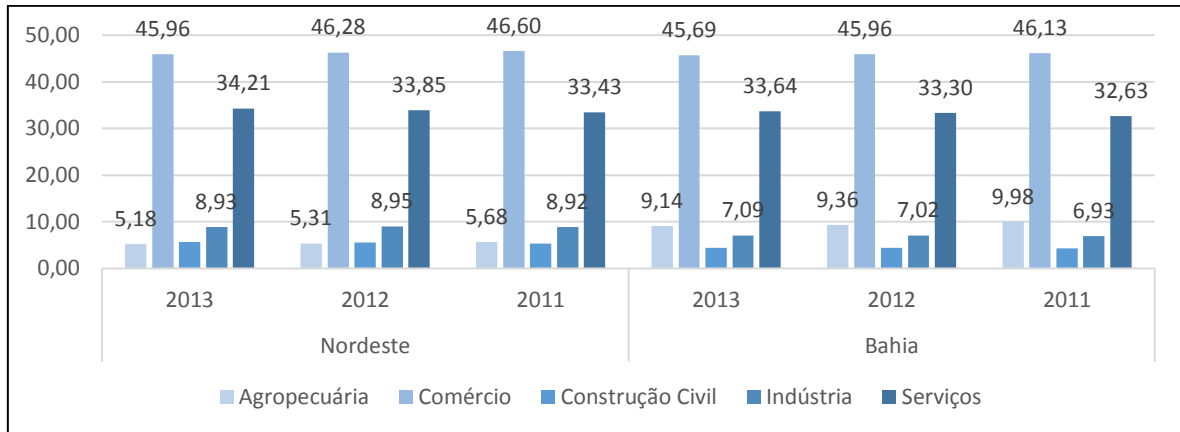


Gráfico 11 - Número de Estabelecimentos Formais por Grande Setor de Atividade Econômica 2011, 2012 2013

Fonte: RAIS.MTPS.

Elaboração: DIEESE adaptação Autora 2015

O Plano Nacional de Economia Solidária (PNES) 2015 – 2019 (2015, p.6) indica que a economia solidária expandiu nas últimas décadas, principalmente entre os segmentos populacionais mais vulneráveis. Cabe salientar que essas iniciativas são estimuladas como estratégias de dinamização socioeconômica em processos de desenvolvimento local e territorial sustentável, com o objetivo de promover a coesão social, a preservação da diversidade cultural e do meio ambiente. É importante frisar que o território, neste caso, é o alicerce para uma imersão na realidade e, por este motivo, o PNES (2015, p. 17) define o mesmo como:

[...] espaço socialmente construído, geograficamente definido com afinidades socioculturais, caracterizado por critérios multidimensionais (o ambiente, a economia, a sociedade, a formação histórica e cultural), instituições políticas e grupos sociais distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos que indicam identidade e coesão, social e cultural.

Cabe acrescentar que o Plano Nacional de Economia Solidária está disposto em 3 eixos, a saber:

- EIXO I - CONTEXTUALIZAÇÃO: Análise *Swot*²⁴ visando a ampliação da ES no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental, nacional e internacional.
- EIXO II - OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS: delimitações estratégicas, embasadas na análise do contexto e nas demandas dos EES.
- EIXO III - LINHAS DE AÇÃO E DIRETRIZES OPERACIONAIS: elaboração de diretrizes operacionais a partir de pilares estratégicos de ação, os quais alicercem a formulação de metas e atividades.

²⁴Análise realizada tendo por base as forças e fraquezas (representando o ambiente interno) e as oportunidades e ameaças (ambiente externo)

Em decorrência da relevância do tema, apresenta-se a seguir o marco teórico da economia solidária, Quadro 4, no qual é possível ver tanto os marcos regulatórios quanto os institucionais já implementados ou não.

Quadro 4- Marcos Institucionais e Regulatórios de Interesse da Economia Solidária 2010

Marcos institucionais e regulatórios já propostos e implantados	
Marcos Institucionais	Decreto nº4.764, de 24 de junho de 2003: instituiu a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES);
	Decreto nº5811, de 21 de junho de 2006: dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).
	Portaria nº30, de 20 de março de 2006: Institui o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária com a finalidade de identificação e registro de informações de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à ES no Brasil
	Decreto nº6.341, de 3 de janeiro de 2008: cria Seções ou Núcleos de ES nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego
	Decreto nº7.357 / 2010, de 17 de novembro de 2011: regulamentação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas: Decreto que institucionaliza e regulamenta o PRONINC, está em tramitação na Casa Civil.
	Decreto nº7.358/2010, de 17 de novembro de 2011: institui o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário: Decreto que cria, regulamenta e define os critérios de certificação do Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário.
Marcos Regulatórios	Lei nº10.683, de 28 de maio de 2003: reforma na Administração Pública Federal, que criou a SENAES e o Conselho Nacional de ES
	Lei nº11.101, de 9 de fevereiro de 2005: regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Em seu Artigo 50 reconhece a possibilidade de recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão.
	Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006: institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
Marcos institucionais e regulatórios já construídos, mas não implementados	
Marcos Institucionais	Decreto que visa instituir o Programa nacional de Apoio as Cooperativas Sociais.
Marcos Regulatórios	Projeto de Lei das Cooperativas de Trabalho: Projeto de lei 7009 do Governo Federal, apensado ao Projeto de lei 4662.
	Projeto de Lei Geral das Sociedades Cooperativas: PLS03/2006 que regula as cooperativas.
	Projeto de Lei sobre o Ato Cooperativo: busca regulamentar artigo da constituição, definindo o Ato Cooperativo.
	Projeto de Lei sobre o Regime Tributário das Cooperativas: define ramo por ramo do cooperativismo, como devem ser incididos nos EES os tributos federais.
	Projeto de Lei da Recuperação de Empresas por Cooperativas: Projeto de lei que regulamenta o artigo 50 da lei nº11.101, lei de falências, facilitando a recuperação de empresas através de cooperativas.
	Projeto de Lei da Política Nacional de Economia Solidária: Projeto de Lei elaborado pelo CNES que institui a Política Nacional de Economia Solidária, o Sistema Público de Economia Solidária e cria o Fundo Nacional de Economia Solidária.

Fonte: SENAES/MTE

Ao abordar a economia solidária na Bahia deve-se mencionar que em 2007, o governo do estado criou a Superintendência de Economia Solidária (SESOL), vinculada à

Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) do Governo da Bahia. Posteriormente, em 2008, o então governador Jacques Wagner criou o Programa Bahia Solidária (PBS), o qual tem como um dos componentes estratégicos o acesso ao crédito e finanças solidárias. E, em 2011, foi criado o Programa Vida Melhor (PVM), que instituiu o Programa Estadual de Inclusão Produtiva, que tem como uma de suas diretrizes a oferta de assistência técnica aos empreendimentos solidários. (SETRE, 2018)

Após a exposição sobre a diversidade de conceitos e visões sobre a economia solidária, cabe salientar que no decorrer do trabalho, será utilizada a definição do SIES já citada anteriormente. Dando continuidade à fundamentação teórica aqui trazida, é preciso entender a pobreza nas suas diferentes abordagens, bem como as diretrizes do Banco Mundial. E, na sequência, a transferência de renda e as políticas públicas, pois apenas assim é possível compreender a amplitude do microcrédito como uma política de inserção financeira.

3. POBREZA

Neste tópico é realizada a abordagem de alguns dos elementos essenciais para a compreensão da pobreza em suas diferentes dimensões, pois faz-se necessário entender a camada social que atua basicamente no circuito inferior da economia, muitas vezes na informalidade e majoritariamente assistida pelo microcrédito. Por esse motivo recorreu-se às contribuições de diversos autores, dentre eles Santos (1978, 2004), Rocha (2006), Hoffmann (1998, 2006), Kageyama (2003, 2006), Sen (1993, 2005) e, Salama e Destremau (1999), os quais têm dedicado especial atenção ao termo em suas investigações.

Cabe lembrar que, desde a antiguidade, “aceitava-se” a existência de ricos e pobres. A diferença entre este período e a época feudal, por exemplo, é que antes a hierarquia social estava relacionada à divindade como no caso dos faraós, e, no feudalismo, era associado a riqueza e propriedades. Neste meio tempo, a própria igreja compactuou

com distinção de classes sociais, pois desta forma permitia a manutenção dos privilégios e a perpetuação de seu domínio.

Como citado anteriormente, é importante salientar que a noção de pobreza possui diversas abordagens, as quais dependem do tipo de privação a que esteja atrelada. Inicialmente os estudos de pobreza eram unidimensionais, ou seja, estavam alicerçados nas necessidades monetárias ou nutricionais. Porém a partir da década de 1970 a abordagem multidimensional, a qual considera as dimensões sociais, econômicas e financeiras, ganhou espaço.

De acordo com Hagenaars e De Vos (1988 *apud* Hoffmann e Kageyama, 2006), todas as definições de pobreza podem ser enquadradas numa das seguintes categorias: a pobreza absoluta, ou seja, ter menos do que um mínimo objetivamente definido; a pobreza relativa, ter menos do que outros na sociedade; e a pobreza subjetiva, que é sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante.

Já Friedmann e Sandercock (1995 *apud* Espínola e Zimmermann, 2012), revelaram²⁵ três diferentes dimensões de pobreza ou despossessão: a psicológica, associada ao sentimento de autodesvalorização em decorrência da situação vivenciada; a social, a qual está atrelada a impossibilidade de ter acesso aos mecanismos de êxito social; e a política que está relacionada a ausência de representatividade na vida pública.

Barbosa, Barbosa e Barbosa (2007, p.770) foram além das perspectivas supracitadas ao afirmarem que a pobreza assume quatro outras dimensões:

[...] a *pobreza de segurança*, caracterizada por grupos demográficos que vivem em situação de risco, expostos à violência e a perseguição política e com maior vulnerabilidade a choques econômicos; a *pobreza educativa*, caracterizada por grupos demográficos cujo acesso à escola e à qualificação é negado ou dificultado, alijando-os do processo político e produtivo, impedindo-os de exercer a sua cidadania; a *pobreza em saúde*, caracterizada pela existência de grupos demográficos desprovidos de atendimento à saúde e saneamento básico, expondo-os à situações precárias de alimentação (malnutridos), doenças, altas taxas de mortalidade infantil e baixa expectativa de vida; e a *pobreza cultural*, que, difere da pobreza educativa, escapa do sistema formal, caracterizando-se pela existência de grupos demográficos expropriados de significados de concepção de mundo no contexto sócio histórico de que fazem parte, tornando-os suscetíveis à alienação e dominação política.

Cabe salientar que Sen (2005, p.109) considera que “a pobreza deve ser vista como a privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza”. Para este autor

[...] uma renda inadequada não é uma questão de ter um nível de renda abaixo de uma linha de pobreza fixada externamente, mas ter uma renda

²⁵Em artigo publicado pelo O Correio da UNESCO em 1995 intitulado “Os desvalidos”.

abaixo do que é adequado para gerar os níveis especificados de capacidade para a pessoa em questão. (SEN, 2001, p.174)

Além disso, outro ponto relevante na perspectiva deste autor é que uma análise da pobreza, que está fundamentada apenas na avaliação da renda, pode ficar distante da principal motivação, que é a limitação das vidas que alguns indivíduos são forçados a viver, ou seja, Sen (2005) vislumbra o combate à pobreza como privação de capacidades básicas, pois o foco da atenção passa dos meios para os fins que as pessoas buscam e as liberdades que podem alcançar.

Um aspecto óbvio para Sen (1983) é que a pobreza possui elementos inquestionáveis, que são a fome e a inanição e, neste caso não interessa a classe social do indivíduo, aí certamente existe pobreza.

O fato de algumas pessoas terem um padrão de vida mais baixo que outras é certamente uma prova de desigualdade, mas não pode, por si só, ser uma prova de pobreza, a menos que saibamos mais a respeito da qualidade de vida que essas pessoas de fato possuem (Sen, 1983, p. 159).

Pode-se então considerar que esta nova forma de visualizar a avaliação da pobreza serviu de alicerce para uma definição mais ampla, a qual segundo Salama e Destremau (1999), é relevante para a conceituação pluridimensional ou multidimensional da pobreza.

Trata-se, pois, de uma abordagem qualitativa que, sem negligenciar o possuir material, dá ênfase a valores de realização e de liberdade, com os funcionamentos representando um modo de se levar a vida, as capacidades e as diversas oportunidades que se apresentam a uma pessoa e entre as quais ela escolhe. No enfoque das capacidades, nem a utilidade, nem o rendimento podem ser identificados com o bem-estar. A definição de pobreza não pode, portanto, se basear no fraco nível de um ou de outro, mas, de preferência, na inadequação dos meios econômicos referentes à propensão das pessoas em convertê-las em capacidades de funcionar, e isto num ambiente social, econômico e cultural particular. (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 79).

Já conforme Santos (2004, p.49), pobres “são aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados como mínimo indispensável numa certa sociedade”. Do mesmo modo, Santos (1978, p.10) escreveu que a definição de pobreza deve ir além da pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global da qual faz parte. Deste modo a pobreza não é apenas uma categoria econômica mais acima de tudo uma categoria política.

Vale lembrar que, segundo Santos (2000 apud Silveira, 2007), riqueza e pobreza, são produto de um período histórico, cuja análise permite definir objetos e agentes envolvidos nas relações de dominação e subordinação. A atual divisão territorial do trabalho, prenhe de ciência e técnica e alimentada pela informação e pelo dinheiro

adiantado, torna-se hegemônica, permite a obtenção de excedentes impensados e, desse modo, desvaloriza as divisões territoriais do trabalho pretéritas. Por não alcançar a eficiência esperada, as demais formas de trabalhar são desprezadas e, desse modo, criam-se dívidas sociais, base da pobreza estrutural.

Avançando na definição, Hoffmann e Kageyama (2006) propuseram uma classificação de pobres e não pobres baseada numa combinação de nível de renda e três itens básicos de infraestrutura domiciliar considerados indispensáveis para uma existência minimamente aceitável, neste caso faz-se a análise da pobreza não apenas pela baixa renda, mas também incluindo algum indicador de privação de bens essenciais disponibilizados pela esfera pública. Segundo estes autores

A ideia central é que a pobreza tem uma dupla natureza: de um lado, deve-se ao subdesenvolvimento regional e local, que impõe privações em condições básicas de existência, como luz elétrica, água encanada e instalações sanitárias, e dificuldade de acesso aos serviços de saúde e educação; de outro lado, a pobreza tem raízes nas características demográficas e nas limitações do capital humano e financeiro das famílias, que prejudicam a capacidade de elevar a renda familiar (HOFFMANN e KAGEYAMA, 2006, p.84)

Por sua vez, Rocha (2006, p.9) vislumbra pobreza, como “fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”, contrapondo-se às abordagens centradas na visão estrutural da sociedade. Para essa autora, na década de 1970, houve o entendimento internacional de que apenas o crescimento econômico, não equacionaria os problemas advindos das desigualdades sociais e da pobreza, levando a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial a repensar as estratégias para o enfrentamento dessa questão.

Construindo uma linha do tempo, pode-se evidenciar que em decorrência das mudanças que orientaram o conjunto das políticas sociais a partir da década de 1980, surgiu um cenário favorável à discussão do combate à pobreza a partir de estratégias, implementadas entre as diferentes áreas de atuação do Banco Mundial, que minimizassem seus efeitos, através da satisfação das necessidades básicas.

Por esse motivo, em 1990, no Relatório anual sobre o Desenvolvimento Mundial, sob o título Pobreza, o Banco Mundial atualiza o diagnóstico sobre a situação dos pobres e apresenta diretrizes que devem nortear as intervenções orientadas para a minoração da pobreza. Além disso, partindo do conceito de que o bem-estar seria uma situação à qual os indivíduos podem alcançar a partir de sua inserção no mercado

e no consumo de bens e serviços que satisfaçam as suas necessidades básicas, o Banco Mundial, afirma:

Pobreza não é o mesmo que desigualdade. Há que enfatizar essa diferença. Enquanto pobreza diz respeito ao padrão de vida absoluto de uma parte da sociedade – os pobres -, desigualdade se refere a padrões de vida relativos a toda a sociedade. Na desigualdade máxima, uma pessoa tem tudo, e nesse caso obviamente, é grande a pobreza. Mas desigualdade mínima (situação em que todos são iguais) é possível tanto com a pobreza zero (ninguém é pobre) quanto com pobreza máxima (todos são pobres) (BANCO MUNDIAL, 1990. p. 27).

Segundo Kraychete (2005, p.69–70), o cumprimento deste enunciado, na visão de enfrentamento a pobreza do Banco Mundial, significava empreender esforços, que permitissem melhorar as condições de vida da camada mais pobre de população, mas sem que estes esforços implicassem em comprometer o crescimento econômico:

Para o Banco, ambos os objetivos tornam-se componentes de uma mesma estratégia e, formalmente, apresentam-se com hierarquia igual. No entanto, para compreender o seu verdadeiro significado, devem ser entendidos como objetivos encadeados no tempo: o “ataque à pobreza” exige grandes investimentos em infraestrutura produtiva e social, em educação, saúde, moradia, controle demográfico, nutrição, criação de empregos etc., e estes recursos só podem provir dos aumentos da produtividade. [...] isto é, para o Banco, a satisfação das necessidades básicas está subordinada ao crescimento econômico, ou seja, à acumulação de capital. (LICHTENSZTENJN; BAER, 1987, p.191 *APUD* Kraychete, 2005).

Ainda conforme Kraychete (2005), no decorrer dos anos 70 e 80, tanto no que se refere ao desenvolvimento como na definição de políticas de combate à pobreza, o discurso do Banco Mundial (BM) pode ser caracterizado como de transição, firmando bases para repensar o sentido do desenvolvimento a partir de concepções liberais. Somente a partir da década de 1990 é que o Banco afirma uma estratégia de desenvolvimento que incorpora a redução da pobreza (BANCO MUNDIAL, 1991; STIGLITZ, 1998 e 2002 *apud* Kraychete, 2005).

No relatório do BM sobre o desenvolvimento mundial de 1990, foi divulgado que mais de 1 bilhão de habitantes do mundo em desenvolvimento vivia em situação de pobreza e que a sobrevivência dessas pessoas era garantida por renda equivalente a US\$ 1 dólar por dia (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 1). Ainda neste relatório, o Banco Mundial (1990) também anuncia a necessidade de avançar com reformas estruturais, a partir de privatizações, abertura dos mercados, liberalização financeira e reforma do Estado. Saliendo que até os resultados se tornarem visíveis, seria necessário a implementação de políticas na área social que contribuíssem para minorar a pobreza.

Com um discurso voltado para os países subdesenvolvidos, na abertura do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, referente a 1991, e dedicado ao tema do desenvolvimento, surge a afirmação:

O desenvolvimento é o mais importante desafio enfrentado pela raça humana. Apesar das enormes oportunidades criadas pela revolução tecnológica do século XX, mais de 1 bilhão de pessoas, um quinto da população mundial, vivem com menos de um dólar por dia – padrão de vida que a Europa Ocidental e os EUA já haviam atingido há 200 anos (BANCO MUNDIAL, 1991, p. 17).

Conforme Stiglitz (2002, p.32), em 1990, para o Banco Mundial (BM) havia 2.718 milhões de pessoas que viviam com menos de dois dólares diários. Para vencer o subdesenvolvimento, o Relatório do Banco Mundial (1991, p.79) enuncia ações que orientam para o desenvolvimento. São elas:

- Investir no ser humano.
- Proporcionar ambiente favorável ao empreendedorismo.
- Integrar as economias nacionais com a dinâmica mundial.
- Garantir a estabilidade macroeconômica.

O relatório de 2000-2001 do BM, tendo como tema a pobreza, procurou avaliar as experiências acumuladas e delinear novas estratégias para combatê-la. Nesse documento a pobreza passou a ser visualizada como um fenômeno decorrente de diferentes privações oriundas de processos econômicos, políticos e sociais que se correlacionam, ou seja, além da acepção monetária de pobreza, ela é considerada como ausência de capacidades, acompanhada da vulnerabilidade do indivíduo e de sua exposição ao risco retomado.

Este relatório, apontou que dos seis bilhões de habitantes do mundo, 2,8 bilhões, aproximadamente 50%, vivem com menos de dois dólares por dia e 1,2 bilhão (20%) com menos de 1 dólar por dia, sendo que 44% vivem no sul da Ásia. Além disso, trouxe a informação de que, enquanto nos países ricos menos de 5% de todas as crianças abaixo de cinco anos são desnutridas, nos países pobres a proporção chega a 50%. (WORLD BANK, 2000-2001)

Em 2007 o número de pessoas que viviam em extrema pobreza caiu abaixo de 1 bilhão pela primeira vez desde o ano de 1990, quando o Banco Mundial começou a mensurar a pobreza. Também neste ano constatou-se que a redução da pobreza na América Latina e o Caribe estava estagnada, apresentando 47 milhões de pessoas,

mais de 8% da população, ainda vivendo em extrema pobreza (Banco Mundial, 2007, p. 12 e 44).

Segundo artigo divulgado pelo Banco Mundial²⁶, atualizado em outubro de 2015, os avanços alcançados na redução da pobreza foram notáveis nas últimas décadas, pois o mundo cumpriu a meta do primeiro objetivo de desenvolvimento do milênio (ODM) ao reduzir pela metade a taxa de pobreza registrada em 1990, cinco anos antes do prazo previsto, ou seja, em 2010. Porém apesar deste sucesso, a quantidade de pessoas que vivem em condição de pobreza extrema no mundo continua sendo inaceitavelmente alta. Conforme o mesmo artigo de acordo com as últimas estimativas, 12,7% da população mundial vivia com menos de US\$1,90 por dia em 2011, o que representa uma queda se comparado aos valores de 37% e 44% em 1990 e em 1981, respectivamente.

Já conforme o relatório de 2015 do Banco Mundial intitulado “*Prosperidad compartida y fin de la pobreza en América Latina y el Caribe*” em 2013, o Banco Mundial adotou os seguintes objetivos para orientar seu trabalho: 1) por fim a pobreza extrema, isto é, reduzir a proporção de pessoas que vivem na pobreza extrema a 3% da população mundial para o ano de 2030, 2) promover a prosperidade compartilhada em todos os países através de um aumento sustentável do bem-estar dos setores mais pobres da sociedade, que se definem em termos gerais como os 40% mais pobre. No relatório supracitado é apontado que na América Latina e o Caribe, ainda vivem em pobreza extrema mais de 75 milhões de pessoas, a metade delas no Brasil e México, e as taxas de pobreza extrema (segundo a linha de US\$2,50 *per capita* ao dia) excede os 40% na Guatemala e chegam a quase os 60% no Haiti. Isto significa que a pobreza extrema é, todavia, um problema importante nos países de salário baixo e médio da região²⁷.

Apesar do ano de 2013 ter se caracterizado pela recuperação do crescimento da economia mundial, a taxa de pobreza da América Latina foi de 28,1% da população, e a da indigência, ou pobreza extrema, alcançou 11,9%. Estes percentuais, conforme

²⁶Artigo intitulado “Pobreza: Panorama general”. Tradução realizada pela autora, 2015.

²⁷O Haiti, diferente dos demais países da América Latina (AL) calcula a taxa de pobreza utilizando o consumo no lugar do salário. Na AL, dado o nível de desenvolvimento econômico, os analistas utilizam linhas de pobreza mais altas que a linha internacional de US\$1,25 ao dia. Se considera que uma linha de pobreza extrema de US\$2,50 ao dia é mais adequada para a região. Dados do relatório “*Prosperidad compartida y fin de la pobreza en América Latina y el Caribe*” de 2013.

pode-se visualizar no Gráfico 12 a seguir, equivalem a 166 milhões de pessoas em situação de pobreza, dos quais 70 milhões estão em situação de pobreza extrema. Estes valores também indicam que tanto a taxa de pobreza se manteve sem alterações significativas em relação aos níveis observados em 2012 (28,1%) quanto a pobreza extrema, também permaneceu sem mudanças significativas, já que, o valor observado em 2013 é apenas 0,4% superior ao de 2012 (11,3%)²⁸. (CEPAL, 2015, p. 10)

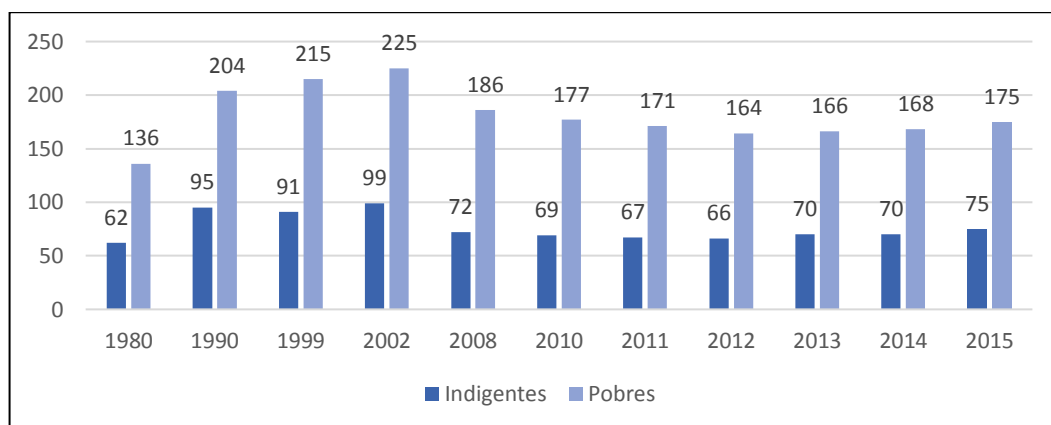


Gráfico 12 - Evolução da Pobreza e da Indigência na América Latina - 1980 a 2015

Fonte: CEPAL, Censo dos 19 países, incluído Haiti e exceto Cuba
Os dados de 2015 correspondem a uma projeção

Ainda no Gráfico 12 acima, comparando com os resultados obtidos em 2002, período no qual se registrou o valor mais elevado dos últimos 15 anos, a queda acumulada da pobreza é de aproximadamente 16%, dos quais 10,4% correspondem à diminuição obtida até 2008, a uma taxa anual de 1,7%. No período entre 2008 e 2013, o ritmo de queda foi mais modesto e o acumulado foi de 5,4%, o que equivale a uma taxa anual de 1,0%. (CEPAL, 2014, p.16)

Prosseguindo conforme o relatório supracitado da CEPAL²⁹(2014), em 2013 dentre os doze países com dados disponíveis apenas 41,67% registraram redução acima de um ponto percentual por ano. Os países que apresentaram maiores redução em seus níveis de pobreza em ordem decrescente foram Paraguai (49,6% em 2011 para 40,7% em 2013), El Salvador (45,3% em 2012 para 40,9% em 2013), Colômbia (32,9 % em 2012 para 30,7% em 2013), Peru (25,8% em 2012 para 23,9% em 2013) e Chile (10,9% em 2011 para 7,8% em 2013).

²⁸ Tradução realizada por Jesus, 2015

²⁹ Relatório intitulado "Panorama Social da América Latina 2104" da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (CEPAL)

É necessário evidenciar que, tanto o conceito, quanto os procedimentos adequados para a mensuração da pobreza decorrem da análise ponderada de cada realidade social. Ou seja, deve-se identificar o perfil da pobreza em uma sociedade, se a mesma é generalizada ou é geograficamente limitada, os seus fatores determinantes e se os sintomas principais estão atrelados a educação, saúde, falta de acesso aos serviços básicos, desemprego, dentre outros aspectos (ROCHA, 2006). No quadro síntese a seguir apresenta-se sucintamente algumas das definições de pobreza.

Quadro 5- Algumas definições de pobreza no decorrer do tempo

Banco Mundial - Relatório Pearson 1970 (Presidente McNamara)	Explicitava a preocupação com a pobreza, avaliando assim a noção de desenvolvimento econômico no sentido de integrar elementos sociais ao crescimento econômico. Insere conceito de investimentos nas necessidades humanas básicas. Foco em combater a pobreza absoluta.
Amartya Sen (1983)	A pobreza deve ser vista como a privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza.
Banco Mundial (1990, p.27)	Pobreza diz respeito ao padrão de vida absoluto de uma parte da sociedade os pobres, desigualdade se refere a padrões de vida relativos a toda a sociedade. Na desigualdade máxima, uma pessoa tem tudo, e nesse caso obviamente, é grande a pobreza. Mas desigualdade mínima é possível tanto com a pobreza zero quanto com pobreza máxima.
Banco Mundial (2000, p.12)	Pobreza é mais que renda ou desenvolvimento humano inadequado; é também vulnerabilidade e falta de voz, poder e representação. Esta visão multidimensional da pobreza aumenta a complexidade das estratégias de redução da pobreza, porque é preciso levar em conta outros aspectos, como os fatores sociais e as forças culturais
Santos (2004)	Pobres “são aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados como o mínimo indispensável numa certa sociedade”. Santos (2004, p. 49)
Hoffman e Kageyama 2006	Combinam nível de renda e acesso disponibilidade três itens básicos de infraestrutura: presença de água canalizada em pelo menos um cômodo, a existência de banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade e luz elétrica no domicílio.
Rocha (2006,p.11)	Pobreza absoluta voltada para as questões de sobrevivência física, ou seja, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. Pobreza relativa atrelada às necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida, predominantemente na sociedade em questão.
Silveira (2009)	No discurso, é considerada como um fato indesejável, na prática, a pobreza é necessária ao funcionamento de um sistema governado por nexos financeiros.

Elaboração: Autora, 2014

Para que seja possível avaliar a pobreza em Salvador e Região Metropolitana faz-se necessário explicitar a abordagem que irá fundamentar a análise, assim como o conceito de pobreza a ser utilizado e qual o critério usado para a identificar os pobres. Sendo assim, nesta pesquisa considera-se que a conceituação de pobreza, ultrapassa a privação em decorrência da renda, pois assume-se que também deve ser percebida a autodesvalorização e o estado de impotência da população atingida por esta situação, haja vista a ausência de acesso satisfatório aos direitos sociais evidenciados

no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, ou seja, a educação, saúde, alimentação, segurança, lazer, previdência social, dentre outros.

Deve-se ressaltar que, nos últimos anos, a dinâmica da pobreza tornou-se objeto de inúmeros estudos, por vezes motivados pelo interesse em desenvolver políticas governamentais nas diferentes esferas, principalmente em países ditos em desenvolvimento. Da evolução quantitativa desses decorre uma revolução qualitativa, no que diz respeito à abordagem e mensuração da mesma. Por esse motivo, é necessário entender as diferentes abordagens usadas nesses estudos, algumas das quais são discutidas a seguir.

3.1 MENSURAÇÃO DA POBREZA

Para dar prosseguimento ao tema, é necessário ressaltar que as medidas de minoração da pobreza podem ser divididas em medidas monetárias e não-monetárias. A primeira abordagem inclui as pessoas situadas nas chamadas “linhas de indigência”, a qual se caracteriza pelo valor monetário necessário para a aquisição de uma cesta de alimentos que detenha a quantidade calórica mínima à sobrevivência, e a “linha de pobreza”, que é o valor da linha de indigência acrescido do montante monetário capaz de arcar com despesas básicas de transporte, vestuário e moradia. Estas são medidas absolutas de pobreza que permitem a identificação do contingente de pobres de um país. Reportando-se a Rocha (2001), o conceito absoluto de pobreza é importante no Brasil, uma vez que existe um grande número de pessoas no país que não têm suas necessidades básicas atendidas (LOPES ET al, 2003).

Segundo Rocha (2000), os países em que persiste a pobreza absoluta podem ser classificados em dois grandes grupos: aqueles cuja riqueza nacional é insuficiente para garantir o mínimo indispensável a cada um dos cidadãos; e aqueles cujo produto nacional é suficientemente elevado para garantir esse mínimo e, portanto, em que a pobreza é resultado da má distribuição de renda.

Ainda conforme a mesma autora, pode-se inserir o Brasil neste segundo grupo, pois as taxas de desigualdade, apesar da melhora nos indicadores sociais nos últimos anos, se constituem uma das mais elevadas no mundo, determinando estruturalmente índices de pobreza absoluta incompatíveis com o crescimento econômico e o

desenvolvimento geral da sociedade. Assim sendo, a questão da pobreza como efeito da desigualdade econômica e social surge como questão política, já que interfere nas condições de justiça e equidade.

Cabe salientar que o uso desses indicadores, linha da pobreza e linha de indigência, possibilita uma comparação internacional, pois ao considerar, por exemplo, a linha de indigência associada a um dólar por dia e a linha de pobreza a dois dólares por dia, é possível saber a posição relativa dos países no quesito pobreza.

Para Rocha (2006, p.185-186), dadas as características estruturais do mercado de trabalho brasileiro, mesmo trabalhadores envolvidos em tempo integral em atividades formais recebendo salário mínimo podem ser pobres, em função da composição de sua família e do baixo valor desse salário.

Por este motivo a referida autora explica que a pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física, ou seja, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. E a pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida, predominantemente na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. (ROCHA, 2006, p.11).

No relatório do Banco Mundial, sobre o Desenvolvimento Mundial de 1990, tem-se que a noção de pobreza absoluta comporta a demarcação de linha de indigência e linha de pobreza. A pobreza absoluta tem por base um nível de renda necessário para a estrita reprodução do indivíduo ou grupo familiar. Os indivíduos ou grupos familiares abaixo desta linha são classificados entre os que vivem em situação de pobreza extrema. Definida a linha de indigência, ao nível da renda mínima necessária à reprodução calórica, aplica-se um multiplicador para agregar as despesas necessárias a suprir os gastos com vestuário, aluguel e transporte para se obter a linha de pobreza.

Para Hoffmann (1998, p. 217), “Pode-se afirmar que linha de pobreza é o nível de renda que permite à pessoa ter uma vida digna. Entretanto, isso apenas transfere o problema para a definição do que é “necessário” para uma vida digna”.

Vale lembrar que para discutir a linha de pobreza deve-se mencionar que o estabelecimento da mesma reflete a abordagem precursora de Rowntree (1901) em estudo da pobreza na Inglaterra, na cidade de York, na qual definia patamares distintos de renda necessária conforme o tamanho e estrutura da unidade familiar.

Como tomou por base o mínimo necessário à manutenção da eficiência física, pode-se considerar que a proposta deste estudo era definir a linha de pobreza absoluta (ROCHA, 2006, p.13)

O estabelecimento de linhas de pobreza e de indigência tendo por base a noção de um consumo mínimo necessário apresenta dificuldades empíricas, pois não existe uma solução única que atenda a composição da cesta alimentar básica e a escolha dos preços adequados por produto Rocha (2006, p.13).

A operacionalização do enfoque da linha de pobreza envolve dois aspectos básicos: o estabelecimento do valor das linhas de pobreza e a utilização deste, em concomitância com as informações sobre rendimento. As linhas de pobreza podem pertencer a duas categorias, a depender do estabelecimento do seu valor: observadas ou arbitrárias. As primeiras estão alicerçadas na estrutura de consumo de populações de baixa renda, disponibilizadas em pesquisas de orçamento familiar (POF). Já as arbitrárias, são instituídas sem que haja garantia de que seu valor possibilite o atendimento de um conjunto de necessidades básicas, quaisquer que sejam elas, e com definição da metodologia de sua determinação (ROCHA, 2006, p.44).

De forma ampla pode-se considerar como diferença primordial entre a linha de indigência e a linha de pobreza, que a primeira esta intrinsecamente relacionada ao não atendimento das necessidades nutricionais e a segunda a um conjunto mais amplo de necessidades. A pobreza extrema relaciona-se a essencialidade das necessidades alimentares (ROCHA, 2006, p.12).

Já no ano de 1993, o Banco Mundial em outro de seus relatórios sobre o desenvolvimento mundial, no que tange as estratégias de combate à pobreza, faz uma distinção entre pobres e os extremamente pobres. O segundo grupo é formado por aqueles que são incapazes de suportar os custos da reforma e de se protegerem. E, os pobres são aqueles que podem melhorar suas condições de vida, a depender da eficiência dos mercados de trabalho. (BANCO MUNDIAL APUD SALAMA, 1997). Sendo assim, pode-se conjecturar que a clientela do microcrédito é formada por pessoas acima da linha da pobreza, que não tem condições de atender os requisitos necessários das instituições financeiras para a concessão de crédito.

É importante salientar que as medidas de pobreza não-monetárias estão relacionadas aos bens não-monetários, os quais afetam o bem-estar dos indivíduos de modo que

a linha de pobreza por si só é limitada, ou seja, esta abordagem considera essencial o acesso a alguns bens, de modo que sem estes, os cidadãos não seriam capazes de usufruírem uma vida minimamente digna, tais como: água potável, saneamento básico, coleta de lixo, acesso ao transporte coletivo, educação etc. Esta abordagem tem como característica principal a universalidade, uma vez que estas são necessidades de todo e qualquer indivíduo.

Observa-se que as concepções do Banco Mundial passam a assumir as contribuições teóricas de Amartya Sen. Vale ressaltar que a formalização dos indicadores e das medidas da pobreza tem início no final do século XVIII, mas é durante o século XIX que se multiplicaram as investigações sociais sobre a pobreza alicerçadas no interesse pela estatística e pela compilação de fatos sociais (SALAMA e DESTREMAU, 1999, p.106). Um exemplo a ser citado é o trabalho de Kageyama (2003), no qual apesar da análise a partir da definição de uma linha de pobreza (meio salário mínimo de setembro de 2001 para a renda *per capita* dos domicílios agrícolas), a autora constrói uma medida para avaliar o bem-estar dos domicílios agrícolas, combinando 10 variáveis: a) material de construção do domicílio; b) tipo de telhado do domicílio; c) número de pessoas residentes por cômodo; d) presença de água encanada; e) tipo de instalação sanitária; f) presença de energia elétrica; g) forma de coleta do lixo; h) existência de geladeira ou freezer no domicílio; i) existência de televisão no domicílio; e, j) existência de telefone no domicílio. A construção deste indicador, denominado pela mesma de INIVI (índice de nível de vida) supre parte da lacuna analítica deixada pela abordagem exclusivamente monetária.

Posteriormente tem-se o estudo realizado por Kageyama e Hoffmann (2006), no qual os mesmos adotam uma classificação de pobres e não pobres baseada na combinação de nível de renda e acesso/disponibilidade de três itens básicos de infraestrutura: (i) presença de água canalizada em pelo menos um cômodo; (ii) existência de banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade e (iii) luz elétrica no domicílio, todos considerados, indispensáveis para uma existência minimamente aceitável.

Além disso, os referidos autores estabeleceram duas linhas de pobreza de renda, a primeira correspondendo a $\frac{1}{2}$ salário mínimo de maio de 2005, e a segunda de $\frac{1}{4}$

salário mínimo³⁰. Os rendimentos levantados pelas PNAD, tendo como referência o mês de setembro de cada ano, foram atualizados (inflacionados) para todo o período estudado proporcionando uma definição que combina a posição em relação à linha de pobreza e o acesso aos itens básicos de infraestrutura. A pessoa com renda domiciliar *per capita* acima da linha de pobreza e cujo domicílio possui pelo menos dois dos três equipamentos definidos como básicos foi considerada **não pobre**. Para as pessoas com renda abaixo da linha de pobreza ou cujo domicílio possui menos de dois dos equipamentos básicos, são consideradas três situações: **Extrema pobreza**: pessoas com renda abaixo da linha de pobreza e cujo domicílio não possui água canalizada em nenhum cômodo, nem banheiro ou sanitário e nem luz elétrica, ou seja, encontra-se em estado de privação dos três equipamentos básicos; **Pobre tipo I**: inclui pessoas com renda menor que a linha de pobreza e cujo domicílio possui pelo menos um desses três equipamentos; **Pobre tipo II**: pessoas com renda acima da linha de pobreza vivendo em domicílio com menos de dois equipamentos³¹.

Porém, conforme o livro Brasil Sem Miséria (p.44 – 45) publicado em 2014 a linha de extrema pobreza oficial do Plano Brasil sem Miséria (PBSM) foi divulgada em maio de 2011 e correspondia à renda familiar *per capita* de R\$ 70,00, a qual foi atualizada, em 2014, para R\$77,00 *per capita*. Para os autores do referido livro, a definição de uma linha de extrema pobreza possibilitou mensurar o empenho de reduzir a extrema pobreza e, paralelamente, permitiu que existisse uma referência para a seleção do público-alvo do PBSM. É preciso frisar que parâmetros internacionais, como a linha do Banco Mundial de US\$ 1,25 de paridade do poder de compra (PPP) por dia, serviram de alicerce para o estabelecimento da linha de extrema pobreza (BRASIL, 2014).

Cabe salientar que a crise que impactou a economia brasileira provocando o aumento da inflação, resultados negativos do Produto Interno Bruto (PIB) e crescimento do desemprego acarretou um aumento no número de pobres, pois parte da população que se encontrava na região limítrofe à linha da pobreza retornou à sua antiga posição abaixo da mesma e surgiram “novos pobres”, os quais não eram pobres antes da crise, porém perderam emprego e renda. Além disso, segundo o Banco Mundial (2017) dada a profundidade da recessão, que o Brasil mergulhou, a partir da segunda

³⁰ Respectivamente R\$ 150,00 e R\$ 75,00

³¹ Grifo próprio

metade de 2015, a rede de proteção social do Brasil, que inclui programas como Bolsa Família e Brasil Carinhoso³², poderá desempenhar um papel fundamental em evitar que mais brasileiros caiam na pobreza (BANCO MUNDIAL, 2017, p.3).

É importante salientar que se optou por mensurar a pobreza nesse trabalho empregando a abordagem multidimensional na área escolhida, ou seja, na RMS, observando não apenas o critério renda, mas também as vulnerabilidades da população, tais como condições de moradia, saúde e educação.

3.2 EXCLUSÃO SOCIAL

Para compreender melhor o arcabouço teórico do trabalho faz-se necessário apresentar o conceito de exclusão social, pois este expande as dimensões de análise da pobreza. Sendo assim, este tópico tem como objetivo rever as definições da exclusão social e realizar uma análise da exclusão social no mundo e no Brasil. Cabe salientar que, ao abordar os efeitos socioeconômicos no território em questão, tornou-se possível localizar as áreas mais excluídas, identificando algumas carências e, concomitantemente, as ações necessárias para minimizar os efeitos oriundos destas deficiências.

Tendo por base o HUMAN DEVELOPMENT REPORT (1998, p. 28), publicado pelo PNUD, tem-se o texto a seguir referente à inclusão da variável exclusão social na composição do índice de pobreza para as economias industrializadas:

[...] exclusão social assume muitas formas, e varia consideravelmente de uma comunidade para outra e é difícil de medir. Contudo, a taxa de desemprego de longo prazo, que é consideravelmente medida na maioria dos Países industrializados, pode se constituir numa confiável aproximação para exclusão. Ela reflete a exclusão do mundo do trabalho e a interação social associada com o emprego, que se constitui em uma importante parte da exclusão social observada em muitas comunidades (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1998, p. 28).

³² Consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas manutenção e desenvolvimento da educação infantil com ações de segurança alimentar e nutricional, além de garantir o acesso e a permanência da criança (zero a 48 meses) na educação infantil (FNDE, 2016).

Já Escorel (1999) conceitua o processo de exclusão social utilizando cinco dimensões para evidenciar as características, segundo a mesma tem-se que:

São processos de vulnerabilidade, fragilização ou precariedade e até ruptura dos vínculos sociais em cinco dimensões da existência humana em sociedade: ocupacionais e de rendimentos; familiares e sociais proximais; políticas ou de cidadania; culturais; e, no mundo da vida onde se inserem os aspectos relacionados com a saúde (ESCOREL, 1999, p. 75).

Continua Escorel (1999) ao explicar as dimensões supracitadas:

[...] a exclusão social se caracteriza não só pela extrema privação material mas, principalmente, porque essa mesma privação material 'desqualifica' seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam. A exclusão social significa, então, o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum topos social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária (ESCOREL, 1999, p.81).

Corroborar a Organização Panamericana da Saúde (OPS) com Escorel ao considerar a exclusão social como um processo estrutural, multidimensional, que envolve a falta de recursos e oportunidades e a falta de pertencimento como um produto da ruptura dos laços sociais que permitem que os indivíduos integrem uma rede social (OPS, 2003).

Outros são mais concisos dentre eles Popay et al (2008) que vislumbra:

A exclusão consiste de processos dinâmicos, multidimensionais produzidos por relações desiguais de poder que atuam ao longo de quatro dimensões principais – econômica, política, social e cultural –, e em diferentes níveis incluindo individual, domiciliar, grupal, comunitário, nacional e global. Resulta em um *continuum* de inclusão/exclusão caracterizado por acessos desiguais aos recursos, capacidades e direitos que produzem iniquidades em saúde (Popay et al, 2008, p. 36).

Existem também aqueles que exibem um conceito amplo, tais como Maricato (1994) ao abordar a exclusão social no processo de urbanização no Brasil, a autora considera as vulnerabilidades e as privações ao atendimento das necessidades materiais e imateriais e aponta que:

A exclusão social compõe um universo do qual a segregação ambiental é apenas uma das expressões. A dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário; saneamento ineficiente; drenagem inexistente; dificuldade de abastecimento; difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches; maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menores oportunidades de emprego (particularmente no setor formal), menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável. Não há como definir um limite preciso entre o 'incluído' e o 'excluído'. Não se trata de um conceito mensurável, mas de uma situação complexa que envolve a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem, e principalmente, a falta de voz (Maricato, 1994, p.51).

Alguns pesquisadores dentre eles, Castel (1997) e Paugam (1998), apresentam ressalvas em relação ao termo, por exemplo, Castel (1997), sugere utilizar o termo com parcimônia, pois o uso indiscriminado para designar diferentes situações, encoberta a especificidade de cada uma tornando-as imprecisas, para o mesmo

[...] falar em termos de exclusão é rotular com uma qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém, [...] os traços constitutivos essenciais das situações de exclusão [...], não se encontram nas situações em si mesmas (CASTEL, 1997, p.19).

Castel (1997, p.23) também afirma que se atende as situações sem provavelmente deixar visível os processos que geram os estados de despossuir “economiza-se a necessidade de se interrogar sobre as dinâmicas sociais globais que são responsáveis pelos desequilíbrios atuais”, pois conforme ele:

Se nada de mais profundo for feito, a luta contra a exclusão corre o risco de se reduzir a um pronto socorro social, isto é, intervir aqui e ali para tentar reparar as rupturas do tecido social. Esses empreendimentos não são inúteis, mas deter-se neles implica na renúncia de intervir sobre o processo que produz tais situações (CASTEL, 1997, p. 26)

Já Paugam (1998) utiliza o termo desqualificação para denominar a exclusão e diferencia a partir de três modelos de pobreza: integrada, marginal e desqualificadora. O primeiro modelo é caracterizado por uma sociedade na qual a população encontra-se majoritariamente na condição social de pobre, sem que esse grupo se diferencie muito do restante da população, denota o problema de uma região como um todo e não de um grupo específico. O segundo inclui na categoria de pobres uma pequena parcela da população, que é estigmatizada e cujos componentes são considerados os “deslocados” da civilização moderna. Já, o terceiro mais atrelado com o problema da exclusão se caracteriza pela presença de uma grande parcela de excluídos do mercado de trabalho, seja por causa do desemprego e/ou das condições precárias nas relações inerentes ao emprego.

Complementa Zioni (2006), ao afirmar que:

A noção passou a ser criticada tanto pelos alegados limites em sua capacidade explicativa como em função do uso abusivo do termo. [...] contribuição é mais relevante no campo da ação pública do que no da pesquisa social. Exclusão social remeteria ao enfraquecimento da participação dos indivíduos nas redes sociais mais fundamentais do contexto em que vivem [...] enfraquecimento, mas não descarte, abandono, porque o excluído pertence ao sistema em relação ao qual ele tende a ser colocado à margem (ZIONI, 2006, p. 24).

Uma autora que também abordou o tema foi Sposatti (1996) ao avaliar a situação de exclusão na cidade de São Paulo, apontando as características estruturais desse fenômeno:

A desigualdade social, econômica e política na sociedade brasileira chegou a tal grau que se torna incompatível com a democratização da sociedade. Por decorrência, tem se falado na existência da apartação social. No Brasil a discriminação é econômica, cultural e política, além de étnica. Este processo deve ser entendido como exclusão, isto é, uma impossibilidade de poder partilhar o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão inclusive, com violência, de um conjunto significativo da população, por isso, uma exclusão social e não pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública (SPOSATTI, 1996, p. 34).

Já no âmbito jurídico, Arzabe (2001) pondera que apesar de com frequência o termo exclusão social ser associado às concepções de cidadania e de integração social, de forma sucinta pode-se afirmar que:

[...] sempre que ocorrem cerceamentos socialmente difusos e sistemáticos de direitos humanos que dificultem a indivíduos, grupos ou categorias o exercício de suas liberdades, de seus direitos políticos, de sua participação na comunidade, bem como seu florescimento como pessoa, enquanto a outros indivíduos, grupos ou categorias o exercício desses direitos é possibilitado e mesmo facilitado, estaremos defronte a uma situação de desigualdade do tipo que permite ser denominada exclusão social (Arzabe, 2001, p.37).

Fontes (1995, p.29) afirma que os desdobramentos advindos da exclusão alcançam a quase totalidade da vida social, visíveis na gestão do território, nas formas de difusão culturais e nos problemas educacionais. Wanderley (2001, p.25) coaduna com ela ao afirmar que

A exclusão contemporânea é diferente das formas existentes anteriormente de discriminação ou mesmo de segregação, uma vez que tende a criar, internacionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao universo produtivo, para os quais parece não haver mais possibilidades de inserção. Poder-se-ia dizer que os novos excluídos são seres descartáveis (WANDERLEY, 2001, p.25).

Tendo por base os conceitos supracitados e os dados disponibilizados pelo Eurostat³³ em 2014, tem-se que a União Europeia (UE) ainda reflete o impacto da crise econômica associada ao endividamento público e das várias medidas de austeridade implementadas após 2008, pois conforme os valores disponibilizados no referido ano existiam na UE cerca de 122 milhões de pessoas em situação de pobreza e de

³³O Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat) é a organização que produz dados estatísticos e busca a harmonização dos métodos estatísticos entre os estados membros.

exclusão social (24.4% do total), destas 25.2% mulheres e 23,6% homens. Além disso, 17.2% da população encontrava-se em risco de pobreza e 8.9% encontrava-se em condições de privação material severa. Fatos que evidenciam que a pobreza e a exclusão independem do quão desenvolvida seja a região. Cabe salientar que a taxa de risco de pobreza ou exclusão social para as crianças continua decrescendo, pois em 2014 registrou 24,8%, resultado inferior ao obtido em 2012 (27.6%) e de 2011 (28.1%).

No Brasil em 2002 foi criado o Índice de Exclusão Social a partir de dados do Censo Demográfico de 2000, ele sintetiza a situação de cada município brasileiro no que tange: percentagem de chefes de família pobres no município; taxa de emprego formal na população em idade ativa; desigualdade de renda; taxa de alfabetização de pessoas acima de 5 anos; número médio de anos de estudo do chefe de domicílio; porcentagem de jovens na população; número de homicídios por 100.000 habitantes. Para Pochmann e Amorim (2007), o referido índice foi estabelecido a partir da observância das dificuldades que o IDH tem para medir padrões de bem-estar nas economias menos desenvolvidas.

Continuando no Brasil, tem-se que os excluídos socialmente aumentaram depois do crescimento do desemprego e da crise na economia, porém entre 2000 e 2010 alguns estados tiveram redução no número de municípios de maiores índices de exclusão social conforme pode ser visto na tabela abaixo dentre eles: Acre (50%), Amazonas (60%) e Paraíba (71,43%). Contudo Alagoas, Pará, Ceará e Pernambuco apresentaram acréscimos de 114,29%, 250%, 50% e 100%, respectivamente. O estado da Bahia foi o único que manteve a quantidade.

Uma constatação importante a ser feita é que dentre os cem municípios com os piores níveis de exclusão social, em 2000 e 2010, não consta um único pertencente as regiões Sul, Sudeste ou Centro-Oeste. Todos estão localizados no Norte ou no Nordeste do Brasil, fato que pode ser oriundo das elevadas taxas de analfabetismo e do déficit em relação a oferta de serviços de saúde e saneamento básico. Conforme pode ser visto na Tabela 6 a seguir, na qual constam elencados os estados e a quantidade de municípios atrelados aos maiores índices de exclusão social (IES).

Tabela 6 - Distribuição por estado dos 100 municípios de maiores IES em 2000 e 2010

Distribuição em 2000		Distribuição em 2010	
Estado	Municípios	Estado	Municípios
Maranhão		36 Maranhão	35
Piauí		27 Piauí	25
Amazonas		10 Alagoas	15
Alagoas		7 Pará	7
Paraíba		7 Amazonas	4
Acre		4 Pernambuco	4
Bahia		3 Bahia	3
Ceará		2 Ceará	3
Pará		2 Acre	2
Pernambuco		2 Paraíba	2
Total	100	Total	100
IES variando	68,7% a 80,5%	IES variando	61,9% a 71,4%
Município com maior IES	Jordão, Acre	Município com maior IES	Marajá do Sena Maranhão

Fonte: IBGE, 2000, 2010a.

Depois de apresentar o processo de exclusão social percebe-se que independente da denominação se faz necessário buscar alternativas eficientes e eficazes para a situação e não apenas paliativos. E, que talvez uma das opções para aplacar as privações ao atendimento das necessidades materiais, seja o microcrédito. O próximo tópico tem como tema uma das soluções utilizadas para minorar a situação dos excluídos.

3.3 POLÍTICA PÚBLICA E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Um cenário de crise financeira, inflação em crescimento, colapso na saúde pública, corrupção e a busca pelo desenvolvimento econômico social, traz à discussão temas como programas de transferência de renda, reformulação das políticas, dentre outros aspectos. Em decorrência da busca pelas respostas aos problemas da sociedade atual, perpassam as ações por parte do Estado e da sociedade em geral. O Estado busca intervir de forma eficiente e eficaz a partir de políticas públicas, por exemplo, o Programa Bolsa Família (PBF), Brasil Sem Miséria e outros. Neste caso deve-se questionar o que é política pública? Experimentando responder esta pergunta e encontrar respostas para os que acreditam que os programas de transferência de renda no Brasil são antes de mais nada assistencialistas que se escreve este tópico.

Inicialmente é preciso ressaltar que ainda hoje existem divergências conceituais sobre política pública, portanto neste tópico busca-se evidenciar o surgimento, dos principais conceitos, o planejamento e modelos de análise de políticas públicas, e discutir os programas de transferência de renda como um exemplo de atuação do Estado para minorar os aspectos associados a pobreza no país.

3.3.1 SURGIMENTO E DEFINIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Conforme Souza (2006), a política pública tanto como área de conhecimento quanto disciplina acadêmica nasce nos EUA, sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. Já na Europa, os estudos de política pública decorrem dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e do governo.

Em contrapartida, para Nelson (1996 apud Melo, 1999, p.63)

a história do campo de políticas públicas é mais a história de um discurso do que de uma disciplina convencional composta de ideias mais instituições, revistas e controle de recursos essenciais. Na realidade, a ausência nessa área de um aparato material característico de um campo intelectual é um achado notável de pesquisa.

Neste caso, dificilmente pode-se falar de disciplina acadêmica no sentido de uma comunidade que exerce controle sobre os padrões de qualificação profissional e qualidade da produção, dentre outros aspectos, pois existe uma dificuldade de delimitação da especificidade da análise disciplinarmente alicerçada nas ciências sociais em relação a análise dos especialistas em uma área de política pública (MELO, 1999, p.63 – 64).

Segundo Souza (2006, p. 22 – 23), na área governamental propriamente dita, a inserção da política pública como ferramenta das decisões do governo decorre da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências. No governo dos EUA sua introdução deve-se a Robert McNamara, o qual estimulou a criação, em 1948, da RAND Corporation, organização não-

governamental financiada por recursos públicos e considerada a precursora dos *think tanks*³⁴.

No Brasil, a instituição, em 1983, do Grupo de Trabalho de Políticas Públicas na Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e a criação, em 1984, do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Universidade Estadual de Campinas, são considerados marcos dessa subárea no país. (MELO, 1999, p.66)

Cabe salientar que, segundo Melo (1999, p.65), no Brasil podem ser observados aspectos comuns à trajetória europeia, tais como o distanciamento da gestão de governo das ciências sociais e a análise política associada a entidades governamentais.

Na concepção de Boneti (2007), o Estado se torna um agente que repassa à sociedade civil as decisões saídas do âmbito da correlação de forças travadas entre os agentes do poder. Esse autor entende políticas públicas, como:

[...]resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos (BONETI, 2007, p.74).

Muitas são as definições de política pública. Por exemplo, Souza (2006) faz uma análise dos conceitos de Mead, Lynn, Peters, Dye explicita que as políticas públicas em linhas gerais são vislumbradas como uma das atividades dos governos, que influenciam a vida dos cidadãos atuando diretamente na busca pela solução de problemas da sociedade. Ainda segundo Souza (2006), críticos dessas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, argumentam que elas ignoram a sua essência, ou seja, o embate em torno de ideias e interesses. E, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos, como também, deixa as possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais. Cabe ressaltar que para Souza (2006, p. 24) “a definição mais conhecida é a de Laswell, ou seja, decisões e

³⁴ São organizações que atuam produzindo e difundindo conhecimento sobre assuntos estratégicos com o objetivo de influenciar transformações sociais, econômicas, políticas ou científicas.

análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.”

Conforme Melo (1999, p.66-67), no Brasil a área denominada de políticas públicas compreende um conjunto heterogêneo de contribuições. Esse conjunto pode ser subdividido em três subconjuntos de trabalhos. O primeiro tem como objeto o regime político, instituições políticas ou o Estado brasileiro em relação aos traços constitutivos, para buscar uma política específica. O segundo engloba trabalhos a respeito de políticas setoriais que combinam a análise do processo político com a análise de problemáticas internas às próprias áreas setoriais. Já o terceiro consiste nas análises de avaliação de políticas.

É preciso frisar que ao vislumbrar a política pública como uma área que engloba diversas unidades em totalidades organizadas, isso implica em duas situações. A primeira é que a área se torna território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. Apesar de ter suas próprias modelagens, teorias e métodos, a política pública, embora seja formalmente um ramo da ciência política, a ela não se resume, podendo ser objeto analítico inclusive da econometria. A segunda é que a área comporta várias visões. Além disso, as políticas públicas, após formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. E, ao serem postas em ação, são implementadas e ficam, concomitantemente, submetidas a sistemas de controle e avaliação (SOUZA, 2006, p.26). Como exemplo tem-se o microcrédito, o qual é considerado uma política pública que possibilita a democratização do crédito, desde a década de 1970, quando passou a ser difundido nos diferentes continentes.

3.3.2 PLANEJAMENTO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Para Oliveira (2006), o planejamento é um processo de decisão político-social que necessita de informações precisas, transparência, ética, moderação, vontade de negociar e buscar soluções conjuntas que sejam oportunas para toda a sociedade, levando continuamente ao aprendizado. O mesmo autor afirma que

[...]no Brasil, especialmente em nível federal, o planejamento ainda é visto como uma coisa quase que estritamente tecnicista dominada por economistas e burocratas. Eles assumem que uma vez tendo o plano certo, a implementação sairá automaticamente (OLIVEIRA, 2006, p.274)

Conforme Oliveira (2006), em países em desenvolvimento como o Brasil os problemas na etapa do planejamento estão intrinsecamente relacionados à ênfase dada à burocracia de formulação e controle, e às previsões dos economistas que tendem a minimizar a importância do processo de decisão, que é uma construção política e social. Para esse autor, o planejamento em políticas públicas tem que ser visto como um processo, e não como um produto técnico.

Para algumas escolas de pensamento existe uma separação entre a elaboração e a implementação no processo de planejamento de política pública, o que gera falhas nos resultados. Oliveira (2006, p.275–276) aponta quatro tipos de escolas, conforme Quadro 6 a seguir.

Quadro 6 - Síntese de algumas escolas de pensamento de planejamento e implementação de políticas públicas

Escola	Visão	Exemplo
1	Vê o processo de planejamento associado a atividades de elaboração de planos, os quais envolvem tomada de decisões políticas, reuniões de discussão, mapas detalhados, modelos matemáticos e cenários, criação de legislação e distribuição de responsabilidades, e a geração de um plano. Assume-se que as ações planejadas serão implementadas e atingirão os resultados esperados, se o plano foi bem-feito e tiver o orçamento aprovado.	Projetos de irrigação na região de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE)
2	Reconhece o papel da implementação, mas ainda enfatiza a elaboração de planos como chave para o sucesso de políticas públicas. Nessa visão, muitos dos bons planos falham porque houve problemas técnicos na implementação, foram sabotados ou não foram implementados exatamente de acordo com o que foi indicado no plano.	Colonização da Amazônia com a construção da Transamazônica e assentamentos (Polonoroeste).
3	Prioriza alguns mecanismos de gestão da implementação dos planos para garantir que aquilo indicado no plano vai ser implementado, os quais incluem monitoramento, auditorias e reuniões técnicas de acompanhamento. Porém, os resultados muitas vezes são insatisfatórios porque houve diversos tipos de problemas institucionais, muito do planejado não era executável ou as condições iniciais mudaram com o tempo.	Projeto de despoluição da Baía de Guanabara no Rio de Janeiro
4	Visão popular ou politicamente correta vislumbra o planejamento com total ênfase na participação da população ou sociedade civil na implementação dos planos. Neste caso os beneficiários têm que ajudar a monitorar o projeto, denunciar, participar de assembleias.	Programa Fome Zero do governo federal

Fonte: Oliveira, 2006 adaptado

3.3.3 MODELOS DE ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Souza (2006, p.28-34) mapeou, embasada no trabalho de outros autores, os principais modelos de formulação e análise de políticas públicas desenvolvidos visando entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na vida dos cidadãos, os quais são consolidados no Quadro 7 a seguir:

Quadro 7 - Modelo de formulação e análise de políticas públicas desenvolvidas

Modelo de Formulação	Análise de políticas públicas desenvolvidas
O tipo da política pública	Neste caso cada tipo encontrará diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas
Incrementalismo	Neste modelo os recursos governamentais para uma dada política pública não partem do zero e sim, de decisões marginais e incrementais que desconsideram mudanças políticas ou nos programas públicos
O ciclo da Política Pública	Esta tipologia enxerga a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios que constituem um processo dinâmico e de aprendizado. São eles: definição da agenda, identificação das alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação
O modelo “garbagecan”	Nele as organizações constroem as preferências para a solução dos problemas e não, as preferências constroem a ação. A compreensão do problema e das soluções é limitada, e as organizações operam em um sistema de tentativa e erro
Coalizão de Defesa	A política pública deve ser concebida como um conjunto de subsistemas relativamente estáveis, que se articula com os acontecimentos externos, os quais dão os parâmetros para os constrangimentos e os recursos de cada política pública
Arenas Sociais	Vê a política pública como uma iniciativa dos chamados empreendedores políticos ou de políticas públicas. Isto porque, para que uma determinada circunstância ou evento se transforme em um problema, é preciso que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito
Modelo de “equilíbrio interrompido”	Esta tipologia se caracteriza por longos períodos de estabilidade, interrompidos por períodos de instabilidade que geram mudanças nas políticas anteriores
Modelos influenciados pelo “novo gerencialismo público” e pelo ajuste fiscal	Modelo no qual a eficiência passou a ser visualizada como o principal objetivo de qualquer política pública, aliada à importância do fator credibilidade e à delegação das políticas públicas para instituições com “independência” política

Fonte: Souza, 2006, p. 28 – 34 adaptado pela autora, 2018

Por seu turno, Frey (2000, p.223 – 224) analisa as formas da arena política e considera que elas podem ser caracterizadas quanto à forma e aos efeitos dos meios de implementação aplicados ao conteúdo das políticas e também em relação ao modo da resolução de conflitos políticos, e distinguidas conforme o caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo, como indicado no Quadro 8 a seguir:

Quadro 8- Tipos de políticas e características

Tipos de políticas	Características
Distributivas	São caracterizadas por um baixo grau de conflito dos processos políticos, visto que políticas de caráter distributivo só parecem distribuir vantagens e não acarretam custos pelo menos diretamente percebíveis para outros grupos. Em geral, beneficiam um grande número de destinatários, todavia em escala relativamente pequena; potenciais opositores costumam ser incluídos na distribuição de serviços e benefícios
Redistributivas	São orientadas para o conflito, ou seja, o recurso financeiro é direcionado para grupos sociais
Regulatórias	Trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos alusivos aos custos e benefícios não são determináveis antecipadamente. Dependem da configuração concreta das políticas. Custos e benefícios podem ser distribuídos de forma igual e equilibrada entre os grupos e setores da sociedade. Assim como as políticas também podem atender a interesses particulares e restritos e os processos de conflito, de consenso e de coalizão podem ser alterados conforme a configuração específica das políticas
Constitutivas ou estruturadoras	Determinam as condições gerais sob as quais vêm sendo negociadas as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias

Fonte: Frey, 2000, p.223 – 224 adaptado pela autora, 2018

3.3.4 POLÍTICA PÚBLICA E PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Windhoff-Héritier (1987 apud Frey 2000, p. 224), ao comentar as políticas de redistribuição, menciona que as mesmas são caracterizadas por “consenso e indiferença amigável” e, apresentam como objetivo o desvio e o deslocamento consciente de recursos financeiros, direitos ou outros valores entre camadas sociais e grupos da sociedade.

Já Piketty (2015) recomenda que, ao abordar a desigualdade e a redistribuição de renda, deve-se explicitar a dualidade entre a posição liberal e a tradicional. A liberal afirma que apenas as forças do mercado, a otimização da produção e a iniciativa individual permitem uma melhora concreta nas condições de vida e da renda no horizonte de longo prazo. Nesse contexto, a política de redistribuição deve se limitar ao uso de programas e/ou sistemas que interfiram o mínimo possível. Já no âmbito

tradicional somente as lutas sociais e políticas podem atenuar a condição de miséria oriunda do sistema capitalista. Nesse cenário as políticas públicas devem permear todo o processo produtivo combatendo o modo como as forças de mercado designam o lucro para os superavitários ou detentores de capital, assim como a disparidade entre os assalariados (PIKETTY, 2015, p.9).

Apesar desta dualidade, se a desigualdade decorre de fatores alheios à vontade dos envolvidos, por exemplo, se dependem do capital transmitido pela família ou pelo fator sorte, considera-se válido que o Estado ofereça condições para melhorar de forma eficaz a vida das pessoas. Essa ideia é expressa na teoria moderna de justiça social pelo princípio “maximin”, o qual considera que a sociedade justa deve maximizar as oportunidades e condições mínimas de vida disponibilizada pelo sistema social (PIKETTY, 2015, p.10). Uma das formas empregadas para melhorar as condições mínimas de vida são os programas de transferência de renda.

Inicialmente é preciso salientar que os programas de transferência de renda não irão acabar com a pobreza, e sim minorar a situação das famílias pobres, ou seja, irão amenizar os efeitos da pobreza e da desigualdade no que concerne à renda, pois para acabar com a pobreza faz-se necessário ações em diferentes setores tais como educação visando inclusive a qualificação e a requalificação da mão de obra, habitação, saúde, dentre outras.

Para melhor entender o atual panorama de transferência de renda no Brasil, é necessário resgatar o histórico dos programas, inicialmente algumas das experiências internacionais e, posteriormente, os programas implementados no plano nacional. Cabe ressaltar que a implementação dos programas de transferência de renda internacionais está intrinsecamente relacionada à consolidação do Estado do Bem-Estar Social.

No cenário internacional uma das primeiras experiências data de 1601, na Inglaterra, onde foi criada a Lei dos Pobres, a qual garantia uma renda mensal, cujo valor correspondia ao preço do alimento que a família fosse consumir ao longo do referido mês. Deve-se salientar que o valor recebido era para suplementar os salários e que o Estado não era o provedor direto, pois o valor era oriundo da taxa paga pelos contribuintes (BUENO, 2003). Segundo Bueno (2003), a contrapartida era que os homens capazes deviam prestar serviços em asilos e albergues e as crianças tinham que frequentar a escola.

Ainda sobre a referida lei, conforme Tocqueville (2003, p.57-58), as leis para os pobres têm como alicerce a dissolução dos monastérios, a qual forçou o governo a fazer provisões para os indigentes que tinham estado sob os cuidados da Igreja. As leis foram codificadas ao final do reinado da rainha Elizabeth I, fornecendo doações aos pobres ("caridade externa") e asilos beneficentes ("caridade interna") para os idosos e enfermos, educação para as crianças e abrigo e trabalho temporário para os saudáveis em asilos e nas chamadas *workhouses*³⁵. Porém, para este autor (2003, p.100), o auxílio público aos pobres garante a vida, mas não a faz mais feliz ou mais confortável do que o auxílio privado; a caridade legal, portanto, não elimina a riqueza ou a pobreza na sociedade. Na visão de Tocqueville (2003), o resultado imediato da caridade pública foi o de perpetuar o ócio entre a maioria dos pobres.

Já em 1961, na Alemanha, introduziu-se uma lei federal de auxílio social (*Sozialhilfe*), a qual em 2005, mudou de nomenclatura passando a denominar-se *Arbeitslosengeld II*, auxílio ao qual as pessoas poderiam recorrer enquanto não encontrassem um trabalho que julgassem digno. Vale salientar que aproximadamente 75% da população alemã recebe ou já recebeu esse tipo de benefício e que as crianças recebem separadamente, até atingirem os 14 anos de idade, um benefício de 208,00 Euros mensais, independente da classe social, dentre outros benefícios. É preciso relatar que esse programa de transferência de renda diferente de outros não tem condicionalidades, ou seja, o favorecido não necessita atingir metas para receber o benefício. (ZIMMERMANN e SILVA, 2009)

Em Portugal, apenas após a mudança do regime sócio-político em 1974 tem início o processo de institucionalização de uma rede de proteção social. O primeiro programa visou os idosos e beneficiários dos serviços de assistência, o qual foi consolidado em 1979. Após essa data ocorreu um processo gradual de criação de novas categorias de mínimos sociais, por exemplo, pensão por viuvez (1981), subsidio social de desemprego (1985) e em 1996 o rendimento mínimo garantido (RMG), o qual assegura aos indivíduos e seus familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para uma progressiva inserção social e profissional, dentre as condições de acesso estabelece que o titular igual ou superior a 18 anos, ou inferior se forem responsáveis por crianças ou se encontrarem grávidas,

³⁵Conforme a tradução do livro Ensaio sobre a pobreza de Tocqueville (2003, p.58), *workhouses* são asilos específicos para os pobres habilitados ao trabalho.

com residência em Portugal e rendimentos inferiores ao estabelecido. Cabe salientar que em 2000 os portadores de doenças oncológicas e esclerose múltipla foram incluídos no critério para a atribuição da pensão social por invalidez (BRANCO,2002, p.67-69,251).

Já o México adotou medidas de combate à pobreza extrema em 1997, ano em que foi criado o Progressa, visando apoiar as famílias rurais extremamente pobres, o qual em 2001 foi transformado no Programa Oportunidades, que além das famílias rurais passou a atender as famílias pobres das áreas urbanas. Uma das peculiaridades desse programa, consiste em buscar incentivar a permanência das crianças na escola elevando o valor da bolsa-escola a cada nova série e com isso reduzir o risco de evasão escolar (LAVINAS, 1998).

Conforme Fonseca (2001), no programa Oportunidades os abonos monetários dependem do cumprimento de condicionalidades: assistência dos membros da família aos serviços de saúde e frequência regular das crianças à escola. Porém o México ampliou a população a ser assistida pelo programa por meio da incorporação dos idosos acima de 70 anos integrantes das famílias beneficiárias. E implementou uma mudança relacionada aos jovens que funciona como estímulo à conclusão da educação superior. Os jovens recebem 300 dólares como poupança para o que quiserem fazer (FONSECA, 2001, p. 10-11).

No Brasil, o mecanismo assistencial de transferência de renda foi criado em 1974, no âmbito da Previdência Social, denominado inicialmente de Renda Mensal Vitalícia (RMV)³⁶, o qual visava garantir a renda de meio salário mínimo a idosos e portadores de deficiência em famílias de baixa renda.

Com a Constituição de 1988 e a regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993 houve ampliação dos direitos sociais e dos programas de transferência de renda. Em 1995, foram implantados os primeiros programas de transferência de renda focalizados em famílias pobres com crianças de 7 a 14 anos, designado de Bolsa Escola, o qual além de elevar a renda imediatamente deveria a partir da educação atenuar no futuro as causas estruturais da pobreza (ROCHA, 2013).

³⁶ Lei 6.179 de 11 de dezembro de 1974. A RMV se enquadra como Amparo Previdenciário.

As primeiras iniciativas do programa ocorreram em Campinas e no Distrito Federal. Cabe ressaltar que no primeiro município o programa se articulava a uma estrutura preexistente de assistência social e tinha como prioridade atender as crianças de até 14 anos em situação de risco, desde que a família do menor tivesse renda *per capita* inferior a meio salário mínimo³⁷ e vivesse no município por pelo menos dois anos. Já no Distrito Federal o programa se constituía no próprio centro de articulação de políticas direcionadas para a população mais pobre (ROCHA, 2013).

Além disso, em Campinas, o desembolso total do município com o pagamento dos benefícios não podia ultrapassar 1% do orçamento e o valor da transferência era variável, pois tinha como meta fazer com que a renda familiar atingisse mensalmente R\$35,00 por pessoa. No Distrito Federal o valor do benefício era fixado em um salário mínimo mensal por um ano, podendo ser renovado por igual período e recebido preferencialmente pela mãe (ROCHA, 2013).

Com o lançamento do Bolsa Alimentação em 2001, houve uma expansão e consequente aprimoramento da política de transferência de renda com foco nos pobres. O referido programa tinha como público alvo gestantes, nutrizes e crianças de até seis anos de famílias de baixa renda. Depois foi instituído pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar o Fome Zero, o qual não se limitava a segurança alimentar, mas reconhecia a pobreza e elegia os pobres como alvo prioritário da política social em decorrência das condições de vulnerabilidade. O programa pretendia combater a fome e suas causas estruturais, garantindo a segurança alimentar de toda a população através de uma política nacional e de um mutirão contra a fome envolvendo a sociedade civil e as diferentes esferas de governo (ROCHA, 2013, p.80).

No Quadro síntese 9, apresentado a seguir, pode-se visualizar alguns dos diferentes programas instituídos com o objetivo de minorar a pobreza a partir da transferência de renda, o ano de criação, o público alvo, o valor do benefício e o marco legal dos mesmos. Em alguns casos vislumbra-se tanto o ano de criação quanto o de extinção. Naqueles em que aparecem apenas o ano de criação significa que o referido programa passou a integrar outro como será visto posteriormente.

³⁷ Na época o valor correspondia a R\$35,00 *per capita* por mês.

Quadro 9- Síntese de alguns programas de transferência de renda

Programa	Ano de criação	Público alvo	Benefício	Marco legal
Renda Mensal Vitalícia (RMV)	1974 e extinto em 1º/01/1996	Maiores de 70 anos ou inválidos, definitivamente incapacitados para o trabalho, que não exerciam atividades remuneradas e não auferiam rendimento superior a 60% do valor do SM e não poderiam ser mantidos pela família nem prover o próprio sustento.	½ Salário mínimo (SM)	Lei nº 6.179/74
Benefícios de Prestação Continuada (BPC)	Assegurado pela Constituição Federal de 1988	Pessoas com 65 anos ou mais, e a pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família	Salário Mínimo	CF de 1988; LOAS - Lei nº 8.742, de 7/12/1993; Lei nº 10.741/2003; Decreto nº 6.214/2007; Decreto nº 6.564/2008, Portaria Normativa Interministerial nº 18/2007 Portaria Interministerial nº 01, de 12/03/2008; Portaria MDS nº 44/2009; Portaria Conjunta MDS/INSS nº 1/2009
Bolsa Escola	1995 e extinto em 2003	Renda familiar mensal de até R\$ 90,00 por pessoa, com crianças de 6 a 15 anos	R\$15,00/mês por criança, até o limite de R\$ 45,00	Lei nº. 10.219, de 11/04/2001 e Decreto nº. 4.313, de 24/07/2002
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	1996	Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos que estejam trabalhando em atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas ou degradantes, com exceção para o atendimento de crianças com até 15 anos em situações de extremo risco, referentes à exploração sexual.	R\$ 40,00 nas áreas urbanas de capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250 mil habitantes; e de R\$25,00, para os outros municípios ou em áreas rurais.	Portaria nº 458, de outubro de 2001 Portaria nº 666, de 28 de dezembro de 2005, efetivou a integração do PETI com o Programa Bolsa Família
Bolsa Alimentação	2001 e extinto em 2003	Gestantes, nutrizes e crianças de 6 anos e 11 meses em risco nutricional.	R\$15,00 mensais até o limite de R\$45,00.	MP nº2.206-1, de 06/09/2001 e Decreto nº. 3.934, de 20/09/2001
Vale Gás	2002 e extinto em 2003	Famílias com renda mensal <i>per capita</i> de até ½ salário mínimo, e são beneficiárias dos programas Bolsa Escola e/ou Bolsa Alimentação	R\$ 15,00 bimestralmente	MP nº 18, de 28/12/2001 e Decreto nº 4.102/2002 Unificado pela MP 132 de outubro de 2003, foi convertida na Lei 10.836/2004, que criou o Programa Bolsa Família

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 Elaboração: Autora, 2014

Em outubro de 2003, a partir da Medida Provisória no 132, convertida na Lei nº 10.386/2004, é anunciado o novo programa de transferência de renda do governo, o Bolsa Família. No seu escopo o mesmo trazia modificações associadas aos critérios de elegibilidade e delimitação da população alvo. No que concerne à elegibilidade, o parâmetro de renda foi substituído por dois conjuntos de famílias beneficiárias com renda *per capita* inferior a R\$50,00/mês e com rendimentos mensais entre R\$50,00 e R\$100,00. Em relação à delimitação da população alvo o valor dos benefícios passou a ser fixado nominalmente, ou seja, desatrelado do valor do salário mínimo ou de qualquer outro indexador. Vale lembrar que em 2009, ocorreu uma mudança relacionada à ampliação do número de famílias atendidas (MDS, 2014 e ROCHA, 2013, p.90).

É preciso frisar que o período entre 2003 e 2004 foi marcado pelas fragilidades iniciais da construção do cadastro único (CadUnico)³⁸, base para a qual foram migrados todos os registros que davam suporte aos programas remanescentes, tais como o Bolsa Escola. O biênio seguinte, 2005 e 2006, foi distinguido pela assinatura de termos de adesão por todos os municípios brasileiros e a criação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)³⁹; pela edição de um conjunto de normas sobre a concessão e o pagamento de benefícios, ao acompanhamento de condicionalidades e também pela expansão do número de famílias atendidas pelo programa (NERI, 2013).

Cabe ressaltar que para ter assegurado o acesso ao PBF a família deve atender as seguintes condicionalidades⁴⁰:- frequência escolar mensal mínima de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos; - acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil e da vacinação das crianças menores de 7 anos; e - assistência às mulheres e ao bebê no pré-natal e no pós-parto (MDS, 2014).

Vale mencionar que as condicionalidades do programa Bolsa Família (PBF) são obrigações assumidas tanto pelas famílias quanto pelo governo federal, estadual e municipal. E que, como todos os municípios assinaram o Termo de Adesão ao

³⁸O CadUnico é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, ou seja, famílias com renda *per capita* menor ou igual a meio salário mínimo.

³⁹ Instrumento que mensura a gestão do município e ao qual está associada a transferência mensal de recursos financeiros para apoio à gestão

⁴⁰ As condicionalidades do Bolsa Família estão expressas na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que criou o referido programa.

Programa, os mesmos devem acompanhar as famílias e registrar as informações nos sistemas adequados do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, pois o não cumprimento reiteradas vezes das condicionalidades pode levar ao cancelamento do benefício (MDS, 2014).

Nos Gráficos 13 e 14 a seguir pode-se visualizar o número de domicílios particulares e de moradores nestas habitações, por tipo de transferência de renda em 2006, ou seja, permite identificar o programa de transferência de renda, no Brasil, na região nordeste e no estado da Bahia. Como se pode constatar, neste ano o programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) correspondiam a aproximadamente 14,86% e 2,2% dos domicílios particulares, respectivamente, e destes, 31,28% e 40,3% estavam no Nordeste. Sendo que destes percentuais atribuídos a região Nordeste 28,62% e 38,05% eram da Bahia. Precisa-se mencionar que apesar dos dados estarem fora do período de análise (entre 2010 e 2014), usou-se os mesmos para exemplificar o que ocorre ainda hoje, apesar de vários programas terem sido unificados.

Cabe salientar que o recebimento pode ser cumulativo, pois uma mesma moradia pode estar habilitada a receber dinheiro de mais de um programa social e que segundo o IBGE (2014) os dados desta tabela não foram reponderados pelo peso definido pela Contagem da População de 2007.

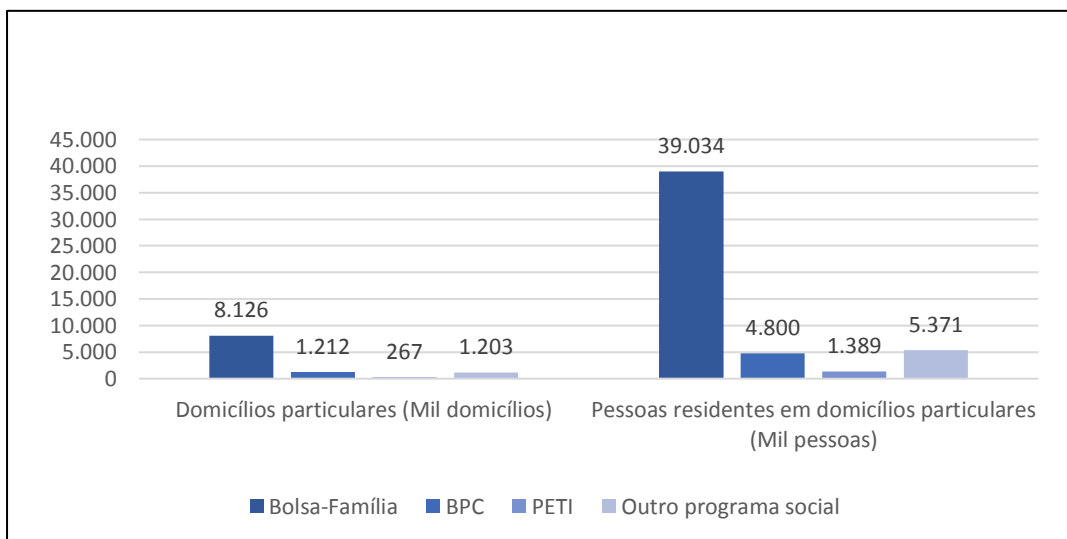


Gráfico 13 - Programas de transferência de renda no Brasil - 2006

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

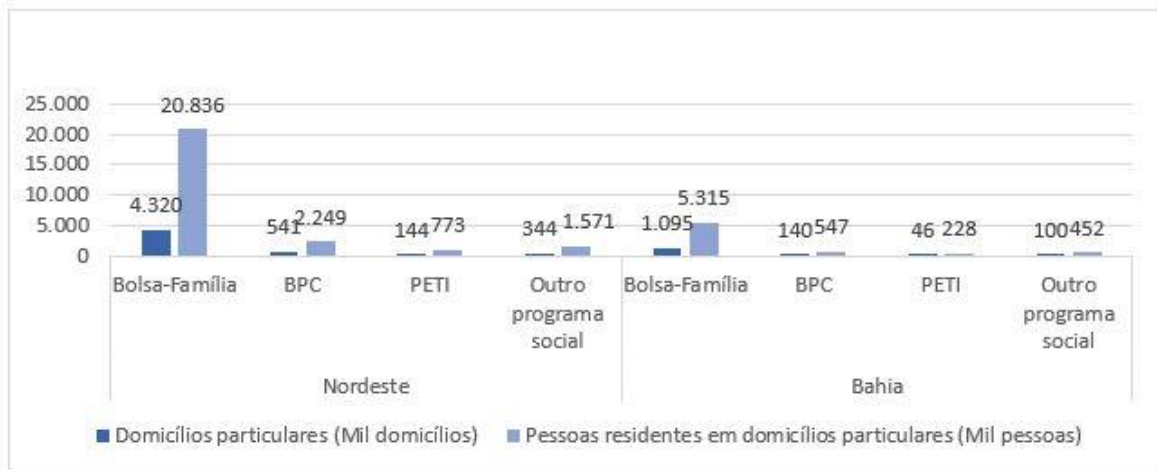


Gráfico 14- Programas de transferência de renda no Nordeste e na Bahia - 2006

Fonte: IBGE, PNAD adaptada

No biênio 2007-2008, foram adotadas mudanças no desenho do programa, tais como: adoção da regra de permanência, a criação do benefício variável vinculado ao adolescente (BVJ), pago a famílias com membros com idade entre 16 e 17 anos e o início dos procedimentos periódicos de averiguação de inconsistências cadastrais com base em cruzamentos do cadastro único com outros registros administrativos do governo federal (MDS, 2014).

Para ilustrar políticas públicas redistributivas no âmbito brasileiro considerar-se-á a região Nordeste e nela o estado da Bahia. Conforme mostra a Tabela 7, a região Nordeste, no período compreendido entre 2004 e 2012, apresenta o maior número de repasses concedidos a partir do programa bolsa família (PBF), pois em 2004 representava 50,52% passando em 2008 para 51,58% do total e a região centro-oeste passou de 4,45% para 5,17%. Tendo por base o biênio 2004/2005 tem-se que as regiões centro-oeste e nordeste apresentaram respectivamente crescimento de 41,70% e 21,09%, já o Brasil 24,89%, ou seja, o aumento no valor nominal das transferências no centro-oeste foi 67% superior. Entre 2008 e 2012 o crescimento do valor nominal do PBF no Brasil foi de 31,66% e nas regiões Centro-oeste, Nordeste e Sudeste, foram respectivamente de 42,04%, 29,42% e 30,53%. Cabe salientar que a região sul apresentou redução nos biênios 2009/2010 de 2,91% e 2010/2011 de 2,68% e mais de 6,81% entre 2014 e 2016 pode-se inferir que a queda foi proveniente do aumento no número de formalizações a partir do microempreendedor individual (MEI), pois segundo dados do mesmo os estados da referida região apresentaram crescimento de aproximadamente 100% no período. Neste mesmo período a região nordeste apresentou aumento de 3,98%, 5,75% e 15,81%, respectivamente.

Tabela 7 - Valor nominal das transferências (R\$) do PBF- 2004, 2005, 2008 – 2014 e 2016

Ano	Centro-oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Brasil
2004	17.540.488	37.758.137	234.533.410	42.069.132	107.969.438	439.870.605
2005	24.855.577	47.712.978	284.007.517	55.749.344	137.060.111	549.385.527
2008	42.308.513	102.397.840	487.825.573	66.285.050	207.082.921	905.899.897
2009	58.444.784	136.692.187	617.445.109	91.728.665	269.955.451	1.174.266.196
2010	64.663.907	145.600.154	647.879.999	94.026.482	286.871.538	1.239.042.080
2011	82.736.303	198.389.713	823.668.180	118.127.885	379.157.569	1.602.079.650
2012	104.794.574	257.423.481	1.040.627.468	142.107.339	467.573.702	2.012.499.096
2013	107.230.554	281.895.583	1.105.434.781	141.316.606	502.120.231	2.137.997.755
2014	117.000.174	320.035.549	1.234.325.994	148.971.497	545.267.105	2.365.600.319
2016	110.482.619	347.074.357	1.280.226.071	138.815.677	580.228.625	2.456.827.349

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Adaptado: Autora, 2014.

Em relação ao número de benefícios do programa em dezembro de cada ano (Tabela 8), o Nordeste corresponde em 2004 a 50,52%, em 2008 a 51,57%, 2011 a 51,12% e 2012 a 50,70% e em 2014 a aproximadamente 50,71%. Em 2011 a região Sudeste representa 24,69% do número de benefícios pelo programa. Comparando os biênios 2009/2010 e 2011/2012 observa-se que a região nordeste apresentou taxas de aumento bianual, passando de 3,98% para 5,75%. Fato que pode corresponder não apenas ao aumento de famílias que atendam aos critérios do referido programa, mais também ao crescimento do número de desocupados na região, devido inclusive a não qualificação da mão de obra. Porém no biênio 2014/2016 a referida região apresentou queda de 4,06%, evento que pode ter como origem o recadastramento e atualização no CADÚnico evitando duplicidade e outras falhas. Deve-se mencionar que muitos desses beneficiários utilizam o microcrédito como forma de captação de recursos para empreender, seja informalmente vendendo cafezinho e lanches nas ruas da RMS ou formalmente em negócios situados no próprio domicílio.

Tabela 8 - Número de benefícios pelo Programa Bolsa Família -2004-2006, 2008-2012, 2014 e 2016

Ano	Centro-oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Brasil
2004	292.405	527.652	3.320.446	700.661	1.730.675	6.571.839
2005	444.786	697.644	4.245.574	987.062	2.325.379	8.700.445
2006	596.620	1.023.507	5.442.567	1.027.439	2.875.677	10.965.810
2008	545.818	1.075.885	5.445.428	853.526	2.637.339	10.557.996
2009	676.500	1.285.567	6.207.633	1.095.986	3.105.229	12.370.915
2010	725.216	1.348.329	6.454.764	1.064.068	3.185.843	12.778.220
Δ%	7,20%	4,88%	3,98%	-2,91%	2,60%	3,29%
2011	717.510	1.476.939	6.825.997	1.035.602	3.296.258	13.352.306
2012	775.260	1.574.868	7.047.624	1.060.356	3.442.625	13.900.733
Δ%	-1,06%	9,54%	5,75%	-2,68%	3,47%	4,49%
2014	753.485	1.674.678	7.097.228	980.402	3.490.185	13.995.978
2016	688.186	1.677.895	6.808.930	873.953	3.513.488	13.562.452
Δ%	-8,67%	0,19%	-4,06%	-10,86%	0,67%	-3,10%

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Adaptado: Autora, 2014

Porém, tendo por base o Gráfico 15 a seguir gerado a partir dos dados do MDS no período entre 2008 e 2014, pode-se visualizar que as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro tiveram o maior repasse até 2012. Já no Nordeste as regiões metropolitanas de Recife e Fortaleza receberam o maior aporte dos benefícios do Bolsa Família entre 2008 e 2012. Por exemplo, em 2012 receberam respectivamente R\$45.341.992,00 e R\$43.068.139,00. Porém entre 2013 e 2014 as regiões metropolitanas de Salvador, Fortaleza e Rio de Janeiro receberam os maiores benefícios do PBF. Considerando-se estas informações, pode-se inferir que nas regiões metropolitanas supracitadas existe um maior percentual de famílias cadastradas que atendem as condicionantes já citadas, por exemplo, no caso de São Paulo este percentual deve decorrer das migrações oriundas das outras regiões na busca de melhores condições de trabalho e renda, as quais nem sempre não são obtidas.

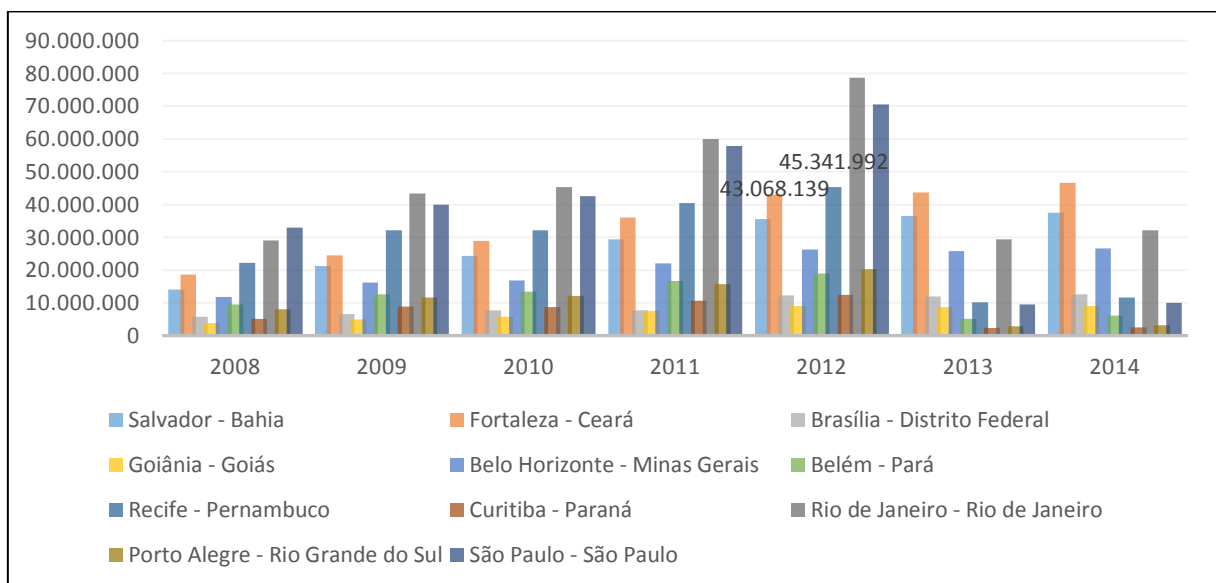


Gráfico 15 - Valor total dos benefícios do Bolsa Família nas Regiões Metropolitanas em Dezembro de 2008 – 2014

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Elaboração: Autora, 2015

Conforme o Relatório de Programas e Ações MDS BAHIA sistematizado na Tabela 9 exibida a seguir, de 2010 até junho de 2014, o número de famílias atendidas pelos diferentes programas cresceu 28,01%. No mesmo período o valor total de recursos financeiros pagos em benefícios aumentou 86,76%, os crescimentos entre 2010/2011 e 2011/2012 foram, respectivamente, de 25,95% e de 25,60%. É importante frisar que entre 2012/2013 o crescimento foi da ordem de 5,35%.

Tabela 9- Total de famílias cadastradas por faixa de renda de dez de 2010 - jun de 2014

	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	jun/14
Famílias cadastradas	2.460.009	2.595.482	2.867.955	3.057.671	3.149.009
Renda <i>per capita</i> mensal até 1/2 SM	2.308.779	2.426.366	2.640.568	2.761.617	2.825.486
Renda <i>per capita</i> mensal de até R\$ 140,00	2.143.112	2.190.553	2.298.133	2.332.939	2.388.486
Renda <i>per capita</i> mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00	0	0	434.278	453.065	440.570
Renda <i>per capita</i> mensal de até R\$ 70,00	0	0	1.863.855	1.879.874	1.947.916
Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios	166.063.311	209.149.757	262.704.562	276.757.279	310.134.713

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Elaboração: Autora, 2014

Já na Tabela 10 apresentada a seguir, considerando apenas o bolsa família no estado na Bahia entre dezembro de 2010 e novembro de 2014, pode-se visualizar que crescimento do valor repassado no período foi de 185,84% e o número total de família beneficiadas pelo programa cresceu no mesmo período de 109,29%.

Tabela 10 - Programa Bolsa Família na Bahia 2010 – 2014 (R\$)

Total	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	nov/14
Famílias beneficiadas	1.662.069	1.752.993	1.808.346	1.800.055	1.816.487
Valor repassado	166.063.311,00	209.149.757,00	262.704.562,00	276.757.279,00	308.615.372,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Elaboração: Autora, 2014

Segundo Rocha (2013, p.17) é forçoso reconhecer que hoje as transferências de renda focalizadas nos pobres já se tornaram um mecanismo disseminado de política social, mesmo nos países pobres. É necessário frisar que, em meio à expansão da oferta de programas de transferência de renda voltados para o combate à pobreza em países em desenvolvimento na última década, os programas de transferências condicionadas de renda têm um papel significativo.

Vale informar que desde junho de 2011 o BF integra o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), o qual envolve vários ministérios e tem como objetivo principal permitir o crescimento reduzindo desigualdades e promovendo a inclusão social. O público alvo é formado pelos brasileiros que continuam em situação de extrema pobreza. É vital ressaltar que a extrema pobreza inclui além da insuficiência de renda a insegurança alimentar e nutricional, a baixa escolaridade, a pouca qualificação profissional, o acesso precário à saúde e à moradia, dentre outros fatores (MDS, 2014). O PBSM atua em três eixos: - Acesso a Serviços; - Garantia de Renda: Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC) e - Inclusão Produtiva (MDS, 2014). Em relação a inclusão produtiva, a qual visa ampliar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais carentes da área urbana e rural,

tem-se no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), uma oportunidade de estruturação e capitalização dos beneficiários permitindo a geração de renda em microempreendimentos individuais. No Quadro 9 a seguir pode-se visualizar os diferentes programas associados aos eixos de acesso a serviços e inclusão produtiva.

Quadro 10 - Programas, eixos de acessos e Inclusão produtiva

Acesso a Serviços		
Educação Brasil Alfabetizado Mais Educação	Saúde Unidades Básicas de Saúde Brasil Sorridente Saúde da Família Olhar Brasil Distribuição de Medicamentos Rede Cegonha Saúde na Escola	Assistência Social e Segurança Alimentar Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) Banco de Alimentos Cozinhas Comunitárias
Inclusão Produtiva		
Rural Assistência Técnica Fomento Acesso a mercados públicos e privados Água e Luz para todos Bolsa Verde	Urbano Qualificação Intermediação/oportunidades Economia solidária Microcrédito Microempreendedor individual Catadores	

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Elaboração: Autora, 2014

Segundo dados do MDS (2014), de junho de 2011 (início do PBSM) a agosto de 2014, houve aumento de 9,15% no total de famílias beneficiárias no estado da Bahia. Além disso, de outubro de 2011 a julho de 2014, o Bolsa Verde (Programa de Apoio à Conservação Ambiental), que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, beneficiou 5.979 famílias na Bahia, em 148 municípios. Porém, no município de Salvador, o Bolsa Verde, beneficiou 12 famílias, ou seja, aproximadamente 0,2%.

Ainda segundo informações do MDS, conforme os registros de julho de 2014 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de agosto de 2014 do Programa BF, o município de Salvador tem: 362.766 famílias registradas no CadÚnico e 157.490 famílias beneficiárias do BF, ou seja 15,85 % da população do município. Além disso, de junho de 2011 a junho de 2014, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 23.207 famílias que estavam em situação de extrema pobreza. Porém, apesar da média nacional dos resultados do PBSM ser elevada, os valores, no município de Salvador, provenientes do acompanhamento da frequência escolar das crianças e jovens de 6 a 17 anos (69,12%) e das famílias com crianças de até 7 anos e/ou com gestantes do Bolsa Família (30,09%) são inferiores à média nacional de 92,03% e 73,44%, respectivamente.

A despeito das evidências explicitadas nas pesquisas realizadas pelo IBGE, IPEA e outros institutos de que o Brasil experimentou, desde 2003 até 2014, melhoras nos indicadores laborais e previdenciários, fenômeno observado tanto a partir de dados censitários quanto de registros das bases de dados do Ministério da Previdência Social (MPS) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), pois o MPS registrou aumento no volume de contribuintes, e o MTE acumulou recordes nos saldos entre admitidos e desligados e, conseqüentemente, no estoque de ocupados formais. Ainda em 2014 tem-se o risco dos desincentivos à inserção laboral como resultado dos programas de transferências condicionadas de renda.

Conforme relatório divulgado em julho de 2015 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), na área de educação o acompanhamento da condicionalidade ficou em 86,7% em abril e maio, pois dos 14,7 milhões de alunos beneficiários acompanhados no período, 14,1 milhões cumpriram a frequência escolar exigida. O relatório também evidenciou que as regiões Nordeste e Centro-Oeste alcançaram resultados abaixo do percentual Brasil (86,75%), respectivamente, 85,98% e 82,40% (MDS, 2015).

Vale evidenciar que em decorrência do recebimento das transferências de renda pela população pode surgir um círculo vicioso que estimule os trabalhadores a procurarem e conservarem empregos de baixa produtividade ou manterem pequenos empreendimentos no mercado informal, evitando as contribuições obrigatórias do sistema de seguridade social e assim não deixando de receber as transferências de renda. Porém mesmo cogitando-se o surgimento deste círculo é preciso frisar que até em países não considerados em desenvolvimento ou periféricos, tais como os europeus a transferência de renda foi e atualmente com a crise ainda é vislumbrada como uma opção, pois segundo Bourguignon e Martinez (1996 apud Piketty, 2015, p.32)

[...] em diversos países, e principalmente na França, uma relativa estabilidade das diferenças de renda disponível entre as famílias só foi possível porque as transferências sociais conseguiram compensar quase toda a perda de renda de atividade do número crescente de desempregados (BOURGUIGNON e MARTINEZ, 1996 APUD PIKETTY, 2015, p.32).

Contudo é necessário entender a diferença entre o processo de redistribuição pura e o de redistribuição eficiente. O primeiro tipo é adequado quando o equilíbrio de mercado é eficiente, ou seja, quando realinhar tanto a alocação de recursos quanto a

produção para que todos sejam beneficiados é impossível⁴¹. Neste caso a justiça social pura estabelece que a redistribuição ocorra a partir da dedução dos mais privilegiados e para benefício dos mais pobres. Já, o segundo tipo corresponde a cenários nos quais as deficiências do mercado geram intervenções diretas no processo de produção, possibilitando melhorar a eficiência da alocação dos recursos no sentido de Pareto e concomitantemente alcançar a equidade de sua distribuição (PIKETTY, p 11–12).

4. MICROCRÉDITO

Tendo por base que as operações de crédito contribuem tanto para financiar as atividades empresariais, investimentos, quanto para acelerar o consumo, é possível vê-la como um motor propulsor da economia, já que está relacionada com a geração de empregos, o aumento da renda e do consumo das famílias. Por este motivo considera-se importante rever o conceito formal de crédito e a ideia de alguns economistas sobre o tema, antes de se debruçar sobre o microcrédito e as microfinanças.

Segundo o dicionário Michaelis (2010), a palavra crédito vem do latim *creditu* e significa com confiança na solvabilidade de alguém ou dinheiro posto à disposição de alguém numa casa bancária ou comercial. O crédito já existia nas civilizações antigas, jogando um papel na dinamização do comércio. Mas é na Idade Média, no início do mercantilismo, que ele se expande geometricamente permitindo que as cidades ampliassem as relações de comércio e a preocupação com o lucro aumentasse. Por exemplo, o economista Adam Smith (1996, p.159) ao escrever sobre o lucro do capital e o local onde o empreendimento está situado, considerou que o crédito em determinadas circunstâncias aumenta mais rápido que o capital:

Em cidades pequenas e em aldeias, devido à estreiteza do mercado, o comércio nem sempre pode ampliar-se, aumentando-se o capital. Por isso, em tais localidades, embora a taxa de lucro de uma pessoa específica possa ser muito alta, a soma ou montante dos lucros nunca pode ser muito grande, nem, portanto, a soma de seu acúmulo anual. Ao contrário, nas grandes cidades, pode-se ampliar o comércio aumentando o capital, sendo que o

⁴¹ Elucidar a associação do conceito de equilíbrio de mercado eficiente com o autor Pareto.

crédito de uma pessoa econômica e progressista aumenta com rapidez muito maior do que seu capital (SMITH, 1996, p.159).

O mesmo autor (1996, p. 306) também aborda as sociedades bancárias da Escócia e as facilidades na concessão de créditos.

[...]essas sociedades teriam feito poucos negócios, caso tivessem limitado suas operações a descontar letras de câmbio. Por isso, inventaram outro método de emissão de suas notas promissórias, permitindo as chamadas contas de caixa, isto é, liberando crédito até uma certa quantia (2 ou 3 mil libras, por exemplo) a todo indivíduo que pudesse apresentar dois avalistas de crédito inquestionável e donos de propriedades fundiárias, garantindo que todo o dinheiro adiantado pelo banco, até o montante do crédito concedido, seria reembolsado quando solicitado, juntamente com os juros de lei (SMITH, 1996, p.306).

Já David Ricardo (1996, p. 215 – 216) descreve a importância do crédito para os produtores ao abordar a relação entre a taxa de juro e a alteração nas proporções entre a oferta e a demanda, afirmando que:

Quando o preço de mercado dos bens se reduz devido a uma oferta abundante, a uma diminuição da demanda ou a uma elevação no valor do dinheiro, um fabricante acumulará logicamente uma inusitada quantidade de produtos acabados para não vendê-los a preços muito baixos. Para fazer face às suas despesas correntes, para o pagamento das quais dependia da venda de seus produtos, ele agora é compelido a recorrer ao crédito e muitas vezes a pagar uma taxa de juro mais elevada (RICARDO, 1996, p. 215 – 216).

Como se pode perceber, as operações de crédito aparecem ao longo de toda a história da humanidade, tornando impossível imaginar a perpetuação tanto das pessoas físicas quanto das jurídicas sem o mesmo. Karl Marx, em *O Capital*, assim se refere a este meio de pagamento:

O dinheiro de crédito se origina diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, já que são colocados em circulação os próprios certificados de dívidas por mercadorias vendidas, para transferir os respectivos créditos. Por outro lado, ao estender-se o sistema de crédito, estende-se a função do dinheiro como meio de pagamento. Enquanto tal, recebe forma própria da existência, na qual ocupa a esfera das grandes transações comerciais, enquanto as moedas de ouro e prata ficam confinadas à esfera do varejo. (MARX, 1996, p.259, v1)

Dando prosseguimento, Marx, ao retratar a influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora, considera que

[...] o sistema de crédito, que, em seus primórdios, se insinua furtivamente como modesto auxiliar da acumulação, levando por fios invisíveis recursos monetários, dispersos em massas maiores ou menores pela superfície da sociedade, às mãos de capitalistas individuais ou associados, mas logo se torna uma nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais. [...]. À medida que se desenvolve a produção e acumulação capitalista, na

mesma medida desenvolvem-se concorrência e crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização. (MARX, 1996, p.258, tomo 2)

Além disso, segundo o mesmo autor, pode-se ressaltar que a expansão do crédito comercial tem como alicerce a correlação técnica existente entre os elos da cadeia produtiva de produtores e comerciantes, ou seja, cada unidade de produção e/ou comércio depende, a montante, de outras unidades como fornecedoras de insumos, e, paralelamente, é fornecedora de insumos para unidades a jusante dela (MARX, 1996, p.21-22). Assim como o crédito é estimulado em função do aumento de valor da produção, paralelamente instiga o crescimento das atividades industriais e comerciais, ampliando a escala de suas operações. Por este motivo Marx afirma que:

É claro, entretanto, que como desenvolvimento da força produtiva do trabalho e, por conseguinte, da produção em grande escala, 1) os mercados se expandem e se afastam do local de produção, 2) por isso, os créditos têm de prolongar-se e, portanto, 3) o elemento especulativo deve cada vez mais dominar as transações. A produção em grande escala e mercados distantes lança o produto global nas mãos do comércio; mas é impossível que o capital da nação se duplique, de modo que o comércio fosse em si capaz de comprar e revender, com capital próprio, todo o produto nacional. O crédito é aqui, portanto indispensável; crédito, que cresce em volume ao crescer o montante de valor da produção, e em duração com o distanciamento cada vez maior dos mercados. Ocorre aqui efeito recíproco. O desenvolvimento do processo de produção amplia o crédito, e o crédito leva à expansão das operações industriais e mercantis. Se observarmos esse crédito separado do crédito do banqueiro, então é claro que ele cresce com o volume do próprio capital industrial (MARX, 1996, Livro III, tomo 2, vol. 5 p.15).

Pode-se também enxergar que o crédito exerce um papel essencial no desenvolvimento econômico, pois, de acordo com Schumpeter (1997, p.111):

O crédito é essencialmente a criação de poder de compra com o propósito de transferi-lo ao empresário, mas não simplesmente a transferência de poder de compra existente. A criação de poder de compra caracteriza, em princípio, o método pelo qual o desenvolvimento é levado a cabo num sistema com propriedade privada e divisão do trabalho. Através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social dos bens antes que tenham adquirido o direito normal a ela. Ele substitui temporariamente, por assim dizer, o próprio direito por uma ficção deste. A concessão de crédito opera nesse sentido como uma ordem para o sistema econômico se acomodar aos propósitos do empresário, como um comando sobre os bens de que necessita: significa confiar-lhe forças produtivas. É só assim que o desenvolvimento econômico poderia surgir a partir do mero fluxo circular em equilíbrio perfeito. E essa função constitui a pedra angular para a moderna estrutura de crédito (SCHUMPETER, 1997, p.111).

Além disso, Schumpeter defende que o empreendedor, necessita de crédito, a fim de produzir e/ou ofertar seus serviços e produtos, ou seja, ao atribuir papel preponderante ao crédito no crescimento econômico, de certa forma representa

idealizar o moderno banco de desenvolvimento. E, apesar de considerar que o crédito ao consumidor não era um elemento essencial ao processo econômico, este autor procura demonstrar que “o desenvolvimento, em princípio, é impossível sem crédito” (SCHUMPETER, 1997, p. 10 – 11).

Após rever o conceito e a relevância do crédito para os empreendimentos, dá-se prosseguimento ao capítulo, realizando uma revisão conceitual de microcrédito e microfinanças.

4.1 MICROCRÉDITO E MICROFINANÇAS

Em geral, o conceito de microfinanças é confundido com o de microcrédito, por exemplo, nas obras de Amaral (2005) e Hermann (2005) conforme será visto a seguir. O mesmo ocorre com microcrédito produtivo e programas de crédito popular, este último tendo por objetivo aumentar o consumo e não necessariamente o financiamento da atividade produtiva. Por fim, existe o conceito de microcrédito produtivo orientado, que tem no agente de crédito seu grande diferencial.

Pode-se conceituar microcrédito como empréstimos de pequena monta a pessoas provenientes de parcelas da população tradicionalmente excluídas do sistema financeiro tradicional, ou seja, o microcrédito pode ser visto como uma forma de inclusão financeira, possibilitando a redução das desigualdades sociais e permitindo maior desenvolvimento econômico para as diferentes áreas, independente do continente.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), define o microcrédito em seu manual de princípios e práticas regulatórias (2002, p.35), como:

[...] um pequeno crédito concedido em larga escala por uma entidade financeira a pessoas físicas ou jurídicas cuja principal fonte de renda sejam as vendas provenientes da realização de atividades empresariais de produção de bens e serviços (BID, 2002, p.35).

O microcrédito também pode ser conceituado como uma concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas com e sem

acesso formal ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica (BARONE et al., 2002).

De acordo com Martins, Winograd e Salles (2002, p. 61)

Microfinanças são o oferecimento de serviços financeiros, por instituições financeiras strictu sensu (bancos, financeiras, SCMs e cooperativas de crédito) ou não (ONGs e OSCIPs), para pessoas e empresas tradicionalmente excluídas do sistema financeiro tradicional (MARTINS, WINOGRAD e SALLES, 2002, p. 61).

Já o Banco Mundial (1999) conceitua microfinanças ressaltando que elas se caracterizam por:

- Oferecer pequenos empréstimos, tipicamente para capital de giro;
- Fazer análise de crédito informal;
- Oferecer alternativas à apresentação de bens em garantia, tais como grupos de garantia solidária ou mecanismos de poupança compulsória;
- Dar acesso contínuo a empréstimos de valor crescente com base no histórico de pagamento;
- Utilizar formas simplificadas de concessão e acompanhamento de empréstimos;
- Oferecer formas seguras de poupança.

Corroboram com o exposto os princípios básicos das microfinanças, enumerados a seguir, os quais foram definidos pelo Grupo Consultivo de Assistência aos Pobres⁴² (GCAP), e endossados pelos seus 28 membros doadores e pelos líderes do Grupo dos Oito⁴³(G8) em junho de 2004.

- Os pobres não necessitam apenas de empréstimos, mas de uma variedade de serviços financeiros.
- As microfinanças são um instrumento poderoso na luta contra a pobreza.
- As microfinanças significam a construção de sistemas financeiros que sirvam aos pobres.

⁴²O GCAP (em inglês *Global Call for Action against Poverty*) é um consórcio composto por 33 agências de desenvolvimento públicas e privadas, as quais tem como objetivo expandir o acesso dos pobres a serviços financeiros.

⁴³O G-8 (Grupo dos 8) é um grupo internacional formado pelos sete países mais desenvolvidos e industrializados do mundo (Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido), com a participação adicional da Rússia, a qual foi excluída em 2014., informação disponível no site <http://www.suapesquisa.com/economia/g-8.htm> acesso em 22 de junho de 2016

- As microfinanças podem e devem ser autossuficientes para atingir um grande número de pessoas pobres.
- As microfinanças tratam da construção de instituições financeiras locais de caráter permanente.
- O microcrédito não é a resposta para tudo. O microcrédito não é o melhor instrumento para todos em todas as circunstâncias.
- O estabelecimento de “tetos” às taxas de juro afeta negativamente os pobres, tornando o acesso destes ao crédito mais difícil.
- O papel do governo é o de permitir a transação de serviços financeiros, e não o de fornecê-los diretamente.
- Os fundos dos doadores devem complementar o capital privado e não competir com ele.
- O maior gargalo na indústria microfinanças é a ausência de instituições e executivos fortes.
- As microfinanças funcionam melhor quando têm seu desempenho medido e divulgado.

Já Soares e Melo Sobrinho (2008) afirmam que as microfinanças referem-se

[...] à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com a utilização de produtos, processos e gestão diferenciados. (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008, p. 23).

Dando prosseguimento, ao abordar as características dos produtos/serviços associados às microfinanças convém lembrar que, segundo Barone e Zouain (2007):

[...] é importante ressaltar que os produtos criados pelo setor de microfinanças não são apenas cópias dos oferecidos pelo sistema financeiro tradicional (bancos comerciais e financeiras); fazem parte de uma filosofia onde o crédito é visto como um direito, pois o acesso a ele leva ao desenvolvimento do indivíduo e de sua unidade produtiva (BARONE, ZOUAIN, 2007, p. 372).

Observa-se também que, mesmo com a crescente oferta de serviços e/ou produtos de microfinanças por parte inclusive de instituições financeiras privadas no Brasil, ainda existe uma demanda não atendida, provocando o surgimento da oferta por parte de instituições financeiras cujo *target* principal não atende às prerrogativas da mesma.

Amaral (2005, p. 08) relaciona o conceito de microfinanças com o de microcrédito ao afirmar que

[...] o conceito de microfinanças incorpora e amplia o conceito de microcrédito, na medida em que envolve o oferecimento de outros produtos financeiros, além do crédito, tais como: poupança e aplicações financeiras, seguros, dentre outras modalidades (AMARAL, 2005, p.8).

Coelho (2003, p.3 – 4) complementa o conceito de microfinanças ao considerar que finanças solidárias são uma forma especial de microfinanças, que permite o fortalecimento de empreendimentos coletivos solidários com objetivo de gerar trabalho e renda. O autor explicita esta relação da seguinte forma:

A microfinança é o desenvolvimento das finanças a serviço de uma população excluída deste sistema, criando condições de garantia deste acesso e se constituindo numa engenharia financeira orientada para produtos que respondam a necessidade desta população excluída da indústria financeira tradicional. Deste modo, a microfinança tem sua origem na ideia de democratização do recurso financeiro. [...] o conceito de finanças solidárias amplia a noção de microfinanças, tirando-a do pequeno gueto que está colocada a economia popular quando trabalhamos com pequenos créditos e principalmente voltados para capital de giro. [...] O conceito de finanças solidárias insere-se, deste modo, na produção social de economia solidária e deve ser vista como um processo no qual se acumula socialmente; mudam relações de poder entre produtores, intermediários e consumidores; configurando novas regras e novos marcos legais. [...], no caso das finanças solidárias ele assume uma dimensão de meio de pagamento, funciona como forma de operacionalizar um sistema de garantia e de crédito, ou ainda como reserva de valor no caso da poupança ou do seguro. (COELHO, 2003, p. 3 – 4)

Porém, Bouman (1989) trata microfinanças por pequenos empréstimos, com as parcelas pagas em curto período de tempo, direcionados fundamentalmente à população pobre, que possui quase nenhum ativo para oferecer como garantia da operação, ou seja, não considera toda a gama de serviços oferecidos, tais como poupança, seguros, dentre outras opções.

Cabe salientar que a metodologia utilizada pelas agências responsáveis pela avaliação das Instituições Financeiras de Microfinanças (IFM) no mundo, dentre as quais pode-se citar a *planet rating*, mensura as seguintes áreas: Governo, Informação, Riscos, Atividades, Financiamento e Eficiência, motivo pelo qual a metodologia é denominada em inglês por GIRAFE, a qual é validada pelo Fundo de avaliação BID/CGAP e considerada a mais completa e transparente. Além disso, a GIRAFE é aplicável a todas as instituições financeiras de microfinanças independente do porte, tempo ou forma jurídica.

A GIRAFE é uma metodologia testada e aprovada em mais de 60 países. Os pesos associados a cada área avaliada podem ser vistos na Figura 3 a seguir, na qual

identifica-se que a área quantitativa representa 56%, nela a mais representativa advém da eficiência e rentabilidade 22%. Já o peso atrelado ao risco é de apenas 10%, pois apesar de ser uma IFM a inadimplência é considerada baixa ao ser comparada com as instituições financeiras tradicionais (PLANET RATING, 2015).

Áreas de avaliação	Pesos (%)	
Governo	24	} Áreas qualitativas
Informação	10	
Riscos: identificação e controles	10	
Atividades	20	} Áreas quantitativas
Financiamento e liquidez	14	
Eficiência e rentabilidade	22	

Figura 3 - Metodologia GIRAFE, Áreas e Pesos

Fonte: Planet rating, 2015

Segundo Hermann (2005, p.271), os termos microcrédito e microfinanças são hoje usados indistintamente, para designar uma variedade de modalidades de empréstimos, cujas características comuns são: serem de pequeno valor e direcionados a um público restrito, definido pela baixa renda e / ou pelo ramo de negócio, que, tipicamente, não tem acesso aos mecanismos convencionais de crédito.

Prosseguindo, Hermann (2005, p. 273) ressalta que os modelos de microcrédito existentes no Brasil e no mundo podem ser divididos em dois tipos: o original e o empresarial. O primeiro foi o idealizado por Yunus (2002) e pode ser definido como um instrumento (ou política) de combate à pobreza, por meio da geração de emprego e renda para a população de baixos rendimentos. Já o empresarial é caracterizado como instrumento de financiamento, voltado para o apoio financeiro a pequenos negócios já estabelecidos. A diferença principal entre os modelos citados está associada ao público-alvo. O modelo empresarial, apresenta como foco os empreendedores já estabelecidos, nesse caso o microcrédito se assemelha mais a uma política passiva de financiamento que a uma política ativa de combate à pobreza, com estímulo ao empreendedorismo. Já no modelo original o *target*⁴⁴ tem renda inferior.

⁴⁴O mesmo que público-alvo ou foco, termo muito usado na área de gestão empresarial.

Por sua vez, Monzoni Neto (2006, p.24) considera que, no Brasil, confunde-se com frequência o conceito de microcrédito com o de crédito popular. Essa confusão, no seu entender, deve-se ao fato de que bancos públicos federais de grande porte, principalmente o Banco Popular, do Banco do Brasil, têm como produtos créditos de pequena monta voltados, teoricamente, à população de baixa renda, chamado de microcrédito.

Já o microcrédito produtivo orientado⁴⁵, como será visto posteriormente no tópico sobre o microcrédito no Brasil, é definido pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) instituído pela Lei no 11.110/2005, como o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que (PNMPO, 2015):

- O atendimento ao tomador final dos recursos deva ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;
- O contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e
- O valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este.

Neste trabalho, quando mencionada a palavra microcrédito, o conceito empregado é o definido pelo PNMPO, contando com as seguintes características: crédito predominantemente de baixo valor; oferecido por instituições financeiras ou não, dentre as quais se incluem cooperativas de crédito singulares e centrais, agências de fomento, Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno

⁴⁵ No endereço <http://www.mte.gov.br/pnmipo/default.asp> pode-se encontrar não só a definição como também todas as diretrizes do PNMPO.

Porte⁴⁶ (SCMEPP) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Todas essas definidas como instituições de microcrédito produtivo orientado (IMPO), além de bancos de desenvolvimento e bancos cooperativos, na função de intermediadores de recursos para as IMPO, em apoio a microempreendedores formais ou informais; para fomento da atividade produtiva como capital de giro e investimento; de maneira orientada por agente de crédito e/ou assistida por programas de capacitação; frequentemente sem garantia real, ou seja, com aval solidário (PMNPO, 2015).

E, para microfinanças, o conceito usado será o do Banco Central, ou seja, a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda usualmente excluída do sistema financeiro tradicional com a utilização de produtos, processos e gestão diferenciados. (SOARES e MELO, 2008, p.23).

Na Figura 4 a seguir é explicitado, de forma resumida, o conceito de microfinanças, microcrédito e microcrédito produtivo orientado e a relação existente. Vale ressaltar que o microcrédito produtivo orientado utiliza metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.

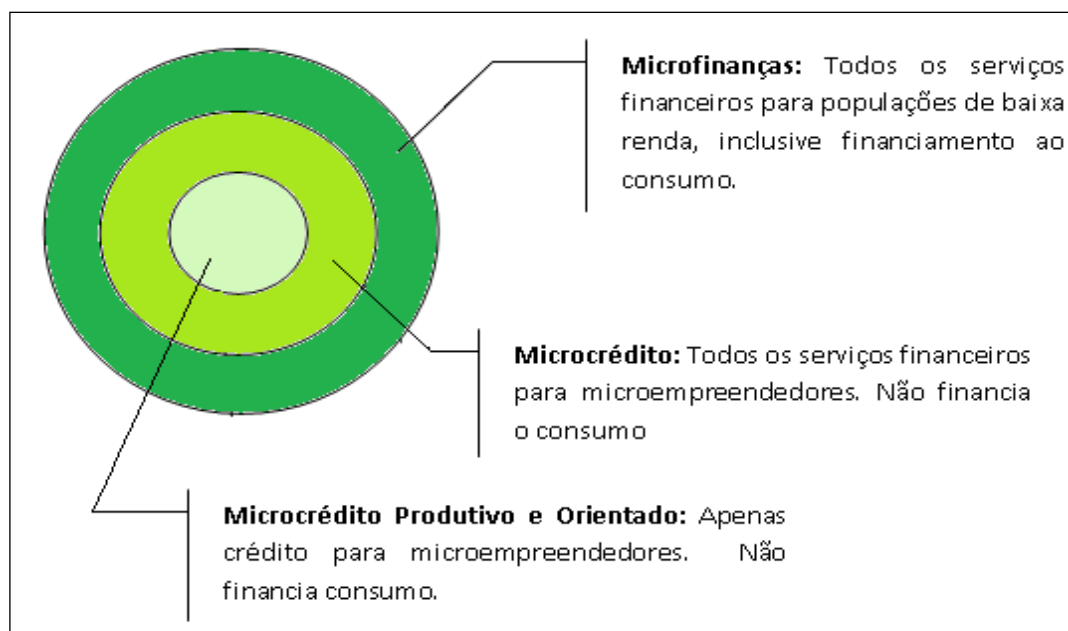


Figura 4- Conceito de Microfinanças, Microcrédito e Microcrédito Produtivo Orientado

Fonte: Soares e Melo Sobrinho (2008, p.25)

⁴⁶Segundo o relatório de inclusão financeira de 2010 do Banco Central a SCMEPP substituiu a Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM)

Conforme o relatório de inclusão financeira de 2010 do Banco Central (BACEN), o PNMPO pode ser operacionalizado por cooperativas de crédito singulares e centrais, agências de fomento, Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), todas essas definidas como instituições de microcrédito produtivo orientado (IMPO), além de bancos de desenvolvimento e bancos cooperativos, na função de intermediadores de recursos para as instituições de microcrédito produtivo orientado (IMPO).

Deve-se destacar também as diferentes metodologias aplicadas do microcrédito produtivo e orientado. Entre as inúmeras existentes optou-se por explicitar apenas três, tendo por base o trabalho de Silva e Góis (2007):

- a) Contratos individuais - os quais são baseados na análise realizada pelos agentes de crédito da viabilidade do empreendimento e dos planos de negócios, referências de mercado e funcionamento de pelo menos seis meses ou um ano, dentre outros aspectos.
- b) Grupos solidários - as operações como o próprio nome diz são realizadas para grupos de três a sete pequenos empreendedores, os quais se co-responsabilizam pelo empréstimo. Ressalta-se que a pressão interna no grupo pela adimplência funciona como eficiente estrutura de garantia do crédito.
- c) Bancos comunitários - neste caso os grupos são formados por dez ou mais empreendedores a depender da instituição, que além de determinarem quem receberá o crédito criam uma conta interna onde parte do recurso é depositado, a qual passa a ser auto administrada.

Apesar do aumento de programas voltados para a inserção financeira segundo relatório da ONU de 2014 ainda existem aproximadamente 1,2 bilhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia e 2,4 bilhões vivem com menos de US\$ 2,00 por dia no mundo (Relatório do Desenvolvimento Humano 2014, p.2). Por este motivo governos, organizações não governamentais (ONG), movimentos sociais e organizações multilaterais de fomento ao desenvolvimento têm se dedicado a programas de combate à pobreza nas suas diferentes dimensões e a ações de geração de renda.

Nesse panorama, algumas instituições financeiras e organizações não governamentais lograram êxito na implementação de programas que visam minorar a pobreza, prestando serviço financeiro a famílias de baixa renda, como será visto.

4.2 MICROCRÉDITO - PANORAMA MUNDIAL

Neste tópico, pretende-se oferecer um breve painel do desenvolvimento histórico e da abrangência do microcrédito em escala mundial, salientando os principais eventos e proporcionando uma visão de linha do tempo destes.

Para Fontes (2003, p.12, 15-16), as experiências das microfinanças não são recentes, as primeiras datam o século XVIII, com a *Lending Charity* em Londres. Posteriormente o Sistema de Fundo de Empréstimo no século XIX na Irlanda, e os movimentos de cooperativas de crédito que começaram no fim do século XIX na Alemanha, Irlanda e Itália. Ainda conforme esta autora, uma das experiências mais significativas foi o *Irish Loan Funds*, instituição de microcrédito criada a mais de 200 anos na Irlanda, a qual concedia crédito para os pobres, chegando a alcançar 20% das famílias em seu apogeu.

Já segundo Singer (2002, p.39), a história do microcrédito remonta ao século XIX. Inicialmente, surge o cooperativismo de consumo, que desempenha importante papel na difusão do cooperativismo pela Europa a partir de meados do século XIX, tendo como ponto de partida a famosa cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, a qual além de abastecer seus cooperados de alimentos puros e outros bens de consumo, aceitava depósitos a uma taxa fixa de juros, ou seja, possibilitava aos trabalhadores serviços financeiros de guarda e aplicação de valores, porém não oferecia empréstimos.

Posteriormente, a Europa experimentou o aparecimento de cooperativas de crédito, idealizadas pelos alemães Hermann Schulze que criou a versão urbana e Friedrich Wilhelm Raiffeisen a modalidade rural, com o objetivo de auxiliar populações de baixa renda a poupar e obter o crédito. Em 1856, Schulze fundou a cooperativa de crédito

conhecida atualmente, na Alemanha, como Bancos Populares. Até 1910, a Alemanha presenciou mais de um milhão de pessoas atendidas pelas cooperativas de crédito, que a partir daí, estenderam sua influência pela Irlanda e Itália (BACEN, 2014).⁴⁷

Cabe evidenciar que a abordagem de Raiffeisen, apesar de ter por base vários aspectos da cooperativa fundada por Schulze, tinha modificações que trouxeram implicações fundamentais para o microfinanciamento, por exemplo, as operações de crédito poderiam ser denominadas de microcrédito por serem de baixo valor, nas quais os agricultores não tinham garantias a oferecer para a Cooperativa. Além disso, Raiffeisen utilizou a ROSCA (*Rotating Savings and Credit Association* ou Associação de Crédito Rotativo e Economias) onde mensalmente todos contribuíam com um valor igual de forma que um dos membros do grupo pudesse utilizar a totalidade dos recursos arrecadados, dinâmica semelhante ao atual produto financeiro denominado consórcio (COOPERATIVISMO, 2016).

Em 1900, o jornalista, Alphonse Desjardins, da assembleia Legislativa de Quebec, com ajuda de 12 amigos, criou as *Caisses Populaires*. O modelo reunia características do modelo de Raiffaisen, de Luzzatti⁴⁸ e de Schulze-Delitsche. Desde 1982, as *Caisses Populaires* fazem parte do Sistema de Pagamentos do Canadá, tendo os mesmos direitos e deveres que os Bancos Canadenses, podendo inclusive operar com o governo estadual e federal, havendo hoje uma forte relação negocial (COOPERATIVISMO, 2015).

Já em 1969, uma das instituições mais antigas que atua com microcrédito, a Cooperativa de Ahorro y Crédito (COOPROGRESSO), iniciou seus trabalhos no Equador. Os recursos que compõem o patrimônio dessa instituição provêm dos associados, embora cerca de 10% destes decorram dos aportes do Incentivo Governamental à Pequena Indústria (FOPINAR) e do Incentivo Governamental ao Comércio (FOPEM). Considerada como cooperativa de crédito popular, essa entidade disponibiliza, além do microcrédito, várias modalidades de concessão de microfinanciamentos, como hipoteca, penhora e créditos comerciais simples. É

⁴⁷No site do Banco Central encontra-se disponível diversas cartilhas, textos e relatórios sobre a história do microcrédito. Fonte: <http://www.bcb.gov.br>

⁴⁸Na cartilha disponível no site do Banco Central é conceituada como Cooperativa de crédito de livre adesão, cujo nome é uma homenagem ao italiano Luigi Luzzatti, que, em 1865, organizou na cidade de Milão, a primeira cooperativa desse tipo, informação retirada da cartilha do Banco Central do Brasil.

importante salientar que, além de cobrar juros de mercado, a COOPROGRESSO exige um aporte financeiro que deverá permanecer na conta pelo período de 30 a 90 dias (MICROFINANCE GATEWAY, 2015).

O grande marco mundial, porém, foi a experiência iniciada na década de 1970 pelo professor universitário Muhammad Yunus em Bangladesh fundador do Grameen Bank que difundiu e serviu de modelo para popularizar o microcrédito:

Precisamos construir e criar instituições para ajudar os empreendedores, porque são eles que fazem as coisas acontecerem [...] Minha ideia e meu conceito é que todo ser humano é um empreendedor em potencial [...] Como todos podem ser empreendedores, precisam então de instituições financeiras diferentes das tradicionais. Dessa forma, creio que o crédito deve ser aceito como um dos itens dos direitos humanos, porque tudo o que precisa ser feito necessita de dinheiro (YUNUS e JOLIS, 2002,p.28)

Conforme Yunus e Jolis (2002), o modelo desenvolvido pelo Grameen pode ser adaptado para qualquer região do mundo, basta adotar as características essenciais, contando com inovação prática e mudanças, por exemplo, o Gramenn de Bangladesh conta com dezesseis resoluções, onde elas variam de acordo com a localidade onde a instituição trabalha, assumindo os atributos do mesmo junto com a filosofia do Grameen, seguindo princípios como atender inicialmente os 25% mais pobres da população local.

Dentre outras instituições de microfinanças, destaca-se a *Foundation for International Community Assistance* (FINCA), ONG fundada em 1984, que possui uma carteira de aproximadamente 2 milhões de clientes e com atuação em 23 países na América Latina e Caribe, Eurásia, Oriente Médio e Sul da Ásia, e África. A FINCA é conhecida por ter desenvolvido uma metodologia chamada *village banking*⁴⁹, que consiste na formação de grupos que se encontram semanalmente para receber três tipos de serviços: pequenos montantes de crédito produtivo, para começar ou expandir seus negócios; incentivos para poupança; e um sistema comunitário de suporte mútuo e de fortalecimento pessoal. Seu principal produto é a oferta de capital de giro para comunidades rurais de extrema pobreza (MONZONI NETO, 2006, p.35).

⁴⁹Conforme relatório da *Oikocredit, Ecumenical Development Cooperative Society U.A. (Oikocredit International)* intitulado *Village banking for self-employed women*, o *village banking* é uma metodologia por meio do qual um grupo de 8 a 10 homens ou mulheres tomam um empréstimo e recebem os créditos com garantia conjunta e indivisível e distribuem o mesmo sob a forma de pequenos empréstimos para cada membro do grupo.

Em 1986, após o plano boliviano de estabilização a *United States Agency for International Development* (USAID) e a ACCIÓN Internacional, se associaram a empresários bolivianos e constituíram a Fundação para a Promoção e Desenvolvimento da Microempresa (PRODEM). Em 1992, a mesma foi convertida em banco comercial e denominado Banco Solidário da Bolívia (BancoSol), o qual foi criado como resposta às restrições de fontes de financiamento que se opunham ao crescimento da PRODEM. Sendo esse o marco para a formalização das microfinanças na Bolívia. (MICRO FINANCIAL SERVICES e BANCO SOL, 2014).

Outra ONG criada na Bolívia na década de 1990 foi a Crédito con Educación Rural (CRECER), a qual oferece serviços de crédito acoplados a educação para mulheres (em 2014 os homens representavam 19% da clientela) proporcionando empréstimos individuais e de grupo. No ano de 2013 os benefícios atingiram mais de 144.000 clientes e suas famílias, ultrapassando 172 mil operações de crédito, 80% são associados com a tecnologia village banking e 20% em produtos de crédito Individual. Já em 2014 tinha mais de 150.000 clientes, o que representa crescimento de aproximadamente 4,17% sendo que 57% são nas zonas rurais. Cabe salientar que a mesma tem obtido um expressivo volume na carteira nos últimos anos e este tem permitido reduzir a taxa de captação para a clientela, mantendo a Rentabilidade sobre Patrimônio (ROE) considerada atrativa, como pode ser visto no Gráfico 16. Fato que permite visualizar a viabilidade tanto para o cliente quanto para a referida ONG, e conseqüentemente conjecturar sobre um dos motivos do aumento da oferta deste tipo de crédito.

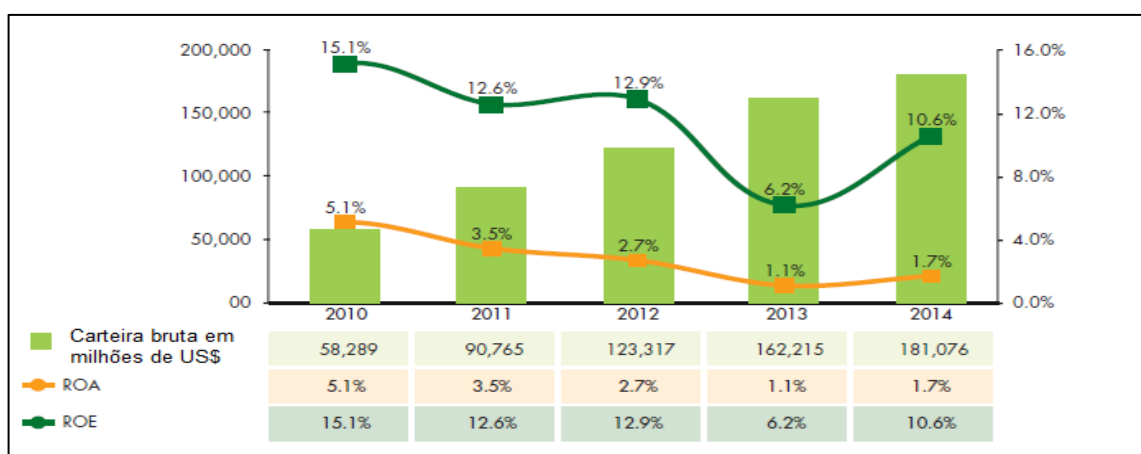


Gráfico 16 - CRECER - Carteira bruta, rentabilidade sobre os ativos e sobre o patrimônio líquido - 2010 - 2014

Fonte: Memória anual 2014 Crecer

Ainda na Bolívia, outras instituições merecem destaque: o *Banco de los Andes Procred*; o ProMujer, uma ONG criada em 1990 com recursos da USAID e do governo, especializada em capacitação em negócios e empréstimos de pequena monta para mulheres; e o *Fondo Financiero Privado para el Fomento a Iniciativas Económicas* (FIE), organização que oferece microcrédito produtivo para famílias e microempreendedores sem acesso aos instrumentos financeiros tradicionais (MIX MARKET, 2014).

No México uma instituição que merece destaque é a *Caja Popular Mexicana* (CPM), apesar de criada muito antes, apenas em 1996 obteve a autorização para funcionar no formato atual, em 2007 tinha uma carteira de 778.808 clientes (60,48% mulheres). E, em agosto de 2015 a CPM tinha 1.989.722 clientes (ou sócios) e 463 sucursais, ou seja, entre 2007 e 2015 houve um aumento de aproximadamente 155,48% na carteira de clientes (CPM, 2015).

Na Colômbia, algumas Organizações Não-Governamentais se distinguem no mercado de microfinanças, com uma característica em comum: o atendimento preferencial à mulher. A maior delas é a *Women's World Bank*, de Cali, seguida pela *Fundación Mundo Mujer*, a qual tem como objetivos fortalecer as capacidades produtivas e empresariais das mulheres através de serviços de desenvolvimento empresarial com enfoque de gênero, impulsionando suas unidades produtivas e proporcionando uma melhoria na qualidade de vida de suas famílias (FMM, 2015).

Considerando os dados do Mix Market⁵⁰a América Latina e o Caribe na Tabela 11 pode-se observar que, tanto em 2009 quanto em 2014, cinco países se destacavam em relação aos demais, destes a Bolívia, o Brasil, a Colômbia e o México, aumentaram o número de instituições de microfinanças (IM) em aproximadamente 4,35%, 39,13%, 6,9% e 124,24%, respectivamente. Porém, o Peru apresentou queda de 5%. Cabe ressaltar que os números associados ao Brasil diferem dos informados no relatório de inclusão financeira disponibilizado pelo Banco Central, como será visto no próximo tópico, provavelmente porque muitas instituições financeiras privadas não disponibilizam seus resultados.

⁵⁰ A organização MIX Market oferece uma plataforma *online* que permite aos usuários avaliar as condições do mercado inclusive o panorama mundial de inclusão financeira.

Tabela 11 - Mercado de Microfinanças na América Latina e Caribe - 2009 - 2014

País	2009			2014		
	Nº de Instituições de Microfinanças	Valor Total de Empréstimos (US\$) bilhão	Nº de Clientes Ativos (milhão)	Nº de Instituições de Microfinanças	Valor Total de Empréstimos (US\$) bilhão	Nº de Clientes Ativos (milhão)
Argentina	10	0.022	0.030	14	0.03	0.03
Bolívia	23	1.854	0.873	24	6.38	1.25
Brazil	23	0.934	0.821	32	2.84	2.94
Chile	4	1.289	0.217	4	1.90	0.29
Colômbia	29	3.937	2.227	31	6.43	2.82
Costa Rica	12	0.059	0.023	14	0.07	0.03
Equador	43	1.238	0.658	51	4.66	1.42
El Salvador	14	0.371	0.184	15	0.51	0.13
Guatemala	19	0.116	0.238	21	0.24	0.39
Haiti	5	0.015	0.026	5	0.08	0.16
Honduras	17	0.217	0.165	25	0.42	0.22
México	33	2.667	4.399	74	4.87	6.58
Nicarágua	23	0.468	0.380	23	0.40	0.31
Panamá	4	0.017	0.013	7	0.52	0.05
Paraguai	6	0.517	0.404	6	1.51	0.87
Peru	60	5.477	3.089	57	11.30	4.96
República Dominicana	4	0.223	0.217	15	0.88	0.58
Uruguai	1	0.003	0.001	1	0.01	0.00
Venezuela	1	0.096	0.036	1	0.36	0.06

Fonte: Mix Market, 2014

No continente europeu, define-se o microcrédito segundo as seguintes características: dirige-se aos mais desprotegidos, ou seja, excluídos social e economicamente e destina-se tão somente àqueles que queiram criar o seu próprio emprego ou pequeno negócio, pois trata-se de pequenos montantes. Em 2006 visando ao crescimento da oferta e minimização dos obstáculos a Comissão Europeia solicitou aos Estados membros que:

asegurarse de que la legislación nacional facilita la disponibilidad de microfinanciación (créditos inferiores a 25 000 EUR). Estos créditos suponen un importante medio de fomento del espíritu emprendedor, a través de la actividad por cuenta propia y de las microempresas, especialmente para las mujeres y las minorías. Constituyen, en consecuencia, un instrumento que favorece no sólo la competitividad y el espíritu emprendedor, sino también la inclusión social (COMISSÃO EUROPEIA, 2006).

A pioneira do Microcrédito em Portugal, é a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), uma associação privada sem fins lucrativos, fundada em 1998 com o objetivo de promover o desenvolvimento tendo por base a experiência do Grameen Bank. Cabe salientar que a ANDC enxerga o microcrédito como:

um pequeno empréstimo destinado a apoiar pessoas que, não tendo acesso ao crédito bancário normal, têm uma boa ideia de negócio que pretendem concretizar e para a qual reúnem condições e capacidades pessoais. [...] O processo do microcrédito não consiste apenas na atribuição do crédito; os candidatos têm a garantia de apoio na preparação do dossier de

investimento, sem qualquer custo para o próprio e, após o financiamento, na resolução dos problemas com que se possam confrontar no desenvolvimento do negócio.

É importante ressaltar que a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) considera que cada vez mais, em todo o mundo, o microcrédito é visto como uma ferramenta de desenvolvimento eficiente (ANDC, 2014). Ao contrário do que se imagina, a experiência em outros países tem demonstrado que os negócios, oriundos das produções criadas por pessoas que o mercado de trabalho não absorve, podem ter sucesso e gerar excedentes que permitam pagar os empréstimos contraídos. Cabe salientar que a máxima seguida pela ANDC é “Criar emprego e não procurar emprego”, baseada na filosofia de Yunus (PATRAQUIM, 2008).

A ANDC e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) de Coimbra assinaram, em abril de 2015, um protocolo que visa estabelecer um compromisso de cooperação para o desenvolvimento dos objetivos do microcrédito. O valor de cada empréstimo é de 10.000 euros, havendo a possibilidade de um reforço de capital de 2.500 euros, ao fim de 12 meses e mediante parecer positivo da ANDC, sendo possível chegar aos 12.500 euros. O prazo total para reembolso é de 48 meses (ANDC, 2015).

Um outro programa relevante neste mesmo país é o da Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE), a qual disponibiliza uma linha de crédito especialmente voltada para financiar projetos de jovens até 40 anos com capacidade para promover a criação, expansão ou modernização do seu próprio emprego ou de um pequeno negócio. Sendo o montante máximo do empréstimo €50.000,00 com prazo de até 72 meses para novas empresas ou para situações de expansão e modernização de empresas, com seis meses de carência da amortização de capital e juros.

De acordo com José Vieira da Silva, ministro do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal, durante a Conferência Internacional do Microcrédito em Lisboa, em janeiro de 2006, o microcrédito é uma forma de intervenção que se destina a setores desfavorecidos da população e que estimula fortemente a autonomia dos beneficiários, através da criação do próprio emprego; da criação de empresas; do estímulo ao empreendedorismo e à inovação.⁵¹

⁵¹Fonte: Intervenção do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social na Sessão de Abertura da Conferência Internacional do Microcrédito Lisboa, Fórum Tecnológico, 23 de Janeiro de 2006.

Na Espanha é importante salientar que CajaGranada concedeu no ano de 2002 os primeiros microcréditos e se converteu na entidade pioneira no uso desta ferramenta contra a exclusão social, além disso, a CajaGranada destina anualmente 600.000 euros para microcréditos. Os principais requisitos para obter este financiamento é que o projeto apresentado, em sua maioria negócios no setor de serviços, seja viável economicamente e possa ser desenvolvido com um aporte de aproximadamente 10.000 euros (CAJA GRANADA, 2014).

Já na França, em 1989 a economista Maria Nowak funda a *Association pour le droit à L'initiative économique* (ADIE), considerada a maior instituição de microfinanças do país inspirada no modelo do Yunus, com as seguintes características:

1. Disponibilizar financiamento aos microempresários que não tenham acesso a crédito bancário, pois a microempresa atende às prerrogativas da nova economia;
2. Reforçar nas pessoas o desejo de criar o seu próprio emprego, a partir inclusive do auxílio aos microempresários em todas as etapas de criação e manutenção de uma atividade;
3. Incentivar o microcrédito possibilitando que qualquer pessoa possa realizar o que deseja, permitindo o acesso dos pobres ao capital inicial a partir do microcrédito;
4. Pressionar o governo a mudar os textos que constituem um obstáculo à criação de uma atividade independente, removendo barreiras de entrada para o exercício de determinadas profissões.

Fora do continente europeu não se pode deixar de citar as seguintes experiências: Na Índia em 1992 foi fundada a SHARE MicrofinLimited, considerada a maior instituição de microfinanças da Índia, que tem como objetivo principal fornecer apoio financeiro e serviços para as mulheres pobres residentes em áreas rurais. A organização contava em março de 2015 com uma carteira com mais de 3,74 milhões de clientes (MIX MARKET, 2016).

Na África e no Oriente Médio existem, listadas na organização Market Mix, mais de 200 instituições que operam com microfinanças, porém a distribuição de clientes é pulverizada. Cabe ressaltar que no Norte da África dois países destacam-se: o Egito e o Marrocos. No Marrocos, as instituições que mais se destacam são: a *Association Al Amana for the Promotion of Micro-Enterprises Morocco* (Al Amana); *Fondation Zakoura*; a *Fondation Banque Populaire pour le Micro Crédit* (FBPMC); e a *Foundation*

for Local Development and Partnership (FONDEP). Cabe ressaltar que a FONDEP tem como prioridade usar o microcrédito para ajudar as mulheres e os jovens a criarem suas microempresas e gerar renda.

É importante frisar que na África subsaariana, os países com maior tradição em microfinanças são: África do Sul, Benin, Etiópia, Guiné, Moçambique, Nigéria, Quênia e Uganda. Além disso, a maior Instituição de Microfinanças em número de clientes na África é a *Amhara Credit and Savings Institution* (ACSI). Essa ONG, criada em 1995, dedica-se à Etiópia, oferecendo serviços que possibilitem promover atividades econômicas agrícolas e não agrícolas, reduzir a pobreza e estimular o crescimento econômico da região, dando prioridade às comunidades rurais e remotas, especialmente às mulheres, aumentar a renda e os ativos dos clientes, e promover serviços financeiros sustentáveis, tanto operacionalmente quanto financeiramente (ACSI, 2014).

Com o passar dos anos houve um avanço tanto na concessão do microcrédito quanto das microfinanças nos diversos continentes. Podendo se conjecturar que este tipo de inserção financeira atendeu pelo menos parte da demanda reprimida existente. No contexto mundial em 2014, um total de 1.064 instituições relataram à Mix Market que proporcionaram acesso ao crédito a 112,5 milhões de clientes, o que corresponde a uma carteira de empréstimos brutos de 87,3 bilhões de dólares. Outro aspecto relatado foi que o setor de microfinanças continua a atender principalmente as mulheres, as quais representam 81% dos usuários (MIX MARKET, 2016).

No Quadro 11, a seguir pode ser visto o quanto as experiências com microcrédito estão distribuídas nos continentes, possibilitando ter uma ideia da amplitude do microcrédito. Porém é importante salientar que algumas dessas experiências não seguem na íntegra o conceito original de Yunus.

Quadro 11 - Continentes e quantidade de países com Programas de Microcrédito: evolução de 2008 a 2014

Continentes	Nº de Países 2008	Nº de Países 2014	Países
África	31	38	África do Sul, Angola, Benin, Burquina Fasso, Burundi, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Egito, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné, Lesoto, Libéria, Madagascar, Mali, Malawi, Maurítânia, Marrocos, Moçambique, Nigéria, Níger, Quênia, Ruanda, República Centro-Africana, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zanzibar, Zimbábue
Ásia	15	25	Afganistão, Bangladesh, Butão, Camboja, China, Filipinas, Geórgia, Iêmen, Índia, Indonésia, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Malásia, Mongólia, Nepal, Palestina, Paquistão, Quirquístão, Síria, Sri Lanka, Timor Leste, Vietnã
Américas	21	26	Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai, Venezuela
Europa	14	29	Albânia, Alemanha, Armênia, Áustria, Azerbaijão, Bósnia Herzegovina, Bélgica, Bulgária, Cazaquistão, Espanha, França, Holanda, Hungria, Itália, Kosovo, Malta, Moldávia, Montenegro, Noruega, Polónia, Portugal, Romênia, Rússia, Sérvia, Suécia, Suíça, Turquia, Ucrânia, Uzbequistão
Oceania	2	7	Austrália, Papua-Nova Guiné, Fiji, Ilhas Salomão, Nauru, Samoa, Tonga
Total	83	125	

Fonte: Yunus & Jolis (2002), atualizado pela autora em 2008 e 2014 com base no Mix Market

Além disso, no Quadro 11 acima pode ser visto que entre 2008 e 2014 o número de países com programas de microfinanças cresceu aproximadamente 49,40%. Pode-se deduzir que este fato decorre tanto do aumento da procura por tal modalidade de crédito quanto da rentabilidade obtida ao longo do tempo a partir dos referidos programas para as instituições que oferecem o mesmo. Já os continentes que apresentaram maior crescimento da oferta foram Europa com 100% e Oceania 250%.

No panorama geral, os resultados relacionados ao microcrédito reverberam um forte crescimento na última década, o que permite perceber um compromisso efetivo das ONG, OSCIP, agências de desenvolvimento e outras organizações, com ações voltadas para microfinanças e concomitantemente um mercado em desenvolvimento com oportunidades para o setor privado e financeiro, fato que pode ser comprovado pelo aumento da oferta de microcrédito por instituições financeiras privadas.

Além disso, pode-se caracterizar os programas existentes nos diferentes continentes por peculiaridades intrínsecas à região de sua atuação, por exemplo, no continente

asiático, os programas atendem populações em situação de extrema carência e pobreza, atuam predominantemente em zonas rurais e com foco nas mulheres. Na América Latina os programas têm uma característica mais urbana, e apesar da diversidade de gênero, a depender do país concentram suas atividades nas mulheres. E, no continente africano as instituições ofertantes de microfinanças não apresentam programas com valores vultosos e suas ações estão pulverizadas.

No próximo tópico tem-se as ações implementadas pelas organizações e instituições de microfinanças no contexto brasileiro, o marco legal, dentre outros aspectos.

4.3 MICROCRÉDITO NO BRASIL

Neste tópico é apresentada a evolução do microcrédito no Brasil, registrando as contribuições das primeiras experiências, o marco legal, o programa de microcrédito produtivo e orientado (PMNPO) e dados correlatos. Cabe observar que também constam informações sobre as cooperativas de crédito, por essas estarem ligadas ao microcrédito.

Para iniciar a explanação sobre o microcrédito no Brasil deve-se ajuizar que várias foram as tentativas, de políticas voltadas ao acesso ao crédito, para minorar o empobrecimento da população brasileira gerado tanto pela globalização quanto pela reestruturação dos processos produtivos.

Tendo por base a cartilha de cooperativas de crédito, do Banco Central do Brasil, tem-se que a primeira cooperativa de crédito brasileira foi fundada em 1902, em Nova Petrópolis (RS): a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, a qual continua em atividade sob a denominação de Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis e é do tipo *raiffeisen*⁵²(PINHEIRO, 2006).

⁵²Essas cooperativas tipicamente rurais tinham como principais características a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, a singularidade de votos dos sócios independentemente do número de quotas-partes, a área de atuação restrita, a ausência de capital social e a não distribuição de sobras, excedentes ou dividendos (PINHEIRO, 2006).

Em 1906, nasce a primeira cooperativa de crédito do tipo *Luzzatti*, a Caixa Econômica de Empréstimo de Lajeado (RS), atualmente em atividade, sob a denominação de Cooperativa de Crédito de Lajeado. E, em 1912, foi fundada em Porto Alegre uma cooperativa central mista com seção de crédito, a União das Cooperativas Riograndense de Responsabilidade Ltda., provavelmente a primeira cooperativa central a operar com crédito no Brasil (PINHEIRO, 2006).

Salienta-se que, segundo o documento Cooperativas de Crédito – História da evolução normativa no Brasil (p.22), ao fim de 1961 existiam no Brasil 511 cooperativas de crédito com 547.854 associados e que no período de 1996 a 2003, foi registrado um crescimento de 51%, passando de 965 para 1.454.

Anos depois, na década de 1970 na região Nordeste, em Recife e Salvador, nasceu o programa União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), uma associação civil criada por iniciativa e assistência técnica da ONG *Acción International*. A qual era especializada em crédito e capacitação, trabalhando principalmente com fundos rotativos informais focados no meio rural, além do crédito individual e do grupo solidário (ARAÚJO,2012).

Faz-se necessário explicitar que, ao possibilitar o financiamento das atividades produtivas da camada da sociedade que se encontra acima da linha da pobreza e no circuito inferior da economia, ou seja, os pequenos e micro negócios formais ou informais, o microcrédito fortalece o empreendimento e contribui para o aumento da renda familiar, o que reverbera no nível de qualidade de vida das pessoas. Desta forma, devido às suas particularidades, o microcrédito é considerado um tipo de crédito mais acessível, em comparação ao sistema tradicional de crédito, quando se trata das necessidades de pequenos e micro empreendimentos no setor de baixa renda da economia.

De acordo com Barone et al (2002, p.18), no Brasil a estrutura do setor de microcrédito é formada por dois grandes blocos de instituições, cuja atuação é complementar. O primeiro bloco é composto pelas instituições chamadas de “primeira linha”, as quais atuam diretamente com o cliente final. E, o segundo bloco é formado pelas instituições de “segunda linha” que oferecem capacitação e apoio técnico e provêm recursos financeiros para as instituições de “primeira linha”.

Já Cacciamali, Matos e Macambira (2014, p.18) ao escreverem sobre o setor de microfinanças no Brasil consideram que:

As instituições de microcrédito ou microfinanças atuam entre os limites de programas sociais de combate à pobreza parcialmente ou largamente subsidiados, nunca completamente subsidiados, e programas totalmente autossustentáveis financeiramente que fomentam a criação e expansão de pequenos negócios economicamente viáveis. Distintas categorias de serviços financeiros exigem políticas públicas específicas para a expansão e massificação de produtos dirigidos aos seus respectivos focos, embora deva ser notado que muitas instituições prestam serviços a famílias, negócios por conta própria e pequenos negócios indistintamente (CACCIAMALI, MATOS e MACAMBIRA, 2014, p.18).

Cabe salientar que NICHTER et al. (2002) realizaram uma primeira classificação considerando que a evolução histórica do microcrédito no Brasil poderia ser vislumbrada através de uma sequência de quatro “ondas”, a saber:

- a) Instituições afiliadas a redes internacionais, por exemplo, o banco da Mulher;
- b) Organizações da sociedade civil uma iniciativa dos líderes locais, como exemplo, o Portosol;
- c) Iniciativas governamentais foram lançadas por líderes políticos, por exemplo, o Banco do Povo Paulista;
- d) Instituições financeiras – iniciativa dos setores privado e público, como exemplo, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Neste trabalho optou-se por assumir a estrutura dos documentos do Ministério da Fazenda, na qual a evolução do microcrédito no país pode ser resumida pelas seguintes etapas (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2014):

A primeira fase de 1972 até 1988 é caracterizada por:

- Redes alternativas organizadas por ONG, pois conforme os organismos internacionais, elas entendiam melhor do “cliente” e da sua necessidade;
- Fundos rotativos (informais) focados principalmente no meio rural;
- Gestão com enfoque no objetivo do financiamento e não no retorno do crédito;

Na segunda fase que vai de 1989 até 1997, tem-se:

- Entrada dos governos municipais como atores do microcrédito através da constituição de programas e/ou organizações para operar diretamente com microempreendedores (Bancos do Povo);

- Expansão do cooperativismo de crédito urbano, nesta etapa surgem o Banco Cooperativo Sicredi S. A. (BANSICREDI), e o Banco Cooperativo do Brasil S/A (BANCOOB) o banco das cooperativas de crédito do Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil (Sicoob).
- Constituição de sistemas alternativos de cooperativas de crédito rurais;

Na terceira fase de 1998 até 2002, observa-se:

- Implantação do Programa Produtivo Popular de Microcrédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - financiamento e Desenvolvimento Institucional e do Programa SEBRAE de apoio aos segmentos de microcrédito.
- Criação do Programa Crediamigo pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1998.
- Instituição do Marco Legal para o microcrédito - SCM e as OSCIP, o qual possibilita adequação à realidade operacional dessa que é vista como uma ferramenta com potencial de geração de trabalho e renda. No Quadro 12, a seguir, pode-se ver de forma concisa esse arcabouço legal, algumas das resoluções foram editadas na quarta ou quinta fase, porém para uma melhor disposição são agora apresentadas.
- Alterações na regulamentação das cooperativas de crédito – foco nas centrais e permissão para cooperativas de crédito de microempreendedores, por exemplo, a constituição de cooperativas de crédito mútuo formadas por pequenos empresários, microempresários e microempreendedores;
- Permissão para atuação dos Correspondentes Bancários;

Quadro 12 - Arcabouço Legal do Microcrédito

Organizações	Marco Legal
Cooperativas de crédito	Leis 4.595/64, 5.764/71, 10.865/04, Res. CMN 3.058/02, Res. CMN 3.106/03* e 2.707/00
OSCIP	Lei 9.790/99, MP 2.143-33/01 e 2.113-32/01 e Decreto 3.100/99 e Port. MJ 361/99 e 256/02
SCM	Lei 10.194/01 e Res. CMN 2.874/01 e 3.182/03
Crédito Consignado	Lei 10.820/03* e Decreto 4.961/04 e Res. CMN 2.178/00
Corresp. Bancários	Res. CMN 3.156/03, 3.110/03* e 2.707/00
Risco e Garantia	Res. CMN 2.682/99, 1.559/88 e 3.258/05* / Circular BC 3.163/05*
Bancos Cooperados	Res. CMN 3.188/04 e 2.788/00
FAMPE ⁵³ (Sebrae)	Lei 8.029 e Lei 11.110/05*
Agências de Fomento	MP 2.192-70/01 e Res. CMN 2.828/01

⁵³ Fundo de Amparo às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE)

Organizações	Marco Legal
Banco Popular do Brasil	Lei 10.738/03*
Contas simplificadas	Res. CMN 3.211/04*
Conta corrente normal eletrônica	Res. CMN 2.025/93, 2.747/00, 2.817/01 e 2.953/02
FAT – Funproger	Leis 7.998/90, 8.019/90, 8.352/91, 9.872/99 e Lei 11.110/05* e Res. CMN 3.091/03, Res. CMN 3.422/2006, Res. 511/2006*
Tributação de crédito	Leis 9.311/96, 10.865/04, 10.892/04, Lei 11.110/05* e Port. MF244/04*
Depósitos especiais para microcrédito	Lei 10.735/03*, Lei 11.110/05*, Res. CMN 3.310/05*
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO	Lei 11.110/05, Decreto 5.288/04*, Res. CMN 3.310/05* e Res. Codefat 449/05*, Decreto 6.607/2008*, Res. CMN 4.152/12*, Res. CMN 4.153/12*

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2007 atualizado em 2014 pela autora com base nos dados do MTE

*Editadas na quarta ou quinta fase

Na quarta fase que vai de 2003 até 2004 ressalta-se:

- Inclusão bancária, associando o crédito a outros serviços bancários para a população de baixa renda;
- Apoio ao Cooperativismo de Crédito e regras mais flexíveis para seu funcionamento, permitindo a constituição de cooperativas de livre admissão de associados em localidades com menos de 100 mil habitantes, e a transformação de cooperativas existentes em cooperativas de livre admissão de associados em localidades com menos de 750 mil habitantes. Além disso, permite a continuidade de operação das cooperativas de livre admissão conhecidas como cooperativas do tipo *Luzzatti*.
- Aumento do número de correspondentes bancários e dos tipos de serviços prestados;
- Regulamentação do Crédito consignado;
- Criação de Conta Corrente e Poupança Simplificadas, destinadas à população de baixa renda;
- Constituição do Banco Popular do Brasil (BPB), uma subsidiária do Banco do Brasil, para atender a população de baixa renda no setor de microfinanças;
- Criação da exigibilidade para o microcrédito, direcionando 2% dos depósitos à vista para o crédito popular e microcrédito, destinados à população de baixa renda e microempreendedores formais e informais;

- Apoio ao cooperativismo de crédito, incluindo a permissão para a constituição de cooperativas abertas com livre adesão;
- Criação pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) de normativos específicos para seguros destinados ao público de menor renda (microseguros);
- Constituição de um grupo de trabalho interministerial de microcrédito e microfinanças (GTI), visando ampliar o acesso aos empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte ao crédito produtivo orientado, direcionando-os para geração de trabalho e renda.

E, na quinta fase que vai de 2005 até os dias atuais salienta-se:

- Viabilização de fundos de aval para as instituições de microcrédito;
- Desenvolvimento de Projetos de Desenvolvimento Institucional focados na articulação entre instituições de microcrédito e na padronização de modelos contáveis;
- Criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) pelo governo, o qual tem como objetivos gerais: incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares⁵⁴, disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado⁵⁵ e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares (MTE, 2015).
- Em 2011, no âmbito federal foi criado o Programa Crescer, na esfera do PNMPO, com o objetivo de aumentar o acesso de empreendedores formais ou informais ao microcrédito através dos bancos públicos federais (MDS, 2015)
- Em setembro de 2012, o BACEN inseriu a modalidade “empréstimo” no registro do microcrédito (antes só havia a modalidade “financiamento” (BACEN, 2014).

⁵⁴São considerados microempreendedores populares, no âmbito do PNMPO, as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 120 mil

⁵⁵Para o PNMPO, o microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras microempreendedores populares, mediante utilização de metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.

- Também em setembro de 2012 o BACEN, criou marcação para registrar as operações de crédito direcionadas à população de baixa renda e aos microempreendedores que seguem a Lei nº 10.735, de 2003, regulamentada pela Resolução CMN nº 4.000, de 2011, com as alterações dadas pela Resolução CMN nº 4.153, de 2012 (BACEN, 2014).

Para melhor visualizar a evolução do PNMPO tem-se na Tabela 12 e no Gráfico 17 o resultado anual consolidado. Percebe-se que desde 2008 até 2014 foram atendidos mais de 23 milhões de clientes em aproximadamente 22,64 milhões de operações de microcrédito, perfazendo um volume superior a R\$50,16 bilhões, o que permite presumir que esta operação é rentável para os dois lados, empreendedor e instituição financeira, dadas as devidas proporções.

Além disso, pode-se inferir que o fato do crescimento do PNMPO entre 2008 e 2013 deriva não apenas do aumento da oferta mais também do crescimento da demanda em decorrência da crise mundial de 2008, a qual reverberou no mercado de trabalho brasileiro aumentando o número de desempregados e concomitantemente o de micro e pequenos empreendimentos formais e informais como consequência da busca por uma forma de renda familiar. Já a redução entre 2013 e 2014 resulta do agravamento da crise econômico financeira que assola o país e que gerou uma redução na oferta de crédito, inclusive do microcrédito.

Tabela 12 - Execução histórica consolidada do PNMPO – 2008 a 2014

Ano	Número de clientes atendidos	Operações de microcrédito realizadas	Varição anual	Valores nominais concedidos (R\$)	Valores * atualizados (R\$)
2008	1.430.097	1.280.680		1.825.147.592,77	2.923.267.254,48
2009	1.654.186	1.620.656	26,55%	2.323.599.790,69	3.495.133.896,98
2010	2.071.607	1.966.718	21,35%	2.998.623.914,48	4.332.434.874,62
2011	2.674.157	2.576.559	31,01%	4.098.289.416,62	5.561.416.401,34
2012	3.953.406	3.814.781	48,06%	6.504.785.890,40	8.321.129.554,85
2013	5.664.941	5.713.091	49,76%	10.162.675.000,69	12.241.448.171,68
2014	5.552.080	5.667.287	-0,80%	11.646.316.132,59	13.289.662.566,38

Fonte: BACEN, 2015

* Valores atualizados monetariamente pelo INPC/IBGE

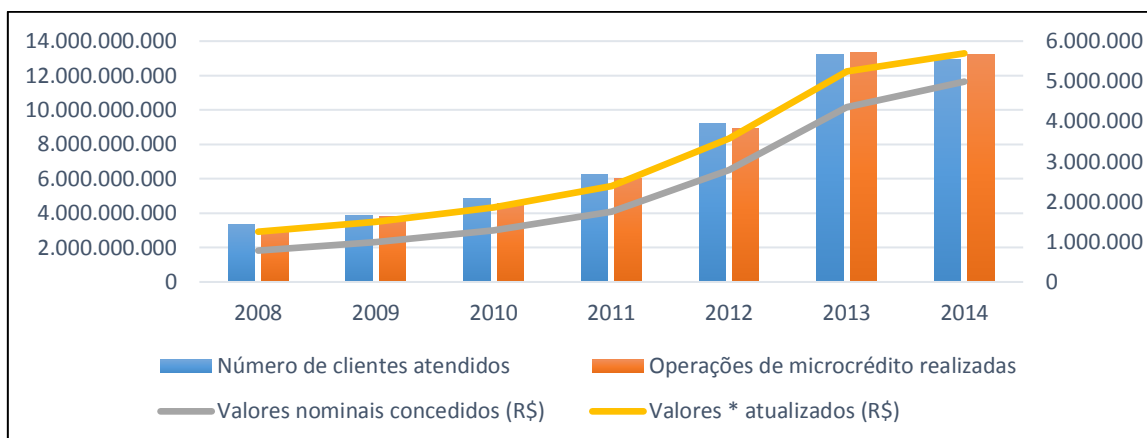


Gráfico 17 - Execução histórica consolidada do PNMPO – 2008 a 2014

Fonte: BACEN, 2015 * Valores atualizados monetariamente pelo INPC/IBGE

Elaboração: Autora 2017

Ainda tratando do microcrédito no Brasil, tem-se que o relatório de inclusão financeira (2015) assevera que as instituições ofertantes de microcrédito estão concentradas em quatro segmentos, são eles: agências de fomento, bancos, Cooperativas de Crédito e Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte⁵⁶ (SCMEPP). Cabe citar que houve um crescimento de 25,7% em relação à quantidade de instituições financeiras que operam microcrédito, entre 2013 e 2014, e que a significância é de 9,7% no Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Além do mais, sobressai o aumento de 38,71% do número de cooperativas que operam microcrédito, que passou de 6,2% para 8,6% no SFN conforme pode ser visto na Tabela 13. Pode-se presumir que este fato tenha origem tanto na proximidade da cooperativa dos clientes quanto no tipo de garantia exigida para a concessão.

Tabela 13- Segmentação das instituições financeiras que operam microcrédito – 2013, 2014

		IF que operam Microcrédito	IF no SFN	Microcrédito no SFN (%)
2013	Agências de fomento	9	16	56,3%
	Bancos	11	160	6,9%
	Cooperativas de crédito	74	1.186	6,2%
	SCMEPP	11	36	30,6%
	Total	105	1.398	7,5%
2014	Agências de fomento	9	16	56,3%
	Bancos	13	155	8,4%
	Cooperativas de crédito	98	1.145	8,6%
	SCMEPP	12	39	30,8%
	Total	132	1.355	9,7%

Fonte: BACEN/SCR e Unicad, 2015

⁵⁶Conforme o Banco Central do Brasil a SCMEPP destina-se a concessão de financiamento e prestação de garantias a pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte, possibilitando empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial.

No Gráfico 18 a seguir pode-se constatar a representatividade de cada uma das instituições financeiras concedentes de microcrédito no Brasil em 2014, por exemplo, as cooperativas de crédito correspondem a 74,2% e os bancos a 9,8%. Resultado gerado provavelmente pelas garantias solicitadas e as taxas empregadas nas operações de microcrédito.

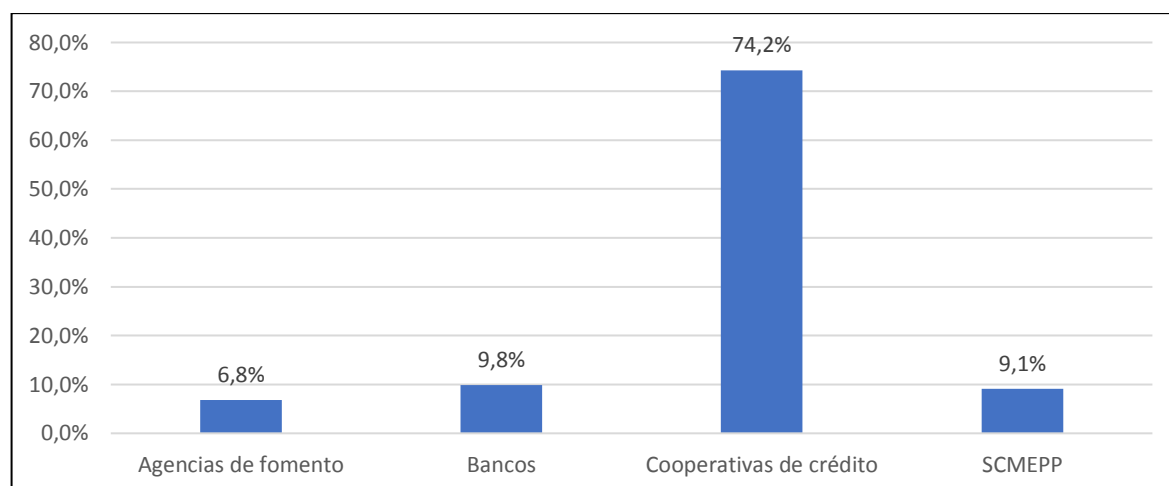


Gráfico 18- Quantidade de instituições financeiras que operam microcrédito – Dezembro de 2014

Fonte: BACEN/SCR, 2015

Elaboração: Autora, 2015

Para compreender a abrangência do microcrédito para micro e pequenos empreendimentos deve-se ter ciência de que no triênio, de 2012 a 2014, os maiores volumes de recursos disponibilizados, de contratos fechados e de clientes atendidos foram do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) conforme dados contidos na Tabela 14. Pode-se inferir que este resultado seja oriundo do ineditismo das operações de microcrédito por esta instituição financeira e/ou pela aceitação dos programas Crediamigo e Agroamigo⁵⁷ geridos pela mesma.

⁵⁷ Posteriormente serão detalhados na tese.

Tabela 14 - Execução do PNMPO pelos bancos públicos federais e OSCIP, 2012-2014

	Ano	Recursos emprestados (R\$)	Contratos realizados	Clientes atendidos
Banco da Amazônia (BASA)	2012	32.212.370,64	5.707	22.824
	2013	62.835.982,58	9.591	38.360
	2014	68.854.861,24	10.853	39.663
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	2012	4.320.193.964,71	2.844.021	2.911.415
	2013	5.760.056.470,05	3.413.430	3.306.258
	2014	7.124.844.459,31	3.871.908	3.854.919
Caixa Econômica Federal (CEF)	2012	310.142.384,26	127.078	127.078
	2013	1.923.949.862,65	957.011	957.011
	2014	1.147.855.099,23	671.783	505.879
Banco do Brasil (BB)	2012	763.040.491,16	537.841	519.142
	2013	1.323.225.874,00	1.094.144,00	1.051.076,00
	2014	2.182.134.022,00	883.046	851.565
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	2012	539.103.953,02	158.451	238.070
	2013	507.791.482,00	127.203	213.107
	2014	314.966.341,54	87.096	98.040

Fonte: BACEN, 2015

No ano de 2014 o BNB junto com três outros bancos federais, a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco do Brasil (BB) e o Banco da Amazônia (BASA), foram responsáveis por R\$10.523.688.441,78 ofertados no PNMPO, ou seja, 90,36% do volume concedido de microcrédito no período, destes o BNB liberou 61,18%. Vale destacar que no referido período as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) apresentaram decréscimo tanto na oferta recursos (41,58%) quanto no número de contratos (45,03%) e clientes atendidos (vide Gráfico 19).

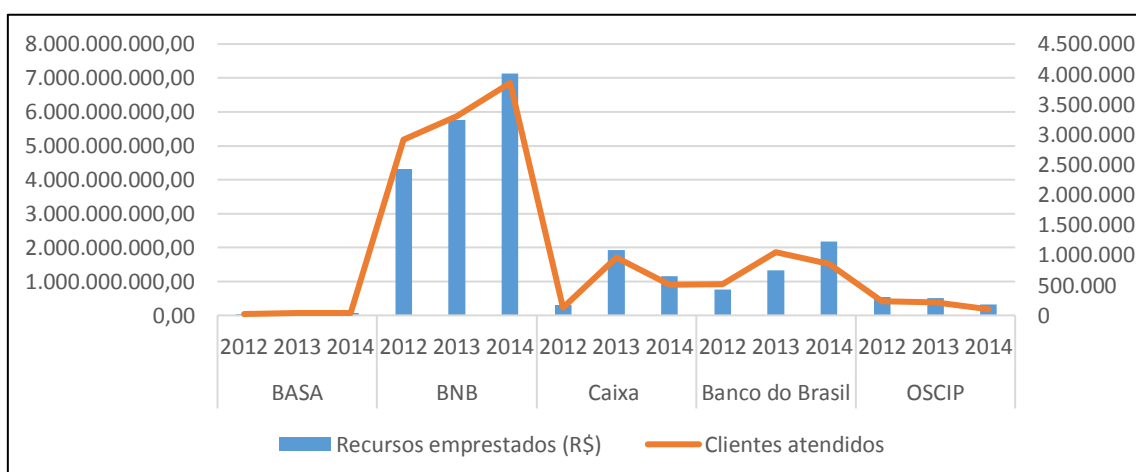


Gráfico 19 - Execução do PNMPO pelos bancos públicos federais e OSCIP: Recursos emprestados e clientes atendidos, 2012-2014

Fonte: BACEN, 2015

Elaboração: Autora, 2017

Ainda conforme o relatório de inclusão financeira de 2015, observando-se a inadimplência no biênio 2013 – 2014, tem-se que o microcrédito apresentou resultado adverso de modalidades como cartão de crédito rotativo, cheque especial e crédito sem consignação, pois exibiu queda de aproximadamente 26,79% no índice no universo de pessoas físicas, as quais são majoritárias neste tipo de crédito, passando de 5,6% para 4,1% (Gráfico 20).

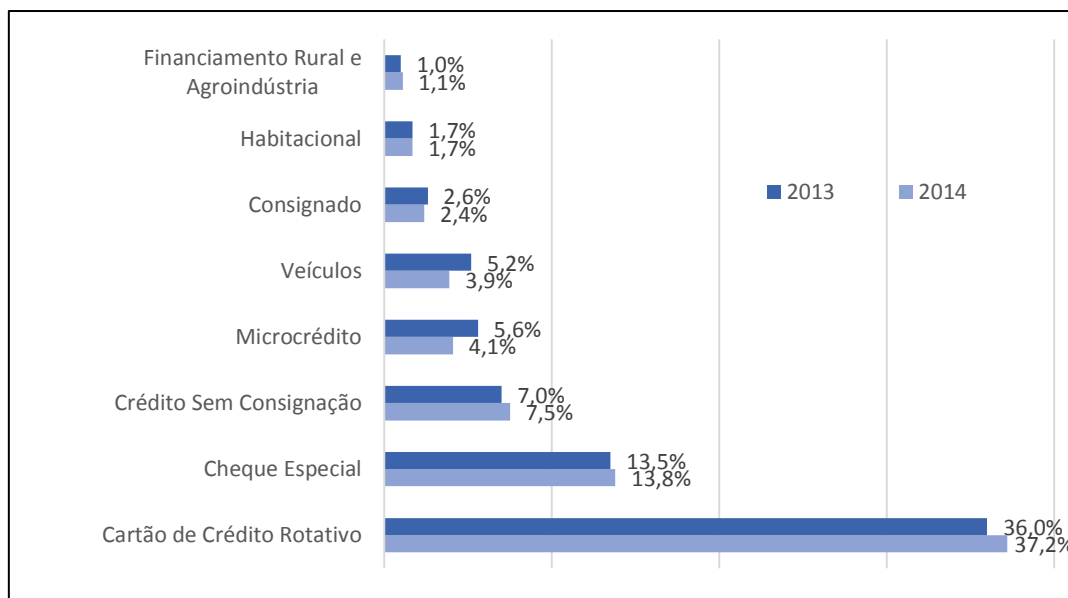


Gráfico 20- Inadimplência pessoa física por modalidade de crédito, 2013 – 2014*

Fonte: Relatório de inclusão financeira 2015

*Segundo os dados do BACEN/SCR para o microcrédito e do BACEN/SGS para as demais modalidades (séries 20.609, 20.615, 21.113, 21.114, 21.119, 21.121, 21.127, 21.148, 21.151, 21.154)

Vale comentar que em 2014, a carteira referente ao microcrédito ficou 18,39% mais concentrada no Nordeste, pois em relação à quantidade de operações, subiu de 34,94% para 40,38% no biênio analisado. Deve-se salientar que em 2013 a quantidade de clientes da referida região equiparava-se ao Sudeste, com aproximadamente 35,63%. Já no ano subsequente passou para 41,34%, e o Sudeste decresceu a participação caindo de 35,50% para 29,81% (Tabela 15 e Gráfico 21).

Tabela 15 - Valor, quantidade de operações e de clientes, valor médio das operações de microcrédito por região e Brasil - 2013 – 2014

	Valor (R\$ milhões)	Qtde. Operações	Qt ^{de} . Clientes	Valor médio (R\$)	
2013	Centro-Oeste	236,16	141.801	123.039	1.665
	Norte	141,19	86.125	76.357	1.640
	Nordeste	2.638,08	790.816	674.740	3.341
	Sul	906,97	419.836	347.366	2.160
	Sudeste	1.151,98	824.871	672.165	1.397
	Brasil	5.075,82	2.263.449	1.893.667	2.244
	Valor (R\$ milhões)	Qtde. Operações	Qt ^{de} . Clientes	Valor médio (R\$)	
2014	Centro-Oeste	261,32	150.116	121.193	1.741
	Norte	143,53	77.520	68.172	1.852
	Nordeste	3.305,24	936.285	791.836	3.530
	Sul	1.093,43	431.145	363.293	2.536
	Sudeste	1.197,59	723.668	571.126	1.655
	Brasil	6.002,56	2.318.734	1.915.620	2.589

Fonte: Relatório de inclusão financeira 2015 conforme dados do BACEN/SCR

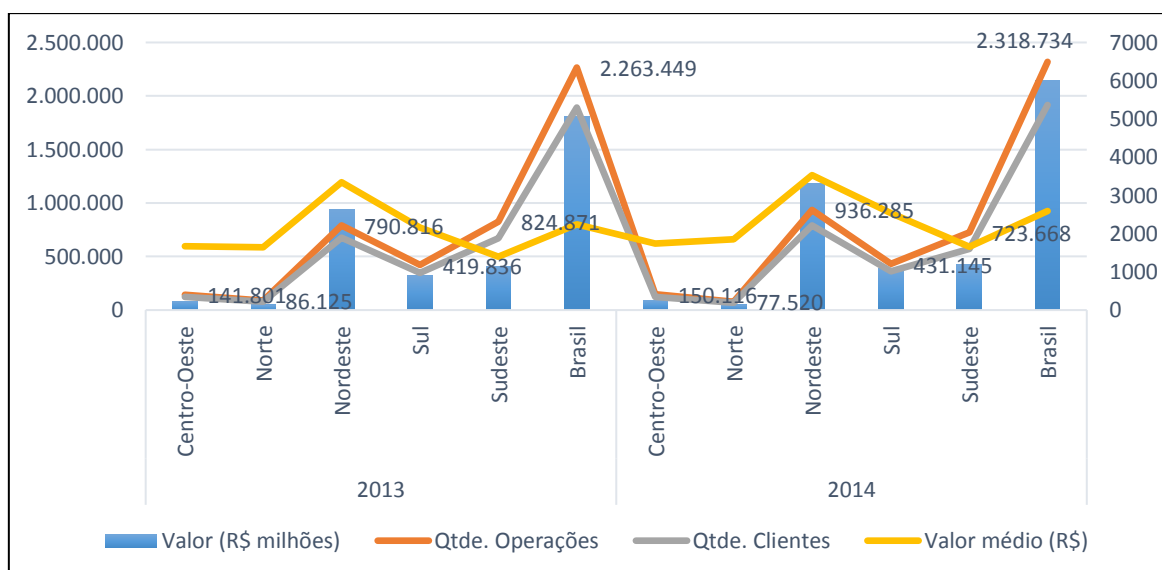


Gráfico 21 - Valor, quantidade de operações e de clientes, valor médio das operações de microcrédito por região e Brasil - 2013 – 2014

Fonte: Relatório de inclusão financeira 2015 conforme dados do BACEN/SCR

Elaboração: Autora, 2018

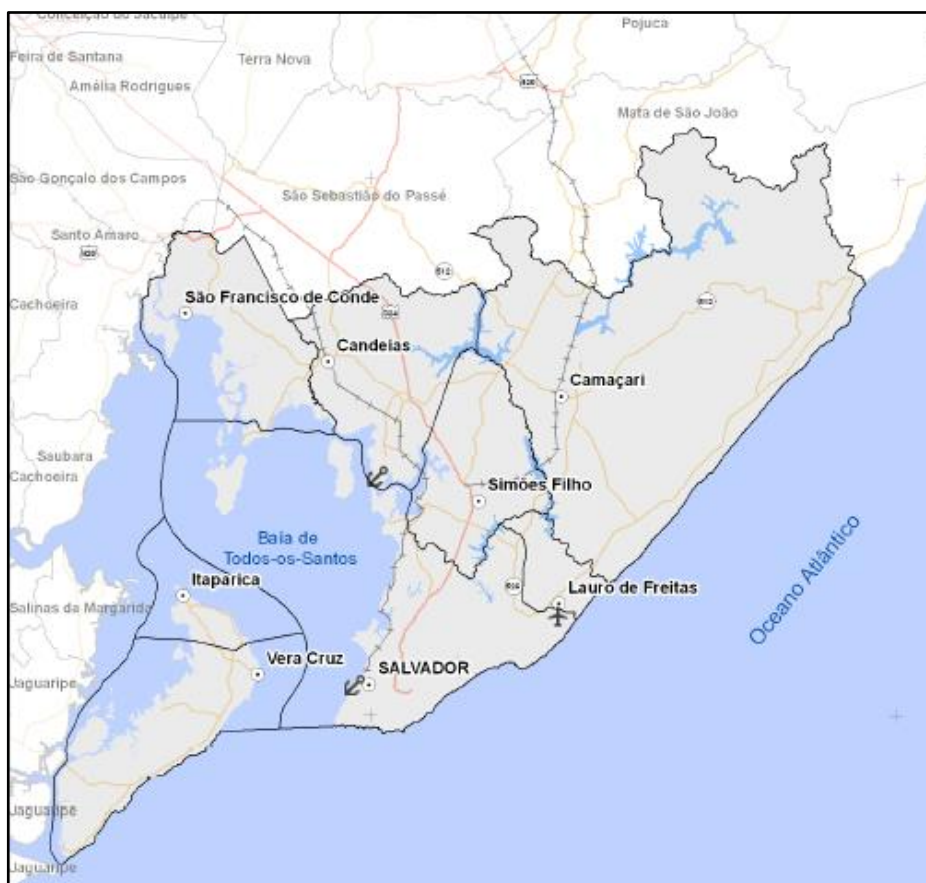
Cabe destacar que, conforme o anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (2015, p.85), dos valores concedidos em 2014, 83,7% foram destinados para investimento nos empreendimentos e 10,6% para capital de giro, fato que pode denotar a preocupação do empreendedor, tanto com o crescimento, quanto com a manutenção (operacionalização) do negócio.

5 ANÁLISE DO MICROCRÉDITO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Neste capítulo é realizada a análise do microcrédito na Região Metropolitana de Salvador. E, para que isso fosse possível, iniciou-se com a caracterização do território, expondo os municípios e suas principais características nas diferentes áreas. Além disso, são apontados os resultados dos principais indicadores econômicos financeiros da RMS.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO (OU ESPACIALIZAÇÃO) DA PESQUISA

Para caracterizar o território da pesquisa faz-se necessário recordar que a região metropolitana de Salvador (RMS) foi instituída pela Lei Complementar Federal nº 14 de 18 de junho de 1973, cujo inciso 5º do artigo 1º explicitava que a RMS era constituída dos Municípios de: Salvador, Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz, conforme pode-se visualizar no Mapa 1 a seguir.



Mapa 1 - Região Metropolitana de Salvador 1973

Fonte: Conder, 2015

Posteriormente foram incorporados os municípios de Dias D'Ávila (Lei nº 4.004 de 1985) e Madre de Deus (Lei nº 5.016 de 1989), em janeiro de 2008, a Lei Complementar Estadual nº30, incluía os municípios de São Sebastião do Passé e Mata de São João e, no ano subsequente, a Lei Complementar nº 32, estabelecia que o município de Pojuca também fazia parte da RMS. Atualmente fazem parte da região metropolitana de Salvador (RMS) 13 municípios.

A RMS foi criada entre as primeiras do país como parte de uma política econômica desenvolvimentista e que, segundo o censo de 2010 (IBGE, 2012), ocupa uma área de 4.375,123 km² e abrigava uma população de 3.574.804 habitantes correspondendo a 25,5% da população do estado da Bahia.

Segundo documento do observatório das cidades, redigido por Fernandes (2012), entre 2000 e 2010 o crescimento da população residente da RMS apresentou uma taxa média anual de 1,7%, o que permitiu inferir que Salvador conserva a característica de atrair migrantes, tanto do interior do próprio estado da Bahia quanto de outros estados do Nordeste.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é que, conforme o atlas do desenvolvimento humano no Brasil de 2013, entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em Salvador em termos absolutos foi educação (0,154), seguida por longevidade e renda. E, segundo o critério de classificação econômica Brasil⁵⁸ (CCEB), em 2014, 20,5% da população da RMS pertencia às classes D e E, 28,5% à classe C2 e 24,7% à classe C1 contra apenas 0,4% e 2,2% nas classes A1 e A2, respectivamente. E, em 2015 as classes D e E correspondiam a 30,3%, ou seja, crescimento de aproximadamente 47,81%. Nos Mapas 2 e 3, visualizados a seguir, é possível localizar o território que serve de base para a pesquisa.

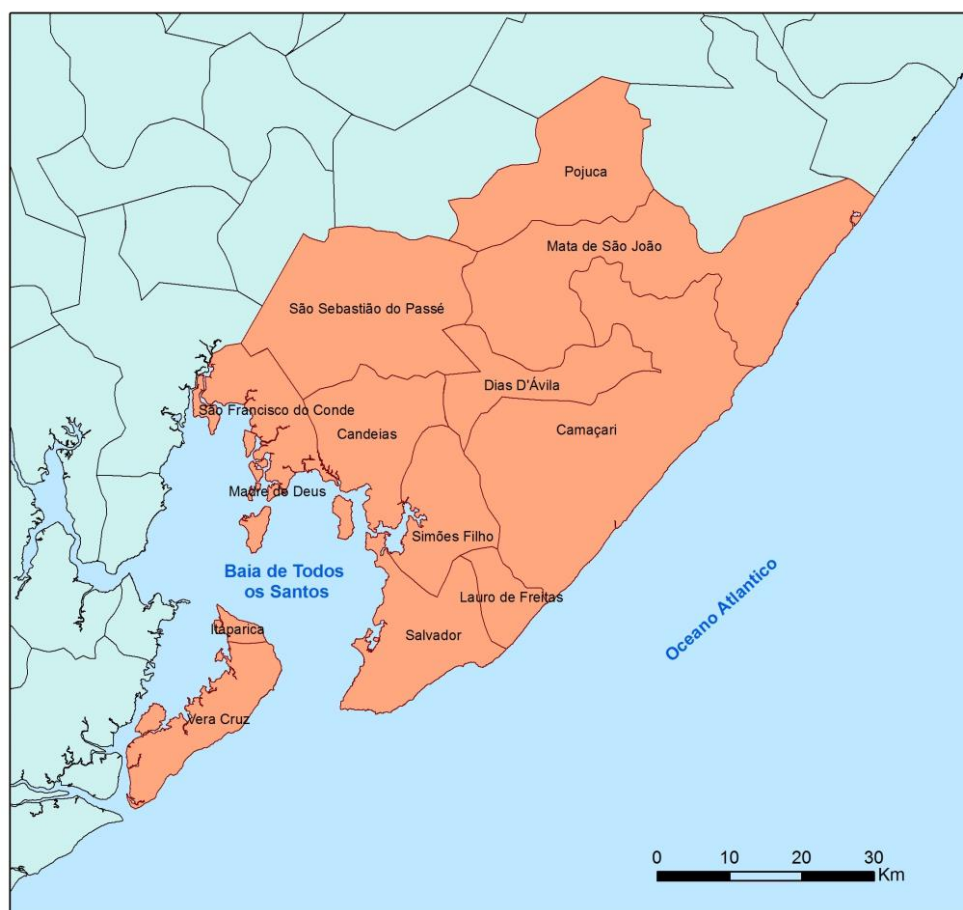


Mapa 2 - Bahia e Região Metropolitana, 2015

Fonte: IBGE, 2015

Elaboração: Autora, 2015

⁵⁸Calculado pela associação brasileira de empresas de pesquisa este indicador está atrelado a dinâmica da economia brasileira, com variações nos níveis de renda e na posse de bens nos domicílios, pois incorpora fatores que determinam comportamento de consumo e indicadores de renda permanente, tais como: educação, ocupação, posse de bens, condições de moradia, acesso a serviços públicos, ativos financeiros e não financeiros e renda corrente. Salienta-se que o CCEB, enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de classes sociais, uma vez que a divisão de mercado definida tem como alicerce as classes econômicas



Mapa 3 - Configuração atual da Região Metropolitana de Salvador, 2015

Fonte: IBGE, 2015

Elaboração: Autora, 2015

A seguir, na Tabela 16, pode-se visualizar o crescimento da população na RMS comparado com o Brasil e a região nordeste, no período compreendido entre 1991 e 2010. Na região metropolitana de Salvador (RMS) os municípios que apresentaram o maior crescimento relativo entre 1991 e 2010 foram Lauro de Freitas, Dias D'Ávila e Madre de Deus, 135,96%, 112,54% e 89,22%, respectivamente.

Além disso, é possível visualizar que entre 1991 e 2010 a população dos municípios da RMS aumentou 35,17%, e a do Brasil e a do Nordeste respectivamente 29,92% e 24,91%. Conforme o Censo 2010 (IBGE, 2010) na década entre 2000 e 2010 a RMS apresentou um expressivo resultado na dinâmica populacional na maior parte dos municípios, por exemplo, Dias D'Ávila 46,56% e Madre de Deus 44,37%, provavelmente em decorrência do estabelecimento de empresas e/ou indústrias nas regiões circunvizinhas. Já, São Sebastião do Passé com 5,49% e Candeias com 8,30% exibiram os menores aumentos no referido período.

Tabela 16 - População Brasil, Nordeste e Municípios da Região Metropolitana de Salvador – 1991, 2000, 2010

	População			Crescimento Relativo 1991/2000	Crescimento Relativo 1991/2010	Crescimento Relativo 2000/2010
	1991	2000	2010			
Brasil	146.825.475	169.799.170	190.755.799	15,65	29,92	12,34
Nordeste	42.497.540	47.741.711	53.081.950	12,34	24,91	11,19
Salvador	2.075.273	2.443.107	2.675.656	17,72	28,93	9,52
Camaçari	113.639	161.727	165.114	42,32	45,3	2,09
Candeias	67.941	76.783	83.158	13,01	22,4	8,30
Dias D'Ávila	31.260	45.333	66.440	45,02	112,54	46,56
Itaparica	15.055	18.945	20.725	25,84	37,66	9,40
Lauro de Freitas	69.270	113.543	163.449	63,91	135,96	43,95
Madre de Deus	9.183	12.036	17.376	31,07	89,22	44,37
Mata de São João	30.535	32.568	40.183	6,66	31,6	23,38
Pojuca	22.485	26.203	33.066	16,54	47,06	26,19
São Francisco do Conde	20.238	26.282	33.183	29,86	63,96	26,26
São Sebastião do Passé	36.825	39.960	42.153	8,51	14,47	5,49
Simões Filho	72.526	94.066	118.047	29,7	62,77	25,49
Vera Cruz	22.136	29.750	37.567	34,4	69,71	26,28

Fonte: IBGE, Sidra, Censos Demográficos, 1991, 2000, 2010

Elaboração: Autora, 2015

Em relação à esperança de vida ao nascer⁵⁹ na RMS, como se pode visualizar na Tabela 17 a seguir, considerando os dados do censo de 1991, 2000 e de 2010, os municípios que obtiveram o maior crescimento foram Camaçari e Madre de Deus, com 27,18% e 26,35%, respectivamente. Por outro lado, Pojuca (14,26%) e Simões Filho (16,82%) apresentaram os piores resultados. Pode-se deduzir que o aumento seja proveniente, principalmente, do atendimento das condicionantes dos programas de transferência de renda nos referidos municípios.

Tabela 17 - Esperança de vida ao nascer nos municípios da RMS 1991, 2000 e 2010 (%)

Municípios	1991	2000	2010	1991-2010
Salvador	60,18	67,45	72,90	21,14
Camaçari	58,49	66,06	74,39	27,18
Candeias	60,47	67,93	73,66	21,81
Dias D'Ávila	61,06	66,34	74,56	22,11
Itaparica	61,51	68,49	74,61	21,30
Lauro de Freitas	61,76	67,45	72,64	17,62
Madre de Deus	58,64	66,13	74,09	26,35
Mata de São João	62,71	65,79	74,14	18,23
Pojuca	65,73	69,64	75,10	14,26
São Francisco do Conde	60,59	66,34	73,71	21,65
São Sebastião do Passe	62,87	65,05	73,69	17,21
Simões Filho	63,13	66,62	73,75	16,82
Vera Cruz	61,27	66,34	74,02	20,81

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991, 2000, 2010

Elaboração: Autora, 2015

⁵⁹Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalecente no ano do Censo.

O Índice de Performance Econômica (IPE) e o Índice de Performance Social (IPS)⁶⁰, por terem periodicidade anual e contemplarem o recorte municipal, possibilitam uma análise da capacidade dos municípios em atender às necessidades de serviços básicos da população, pois classificam os municípios de acordo com o nível de cobertura de serviços oferecidos para a população em um determinado ano de referência.

Conforme o relatório de maio de 2013 da SEI, os resultados obtidos para o IPE do Estado da Bahia para o ano de 2010, permitiram observar que, dos 417 municípios, 287 apresentaram IPE menor que 5000 e 130 municípios tiveram o indicador acima de 5000. Isto representa, em termos relativos, que 68,8% destes municípios têm o IPE abaixo da média e 31,2% acima, ou seja, pode-se inferir que aproximadamente 69% dos municípios precisam melhorar na qualidade e na amplitude dos serviços oferecidos à população.

Cabe salientar que o IPE é constituído pelos seguintes indicadores: Índice de Infraestrutura (INF), Índice do Produto Municipal (IPM), Índice de Corrente de Comércio Exterior (ICE) e pelo Índice de Independência Fiscal (IIF). Os dez municípios ordenados pelo maior IPE para o referido ano foram: São Francisco do Conde, Salvador, Camaçari, Dias D'Ávila, Mucuri (5259,63), Candeias, Feira de Santana (5200,25), Mata de São João, Lauro de Freitas e Luís Eduardo Magalhães (5176,52), destes sete estão localizados na RMS (vide Tabela 18).

Apesar de todos municípios ordenados apresentarem empreendimentos que em grande parte, impulsionam de alguma forma o desenvolvimento do estado, os pertencentes à RMS vão além e proporcionam uma performance econômica superior, como consequência de uma maior independência fiscal e de uma melhor infraestrutura, ou seja, pode-se considerar estes municípios como polos de crescimento⁶¹.

Já em relação ao IPS, os municípios que apresentam maior performance social caracterizam-se por apresentar maior oferta no atendimento dos serviços básicos,

⁶⁰Os antigos Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) em 2011 passaram a se chamar Índice de Performance Econômica (IPE) e Índice de Performance Social (IPS)

⁶¹ Teoria concebida na década de 1950, pelo economista francês François Perroux, na qual considerava que o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia. (PERROUX, 1977, p. 146).

maiores rendas e elevados indicadores de educação. Ordenando os dez municípios com o maior IPS em 2010, têm-se: Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Camaçari, Cruz das Almas (5.136,93), Pojuca, Ilhéus (5.116,79), Vitória da Conquista (5.114,18) e Itapetinga (5.113,21), dos quais seis fazem parte da RMS (outros valores na Tabela 18).

Além disso, deve-se sinalizar que quatro dos municípios da RMS (São Francisco do Conde, Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas) apresentam os maiores IPS e os IPE no ano de 2010. Conforme estes resultados os municípios oferecem uma melhor qualidade e cobertura em relação ao atendimento das necessidades de serviços básicos da população.

Tabela 18- IPS e IPE da Região Metropolitana de Salvador – 2008 - 2010

Municípios	IPS 2008 (%)	IPS 2010 (%)	IPE 2008 (%)	IPE 2010 (%)
Salvador	5210,28	5219,53	5573,17	5572,34
Camaçari	5218,75	5171,17	5393,40	5450,57
Candeias	5105,29	5063,49	5246,43	5246,39
Dias D'Ávila	5150,50	5080,71	5214,86	5267,40
Itaparica	5051,95	5052,86	5023,20	5023,16
Lauro de Freitas	5316,07	5287,15	5174,97	5191,01
Madre de Deus	5152,69	5228,52	5055,79	5061,67
Mata de São João	5119,26	5111,89	5225,85	5195,15
Pojuca	5153,12	5122,43	5104,55	5127,69
São Francisco do Conde	5171,51	5191,03	5595,20	5585,50
São Sebastião do Passe	5053,84	5036,77	5097,49	5073,81
Simões Filho	5105,18	5088,92	5141,97	5161,40
Vera Cruz	5113,06	5106,99	5071,09	5067,86

Fonte: SEI, 2015

Elaboração: Autora, 2015

Em relação à cidade de Salvador e sua importância no contexto estadual, pode-se dizer que a concentração de funções e recursos decorre da história econômica regional, fato já visível em 1954 e explicitado em 1958 por Santos⁶² (2012) ao escrever que

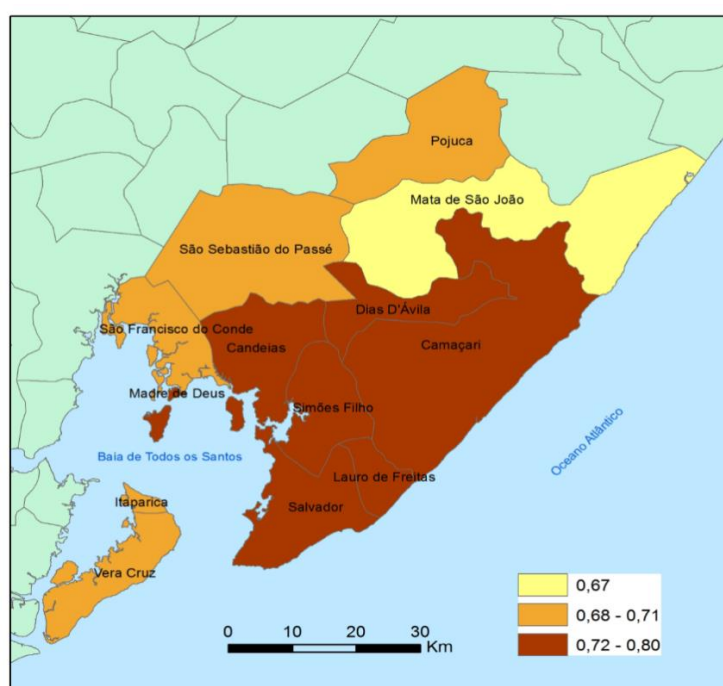
[...] 562 dentre os 21.085 estabelecimentos comerciais do estado da Bahia, a cidade do Salvador viu, um movimento de Cr\$10.640 milhões contra Cr\$24.282 milhões em todo o estado. Seu comércio grossista representava 83,88% do total do estado e o varejista, 45,60%. Mais da metade (55%) da produção industrial baiana realiza-se na capital (SANTOS, 2012, p.68).

Vale ressaltar que Salvador, a capital do estado da Bahia, desde o censo de 2000 tem disponível uma divisão por bairros pelo IBGE, cuja população, densidade demográfica, taxa de analfabetismo, grau de envelhecimento e raça são disponibilizados.

⁶²Milton Santos publicou o livro intitulado O Centro da Cidade do Salvador em 1958, porém a edição consultada é de 2012.

Segundo o Censo de 2010 os bairros de Salvador foram organizados de acordo com a população, ou seja, do mais para o menos populoso. Nele perceber-se que, no referido ano, os cinco bairros mais populosos eram Brotas, Itapuã, Pituba, Pernambués e Paripe pode-se inferir que este fato seja decorrente da proximidade dos mesmos de áreas onde em anos anteriores se concentravam empresas/indústrias servindo assim de atrativo para mão de obra. Já, os que apresentavam maior densidade foram Pero Vaz, Mangueira, Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro, Chapada do Rio Vermelho e Cosme de Farias, neste caso a concentração deve-se ao valor dos imóveis, do agrupamento de empresas de serviços e em alguns casos decorrentes de áreas invadidas.

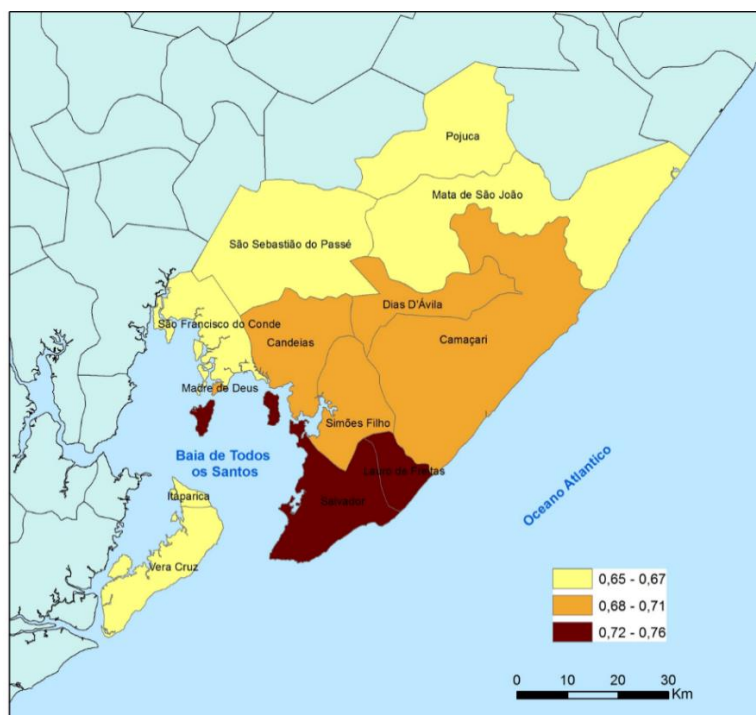
Além disso, observando-se os Mapas 4 e 5 a seguir, pode-se visualizar que houve um agravamento do índice de desenvolvimento humano na região metropolitana de Salvador, pois ainda segundo o atlas do desenvolvimento humano no Brasil de 2013, Salvador ocupava a 383ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 382 (6,86%) municípios estão em situação melhor e 5.183 (93,14%) municípios estão em situação igual ou pior e, em relação aos 417 outros municípios de Bahia, Salvador ocupava a 1ª posição, já em 2000, além de Salvador, Camaçari, Candeias, Simões Filho, Dias D'Ávila e Lauro de Freitas apresentavam IDHM entre 0,72 e 0,80.



Mapa 4 - IDH da Região Metropolitana de Salvador, 2000

Fonte: IBGE, 2015

Elaboração: Autora, 2015



Mapa 5 - IDHM da Região Metropolitana de Salvador, 2010

Fonte: IBGE, 2015

Elaboração: Autora, 2015

Conforme o Índice da Dinâmica Econômica Municipal (IDEM), a Bahia abriga atualmente diversos polos de crescimento. Entre 2002 e 2011, os melhores desempenhos ocorreram em grande parte em municípios no interior do Estado. Cabe salientar que os municípios com população de até 20 mil habitantes, apresentaram crescimento do setor de serviços, sendo que estes resultados são provenientes da elevação de renda trazida pelos programas sociais implementados na região, pela estabilidade da economia e pela elevação do salário mínimo (SEI, 2015).

Considerando o IDEM na RMS, o município de Dias D'Ávila, apresentou a maior expansão na atividade econômica, destacando-se, pela metalurgia do cobre. Já Camaçari apresentou taxa de expansão de 246,08% no período, provocada pelo crescimento da indústria petroquímica e da implantação da indústria automobilística, além de avanços na construção civil e no comércio varejista. O município de Lauro de Freitas, que tem como principal atividade econômica o setor de Serviços, acumulou expansão de 238,92% entre 2002 e 2011. Candeias, com desempenho de aproximadamente 193%, tem como principal setor de atividade a indústria de transformação e vem expandindo sua economia por conta, principalmente, do seu complexo industrial, além dos investimentos realizados em usina de biodiesel. Em

Salvador, a expansão de 69,13% foi determinada pela dinâmica significativa das atividades de construção civil e comércio no período.

No Gráfico 22 a seguir é possível visualizar os municípios por ordem decrescente de percentual (%) de expansão econômica, dentre os quais sete fazem parte da RMS, sendo eles: Camaçari (246,08%), Candeias (192,76%), Dias D'Ávila (441,98%), Lauro de Freitas (238,92%), Salvador, São Francisco do Conde (186,45%) e Simões Filho (162,41%) (SEI, 2015).

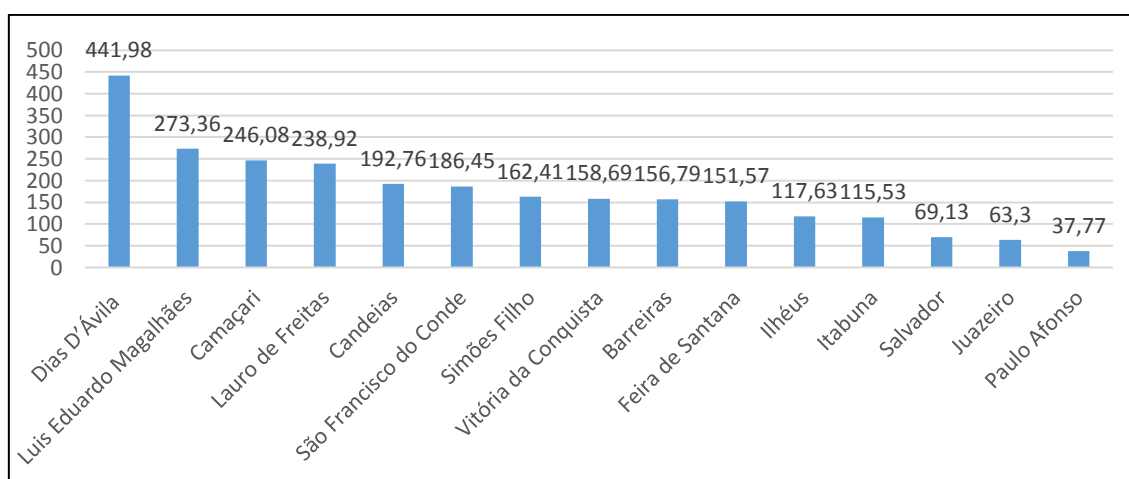


Gráfico 22 - Municípios Baianos e Percentual da Expansão Econômica, 2000 - 2011

Fonte: SEI, 2015

Além disso, tendo por base o PIB total nos diferentes setores econômicos e o PIB *per capita* da RMS e seus respectivos municípios em 2010 pode-se observar na Tabela 19 a seguir que Salvador, assim como os municípios de Lauro de Freitas, Madre de Deus, Itaparica e Vera Cruz, apresentam maior concentração do PIB proveniente do setor de serviços. Já, nos municípios de Camaçari, Dias D'Ávila, Pojuca e São Francisco do Conde predomina o setor industrial. Cabe salientar que apenas em Camaçari, no ano de 2012, segundo o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC) a contribuição anual era superior a R\$1 bilhão em ICMS para o Estado da Bahia.

Do mesmo modo, observando ainda a mesma Tabela 19, pode-se inferir que o motivo pelo qual Mata de São João concentra 63,3% do PIB em serviços decorre dos empreendimentos turísticos do município. Cabe observar o PIB *per capita* de São Francisco do Conde (257.663) o mais alto da região e do país, fato derivado da relação entre a presença da refinaria da Petrobras e a densidade demográfica.

Tabela 19 - PIB Total, *Per Capita* e Por Setores Econômicos da RMS e seus municípios –2010

Municípios / RMS	PIB (R\$)		PIB (%)		
	Total*	<i>Per capita</i>	Agropecuário	Industrial	Serviço
Camaçari	11.480.741	47.249	0,1	71,6	28,3
Candeias	2.565.905	30.886	0,2	53,8	46
Dias D'Ávila	1.924.474	28.995	0,1	71,2	28,7
Itaparica	107.324	5.170	3,4	16,5	80,1
Lauro de Freitas	2.688.749	16.454	0,4	23,4	76,2
Madre de Deus	260.182	14.967	0,6	24,5	74,8
Mata de São João	302.566	7.525	8,1	28,6	63,3
Pojuca	855.780	25.883	0,7	71,9	27,4
Salvador	30.978.300	11.574	0,1	18,4	81,5
São Francisco do Conde	8.547.192	257.663	0,1	61,7	38,2
São Sebastião do Passé	368.307	8.737	3,2	41,7	55,1
Simões Filho	3.022.160	25.607	0,1	44,9	54,9
Vera Cruz	229.682	6.111	4,3	18	77,7
RMS	63.331.363	17.716	0,2	39,4	60,5

Fonte: IBGE, 2010a; 2010b

* Sem impostos.

Após caracterizar o espaço que serve de base para a pesquisa. Cabe oferecer um painel sobre os principais programas de microcrédito que atuam na RMS salientando suas características e mencionando o perfil dos clientes atrelados a eles.

5.2 MICROCRÉDITO NA BAHIA E NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Neste tópico é aprofundado o conhecimento sobre o mercado de microcrédito e das microfinanças no estado da Bahia e na região metropolitana de Salvador, dada a necessidade para esta pesquisa. Destarte é preciso apresentar as instituições que ofertam os referidos serviços, algumas destas atuam há mais de uma década e vislumbram ser o microcrédito produtivo e orientado uma contribuição ao combate à pobreza e inclusão social.

Dentre as principais instituições que atuam com o microcrédito na Bahia organizadas sob a forma de Organizações não Governamentais estão:

- Banco da Mulher, Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento (CEADe), e Moradia e Cidadania
- Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE)

- Instituição Comunitária de Crédito (ICC) Conquista Solidária

Estas instituições operam com o chamado microcrédito produtivo, o qual como foi citado anteriormente, é direcionado para a atividade produtiva e não para pagamento de dívidas. Por serem importantes tanto para o estado quanto para a RMS vale destacar alguns detalhes inerentes às atividades das mesmas a seguir.

O Banco da Mulher/Seção Bahia é registrado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e iniciou seu programa de microcrédito em 1989, utilizando a metodologia de grupos solidários. Inicialmente, o mesmo tinha como foco das suas ações apenas o público feminino, posteriormente, ampliou para o público masculino.

Outra importante instituição é o Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento (CEADe), que apoia projetos que visam ao desenvolvimento socioeconômico, em bairros carentes de Salvador e região metropolitana. O mesmo foi fundado em 1984 e é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, certificado pelo Ministério da Justiça como OSCIP e reconhecido de interesse público Municipal(1993), Estadual(1990) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

O CEADe detém, ainda, o certificado de Transparência Internacional, outorgado pelo Microfinance Information Exchange – MIX Market e recebeu em 2014 o Selo da Diversidade outorgado pela Prefeitura Municipal de Salvador (CEADe, 2016). O CEADe aplicou no biênio 2012/2013 cerca de R\$ 15 milhões em crédito, alcançando mais de 5 mil empreendedores, os quais realizam em média duas operações de crédito por ano, conforme pode-se perceber no Gráfico 23 a seguir.

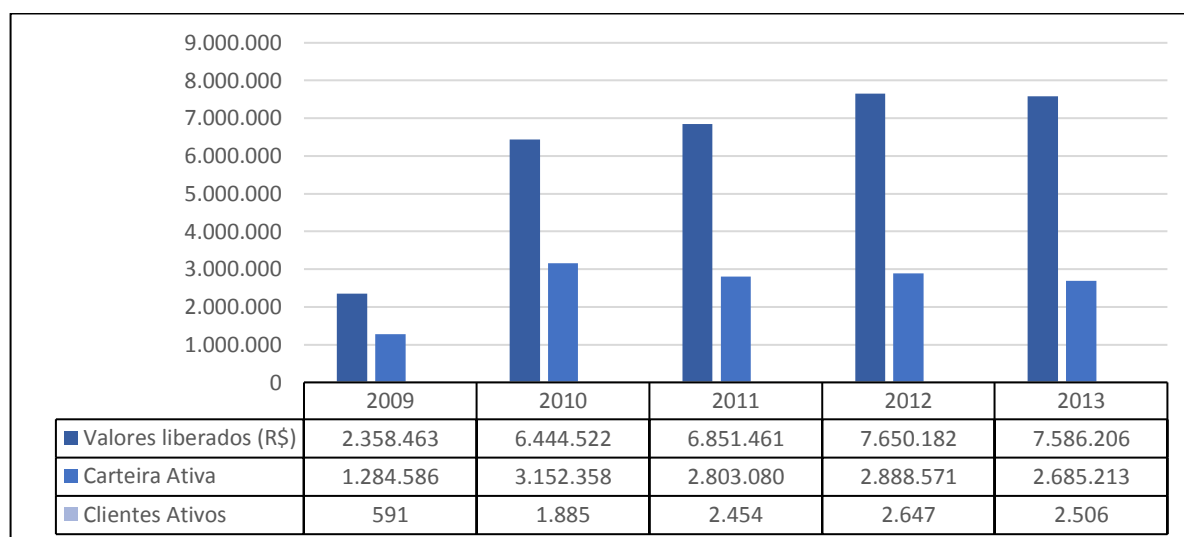


Gráfico 23: Valores liberados, carteira ativa e clientes ativos do CEADe 2009 – 2013

Fonte: CEADe, 2016

Já a organização Moradia e Cidadania teve origem no Comitê da Ação da Cidadania dos Empregados da Caixa, formado em 1993. Em 2000, passou a ser uma ONG, sem fins lucrativos, que visa promover a educação digital, alfabetização de jovens e adultos, microcrédito, moradia para baixíssima renda e ações emergenciais, apoiar e incentivar a educação, a cultura, a saúde, a geração de emprego, a defesa do meio ambiente e o combate à fome, à miséria e a favor da contínua busca da melhoria da qualidade de vida das pessoas menos favorecidas. É importante frisar que em outubro de 2001, a organização foi qualificada como OSCIP e que em 2014, beneficiou aproximadamente 69 mil pessoas com os projetos sociais desenvolvidos em todo o país (MORADIA E CIDADANIA, 2016).

Possuindo representações em todos os estados do território brasileiro, a Moradia e Cidadania busca atuar de forma igualitária. Cabe salientar que no estado da Bahia tem como parceiros: a Associação Baiana das Organizações de Microfinanças e Microcrédito (ABOMCRED), a Caixa Econômica Federal, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), a Escola de Ballet ETUDES, o Fórum Baiano de Microfinanças, o Governo do Estado da Bahia, a Igreja Batista Esperança, o Instituto do Patrimônio Cultural (IPAC), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (MORADIA E CIDADANIA, 2016).

Já a Instituição Comunitária de Crédito (ICC) Conquista Solidária atua concedendo crédito a pequenos empreendedores que atuam na indústria, comércio e serviços, localizados na zona urbana de Vitória da Conquista. É importante salientar que são dois os tipos de crédito oferecidos: o capital de giro e o investimento fixo. Sendo que 99% dos empréstimos correspondem ao capital de giro e 1% ao investimento fixo. Além disso, é necessário evidenciar que das garantias oferecidas pelos tomadores 82% correspondem ao grupo solidário, 17% ao de aval e 1% ao de bens (CONQUISTA SOLIDÁRIA, 2014).

O Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do estado da Bahia (CEAPEBa), constituído em novembro de 1994, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, dedicada ao desenvolvimento de pequenos empreendimentos em mais de 60 municípios do estado da Bahia, tais como Alagoinhas, Camaçari, Salvador e Santo Antônio de Jesus. Oferece os seguintes produtos: capital de giro (grupos de 3 a 7 pessoas), CredMais Giro (grupos de 5 a 10 pessoas), Credinvest (reforma ou ampliação do empreendimento), Ceape Comunidade (grupos de 7 a 15 pessoas) e CredMais Comunidade (grupos de 10 a 15 pessoas). Dentre os parceiros que colaboram para sua existência nos diversos segmentos da sociedade estão órgãos como a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), o SEBRAE, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Associação Comercial (CEAPEBA, 2016).

Em 2013, o CEAPEBa alcançou as seguintes metas no estado: captação de 1.785 novos clientes, 6.920 renovados, valor total liberado de R\$19.560.425,00, carteira de clientes ativos de 3.727 correspondendo a R\$5.459.088,00 (CEAPEBA, 2016).

Além das instituições supracitadas, no estado da Bahia tem-se a presença do Banco do Nordeste do Brasil, com os programas Crediamigo e o Agroamigo, e do Desenhavia, com o CrediBahia expostos a seguir.

A carteira de clientes do Crediamigo é formada por empreendedores que atuam nos setores informal ou formal da economia e seu o portfólio de produtos tem opções como: Giro Popular Solidário (grupo solidário de 3 a 10 pessoas) voltado para aquisição de matéria prima/mercadorias e pequenos equipamentos, GiroInveste direcionado para capital de giro ou investimento fixo (aquisição e reformas de móveis, máquinas e equipamentos; reformas e assistência técnica de instalações físicas; ou aquisição de veículos), Investimento Fixo podendo acolher até 35% do crédito para capital de giro associado, Crediamigo Comunidade (grupo solidário de 11 a 30

peçoas) crédito para capital de giro produtivo, melhoria da infraestrutura do local do empreendimento ou moradia e aquisição de pequenas ferramentas e o Seguro Vida Crediamigo, pioneiro no segmento de microsseguros.

Já a carteira do Agroamigo oferece opções como: Agroamigo Crescer (agricultores familiares do grupo B do PRONAF⁶³) e Agroamigo Mais (agricultores familiares exceto dos grupos A, A/C e B⁶⁴, com renda bruta entre R\$20.000,00 e R\$360.000,00), Cartão de débito e conta corrente.

Os programas do BNB atuam em 11 estados brasileiros, e como pode-se visualizar na tabela a seguir no Ceará e na Bahia tem-se o maior número de unidades, fato decorrente respectivamente da localização da matriz do BNB e do ineditismo das operações no estado da Bahia.

Tabela 20 - Agroamigo e Crediamigo - estados atendidos

	Crediamigo	Agroamigo
Estados atendidos	11	11
Alagoas	23	9
Bahia	75	36
Ceará	124	31
Espirito Santos	5	2
Maranhão	45	17
Minas Gerais	21	13
Paraíba	34	13
Pernambuco	35	18
Piauí	39	16
Rio Grande do Norte	25	12
Sergipe	23	13
Total de unidades	449	180

Fonte: BNB, 2015

Cabe expor que, das 273 agências do BNB, apenas 6 se situam na RMS nos municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, Salvador e Simões Filho, porém isso não significa que os outros fiquem sem os programas da referida instituição financeira, pois a mesma conta com os trabalhos dos denominados agentes de desenvolvimento e das agências itinerantes, os quais permitem que o Banco esteja presente em aproximadamente de 2 mil municípios em sua área de atuação, que contempla todos os Estados do Nordeste, e os nortes de Minas Gerais e do Espírito Santo. Vale explicitar que a atuação dos agentes de desenvolvimento está

⁶³Conforme a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2016) o Pronaf grupo B é uma linha de microcrédito rural direcionada para produção e geração de renda das famílias agricultoras de mais baixa renda do meio rural, na qual são atendidas famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvam atividades produtivas no meio rural cuja renda bruta anual familiar seja de até R\$ 20 mil.

⁶⁴Ainda conforme a mesma fonte os assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário (PNCF) estão enquadrados no Pronaf grupo A/C.

diretamente relacionada com os clientes e as lideranças locais, visando articulações para dar mais efetividade às ações. Já, as agências itinerantes dependem da demanda, e nelas são realizadas as transações bancárias em localidades onde o BNB não possui agência fixa (BNB, 2016)

Conforme informação obtida na entrevista com o responsável pelo Crediamigo em Salvador, aproximadamente 85% dos clientes não têm curso superior, 8% é analfabeto e, quase 60% da carteira são mulheres que atuam no segmento de beleza, confecções, dentre outras ocupações. Cabe salientar que no Agroamigo perto de 65% dos clientes são homens, provavelmente em decorrência das atividades desenvolvidas.

Comparando os programas Agroamigo e Agricultura Familiar (ligada ao PRONAF) do BNB, percebe-se que, entre 2007 e 2015, a variação da quantidade de operações dos mesmos foi de 132,74% e - 7,44%, respectivamente. Pode-se inferir que este resultado decorra das garantias exigidas pelo Agroamigo, as quais possibilitam atingir uma maior camada da população rural (Vide Gráfico 24).

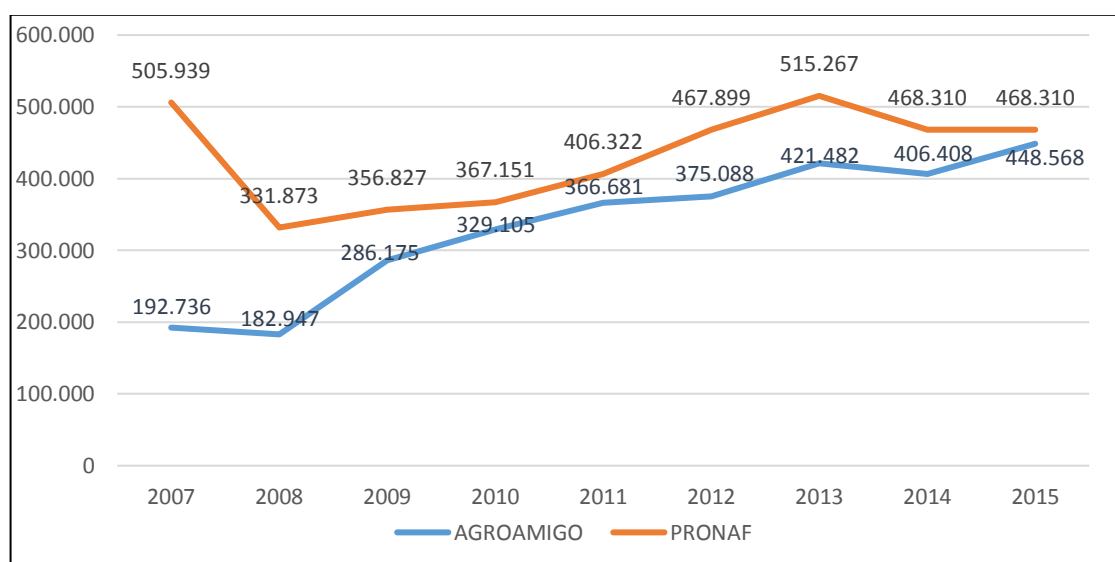


Gráfico 24- PRONAF x AGROAMIGO 2007 - 2015

Fonte: Relatório de 2015 do Agroamigo

Tem-se também que 91% dos valores obtidos via Agroamigo é direcionado para pecuária (80%) e agricultura (11%), motivo pelo qual muitos ainda consideram o mesmo direcionado apenas para essa área (Gráfico 25).

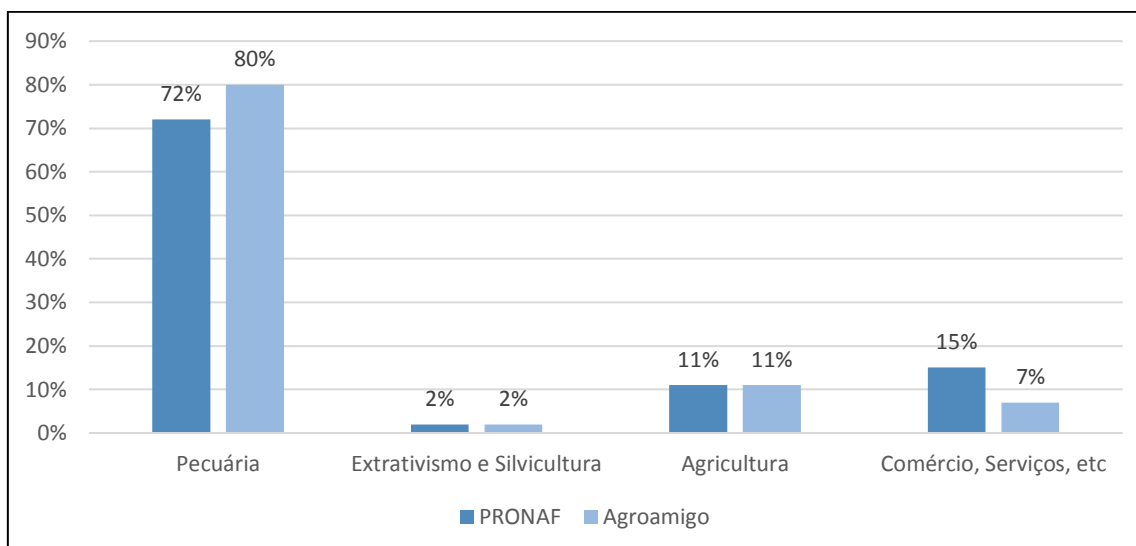


Gráfico 25 - PRONAF X Agroamigo (%) Direcionamento

Fonte: Relatório de 2015 do Agroamigo

É importante citar que uma parcela expressiva da carteira de clientes, tanto do Crediamigo quanto do Agroamigo, corresponde a beneficiários do Bolsa Família, 45% e 61%, respectivamente, o que demonstra a possibilidade da inclusão produtiva e social dos mesmos. Além disso, como pode ser visto na Tabela 21 a seguir, o índice de inadimplência dos mesmos é baixo, considerando-se a crise que assola o país, fato diretamente relacionado ao tipo de garantia solicitada pelos programas.

Tabela 21 - Indicadores Agroamigo e Crediamigo – 2010 a 2014

Indicadores Agroamigo	2010	2011	2012	2013	2014
Carteira Ativa (R\$ mil)	831.399	1.090.946	1.334.881	1.678.541	2.710.919
Clientes ativos	652.642	735.809	758.530	734.265	940.265
Clientes novos atendidos	220.703	184.406	103.717	117.663	147.546
Quantidades de operações contratadas	329.105	366.681	375.088	421.482	406.408
Valor contratado (R\$ mil)	595.802	775.090	916.368	1.253.245	1.533.113
Valor médio dos financiamentos (R\$)	1.810,37	2.113,80	2.443,08	2.973,43	3.772,35
Índice de inadimplência	4,61%	4,86%	2,68%	3,30%	1,61%
Média de operações contratadas por mês	27.425	30.557	31.257	35.124	33.867
Indicadores Crediamigo	2010	2011	2012	2013	2014
Carteira Ativa (R\$ milhões)	742,6	1.144,9	1.619,9	2.156,8	2.654,8
Clientes ativos	737.826	1.046.062	1.360.170	1.659.699	1.862.239
Clientes novos	335.330	483.131	531.058	548.710	513.297
Clientes atendidos (de 1997 a 2014)	1.547.587	2.034.525	2.581.721	3.168.201	3.683.787
Quantidade de empréstimos desembolsados	1.632.482	2.246.905	2.844.021	3.413.430	3.871.871
Valor médio dos empréstimos (R\$)	1.266,75	1.324,43	1.519,04	1.687,47	1.840,15
Índice de inadimplência	0,97%	1,09%	1,03%	1,07%	1,03%
Média de clientes atendidos por dia	6.530	8.952	11.376	13.492	15.365

Fonte: BNB, 2015

Ainda na Bahia, o CREDIBAHIA é programa de microcrédito que foi instituído pelo governo do estado no ano de 2002, com o objetivo de promover as atividades dos microempreendedores formais ou informais que estavam excluídos das linhas de crédito tradicional. O referido programa é coordenado pela Gerência de Microfinanças

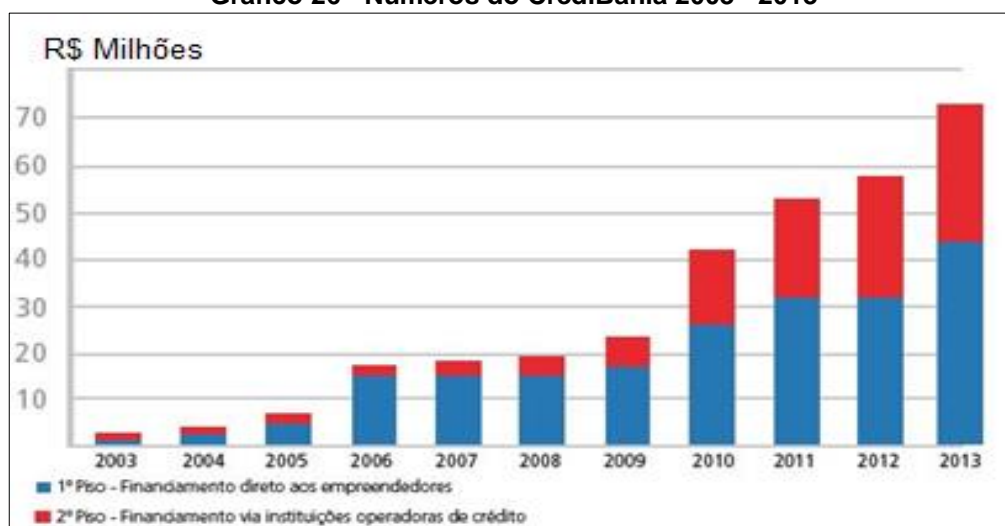
da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) que atua em conjunto com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia (SEBRAE/BA) e prefeituras municipais.

Um levantamento realizado junto às entidades de microcrédito que atuam na Bahia revela que em dezembro de 2008 o citado programa estava presente em 152 municípios com 154 postos de atendimento e que em 2013 e 2015 estava presente respectivamente em 180 e 185 municípios, ou seja, apresentava um crescimento de aproximadamente 18,42% e de 21,71% (CONSAD, 2016).

As ações do CREDIBAHIA estabelecidas inicialmente em duas vertentes, foram ampliadas atualmente para quatro, são elas:

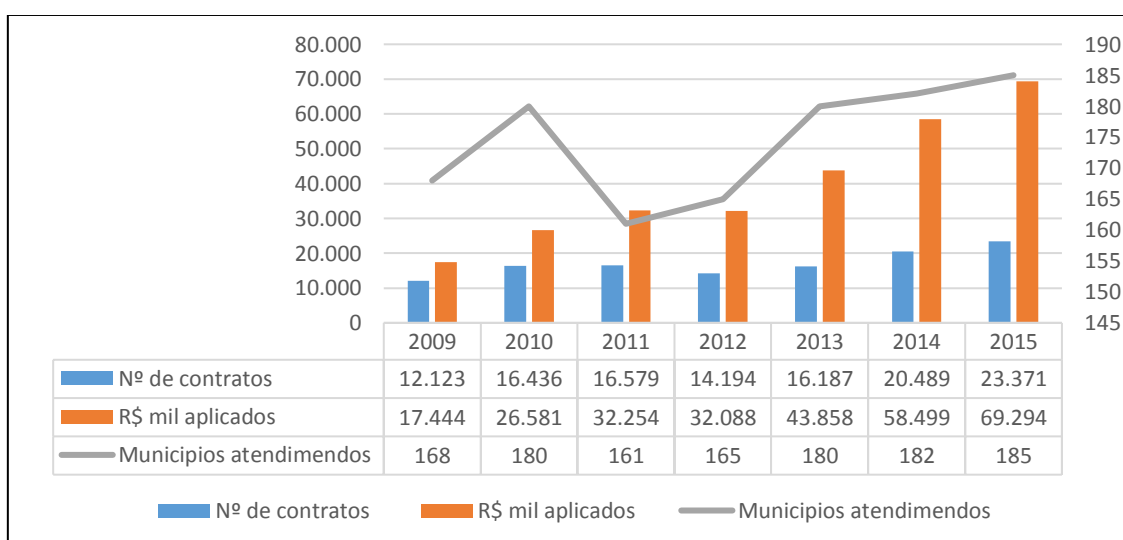
- Primeiro piso, o qual visa ampliar a oferta de crédito para pequenos negócios e tem como beneficiários diretos os proprietários de micro ou pequenos empreendimentos, que estejam em funcionamento há pelo menos 6 meses.
- Segundo piso, visa financiar instituições de microcrédito (ONG, OSCIP, cooperativas de crédito, dentre outras), buscando a partir destas propiciar crédito aos microempreendedores do estado.
- CREDIBAHIA CULTURAL, programa de microcrédito destinado a empreendedores culturais, permitindo a manutenção e a ampliação dos mesmos.
- CREDISOL, o qual é voltado para fortalecimento da economia solidária na Bahia.

Cabe explicitar que, apesar da crise econômica enfrentada, os números do CrediBahia revelam que o referido programa está em expansão, pois, conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir, apenas no ano de 2013, R\$ 43 milhões foram autorizados através de financiamento para o 1º piso. E R\$ 2,5 milhões foram para instituições liberados a partir das operações do 2º piso, cujo saldo em posse resultaram na aplicação de 28 milhões, que contribuíram para o atendimento a inúmeros empreendedores baianos (Jornal Desenbahia, Ano 13 - Nº 102 / 2014). (Gráfico 26)

Gráfico 26 - Números do CrediBahia 2003 - 2013**Gráfico 27 - PRONAF X Agroamigo (%) Direcionamento**

Fonte: Jornal Desenbahia, Ano 13 - Nº 102 / 2014

Em 2015, o programa alcançou aproximadamente 44,3% dos 417 municípios do estado da Bahia e celebrou 11.122 contratos, 36,79% (4092) novos, beneficiando empreendedores de micro e pequenos negócios nos 27 territórios de identidade do estado, conforme pode ser visto no Gráfico 27 (CREDIBAHIA, 2016). Além disso, da sua criação, em 2002, até setembro de 2015, financiou mais de R\$317 milhões, beneficiando aproximadamente 66 mil empreendedores a partir dos 155.713 contratos celebrados, com forte presença nos municípios que integram as Manchas de Pobreza no Estado (definição utilizada no PPA 2016-19)(Jornal Desenbahia, Ano 15 - Nº 113 / 2015).

**Gráfico 28 - Número de contratos e volume de recursos liberados – CrediBahia 1º Piso**

Fonte: Sistema Gerenciamento do Microcrédito da Desenbahia (CONSAD, 2016 adaptado pela autora)

Deve-se mencionar que aproximadamente 60% dos clientes do CrediBahia são do sexo feminino e, que quase 42% tem ensino médio incompleto e 26% o fundamental completo. Além disso, em relação a RMS o CrediBahia está presente em dez municípios, são eles: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Sebastião do Passé e Simões Filho.

Outro programa de microcrédito que está crescendo é o Programa de Crédito Solidário do Estado da Bahia (Credisol), criado pelo governo através do Decreto nº 11.469/09. O Credisol é executado a partir da parceria entre a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) e a Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) e tem por objetivo financiar associações e cooperativas, que tenham, no mínimo, três anos de funcionamento regular, independente de se encontrarem formalmente legalizadas, o que, amplia o alcance da política pública de inclusão sócio produtiva e beneficia principalmente empreendimentos e rede de empreendimentos de economia solidária (FBES, 2010).

Precisa-se mencionar também que conforme o relatório gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO, 2015, p.14) no primeiro semestre de 2015 a Bahia correspondeu a 10,46% dos contratos firmados no país ficando atrás apenas do Ceará (29,07%).

5.3 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE MICROCRÉDITO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Para melhor compreender os efeitos gerados pelos programas de microcrédito na RMS, deve-se conhecer os aspectos diretamente relacionados à população da região. Por esse motivo foi realizada a atualização dos índices em relação à região e cruzamento das informações oriundas de diferentes pesquisas e/ou institutos.

Tendo por base os censos de 1991, 2000 e 2010 percebe-se que neste período apesar da redução dos extremamente pobres, houve um acréscimo dos pobres e dos vulneráveis a pobreza. A diminuição da parcela da população extremamente pobre possivelmente decorre do aumento da oferta do programa Bolsa Família na região e

de programas de complementação de renda oferecidos pelas prefeituras. Por exemplo, em Salvador tem-se o Programa Primeiro Passo⁶⁵ e em São Francisco do Conde os programas Educa Chico⁶⁶, Programa de Acolhimento Social de Complementação de Renda (PAS)⁶⁷, dentre outros. E, pode-se supor que o acréscimo deve ter sido impulsionado pelo aumento da inflação e do custo de vida no país provocado pela crise mundial que teve início nos Estados Unidos (Tabela 22).

Tabela 22 - Extremamente Pobres, Pobres e Vulneráveis na RMS 1991, 2000 e 2010

	Renda Per Capita								
	Extremamente pobres			Pobres			Vulneráveis à Pobreza		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	40,91	35,64	31,66	71,86	72,75	75,19	113,41	123,07	142,72
Camaçari	43,47	41,18	36,57	79,12	80,07	82,76	124,88	123,98	152,67
Candeias	41,93	38,33	32,37	70,63	73,58	75,86	111,15	117,32	152,21
Dias D'ávila	41,31	35,77	30,92	72,33	73,97	72,79	117,01	125,35	139,07
Itaparica	39,30	37,97	33,45	62,33	75,44	72,38	89,32	112,01	135,68
Lauro de Freitas	43,58	42,04	38,62	80,02	81,82	88,86	119,16	130,76	162,52
Madre de Deus	42,27	39,23	33,49	79,65	90,81	70,68	121,88	137,36	129,66
Mata de São João	41,79	35,68	29,71	65,11	70,26	78,18	102,78	111,50	140,86
Pojuca	41,58	39,76	32,79	73,84	77,21	77,96	110,0	115,77	143,95
Salvador	44,59	44,17	36,80	80,80	85,04	85,10	125,24	136,07	159,19
São Francisco do Conde	38,75	34,80	36,26	64,22	65,04	85,85	85,63	103,71	157,87
São Sebastião do Passe	43,17	34,32	29,92	72,87	73,79	71,01	107,04	112,76	132,47
Simões Filho	41,53	36,88	34,65	75,50	74,10	82,86	113,76	117,31	145,24
Vera Cruz	42,19	38,73	35,07	68,50	70,67	74,93	98,93	103,78	130,29

Fonte: IBGE, 2015

Conforme o boletim do Ministério do Desenvolvimento Social e à Fome o programa Brasil Sem Miséria (BSM), nos municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), teve em 2016 o desempenho explicitado na Tabela 23 a seguir. Nela observa-se que apenas três municípios da RMS apresentam acompanhamento às condicionalidades na educação acima da média nacional (86,70%), Madre de Deus

⁶⁵ Programa que complementa em R\$50,00 a renda dos cadastrados no Bolsa Família que não conseguiram vagas em creches ou escolas públicas municipais, pois o mesmo visa garantir o acesso à educação infantil por crianças de famílias de baixa renda e tem o limite de três crianças por família, de até 5 anos, podendo ultrapassar somente no caso de gêmeos (PMS, 2017).

⁶⁶ Cujo objetivo principal é melhorar o desempenho escolar dos adolescentes em situação de risco, o participante do programa recebe uma bolsa anual que pode ser de R\$ 700,00 ou R\$ 1.200,00, correspondente a cada ano do Ensino Fundamental II, dependendo da aprovação, somado ao cumprimento obrigatório das atividades extracurriculares oferecidas pelo município ou por seus parceiros (PMSFC, 2017).

⁶⁷ O programa consiste em um auxílio de até 80% do valor total do salário mínimo pelas famílias que possuem renda de até meio salário mínimo e tem entre seus objetivos complementar a renda familiar, fazendo com que os cidadãos tenham suas necessidades básicas supridas; reduzir o número de crianças de rua no município e garantir a permanência e o bom desempenho dos adolescentes na rede escolar (PMSFC, 2017).

89,20%, Mata de São João 91,20% e São Sebastião do Passe 88,90%. E, quatro ultrapassam a média nacional na área de saúde (76,81%), Madre de Deus 82,82%, Pojuca 87,34%, São Sebastião do Passe 91,13% e Vera Cruz 80,00%, destes dois atendem as duas condicionalidades Madre de Deus e São Sebastião do Passe, porém cabe salientar que isto não significa, necessariamente, uma melhora na educação ou na qualidade da mesma.

Além disso, segundo informações do MDS, em 2015 apenas dois municípios da RMS tiveram repasse oriundo do programa Brasil Carinhoso, Camaçari R\$86.230,08 e Dias D'Ávila R\$61.839,77, valores que representam no total aproximadamente 0,0365% dos R\$ 405.749.009,56 repassados.

Tabela 23 - Município, população beneficiada(%), variação 2011-2016(%), acompanhamento condicionalidades(%), benefício variável (famílias)

Município	Percentual da População beneficiada	Variação 2011 - 2016	Acompanhamento das condicionalidades		Benefício Variável (famílias)	
			Educação	Saúde	Gestante	Nutriz
Camaçari	28,07	39,96%	92,40%	27,73%	235	395
Candeias	25,51	2,78%	63,20%	81,07%	56	154
Dias d'Ávila	31,92	50,44%	78,80%	67,73%	58	161
Itaparica	55,41	26,58%	64,90%	74,80%	51	92
Lauro de Freitas	24,51	-9,00%	76,60%	54,80%	166	200
Madre de Deus	30,09	13,66%	89,20%	82,82%	10	27
Mata de São João	35,76	17,65%	91,20%	72,79%	49	103
Pojuca	25,77	-11,46%	74,40%	87,34%	35	45
Salvador	18,61	1,82%	60,60%	76,25%	960	2.463
São Francisco do Conde	40,70	55,21%	80,40%	60,71%	12	101
São Sebastião do Passé	35,16	3,66%	88,90%	91,13%	94	71
Simões Filho	26,14	-2,80%	69,60%	61,54%	70	187
Vera Cruz	47,51	10,40%	77,20%	80,00%	101	92
Bahia	38,67	10,76%	83,60%	80,70%	28.985	35.735

Fonte: MDS, 2016

Em relatório sobre os repasses do programa Bolsa Família em dezembro de 2016 tem-se que 52,06% foram direcionados para a região Nordeste e deste percentual 13,18% para a Bahia. Na RMS o maior destinatário foi o município de Salvador (R\$ 30.139.488,00 ou 1,23%) seguido de Camaçari (R\$ 4.228.081,00 ou 0,17%), Lauro de Freitas (R\$2.469.152,00 ou 0,10%) e Simões Filho (R\$1.684.361,00 ou 0,07%), conforme pode ser visto na Tabela 24.

Tabela 24 -Repasses do Programa Bolsa Família por Município da RMS em Dez- 2016

Município	Famílias	Total (R\$)	Δ %	Benefício Médio (R\$)
Camaçari	26.165	4.228.081,00	0,17%	161,59
Candeias	7.579	1.284.446,00	0,05%	169,47
Dias d'Ávila	8.283	1.528.828,00	0,06%	184,57
Itaparica	3.269	990.678,00	0,04%	303,05
Lauro de Freitas	12.886	2.469.152,00	0,10%	191,62
Madre de Deus	2.063	348.057,00	0,01%	168,71
Mata de São João	5.289	796.794,00	0,03%	150,65
Pojuca	3.135	490.754,00	0,02%	156,54
Salvador	197.792	30.139.488,00	1,23%	152,38
São Francisco do Conde	4.668	1.191.260,00	0,05%	255,20
São Sebastião do Passé	5.301	866.080,00	0,04%	163,38
Simões Filho	11.168	1.684.361,00	0,07%	150,82
Vera Cruz	5.804	1.132.230,00	0,05%	195,08
Bahia	1.772.853	324.058.076,00	13,18%	182,79
Nordeste	6.808.782	1.279.721.003,00	52,06%	187,95
Brasil	13.569.576	2.458.172.701,00	100,00%	181,15

Fonte: MDS, 2016

Dentre outros programas do governo federal deve-se mencionar o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), responsável pela construção de 38.369 unidades habitacionais nos municípios da RMS (vide Tabela 25), sendo 34,04% destas em Salvador, seguido de Lauro de Freitas (15,99%) e Camaçari (16,38%), municípios cujas dinâmicas de desenvolvimento urbano exibem tendência de crescimento de ocupação da RMS. Porém até o ano de 2013 apenas 29,04% (11.142 unidades) foram concluídas (IPEA, 2014).

Precisa-se destacar que, os empreendimentos resultantes dos programas federais voltados para minimizar a deficiência na área habitacional são, em geral, situados nas periferias das cidades e, não oferecem acesso a serviços públicos, tais como saúde e acessibilidade / mobilidade, dentre outros (IPEA, 2014).

Tabela 25 - Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida nos municípios da Região Metropolitana de Salvador, 2013

	Nº de localidades / loteamentos	Unidades habitacionais previstas	Unidades habitacionais concluídas
RMS	87	38.369	11.142
Camaçari	13	6.283	971
Candeias	3	1.380	1.000
Dias D'Ávila	7	3.824	974
Itaparica	0	0	0
Lauro de Freitas	10	6.134	2.598
Madre de Deus	0	0	0
Mata de São João	8	2.231	651
Pojuca	3	892	0
Salvador	33	13.059	4.948
São Francisco do Conde	1	320	0
São Sebastião do Passé	2	500	0
Simões Filho	7	3.746	0
Vera Cruz	0	0	0

Fonte: SEDUR-DPLANT, IPEA, 2014

Considerando o índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) em 2013, nas três dimensões essenciais ao desenvolvimento humano, tem-se que 11,8% dos 415⁶⁸ municípios baianos apresentaram desenvolvimento moderado e 83,6% regular, conforme pode ser vislumbrado no Gráfico 28 a seguir.

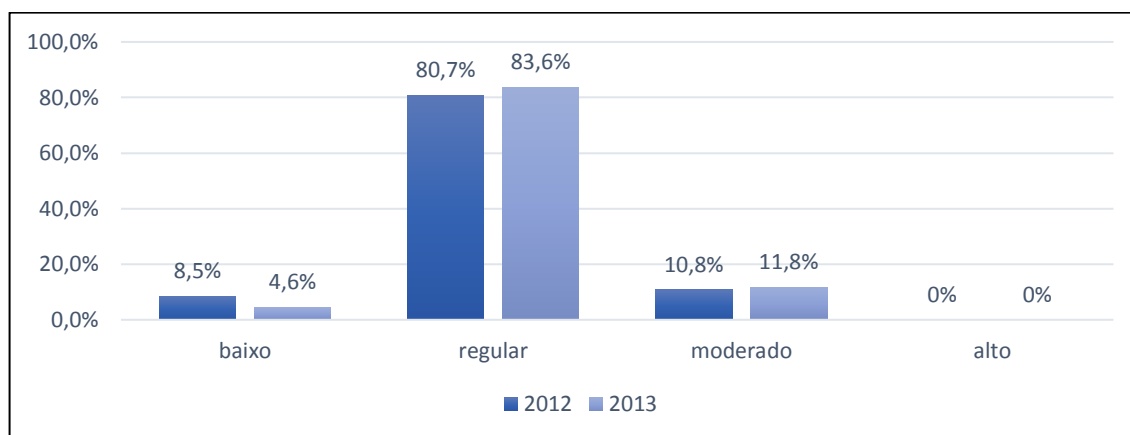


Gráfico 29 - Distribuição dos municípios da Bahia por grau de desenvolvimento - 2012 - 2013 (%)

Fonte: Sistema FIRJAN, 2017

Ainda segundo esse índice, cabe ressaltar que, entre os 15 melhores IFDM do estado no ano de 2013, estão cinco municípios da RMS, conforme pode ser visto na Tabela 26. Além disso, se pode constatar que apenas quatro apresentaram desenvolvimento regular (entre 0,4 e 0,6) a saber: Vera Cruz, Dias d'Ávila, São Sebastião do Passé e Madre de Deus, resultado provocado pela vertente emprego & renda, a qual sofre com os efeitos da crise econômico-financeira que o país se encontra mergulhado.

Tabela 26 - Ranking Nacional e Estadual do IFDM 2013

Ranking IFDM Emprego & Renda		Município	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
Nacional	Estadual					
185º	2º	Camaçari	0,7179	0,7577	0,6229	0,7732
211º	3º	Lauro de Freitas	0,7430	0,7516	0,6803	0,7971
226º	4º	Simões Filho	0,6905	0,7489	0,6052	0,7174
339º	7º	Salvador	0,7160	0,7228	0,6438	0,7814
451º	12º	Mata de São João	0,7418	0,6981	0,7824	0,7451
1024º	28º	Candeias	0,6378	0,6139	0,5881	0,7115
1294º	34º	Itaparica	0,5919	0,5851	0,5598	0,6307
1376º	36º	São Francisco do Conde	0,6373	0,5747	0,5797	0,7577
2048º	48º	Pojuca	0,6541	0,5148	0,6307	0,8168
2249º	54º	Vera Cruz	0,5545	0,5015	0,5791	0,5827
3382º	131º	Dias d'Ávila	0,5845	0,4286	0,6004	0,7243
4113º	226º	São Sebastião do Passé	0,5981	0,3895	0,6624	0,7425
4552º	296º	Madre de Deus	0,5836	0,3660	0,6669	0,7178

Fonte: Sistema FIRJAN, 2017

⁶⁸ Por ausência ou inconsistência dos dados ficaram de fora da análise os municípios de Igaporã e Jussara.

Conforme dados do Atlas da Vulnerabilidade (IPEA, 2017), a região metropolitana de Salvador no período entre 2000 e 2015 apresentou redução de 53,94% na taxa de analfabetismo, e nesse mesmo período, o índice de gini passou de 0,64 para 0,52, ou seja, queda de 18,75%. Além disso, a *renda per capita* dos vulneráveis à pobreza aumentou 21,69%, sendo que o valor médio foi de aproximadamente R\$153,61. Outro aspecto a ser citado é que o percentual de trabalhadores com carteira assinada de 18 anos ou mais no período citado é superior aos sem carteira assinada (vide Tabela 27 e Gráficos 29 e 30).

Tabela 27- Analfabetismo, renda *per capita*, Índice de Gini, % de empregados com e sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria 2000 – 2015 na Região Metropolitana de Salvador

Ano	Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais (%)	Renda <i>per capita</i> dos vulneráveis à pobreza (R\$)	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho	Índice de gini	% de empregados com carteira - 18 anos ou mais	% de empregados sem carteira - 18 anos ou mais	Trabalham por conta própria - 18 anos ou mais (%)
2000	8.12	131.47	74.35	0.64	48.63	20.9	27.61
2010	5.1	155.49	74.43	0.62	55.7	17.82	23.28
2011	5.36	156.86	79.15	0.56	47.49	19.99	25.8
2012	4.86	155.45	79.43	0.57	47.84	18.92	25.37
2013	4.84	153.85	80.68	0.57	48.83	16.64	24.99
2014	4.27	162.14	78.8	0.54	48.98	17.84	25.61
2015	3.74	159.98	75.95	0.52	49.16	17.52	27.83

Fonte: IPEA, 2017

Elaboração pela autora, 2017

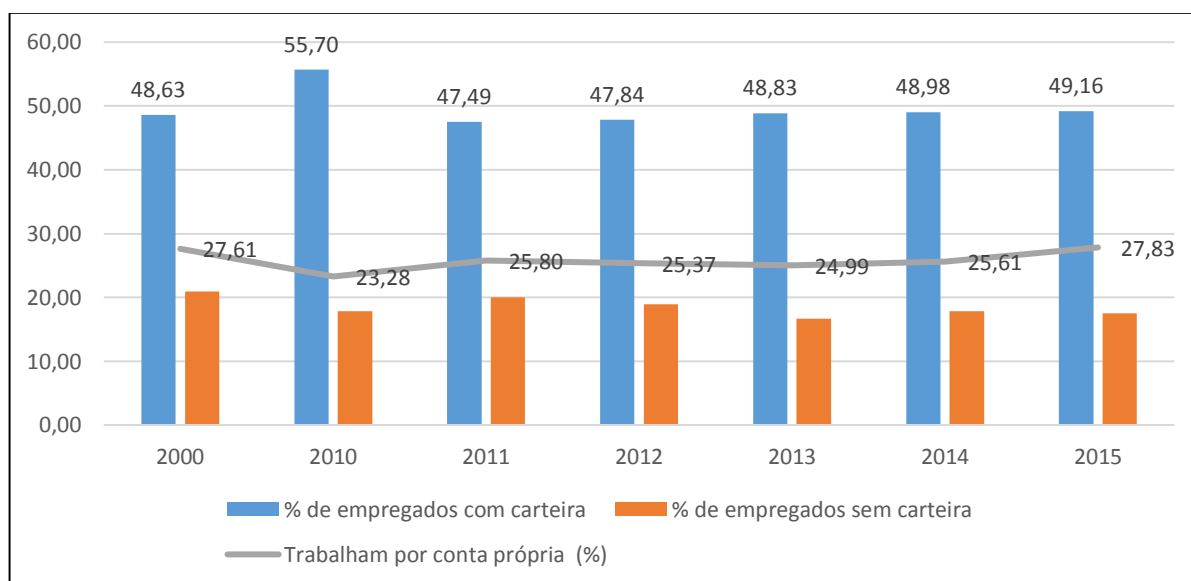


Gráfico 30 - % de empregados com e sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria com 18 anos ou mais na Região Metropolitana de Salvador – 2000 a 2015

Fonte: IPEA, 2017

Elaboração pela autora, 2017

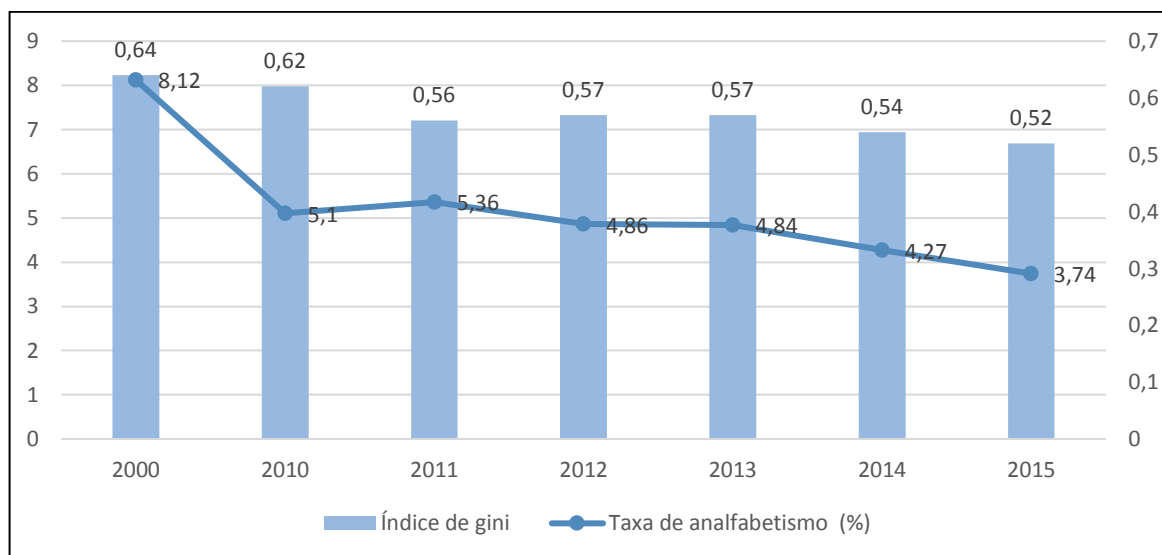


Gráfico 31 - Taxa de analfabetismo de 18 anos ou mais (%) e índice de Gini da RMS - 2000 a 2015

Fonte: IPEA, 2017

Elaboração pela autora, 2017

Ainda alicerçado no mesmo atlas, tem-se que o índice de vulnerabilidade social (IVS) na RMS nas três dimensões, infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, avançou 45%, 49,69% e 37%, respectivamente (vide a Tabela 28). Tendo por base que esse índice reverbera as diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social, considerando uma perspectiva que avalia a pobreza multidimensional, pode-se conjecturar que na RMS as condições de acesso aos serviços de saneamento básico (coleta de lixo, abastecimento de água, esgotamento sanitário, etc) e mobilidade urbana tiveram uma melhora substancial passando de 0,48 para 0,264, já a vertente atrelada à inclusão social da população, a serviços de saúde e educação foi impactada com melhora de 49,69%, indo de 0,477 para 0,24, ou seja, houve uma evolução na oferta desses serviços. Além disso, a dimensão renda e trabalho reflete um cenário distinto de outras regiões apesar do desemprego imposto pela crise, pois passou de 0,473 em 2000 para 0,298 em 2015.

Tabela 28- Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, 2000 - 2015 na Região Metropolitana de Salvador 2000- 2015

Ano	IVS	IVS_infraestrutura_urbana	IVS_capital_humano	IVS_renda_e_trabalho
2000	0.477	0.48	0.477	0.473
2010	0.369	0.437	0.323	0.348
2011	0.317	0.385	0.252	0.313
2012	0.313	0.416	0.238	0.284
2013	0.32	0.416	0.27	0.274
2014	0.277	0.347	0.226	0.258
2015	0.268	0.264	0.24	0.298

Fonte: IPEA, 2017

Elaboração: Autora, 2017

Observando o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e suas dimensões no Gráfico 31 e na Tabela 29 pode-se constatar que o subíndice longevidade, atrelado à esperança de vida ao nascer, é o que mais contribuiu para o resultado do IDHM. Porém embora tenha continuado a crescer, a taxa de crescimento foi menor entre 2012 e 2015 (0,35%) do que no período 2000 - 2012 (15,34%).

Ainda em alusão ao IDHM, a dimensão renda, a qual é obtida a partir do logaritmo de um único indicador, a renda domiciliar *per capita*, tem-se que no biênio 2013 - 2014, apesar do crescimento apresentado no Brasil (0,82%) e na Bahia (0,59%), na RMS houve decréscimo de aproximadamente 0,53%. Além disso, é possível identificar que a vertente associada à educação cresceu a 42,25% entre 2000 e 2011 e apenas 1,3% entre 2011 e 2015.

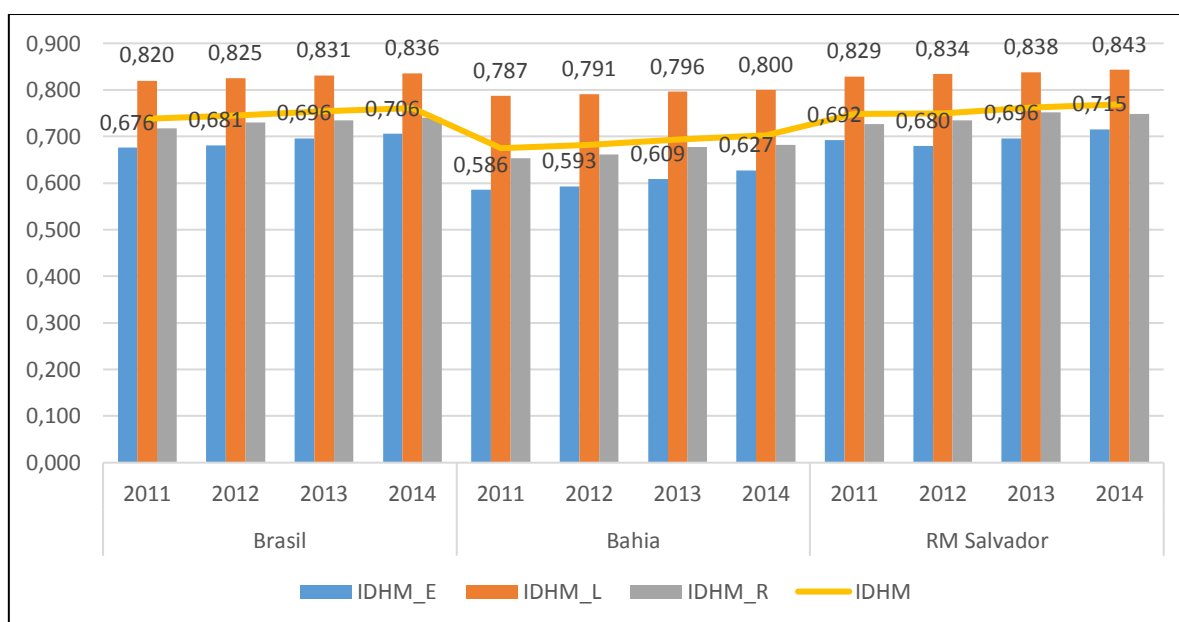


Gráfico 32- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Suas Dimensões Brasil, Bahia, RMS - 2011 - 2014

Fonte: IPEA, 2017

Elaboração da autora, 2017

Vale salientar que o nível de prosperidade social da territorialidade (Tabela 29), gerado através do cruzamento entre sua faixa do IDHM e do IVS passou de baixo em 2000 para muito alto a partir de 2014.

Tabela 29- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e suas dimensões da Região Metropolitana de Salvador de 2000 - 2015

Ano	ldhm	ldhm_long	ldhm_educ	ldhm_renda	Prosp_social
2000	0.636	0.743	0.497	0.698	Baixo
2010	0.743	0.824	0.661	0.754	Alto
2011	0.758	0.849	0.707	0.727	Alto
2012	0.759	0.857	0.694	0.735	Alto
2013	0.773	0.864	0.71	0.752	Alto
2014	0.777	0.866	0.724	0.748	Muito Alto
2015	0.77	0.86	0.732	0.725	Muito Alto

Fonte: IPEA, 2017

Elaboração da autora, 2017

Atualizando o Índice da Dinâmica Econômica Municipal (IDEM), o qual mensura a dinâmica de expansão das atividades, observa-se que em cinco municípios da RMS, Camaçari, Dias D'Ávila, Pojuca, Simões Filho e Vera Cruz houve decréscimo de respectivamente 17,15%, 4,08%, 11,71%, 10,96% e 9,35% entre 2012 e 2014 (Tabela 30), ou seja, ocorreu uma desaceleração de crescimento da atividade econômica nesses municípios, provavelmente oriunda da crise, tanto da indústria quanto do setor de serviços.

Tabela 30 - Índice da Dinâmica Econômica Municipal 2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014

Municípios	2004	2006	2008	2010	2012	2014
Camaçari	144,21	146,65	191,31	124,73	218,07	180,67
Candeias	132,18	134,47	179,36	165,49	265,43	273,81
Dias d'Ávila	126,72	172,55	180,39	185,44	313,21	300,43
Itaparica	55,69	69,28	72,50	85,21	97,21	114,14
Lauro de Freitas	132,42	182,38	203,21	213,64	287,51	293,40
Madre de Deus	183,56	215,19	260,01	217,82	266,85	340,39
Mata de São João	63,63	80,16	83,39	81,39	100,80	118,46
Pojuca	177,75	167,16	148,26	134,63	146,66	129,49
Salvador	125,46	118,76	173,38	159,91	182,24	187,41
São Francisco do Conde	107,70	129,81	145,79	112,93	193,79	287,31
São Sebastião do Passé	138,20	166,56	180,83	177,52	207,16	211,24
Simões Filho	125,12	135,03	146,09	139,85	197,78	176,10
Vera Cruz	90,52	150,54	179,93	204,59	194,66	176,46

Fonte: SEI/COREF

Além disso, tendo por base o PIB da Bahia, da RMS e de seus respectivos municípios no período entre 2013 e 2015, observa-se na Tabela 31 que Pojuca e São Sebastião do Passé tiveram uma redução de respectivamente 33,75% e 19,37%, já Salvador apresentou crescimento de 8,23%. Pode-se inferir que a redução tenha como uma das causas a retração na indústria nos referidos municípios.

Tabela 31 - Produto Interno Bruto - Bahia, Região Metropolitana e Municípios - 2010 - 2015

Bahia, Região Metropolitana e Municípios	Produto Interno Bruto (R\$ milhões)					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BAHIA	154.419,55	166.602,82	182.572,53	204.844,27	223.929,97	245.024,86
Região Metropolitana de Salvador	72.627,31	74.708,22	77.618,57	88.207,98	97.556,03	107.670,08
Camaçari	12.446,03	11.966,89	11.534,29	14.458,29	17.601,65	20.374,79
Candeias	2.191,98	2.445,08	2.651,89	2.641,42	3.086,41	3.385,45
Dias D'Ávila	2.206,18	2.456,73	2.501,01	2.757,75	3.128,59	3.330,79
Itaparica	127,57	143,07	161,40	183,56	193,54	200,24
Lauro de Freitas	3.652,18	4.210,83	4.578,17	5.351,02	5.930,81	5.650,56
Madre de Deus	347,39	361,41	330,40	406,36	412,43	495,48
Mata de São João	613,78	797,91	877,63	988,01	1.024,20	1.014,92
Pojuca	939,10	1.160,42	1.327,60	1.444,68	1.157,45	957,13
Salvador	40.762,69	44.316,15	47.940,35	53.471,66	56.551,33	57.872,79
São Francisco do Conde	5.323,91	2.490,97	1.067,47	1.282,18	2.883,03	8.646,32
São Sebastião do Passé	487,34	636,91	789,92	830,82	707,15	669,73
Simões Filho	3.254,04	3.404,94	3.484,65	3.960,37	4.413,66	4.567,98
Vera Cruz	275,13	316,90	393,79	432,07	465,77	503,91

Fonte: SEI / IBGE, 2017

Cabe salientar que, com a contribuição de quatro dos treze municípios, pertencentes à Região Metropolitana de Salvador (RMS), o Valor Adicionado, alcança quase metade da riqueza gerada pelo total do setor industrial na Bahia (45,6%) em 2014, sendo eles: Salvador (22,5%), Camaçari (16,1%), Dias d'Ávila (3,6%) e Lauro de Freitas (3,4%). Vale ressaltar que, esses resultados têm origem no crescimento do segmento da construção civil; no Polo Petroquímico com indústrias (químicas, automotiva, celulose, etc.), pela indústria de transformação, representado pela metalurgia do cobre (SEI, 2015).

Tabela 32- Microempreendedor Individual Beneficiário do Programa Bolsa Família - 2012 - 2014

Região, Estado e Municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS)	2012	2013	2014	2012 - 2013	2013- 2014	2012- 2014 média
Nordeste	97.180	137.435	192.646	41,42%	40,17%	40,80%
Bahia	32.368	42.987	57.231	32,81%	33,14%	32,97%
RMS	9.306	11.880	15.064	27,66%	26,80%	27,23%
Camaçari	656	877	1.307	33,69%	49,03%	41,36%
Candeias	83	102	151	22,89%	48,04%	35,47%
Dias D'Ávila	136	219	333	61,03%	52,05%	56,54%
Itaparica	67	89	103	32,84%	15,73%	24,28%
Lauro de Freitas	580	632	905	8,97%	43,20%	26,08%
Madre de Deus	60	75	113	25,00%	50,67%	37,83%
Mata de São João	122	172	226	40,98%	31,40%	36,19%
Pojuca	50	65	101	30,00%	55,38%	42,69%
Salvador	6.932	8.843	10.787	27,57%	21,98%	24,78%
São Francisco do Conde	70	86	99	22,86%	15,12%	18,99%
São Sebastião do Passé	71	115	152	61,97%	32,17%	47,07%
Simões Filho	347	445	591	28,24%	32,81%	30,53%
Vera Cruz	132	160	196	21,21%	22,50%	21,86%

Fonte: SMPE/MDS/DATASEBRAE, 2017

Conforme pode ser visto na Tabela 32 acima o número de microempreendedores individuais (MEI) beneficiados pelo programa Bolsa Família (PBF) na RMS aumentou entre 2012 e 2014, por exemplo, em Dias D'Ávila, São Sebastião do Passé e Salvador o crescimento médio foi de 56,54%, 47,07% e 24,78%, respectivamente. Esse fato permite inferir que apesar da formalização, no atual cenário aproximadamente 27,23% do MEI, na RMS, não gera receita superior ao teto exigido pelo BPF e utiliza programa de transferência de renda como complementação do orçamento familiar.

Outro dado importante é que no período entre 2011 e 2014, a conjuntura econômica financeira ocasionou o fechamento de inúmeras microempresas, já que as mesmas não geravam receita suficiente para cobrir os custos e, concomitantemente a saída enxergada foi a “abertura” ou formalização do MEI, como forma de ocupação e geração de renda na RMS (vide Tabela 33).

Tabela 33 - Microempreendedor Individual (2011, 2013 e 2014) e Microempresa (2011 e 2014) na Região Metropolitana de Salvador e municípios

	Microempreendedor Individual				Microempresa		
	2011	2013	2014	2011- 2014	2011	2014	2011- 2014
RMS	55.844	103.265	125.010	123,86%	47.907	41.193	-14,01%
Camaçari	305	5.610	6.954	2180,00%	3.145	287	-90,87%
Candeias	431	870	1.146	165,89%	823	731	-11,18%
Dias D'Ávila	657	1.229	1.533	133,33%	1.072	913	-14,83%
Itaparica	153	270	345	125,49%	137	109	-20,44%
Lauro de Freitas	3.314	6.063	7.522	126,98%	5.226	4.356	-16,65%
Madre de Deus	243	412	509	109,47%	176	155	-11,93%
Mata de São João	455	897	1.113	144,62%	521	493	-5,37%
Pojuca	251	563	703	180,08%	356	273	-23,31%
Salvador	47.868	83.118	100.556	110,07%	33.863	31.576	-6,75%
São Francisco do Conde	235	421	522	122,13%	223	173	-22,42%
São Sebastião do Passé	251	561	73	-70,92%	302	268	-11,26%
Simões Filho	1.276	2.584	3.221	152,43%	1.655	1.498	-9,49%
Vera Cruz	405	667	813	100,74%	408	361	-11,52%

Fonte: RFB/DATASEBRAE

Tendo por base os dados das Tabelas 32 e 33 obtêm-se a representatividade dos microempreendedores individuais beneficiados pelo PBF no universo dos MEI, conforme pode ser visto no Gráfico 32 a seguir, no qual se percebe que tanto no ano de 2013 quanto em 2014 os municípios de Itaparica, Vera Cruz e São Sebastião do Passé apresentaram representatividade acima de 20%.

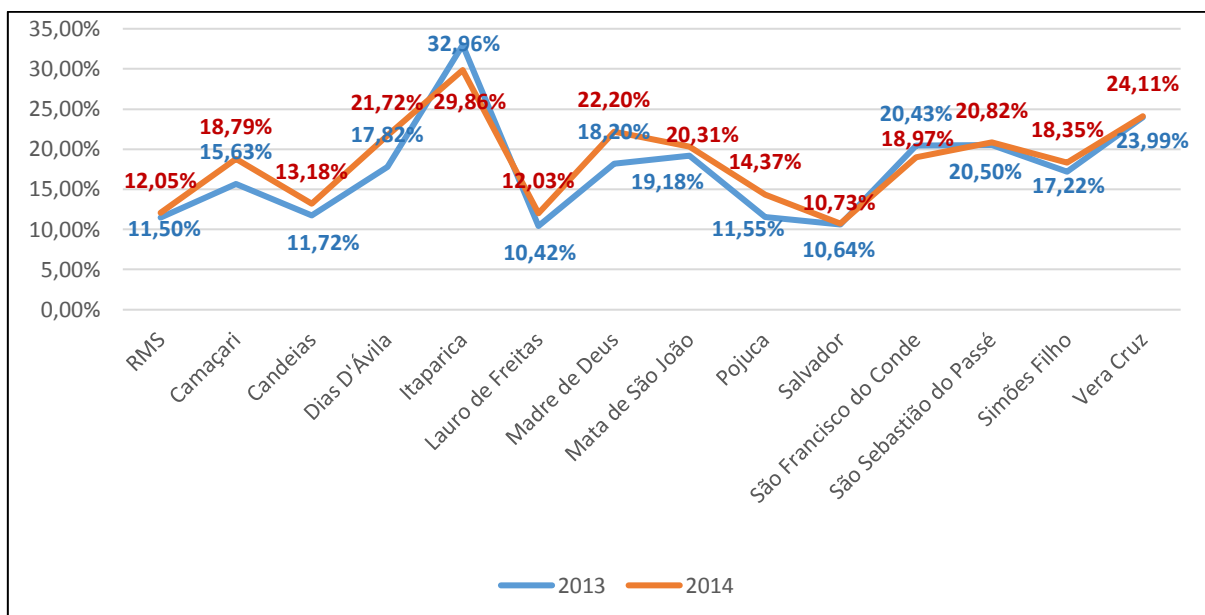


Gráfico 33 - Representatividade dos MEI beneficiados pelo PBF no universo dos MEI

Fonte: SMPE/MDS/DATASEBRAE, 2017

Como se pode visualizar na Tabela 34 a seguir, o total de empregos nas micro e pequenas empresas (MPE), entre 2014 e 2015, decresceu em cinco municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), São Sebastião do Passé (0,24%), Salvador (1,45%), Dias D'Ávila (3,68%), Pojuca (11,68%) e Madre de Deus (24,52%). Fato provavelmente ocasionado pela redução no número das MPE, conforme pode ser visto na Tabela 33 acima em relação às microempresas.

Tabela 34 - Total de Empregos nas micro e pequenas empresas na Bahia, RMS e municípios - 2011 a 2015

Bahia, Região Metropolitana de Salvador (RMS) e Municípios	Ano						
	2011	2012	2013	2014	2015	2014-2015	2011-2014
Bahia	512.557	542.354	559.077	585.057	587.598	0,43%	14,14%
RMS	210.695	223.184	226.692	230.459	229.552	-0,39%	9,38%
Camaçari	13.531	13777	14.913	15.185	15.542	2,35%	12,22%
Candeias	3.637	3.736	3.785	3.708	4.000	7,87%	1,95%
Dias D'Ávila	3.592	3.875	3.719	4.023	3.875	-3,68%	12,00%
Itaparica	405	474	460	459	461	0,44%	13,33%
Lauro de Freitas	22.185	20.960	22.021	22.569	22.870	1,33%	1,73%
Madre de Deus	502	507	677	726	548	-24,52%	44,62%
Mata de São João	2.207	2.286	2.548	2.560	2.598	1,48%	15,99%
Pojuca	1.477	1.700	1.681	1.849	1.633	-11,68%	25,19%
Salvador	152.943	165.176	165.845	168.078	165.646	-1,45%	9,90%
São Francisco do Conde	671	678	643	666	696	4,50%	-0,75%
São Sebastião do Passé	1.261	1.227	1.132	1.258	1.255	-0,24%	-0,24%
Simões Filho	7.391	7.866	8.265	8.219	9.180	11,69%	11,20%
Vera Cruz	893	922	1.003	1.159	1.248	7,68%	29,79%

Fonte: RAIS/MTE/DATASEBRAE

Entre 2009 e 2014, conforme o Datasebrae (2017), tanto na região Nordeste quanto na Bahia, os microempreendedores individuais se concentravam nos setores de

comércio e serviço como mostra a Tabela 35, nestes setores as atividades mais ofertadas são associadas a alimentação (lanches, churrasquinho, mingau e bebidas), beleza (manicure, pedicure, cabelereira, cosméticos), confecções e reparos, dentre outras. Os dados anteriormente citados que permitem inferir que na RMS ocorre a concentração nos mesmos setores no referido período. Precisa-se mencionar que todas as atividades citadas precisam de mão de obra intensiva e pouca tecnologia, como as desenvolvidas no circuito denominado por Milton Santos (2004) de inferior. Deve-se citar que entre 2011 e 2014 houve crescimento nos setores da construção (pedreiros, pintores, encanadores, etc) e serviços no Nordeste (29,31% e 11,64%) e na Bahia (101,48% e 30,51%).

Tabela 35 - Setor econômico das atividades do MEI, Nordeste e Bahia de 2009 - 2014

		2009	2011	2012	2013	2014	2011-2014
Nordeste	Comércio	50,21	53,6	50,94	49,2	50,68	-5,45
	Construção	3,42	3,31	3,44	3,83	4,28	29,31
	Indústria	9,31	10,02	9,54	9,4	8,12	-18,96
	Serviços	36,87	33,07	36,08	37,57	36,92	11,64
Bahia	Comércio	47,2	56,65	51,18	46,63	46,45	-18,01
	Construção	2,38	2,7	3,44	3,94	5,44	101,48
	Indústria	6,09	8,69	7,73	8,31	6,4	-26,35
	Serviços	44,33	31,96	37,65	41,12	41,71	30,51

Fonte: DATASEBRAE, 2017

Elaboração: Autora, 2017

Tabela 36 - Local da atividade do MEI na Bahia e no Nordeste - 2009 - 2014

		2009	2011	2012	2013	2014	2013-2014
Bahia	Veículo automotor	2,43	2,61	2,63	2,08	1,82	-12,50
	Via ou área pública	0,97	3,18	1,61	2,28	2,47	8,33
	Loja, oficina, fábrica, escritório	83,16	82,98	84,51	83,96	81,12	-3,38
	Domicílio que reside	8,41	7,18	5,69	5,68	7,07	24,47
	Local designado pelo cliente	4,32	2,96	4,89	5,23	5,86	12,05
	Outros	0,71	1,09	0,67	0,77	1,66	115,58
Nordeste	Veículo automotor	2,1	1,92	1,83	2,16	1,75	-18,98
	Via ou área pública	1,24	2,16	1,41	1,78	1,87	5,06
	Loja, oficina, fábrica, escritório	81,53	81,78	83,89	81,85	80,22	-1,99
	Domicílio que reside	9,91	9,42	8,29	8,99	10,47	16,46
	Local designado pelo cliente	3,75	3,28	3,65	4,35	4,75	9,20
	Outros	1,47	1,44	0,93	0,87	0,94	8,05

Fonte: DATASEBRAE, 2017

Elaboração: Autora, 2017

Além disso, na Tabela 36 acima é possível identificar que, entre 2009 e 2014, os microempreendedores individuais no Nordeste e no estado da Bahia desenvolviam suas atividades principalmente em lojas, oficinas, escritórios e fábricas e, em segundo lugar no próprio domicílio (DATASEBRAE, 2017). Por esse motivo pode-se deduzir que o mesmo deve ocorrer na RMS. Ainda, na mesma tabela percebe-se que no biênio 2013/2014 houve crescimento da realização das atividades no local designado pelo

cliente no Nordeste (9,20%) e na Bahia (12,05%), fato que provavelmente deve ter acontecido na RMS e tem como origem o crescimento na oferta de serviços de manicure, pedicure, reparos, dentre outros.

Em relação aos microempreendedores individuais (MEI), é importante citar que conforme uma gestora do SEBRAE, 44% dos MEI da RMS trabalham em casa, 36% completaram o ensino médio e quase 26% possuem o fundamental completo. Além disso, 19% ganham até dois SM e a maioria (55%) recebe entre dois e cinco SM.

Entre 2009 e 2013, o número total de empreendimentos de economia solidária, cadastrados no CADSOL, em sete dos municípios da RMS é apresentado na Tabela a seguir, sendo que 65,43% destes são voltados para a produção ou produção e comercialização e, 20,99% para comercialização ou organização da comercialização.

Tabela 37 - Número total de empreendimentos de economia solidária entre 2009 - 2013

Município	Empreendimentos de Economia Solidária
Camaçari	13
Lauro de Freitas	1
Salvador	52
São Sebastião do Passé	5
Simões Filho	9
Vera Cruz	1
Total	81

Fonte: Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo, 2017

Elaboração: Autora, 2017

No que concerne aos empreendimentos economicamente solidários, em 2013 foi inaugurado a Centro Público de Economia Solidária (CESOL) em Salvador, com o objetivo de fomentar a organização de cooperativas e associações para a população de baixa renda ou desempregada, tornando possível tanto o desenvolvimento de negócios quanto a inserção no mercado de trabalho. Atualmente o CESOL está presente nos municípios de Itaparica, Salvador e Vera Cruz na RMS e, faz parte do Programa Bahia Solidária (CESOL, 2018).

Além disso, atualizando o Gráfico 3, em 2013, conforme pode ser visto no Gráfico a seguir, dentre os principais motivos de criação de um empreendimento de economia solidária (EES), agora tem-se o incentivo de política pública (para beneficiários de programa sociais ou não). A alternativa ao desemprego e a gestão coletiva representam no Brasil (19,76%; 17,41%), na Bahia (20,19%; 19,20%) e na RMS (31,46%; 28,09%).

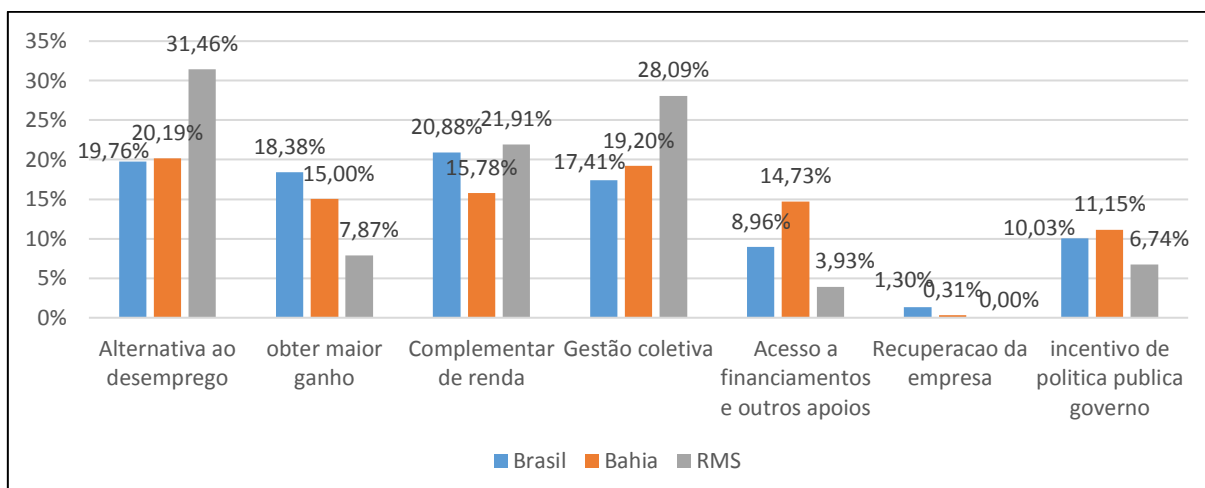


Gráfico 34 - Motivos da criação do empreendimento econômico solidário, Brasil, Bahia e RMS, 2013

Fonte: Sies, 2017

No ano de 2013, conforme o Gráfico 34, os EES da Bahia (79,75%), RMS (58,02%) e dos municípios de Camaçari (69,23%), Lauro de Freitas (100%), Salvador (59,62%), apresentam necessidade de financiamento, apenas Vera Cruz não necessita. O que evidencia a importância do microcrédito como fomento desses empreendimentos, seja a partir do Credsol ou de programas como o Crediamigo.

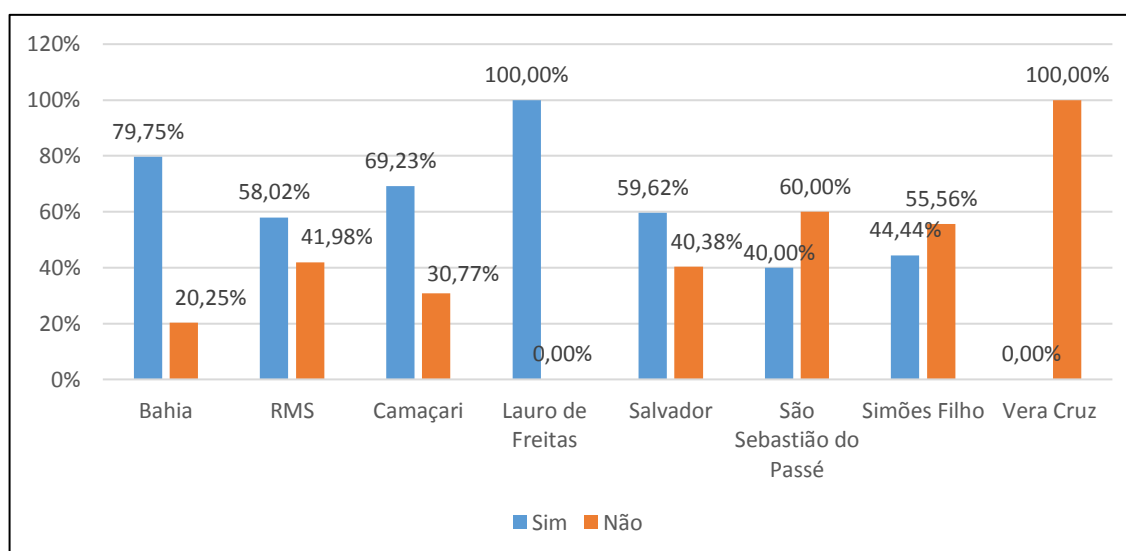


Gráfico 35- Necessidade de Financiamento dos EES na Bahia, RMS e municípios -2013

Fonte: Sies, 2017

Tendo como parâmetro o ano de 2013, dos 22,86% dos empreendimentos solidários, da Bahia, da RMS e de alguns de seus municípios, que buscaram crédito ou financiamento nos últimos 12 meses, apenas 34,42% obtiveram êxito, resultado que deixa transparecer uma necessidade ainda grande de oferta de microcrédito para atender a demanda existente, conforme pode ser visualizado no Gráfico 35 (complementa o Gráfico 8).

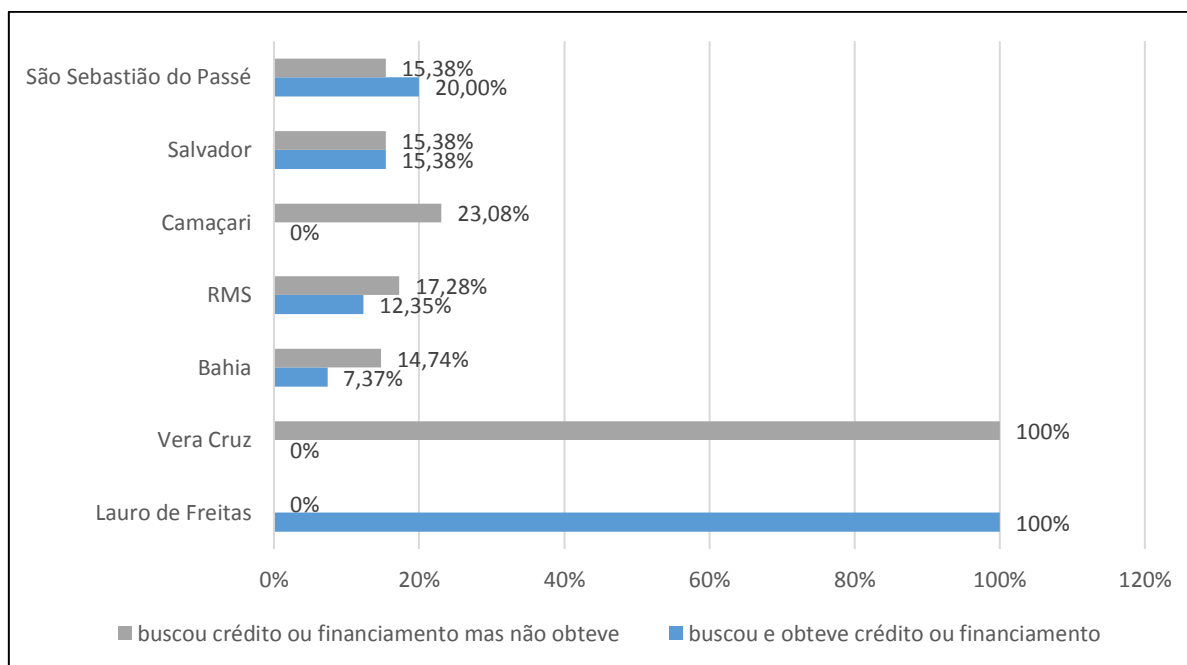


Gráfico 36- Empreendimentos de Economia Solidária por Condição de Busca e Acesso a Crédito e Financiamento na Bahia, RMS e municípios - 2013

Fonte: Sies, 2017

Vale informar que houve um crescimento no percentual de pessoas, de 10 anos ou mais, ocupadas por conta própria na RMS, entre 2012 e 2015, de 11,72% para aquelas que ganhavam mais de $\frac{1}{2}$ a um salário mínimo (SM), de 22,74% para renda de um a dois SM e 37,32% para pessoas com rendimento de mais de dois a três SM. Porém ocorreu decréscimo de 3,31% nesse período para pessoas com renda até $\frac{1}{2}$ SM, pode-se conjecturar que esses resultados estão intrinsecamente relacionados a crise. Além disso, houve redução de 25% nos empregados que recebem até $\frac{1}{2}$ SM (Tabelas 38 e 39 a seguir).

Tabela 38 - Pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas e com rendimento do trabalho principal (%), 2012, 2014

Brasil, Bahia e Região Metropolitana de Salvador	Classes de rendimento mensal do trabalho principal (SM)	2012		2014		$\Delta\%$ 2012- 2014	
		Empregado	Conta própria	Empregado	Conta própria	Empregado	Conta própria
Brasil	Até $\frac{1}{2}$	2,93	4,37	2,31	4,22	-21,16%	-3,43%
	Mais de 1/2 a 1	13,85	5,02	12,73	4,9	-8,09%	-2,39%
	Mais de 1 a 2	28,97	6,1	28,36	5,86	-2,11%	-3,93%
	Mais de 2 a 3	9,09	2,3	11,32	3,88	24,53%	68,70%
Bahia	Até $\frac{1}{2}$	7,94	9,51	5,53	9,71	-30,35%	2,10%
	Mais de 1/2 a 1	24,92	7,95	23,55	8,76	-5,50%	10,19%
	Mais de 1 a 2	18,42	5,51	18,9	5,9	2,61%	7,08%
	Mais de 2 a 3	4,1	1,31	5,91	2,43	44,15%	85,50%
Região Metropolitana	Até $\frac{1}{2}$	2,72	5,13	2,07	5,36	-23,90%	4,48%
	Mais de 1/2 a 1	18,82	5,8	16,2	6,32	-13,92%	8,97%
	Mais de 1 a 2	25,72	5,76	26,24	6,34	2,02%	10,07%
	Mais de 2 a 3	6,61	1,42	9,1	3,09	37,67%	117,61%

Fonte: IBGE, 2017

Tabela 39- Pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas e com rendimento do trabalho principal (%), 2012 e 2015

Brasil, Bahia e Região Metropolitana de Salvador	Classes de rendimento mensal do trabalho principal (salário mínimo)	2015		Δ% 2012- 2015	
		Empregado	Conta própria	Empregado	Conta própria
Brasil	Até 1/2	2,18	4,28	-25,60%	-2,06%
	Mais de 1/2 a 1	11,75	5,51	-15,16%	9,76%
	Mais de 1 a 2	29,64	7,58	2,31%	24,26%
	Mais de 2 a 3	9,67	3,06	6,38%	33,04%
Bahia	Até 1/2	5,34	10,23	-32,75%	7,57%
	Mais de 1/2 a 1	21,78	9,46	-12,60%	18,99%
	Mais de 1 a 2	20,5	7,66	11,29%	39,02%
	Mais de 2 a 3	4,76	1,85	16,10%	41,22%
Região Metropolitana	Até 1/2	2,04	4,96	-25,00%	-3,31%
	Mais de 1/2 a 1	17,5	6,48	-7,01%	11,72%
	Mais de 1 a 2	27,75	7,07	7,89%	22,74%
	Mais de 2 a 3	7,31	1,95	10,59%	37,32%

Fonte: IBGE, 2017

Apesar da crise no período, de 2012 – 2014, houve melhoria da razão do hiato, significando que os pobres não tiveram sua renda média reduzida em relação ao valor da linha de pobreza, fato provavelmente atrelado aos programas de transferência de renda. Cabe salientar que, em 2012, aproximadamente 53,97% dos pobres viviam na área urbana no Brasil, e, o Nordeste correspondia a 44,21% dos pobres, destes 26,13% estavam na Bahia. Ainda no Nordeste, os pobres rurais representavam 28,23% e os urbanos 49,66% em paralelo as metrópoles correspondiam a 22,11%. Já em 2014 houve redução de 9,89% no número de pobres no Brasil, porém a representatividade das metrópoles no resultado passou de 37,03% para 37,36%. Em Salvador, no período avaliado, o número de pobres passou de 933.607 pessoas (3,11% do total) para 798.090 pessoas (2,95% do total) redução de 5,14% (Tabelas 40 e 41 a seguir).

Tabela 40 - Indicadores de Pobreza - Brasil, Bahia e Nordeste, 2012

	Número de Pobres	Proporção de Pobres	Razão do Hiato	Hiato Quadrático	Pobres + não-Pobres
BRASIL	30.021.289	0,1594	0,4119	0,0416	188.385.140
Metropolitano	11.108.677	0,1958	0,3880	0,0464	56.730.839
Urbano	13.819.143	0,1333	0,4223	0,0368	103.658.683
Rural	5.093.469	0,1819	0,4355	0,0495	27.995.618
Rural sem Norte exceto Tocantins	4.471.746	0,1840	0,4555	0,0507	24.301.733
Bahia	3.468.539	0,2532	0,4286	0,0677	13.700.326
Salvador	933.607	0,2677	0,4050	0,0653	3.488.134
Urbano	1.570.491	0,2367	0,4360	0,0667	6.635.327
Rural	964.441	0,2696	0,4396	0,0718	3.576.865
NORDESTE	13.272.132	0,2500	0,4162	0,0643	53.095.099
Metropolitano	2.933.776	0,2737	0,3873	0,0646	10.720.707
Urbano	6.591.457	0,2317	0,4221	0,0618	28.450.877
Rural	3.746.899	0,2691	0,4282	0,0692	13.923.515

Fonte: Rocha, 2016

Adaptação: autora, 2017

Tabela 41 - Indicadores de Pobreza - Brasil, Bahia e Nordeste, 2014

	Número de Pobres	Proporção de Pobres	Razão do Hiato	Hiato Quadrático	Pobres + não-Pobres
BRASIL	27.053.364	0,13854	0,39454	0,03323	195.278.480
Metropolitano	10.107.266	0,17097	0,35584	0,03444	59.115.977
Urbano	12.709.405	0,11763	0,41272	0,03103	108.044.997
Rural	4.236.693	0,15068	0,43231	0,03913	28.117.506
Bahia	2.994.095	0,20320	0,39815	0,04667	14.734.953
Salvador	798.090	0,20622	0,38506	0,04542	3.870.015
Urbano	1.522.723	0,20731	0,39667	0,04844	7.345.230
Rural	673.282	0,19129	0,41704	0,04436	3.519.708
NORDESTE	11.685.620	0,21352	0,40893	0,05191	54.727.752
Metropolitano	2.610.560	0,23343	0,36992	0,04965	11.183.456
Urbano	5.972.336	0,20215	0,41408	0,05115	29.543.598
Rural	3.102.724	0,22161	0,43185	0,05530	14.000.698

Fonte: Rocha, 2016

Adaptação: autora, 2017

Cabe mencionar também que conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) do IBGE (2017) o número de pessoas trabalhando nas vias ou áreas públicas de Salvador passou de 32 mil para 61 mil pessoas. Já a Região Metropolitana de Salvador registrou um acréscimo de 39,3% (75 mil) no número de pessoas que trabalhavam nas ruas entre 2015 e 2016. Segundo Mariana Viveiros⁶⁹ (2017) esse aumento é proveniente especialmente das posições desfavoráveis que a Bahia e Salvador enfrentaram nos últimos anos, tais como a maior taxa de pessoas desocupadas do Brasil.

5.4 EFEITOS DOS PROGRAMAS DE MICROCRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA RMS

Para compreender desenvolvimento e a conexão com o microcrédito, deve-se mencionar o que Grau (2000, p. 242-243) explicita no que concerne ao processo de desenvolvimento:

O processo de desenvolvimento deve levar a um salto, de uma estrutura social para outra, acompanhado da elevação do nível econômico e do nível cultural-intelectual comunitário. Daí porque, importando a consumação de mudanças de ordem não apenas quantitativa, mas também qualitativa, não pode o desenvolvimento ser confundido com a ideia de crescimento. Este,

⁶⁹ Analista de disseminação de informações do IBGE, reportagem dada ao Jornal Correio 24 horas em 19.10 de 2017.

meramente quantitativo, compreende uma parcela na noção de desenvolvimento (Grau (2000, p. 242-243).

Além disso, Sen (2005, p.28), delimitou a noção de desenvolvimento da de crescimento ao apontar que:

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. [...] O desenvolvimento consiste na diminuição de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais argumentasse aqui, é constitutiva do desenvolvimento (SEM, 2005, p.28).

Pensamentos que coadunam com a noção mencionada na Avaliação de Quito pela CEPAL, a qual sustenta que o desenvolvimento não deve ser confundido com crescimento pois:

[...] o crescimento experimentado nas variáveis econômicas não tem conseguido produzir as mudanças qualitativas de importância equivalente em bem-estar humano e em justiça social. Como mostrado pela persistência de problemas tão graves como a pobreza em massa, a incapacidade do sistema produtivo para dar emprego à crescente força de trabalho, e a falta de participação econômica e social de amplos extratos da população. Evidentemente essas mudanças qualitativas são mais difíceis de alcançar quando as variáveis econômicas não crescem a taxas satisfatórias. (CEPAL, 1973, p. 3).

Cabe citar que o microcrédito atua atrelado ao desenvolvimento social, já que, é um meio de acesso financeiro, caracterizado, em regra, por juros baixos, garantias acessíveis e por ser direcionado e a capacidade empreendedora da população mais carente, seja, para microempreendedores individuais ou empreendimentos economicamente solidários.

Para viabilizar a análise dos efeitos do microcrédito no desenvolvimento social e econômico da RMS deve-se explicitar alguns entendimentos, por exemplo, conforme Hulme (1997 *apud* Monzoni Neto, 2006, p.76), existem duas escolas de pensamento em microfinanças: a Escola de Beneficiários Pretendidos (*Intended Beneficiary School - EBP*) e a Escola Intermediária (*Intermediary school- IS*). A EBP avalia os impactos a partir de indicadores em termos de restrições técnicas ou orçamentárias, ou seja, esta escola prioriza melhorias nos índices de qualidade de vida. Já, a EI foca simplesmente nas variações ocorridas na instituição de microfinanças e em suas operações, pois tem por base duas variáveis chaves são elas: o alcance e a sustentabilidade institucional. Se ambas são melhoradas, a intervenção é avaliada como benéfica, na medida em que amplia o mercado financeiro de maneira sustentável. Neste trabalho

optou-se por utilizar os indicadores atrelados a qualidade de vida e os financeiros, mesclando as duas escolas.

Considerando que os programas de microcrédito e microfinanças têm por objetivo a redução da pobreza e a promoção do micro e pequeno empreendimento na região estudada, Monzoni Neto (2006) expõe que as avaliações de impacto devem medir justamente se isto acontece e em que intensidade. Logo, no caso desta pesquisa os efeitos no desenvolvimento da RMS devem ser mensurados a partir da variação, estatisticamente significativa, entre os valores de variáveis que sofreram impacto do programa e que não ocorreriam na ausência do mesmo.

Cabe mencionar que, a metodologia aplicada nesta etapa da pesquisa considerou que a avaliação de programas atrelados a políticas públicas pode fornecer “linhas de tendências” sobre como os referidos programas afetam os domicílios e as comunidades envolvidas, o que pode permitir uma percepção dos efeitos oriundos do programa avaliado. Infelizmente deve-se ressaltar que neste trabalho, porém não foi utilizado um grupo foco, pois foram avaliados os principais programas de microcrédito que atuam na RMS, o que dificultou a obtenção de dados dos beneficiários que permitissem a reunião dos mesmos, inviabilizando a formação do referido grupo.

Apesar da avaliação realizada versar sobre os efeitos, é necessário citar que conforme Hulme (1997 *apud* Neri *sd*), as principais vantagens e desvantagens de cada unidade de mensuração de impacto são associadas: ao indivíduo, ao estabelecimento, ao domicílio, a comunidade, aos impactos institucionais e ao portfólio econômico, as quais estão listadas no Quadro 13 a seguir.

Quadro 13 - Unidades de avaliação - vantagens e desvantagens

Unidade	Vantagem	Desvantagem
Individuo	<ul style="list-style-type: none"> • Facilmente delimitado e identificável 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior parte das intervenções tem impacto além do individuo • Dificulta a desagregação dos impactos
Estabelecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de ferramentas analíticas (rentabilidade, retorno no investimento, etc) 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição e identificação dos estabelecimentos é muito difícil • Parte das microfinanças é utilizada para outros estabelecimento e/ou consumo • Ligações entre a performance do estabelecimento e o padrão de vida dos indivíduos necessita de uma avaliação criteriosa
Domicilio	<ul style="list-style-type: none"> • Fácil identificação e definição • Apreciação do impacto nas condições de vida • Avaliação da ligação entre diferentes estabelecimentos e o consumo 	<ul style="list-style-type: none"> • Algumas vezes é difícil determinar os membros do grupo

Unidade	Vantagem	Desvantagem
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Permite que as maiores externalidades da intervenção sejam capturadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Dados quantitativos são difíceis de obter • Definição dos limites é arbitrária
Impactos institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de dados • Disponibilidade de ferramentas analíticas (rentabilidade, retorno no investimento, etc) 	<ul style="list-style-type: none"> • Quão validas são as inferências sobre os resultados obtidos através da atividade institucional?
Portfólio econômico (domicílio, estabelecimento, indivíduo e comunidade)	<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura compreensiva dos impactos • Avalia as ligações entre as diferentes unidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Complexidade • Altos custos • Demanda capacidades analíticas sofisticadas • Tempo

Fonte: Hulme (1997 *apud* Neri sd)

Cabe ressaltar que Baker (2000), em sua definição de avaliação de impacto, amplia considerando os fatores não previstos ao explicitar que:

A intenção da avaliação de impacto é determinar mais amplamente se o programa teve os efeitos desejados nos indivíduos, domicílios e instituições e se aqueles efeitos podem ser atribuídos à intervenção do programa. Avaliações de impacto também podem explorar consequências não previstas, positivas ou negativas, nos beneficiários. (BAKER, 2000, p. 1)

Dando prosseguimento, é importante salientar que ao abordar os efeitos das microfinanças e do microcrédito não se deve enfatizar apenas ao crédito, precisa-se evidenciar também os depósitos em poupança, seguro e os serviços de transferência⁷⁰ de dinheiro para os pobres e estabelecer se a intervenção gerou efeito de bem-estar nos indivíduos que são foco do programa.

Em relação ao mercado de microfinanças em especial o microcrédito, tem-se que em 2009, considerando que uma atmosfera que proporcionasse relações financeiras sustentáveis e inclusivas fosse o motor propulsor para o desenvolvimento nacional, o Banco Central (BACEN) lançou o Projeto de Inclusão Financeira (PIF), que visa afiançar a solidez, eficiência e eficácia do sistema financeiro nacional (SFN), e tem por objetivo prover o acesso a serviços financeiros apropriados às diferentes necessidades da população, inclusive aumentando o alcance do referido mercado.

Conforme Relatório de Inclusão Financeira (RIF, 2015, p.131), em âmbito regional, a carteira do microcrédito passou a ser mais concentrada no Nordeste, pois a participação dessa região quando comparada ao total subiu, de 52% em 2013 para 55% em 2014. Já em relação à quantidade de operações e clientes, o Nordeste, que, em 2013 concentrava cerca de 35%, passou a reunir 40% da quantidade de clientes e operações.

⁷⁰ Não são as transferências de renda e sim os serviços oferecidos de transferência entre contas.

Vale citar que, entre as estratégias utilizadas pelo BACEN, está a expansão dos canais disponibilizados para o atendimento bancário, fato que impulsionou a criação dos correspondentes bancários⁷¹, tais como o Banco Postal (BP) dos Correios. Porém, como pode ser visto na Tabela 42, em oito municípios da RMS houve decréscimo no número de instituições supervisionadas pelo BACEN, por exemplo, em Itaparica a redução foi de 50%, apesar do aumento no número de agências bancárias, pode-se inferir que esse fato afeta diretamente os micro e pequenos empreendimentos, pois em geral os mesmos utilizam postos de atendimento, correspondentes, cooperativas de crédito, dentre outros canais de acesso ao crédito/financiamento.

Tabela 42- Variação entre Instituições Bancárias e Supervisionadas pelo BACEN 2011-2015

	Instituições Bancárias			Instituições supervisionadas pelo BACEN ⁷²		
	2011	2015	Δ%	2011	2015	Δ%
Camaçari	14	17	21,4%	86	70	-18,6%
Candeias	4	5	25,0%	22	15	-31,8%
Dias D'Ávila	3	5	66,7%	11	13	18,2%
Itaparica	1	2	100,0%	10	5	-50,0%
Lauro de Freitas ⁷³	16	21	31,3%	37	35	-5,4%
Madre de Deus	1	2	100,0%	3	5	66,7%
Mata de São João	3	4	33,3%	13	16	23,1%
Pojuca	2	3	50,0%	8	6	-25,0%
Salvador	257	290	12,8%	769	603	-21,6%
São Francisco do Conde	3	4	33,3%	7	13	85,7%
São Sebastião do Passe	2	3	50,0%	6	7	16,7%
Simões Filho	7	8	14,3%	30	26	-13,3%
Vera Cruz	2	3	50,0%	10	7	-30,0%

Fonte: BACEN, 2015⁷⁴

Corroborando Dow (1982; 1987 *apud* Sorgato e Ferreira Jr, 2014, p.19), quando explicita que “a diferença do desenvolvimento regional é reflexo das características e do modo como os bancos funcionam, os quais podem alavancar ou arrefecer o crescimento de determinada região”, ou seja, as desigualdades de acesso ao crédito e ao financiamento podem estimular o consumo e dinamizar as atividades econômicas das regiões, por esse motivo municípios como Camaçari e Salvador apresentam desenvolvimento econômico superior a outros como Itaparica e Vera Cruz conforme os índices associados ao desempenho econômico apresentados anteriormente.

⁷¹ Conforme o BACEN (2014) os correspondentes bancários são empresas, integrantes ou não do SFN, que prestam serviços de atendimento aos clientes de instituições financeiras

⁷² Nelas estão incluídas as agências bancárias e não bancárias, os pontos de atendimento, correspondentes, *point of sale* (POS) utilizados em estabelecimentos comerciais, dentre outras.

⁷³ Inclui Itinga

⁷⁴ Segundo o BACEN as Instituições financeiras são as responsáveis pelo teor das informações são de responsabilidade da respectiva instituição/empresa de acordo com a regulação em vigor

Pode-se perceber na Tabela 43 e no Gráfico 36, a seguir, o crescimento de 98,48% do saldo das operações de crédito no estado da Bahia, entre 2010 e 2015, o qual pode ter sido provocado pela busca de recursos para a abertura de micro empreendimentos formais ou informais visando a complementação do orçamento. Porém no biênio 2015 – 2016 ocorreu uma redução de 4,58% provavelmente ocasionada pela redução nas concessões de crédito e do fechamento de agências bancárias e postos de atendimento no estado.

Tabela 43- Saldo das Operações de Crédito na Bahia – dez. de 2010 a dez de 2017 (R\$ Bilhões)

Ano	Total	Pessoa Física	Pessoa Jurídica
2010	56,65	27,73	28,92
2011	73,34	34,82	38,52
2012	85,34	42,28	43,06
2013	101,38	50,47	50,91
2014	111,22	58,35	52,87
2015	112,44	63,07	49,37
2016	107,29	64,53	42,76
2017	103,81	67,80	36,01

Fonte: BACEN/DATASEBRAE, 2017

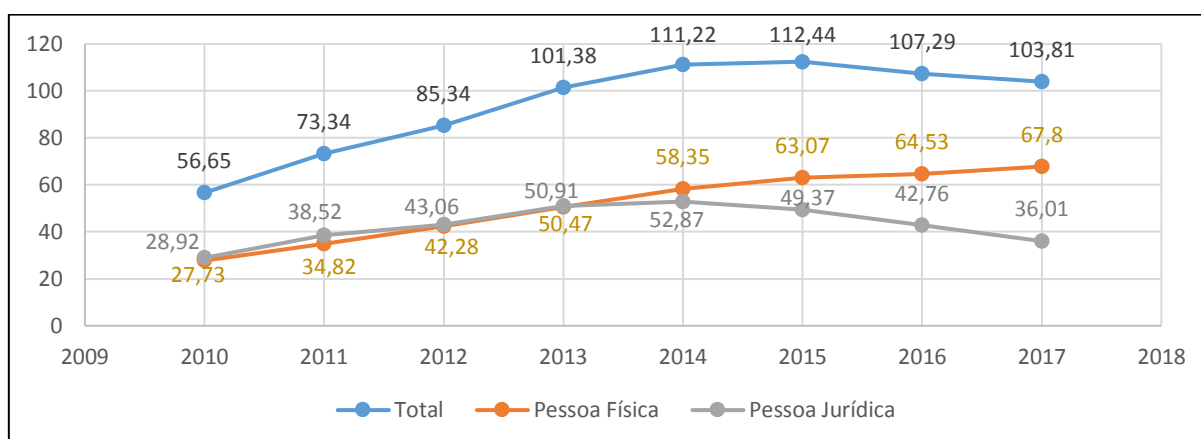


Gráfico 37 - Saldo das Operações de Crédito na Bahia - dezembro de 2010 a dezembro de 2017 (R\$ Bilhões)

Fonte: BACEN/DATASEBRAE, 2017 adaptação da autora

Em contrapartida, no Gráfico 37, a seguir, pode-se ver que houve uma inversão, pois de 2010 a 2015 o cliente pessoa física era mais inadimplente, contudo em 2016 devido a conjuntura econômica as empresas eram 10,71% mais inadimplentes na Bahia.

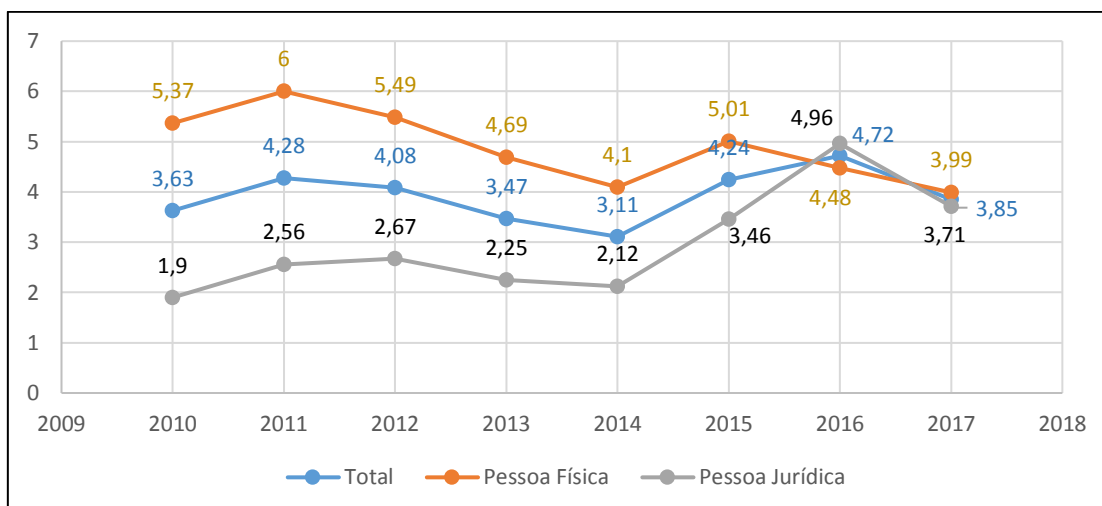


Gráfico 38 - Inadimplência das operações de crédito na Bahia – dez. de 2010 a dezembro de 2017 (%)

Fonte: BACEN/DATASEBRAE, 2017 adaptação da autora

Considerando os dados disponibilizados pelo programa Crescer, expostos na Tabela 44, no período de 2013 a 2014, observa-se que 12 dos municípios da RMS apresentaram queda na oferta do crédito para microempresa, por exemplo, em Salvador a redução foi de 22,08%, provavelmente por causa da crise econômico financeira que levou ao fechamento de microempresas, apesar desse fato o município de Lauro de Freitas que teve crescimento de 19,97%.

Tabela 44 - Programa Crescer - Crédito para microempresa nos municípios da RMS – 2011-2014

	2011	2012	2013	2014
Camaçari	Sem dados	275.421,66	212.165,81	124.516,90
Candeias	11.900,00	82.949,45	37.285,00	16.700,00
Dias D'Ávila	60.000,00	149.724,97	123.976,36	105.657,77
Itaparica	15.000,00	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Lauro de Freitas	4.980,00	378.003,70	106.068,00	127.246,00
Madre de Deus	15.000,00	4.335,00	16.447,30	2.200,00
Mata de São João	146.600,00	33.699,99	Sem dados	Sem dados
Pojuca	94.682,00	23.087,19	34.250,00	28.800,00
Salvador	80.000,00	4.284.089,54	3.411.328,83	2.657.984,76
São Francisco do Conde	15.699,18	59.999,89	Sem dados	8.484,00
São Sebastião do Passé	4.000,00	15.000,00	15.130,00	16.011,00
Simões Filho	15.000,00	145.423,78	85.524,65	42.700,33
Vera Cruz	172.700,00	53.398,99	64.239,76	58.949,34

Fonte: Plataforma de Indicadores do Governo Federal - Crescer - Microcrédito Produtivo, 2017

Com a criação do Programa Crescer pelo governo federal em 2011, houve aumento da oferta de crédito para o microempreendedor individual, fato que pode ser constatado pelos dados da Tabela 45, nos municípios da RMS o crédito aumentou

significativamente entre 2011 e 2013. Porém entre 2013 e 2014 ocorreu uma retração, apesar da expansão que o mercado de microcrédito tem apresentado no Brasil em decorrência das políticas de incentivo à redução da pobreza e da inserção produtiva.

Tabela 45 - Programa Crescer - Crédito para microempreendedor individual nos municípios da RMS, 2011- 2014

	2011	2012	2013	2014
Camaçari	Sem dados	566.309,34	931.043,04	593.455,98
Candeias	6.000,00	31.370,47	61.027,26	37.668,53
Dias D'Ávila	15.000,00	67.774,65	388.242,46	146.792,50
Itaparica	23.328,00	1.953,76	4.022,92	1.992,43
Lauro de Freitas	Sem dados	120.240,61	884.427,46	880.083,57
Madre de Deus	500,00	18.728,00	140.466,13	67.850,48
Mata de São João	25.000,00	8.100,00	12.023,34	5.457,16
Pojuca	29.895,00	3.998,42	41.909,46	43.133,66
Salvador	Sem dados	5.488.631,89	12.015.981,31	7.878.795,62
São Francisco do Conde	Sem dados	16.082,00	27.184,07	10.307,96
São Sebastião do Passé	Sem dados	16.203,19	64.909,28	23.561,19
Simões Filho	15.000,00	378.360,71	590.963,11	267.380,01
Vera Cruz	38.190,00	21.600,16	30.125,94	58.447,91

Fonte: Plataforma de Indicadores do Governo Federal - Crescer - Microcrédito Produtivo, 2017

Observando as Tabelas 46 e 47 a seguir pode-se perceber o crescimento do número de operações e do valor de concessão de crédito para empreendedor informal nos municípios da RMS, entre 2011 e 2014, a partir do Programa Crescer, o que condiz com as informações já explicitadas no decorrer deste trabalho, ou seja, o crescimento do empreendedor informal é uma forma encontrada pela população pobre para gerar ocupação e renda, por causa da conjuntura econômica.

Tabela 46 - Número de operações e valor de concessão de crédito para empreendedor informal nos municípios da RMS- 2011 - 2012

	2011		2012	
	Operações	Valor	Operações	Valor
Camaçari	23	65.164,00	1.863	2.414.558,63
Candeias	5	7.629,90	217	168.115,79
Dias D'Ávila	1	1.880,00	247	265.371,08
Itaparica	3	8.842,00	16	10.021,26
Lauro de Freitas	Sem dados	Sem dados	469	654.751,57
Madre de Deus	1	2.890,00	63	73.775,42
Mata de São João	Sem dados	Sem dados	235	471.486,51
Pojuca	6	19.332,20	96	98.503,92
Salvador	317	416.398,28	15.378	19.037.909,38
São Francisco do Conde	2	3.800,00	89	116.189,36
São Sebastião do Passé	1	3.019,97	118	122.168,53
Simões Filho	9	22.199,51	4.220	4.071.194,12
Vera Cruz	172	751.303,62	162	174.374,34

Fonte: Plataforma de Indicadores do Governo Federal - Crescer - Microcrédito Produtivo, 2017

Tabela 47 - Número de operações e valor de concessão de crédito para empreendedor informal nos municípios da RMS- 2013 - 2014

	2013		2014	
	Operações	Valor	Operações	Valor
Camaçari	2.621	3.139.178,23	2.387	2.875.390,53
Candeias	493	494.852,67	378	680.849,50
Dias D'Ávila	393	503.158,84	244	662.206,34
Itaparica	106	71.967,95	88	103.438,59
Lauro de Freitas	1.653	2.018.080,12	3.010	4.298.358,28
Madre de Deus	120	143.434,35	265	525.100,20
Mata de São João	246	387.300,25	265	673.144,24
Pojuca	157	159.109,98	136	320.639,79
Salvador	29.649	35.305.726,88	23.742	39.497.744,47
São Francisco do Conde	236	358.919,93	185	269.863,52
São Sebastião do Passé	157	207.788,52	134	238.541,67
Simões Filho	5.404	5.581.019,81	2.859	3.944.679,36
Vera Cruz	155	137.320,93	162	354.529,44

Fonte: Plataforma de Indicadores do Governo Federal - Crescer - Microcrédito Produtivo, 2017

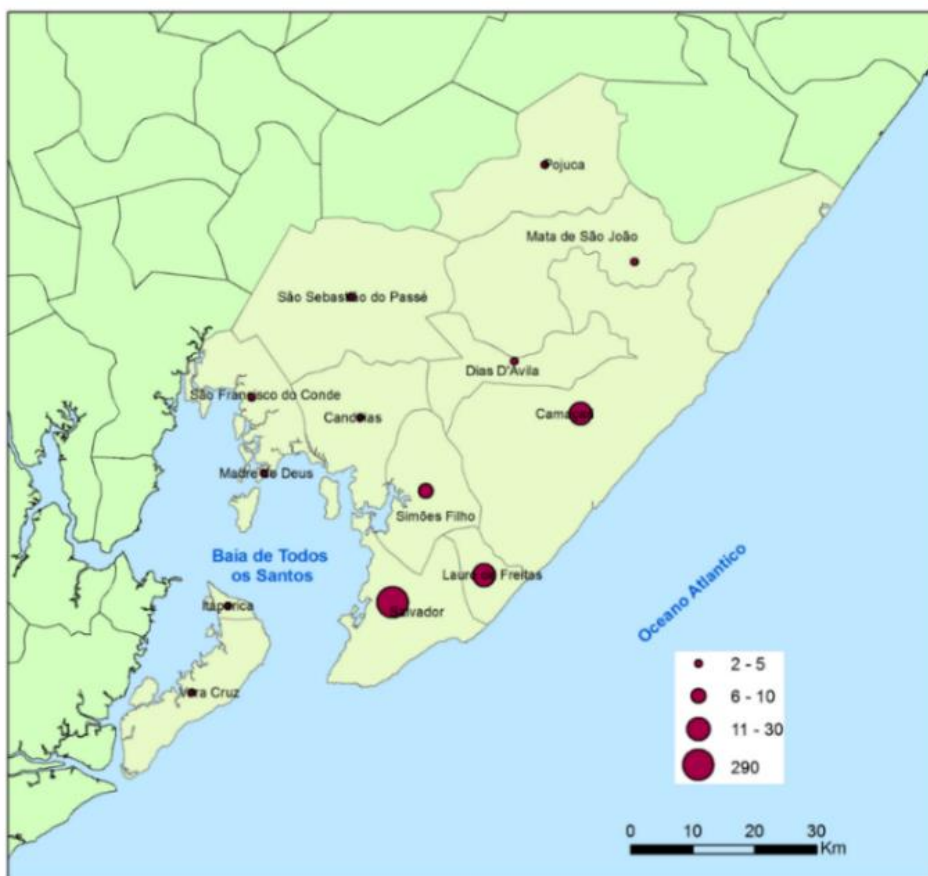
Para melhor visualizar os efeitos dos programas de microcrédito é necessário conhecer a relação da população dos municípios (demanda) da RMS (Tabela 48 a seguir) com as unidades financeiras (oferta), pois conforme será exposto posteriormente deve existir uma relação de pelo menos uma instituição financeira (supervisionada pelo BACEN) e 10 mil habitantes adultos. Na Tabela 48 percebe-se que os municípios de Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho apresentaram de 2011 a 2015 as maiores estimativas populacionais, pode-se deduzir que o fato decorre tanto da proximidade, quanto das indústrias estabelecidas nos mesmos.

Tabela 48- Estimativas populacionais - municípios da RMS, Bahia, 2011 a 2015

Município /RMS	2011	2012	2013	2014	2015
Camaçari	262888	269402	275575	281415	286919
Candeias	88251	88851	89419	88311	88804
Dias d'Ávila	71798	73495	75103	76624	78057
Itaparica	22010	22174	22329	22477	22612
Lauro de Freitas	176496	180546	184383	188011	191433
Madre de Deus	18762	19192	19600	19986	20345
Mata de São João	43112	43844	44538	45194	45814
Pojuca	35442	36011	36551	37061	37544
Salvador	2841815	2863309	2883682	2902929	2921090
São Francisco do Conde	35566	36137	36677	38839	39326
São Sebastião do Passé	44651	44876	45090	45291	45477
Simões Filho	126343	128202	129964	131625	133203
Vera Cruz	40265	40912	41524	42104	42648
RMS	3807399	3846951	3884435	3919867	3953272

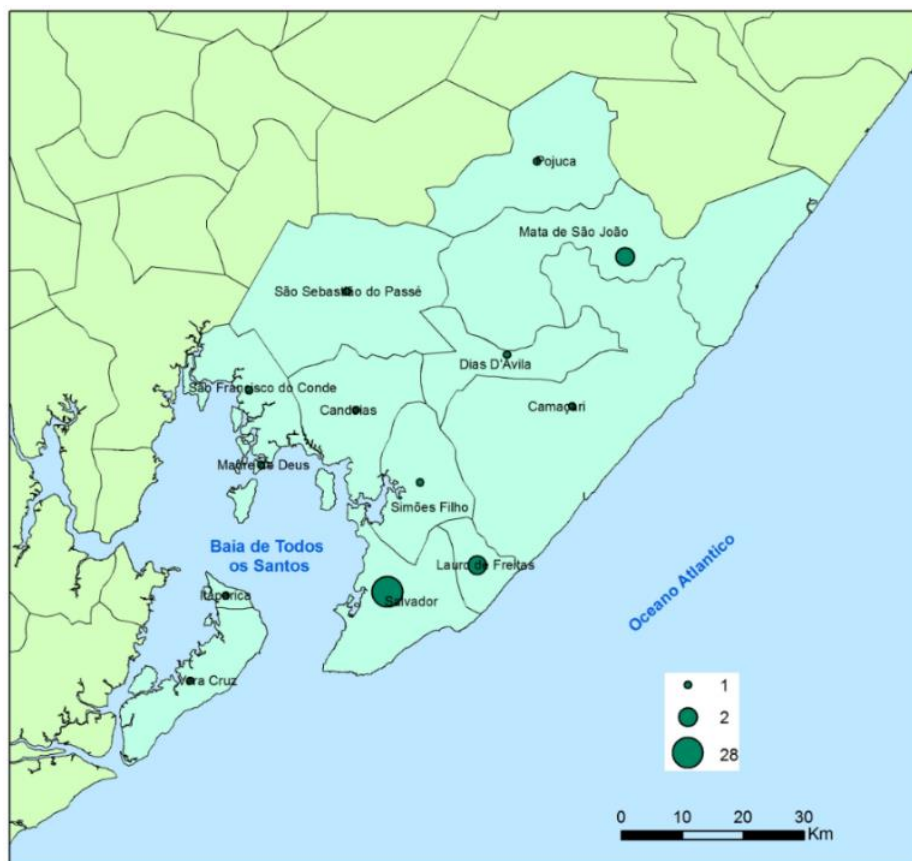
Fonte: DATASUS, 2016

Para facilitar o entendimento em relação aos indicadores atrelados à dimensão de acesso ao sistema financeiro nacional na Região Metropolitana de Salvador, os Mapas 6 e 7 a seguir que apontam a oferta dos serviços financeiros no ano de 2015, tanto através de agências bancárias, as quais possuem uma gama maior de produtos e serviços, quanto por meio de outros canais, tais como os pontos de atendimento, os correspondentes bancários e os bancos postais, que possuem um portfólio de serviços reduzido, mas são alternativas para atendimento da demanda desses nos locais em que as agências bancárias não se fazem presentes.



Mapa 6 - Agências Bancárias 2015

Elaboração: Autora, 2015



Mapa 7 - Bancos Postais 2015

Elaboração: Autora, 2015

Cabe salientar que, segundo o relatório de inclusão financeira (RIF) de 2015 do Banco Central, a população de renda até 3 salários mínimos (SM) e os microempreendedores são os mais representativos em número de usuários do microcrédito. No mesmo relatório constatou-se que em 2014, a maior parte dos clientes pessoa física, 77,4%, pertencia à faixa de renda de até 3SM e estava concentrada na região Nordeste (55%), em quantidade de clientes e operações, e, entre os clientes pessoa jurídica, 94,8% eram microempresas (RIF, 2015, p.12).

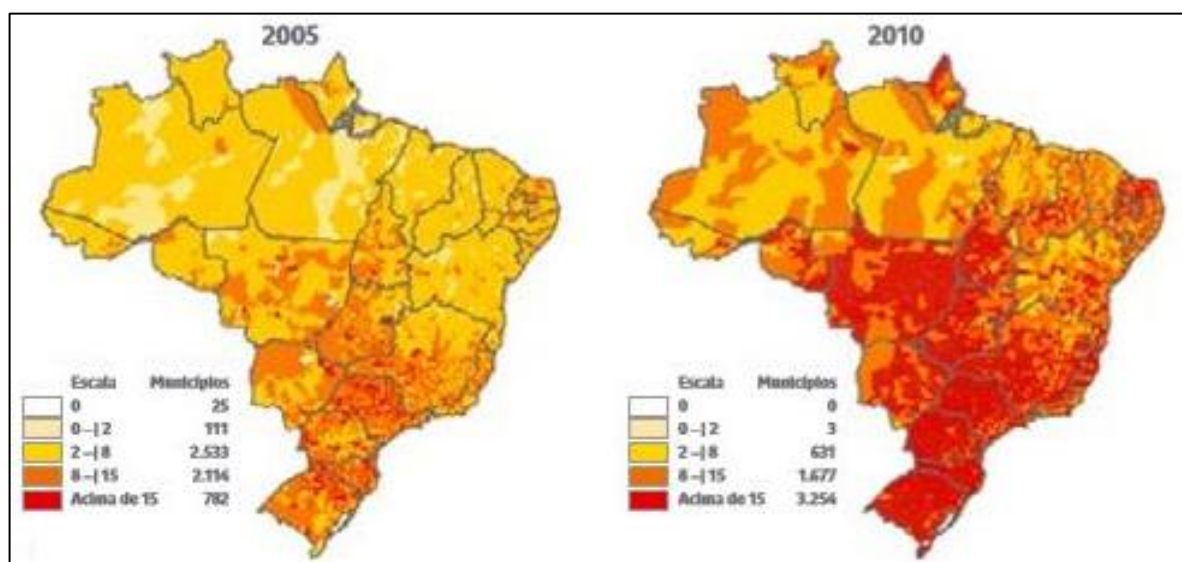
Ao abordar o acesso da população ao sistema financeiro nacional (SFN) ainda conforme o mesmo relatório tem-se que:

a inclusão financeira depende do acesso efetivo a serviços financeiros, a presença de um canal de acesso é a condição mais imediata para disponibilizar esses serviços, embora existam outras cuja inexistência ou insuficiência impeçam ou dificultem o seu uso pelo cidadão (RIF, 2015, p.22).

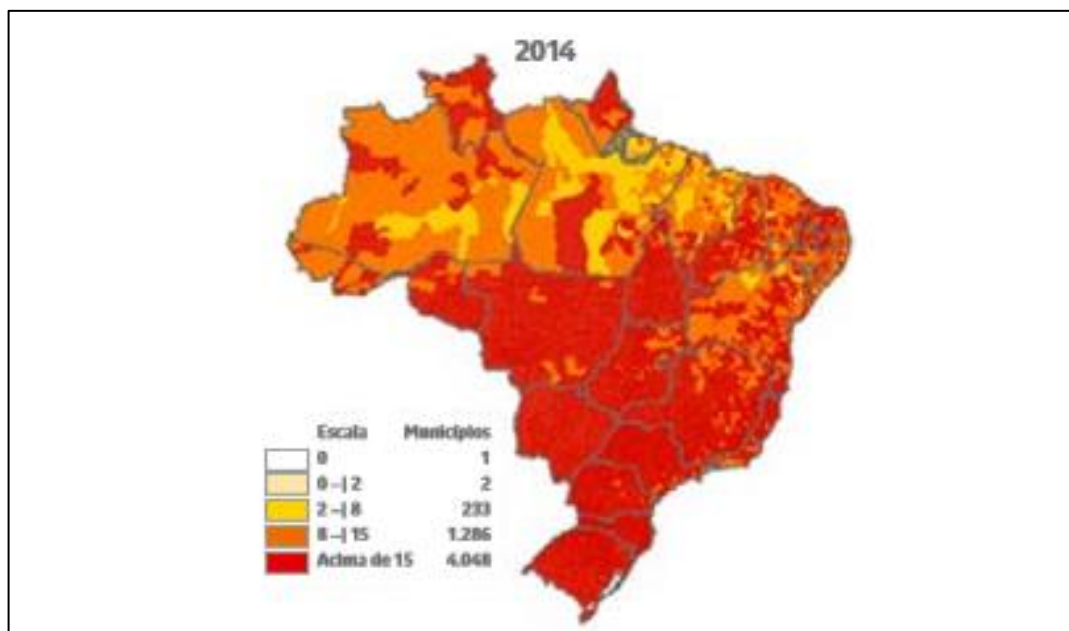
Os Mapas 8 e 9 a seguir explicitam a visão geral dos pontos de atendimento no Brasil no período 2005-2014. O propósito é exibir a distribuição dos pontos de atendimento, contados por município, e o quantitativo de pessoas que podem ser atendidas em cada segmento, bancário e não bancário, sob a supervisão do Banco Central (RIF,

2015, p.27). Além disso, os mapas mostram que houve uma melhora significativa na oferta dos serviços financeiros, por exemplo, 25 municípios não tinham algum ponto de atendimento em 2005, porém em 2014, apenas um dos 5.570 municípios brasileiros não contava com algum ponto de atendimento. E, a dispersão geográfica do número de pontos de atendimento por 10 mil adultos torna evidente a melhora no âmbito municipal.

Entre 2005 e 2014, o número de municípios com mais de quinze pontos de atendimento para cada grupo de 10 mil adultos subiu, 782 em 2005, para 3.254 em 2010 e, 4.048 em 2014. (Mapas 8 e 9), reverberando a expansão da oferta (variação total de 417,5%), principalmente do microcrédito, tendo por base que os postos e os correspondentes bancários trabalham com valores infinitamente menores que as instituições tradicionais. Observando detalhadamente o estado da Bahia e a RMS, nos Mapas 8 e 9, pode-se perceber que houve uma melhora entre 2005 e 2015 em relação a distribuição geográfica dos pontos de atendimento por 10 mil adultos.



Mapa 8- Distribuição geográfica dos pontos de atendimento por 10 mil adultos – 2005 e 2010
 Fonte: BACEN, UNICAD, IBGE, (RIF 2015)



Mapa 9 - Distribuição geográfica dos pontos de atendimento por 10 mil adultos - 2014
 Fonte: BACEN, UNICAD, IBGE, (RIF 2015)

Apesar do crescimento significativo dos pontos de atendimento do segmento cooperativista, a disseminação nos municípios ainda é muito baixa. Os dados do RIF (2015, p.154) evidenciam que as regiões Norte e Nordeste, possuem, juntas, apenas 6% do total de pontos de atendimento das cooperativas.

Na Bahia e em especial na RMS, as ONG, as OSCIP e os correspondentes bancários desempenham uma relevante função para a oferta de serviços microfinanceiros a uma população mais carente. Sua instalação em municípios de menor porte econômico, ou seja, em localidades onde os bancos tradicionais não mostram interesse na instalação de agências, tem se tornado uma das estratégias do BACEN para permitir que as populações de baixa renda tenham acesso a serviços bancários (RIF, 2015).

Depois de ter observado, dados sobre a pobreza, a economia informal, a economia solidária, os circuitos da economia, as transferências de renda, o microempreendedor individual, a contextualização do microcrédito, do cenário da inclusão financeira no Bahia e em especial na RMS e, ter mencionado informações do BACEN sobre a avaliação da distribuição geográfica das agências, postos de atendimento e correspondentes, inclusive salientando a tendência a concentração dos mesmos nas áreas economicamente mais desenvolvidas, consegue-se inferir que ocorreu desenvolvimento econômico e social mesmo que em pequena escala na RMS, pois os indicadores atrelados à vulnerabilidade, por exemplo, apresentaram melhora nas diferentes dimensões, conforme citado anteriormente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa revela que os programas de microcrédito, ofertados nos municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), geram ocupação e renda principalmente para o microempreendedor individual e, dadas as devidas ressalvas tendo em conta a ausência de um grupo foco, constatou-se desenvolvimento econômico e social nos mesmos, conforme foi visto nas informações apresentadas ao longo deste trabalho. Porém apesar de todas as constatações não é possível associar as melhorias no desenvolvimento social da RMS aos programas de microcrédito ofertados na referida região.

No que concerne aos objetivos específicos delineados cabe mencionar que foram identificados os indicadores econômico-financeiros adequados para analisar a RMS em relação a diferentes aspectos, tais como: dinâmica econômica municipal, vulnerabilidade, prosperidade social, concessão de crédito, dentre outros. Além de analisar a distribuição das agências e dos correspondentes bancários na RMS e constatar que houve aumento no cadastro das microempresas individuais e dos empreendimentos econômicos solidários, os quais são beneficiários dos programas de microcrédito.

Em relação ao mercado de trabalho, cabe mencionar que, apesar dos benefícios fiscais concedidos por parte do governo estadual e federal para as indústrias nas regiões metropolitanas do Nordeste, em especial na RMS, não foi possível perceber que a quantidade de empregos gerados para a população local foi adequada para suprir a lacuna existente. Além do mais, no período avaliado foi constatado que o emprego e a renda diminuíram, porém, a ocupação aumentou, fato atrelado não apenas a ampliação do número de microempreendedores individuais como também ao crescimento dos informais e dos empreendimentos solidários na RMS.

Além disso, os dados obtidos no IBGE, IPEA, PNAD e PNUD indicam que a desigualdade de renda continua a crescer, ou seja, a pobreza extrema reduziu em decorrência de programas de transferência de renda e ações pontuais nos municípios, porém aumentou o desequilíbrio de renda.

Vale ressaltar que, apesar do crescimento da oferta de microcrédito e do programa de inclusão financeira do BACEN, a população dos municípios da RMS que efetivamente necessitam, por vezes não tem acesso a instituições financeiras tradicionais, apenas a correspondentes bancários, fato que deveria piorar com o fechamento do Banco Postal, tendo em vista que dos 13 municípios da região metropolitana, a maioria 76,9% (10) teria a agência fechada sendo eles: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Mata de São João, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz. Fato impactaria diretamente na oferta das microfinanças na região.

A análise dos dados permitiu deduzir que existe desenvolvimento econômico-social no âmbito dos negócios dos usuários do microcrédito, em especial dos microempreendedores individuais (MEI), os quais conseguem ter ocupação e gerar renda familiar, mesmo que em alguns casos seja necessária a “ajuda” dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Acredita-se ainda que o aumento da oferta dos serviços financeiros na região estudada estimule o desenvolvimento econômico local, pois as pessoas em geral gastam grande parte de seus recursos financeiros na localidade onde reside ou atua.

Porém, ao se debruçar sobre os dados associados à inadimplência no estado da Bahia, percebe-se que existe um comprometimento da renda dos clientes, pessoa física do microcrédito e MEI, superior ao ideal, ou seja, maior do que aquele que não provocasse o desequilíbrio financeiro dos mesmos e proporcionasse o pagamento das dívidas contraídas em dia, em torno de 30% da renda.

Em relação ao “perfil” dos empreendimentos dos clientes dos programas de microcrédito ofertados na RMS, por serem carentes de capital, a injeção de qualquer valor com taxa de juros (custo de capital) inferior ao retorno gerado, principalmente na forma de capital de giro, ocasiona alavancagens operacionais e financeiras em seus empreendimentos, ou seja, apesar do fator trabalho estar disponível, existe a carência do capital para que haja produção, principalmente naquelas consideradas do circuito inferior, tais como as associadas ao MEI, por exemplo, serviços de beleza, venda de cosméticos, reparos em roupas, venda de confecções, vendas de alimentos como mingau e lanches nos shoppings de Salvador e região metropolitana.

Já em consideração aos clientes dos programas ofertados na RMS, observou-se que a maioria destes não tem ensino superior, atuam muitas vezes no mercado informal, ganham em média três salários mínimos, e se dedicam principalmente a atividades de serviço e comércio. Nos programas ofertados pelo BNB (neste caso Crediamigo), pelo CEADe, pelo CEAPEBa e o CrediBahia aproximadamente 60% dos clientes são mulheres.

Menciona-se ainda, que as facilidades oferecidas pelos postos de atendimento e correspondentes bancários proporcionam maior acessibilidade aos serviços financeiros, em especial, ao microcrédito, possibilitando a ampliação dos empreendimentos atrelados ao circuito inferior e à economia solidária, de forma a conferir melhores condições de vida aos clientes dos referidos programas, tais como o Crediamigo, o CrediBahia e o CrediSol.

Cabe sinalizar que, conforme os dados avaliados, percebeu-se o crescimento de informais na Região Metropolitana de Salvador, entre 2010 e 2014. E, que os microempreendimentos da RMS economicamente solidários ou não, usuários dos programas de microcrédito na sua maioria pertencem aos setores do comércio e de serviços com uso intensivo de mão de obra, ou seja, se mantêm no circuito denominado inferior estudado por Milton Santos (2004). Além disso, os microempreendedores desenvolvem suas atividades prioritariamente no domicílio ou no local indicado pelo cliente.

Deve-se expor também que o crescimento econômico não é suficiente para reduzir a pobreza e ampliar as oportunidades de emprego, porém seus efeitos são maximizados sobre a população mais carente quando acompanhado de políticas redistributivas e geração de postos de trabalho para a mão de obra não qualificada, já que existe um déficit educacional atrelado a essa camada da população apesar do resultado de alguns indicadores.

Um problema enfrentado foi em como analisar efetivamente o desenvolvimento social gerado pelos programas de microcrédito da RMS, pois tanto o Produto Interno Bruto (PIB) quanto o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e outros indicadores avaliados neste trabalho não abarcam aspectos que contribuam para um desenvolvimento econômico social mais equitativo nem permitem identificar se a origem desse desenvolvimento foi o microcrédito.

Ao apresentar esse estudo que versa sobre como pode ser realizada a avaliação dos diferentes efeitos do microcrédito no desenvolvimento social da RMS, espera-se contribuir para o debate sobre as alternativas viáveis para a avaliação dos programas de microcrédito, da inclusão social e do desenvolvimento social e econômico local. Conclui-se que as constatações explicitadas no presente estudo não foram suficientes para comprovar a tese proposta, a saber: apesar do aumento na oferta e no valor disponibilizado a partir do microcrédito, não é óbvio supor que o mesmo responda pelo desenvolvimento social gerado na Região Metropolitana de Salvador. Isto posto, a tese defendida é que os programas de microcrédito geram impactos econômicos nos empreendimentos beneficiados, porém não na proporção que afete a região.

REFERÊNCIAS

ABEVD, Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas. Disponível em <http://www.abevd.org.br/venda-direta/acesso> em 10 de junho de 2015

ABF, Associação Brasileira de Franchising. Disponível em: <http://www.abf.com.br>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

ADIE, Association pour le droit à L'initiative économique. Disponível em: www.adie.org. Acesso em: 16 de outubro de 2015.

ACSI, Amhara Credit and Savings Institution. Disponível em: <http://www.acsi.org.et>/ Acesso em: 18 de outubro de 2014.

ALVES, Sergio Darcy da Silva. Microfinanças: democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central. Sergio Darcy da Silva Alves, Marden Marques Soares. 3 ed. rev e ampl. Brasília: BACEN, 2006. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/NotaDC200512.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

AMARAL, Carlos. Microfinanças e Produção Sustentável nos Ambientes Costeiro e Marinho no Brasil: Possibilidades e Desafios. Ministério do Trabalho e Emprego, 2005. Disponível em http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E4FBEDD1847/estudo_microfinancas_producao_sustentavel.pdf. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

ANDC, Associação Nacional de Direito ao Crédito. Disponível em: <http://www.microcredito.com.pt/como-obter-um-microcredito/microcredito-andc/o-que-e-um-microcredito-andc/1> Acesso em: 10 de maio de 2016

ANDC, Associação Nacional de Direito ao Crédito. Boletim de notícias número 60 da ANDC de julho de 2015. Disponível em: www.microcredito.com.pt. Acesso em: 10 de maio de 2016

ANDC, Associação Nacional de Direito ao Crédito. Disponível em: <http://www.microcredito.com.pt/sobre-a-andc/a-andc/quem-somos/11>. Acesso em: 10 de maio de 2016

ANDC, Associação Nacional de Direito ao Crédito. Disponível em: <http://www.microcredito.com.pt/> Acesso em: 12 de março de 2014

ANJE, Associação Nacional de Jovens Empresários. Disponível em: <http://www.anje.pt/portal/microcredito>. Acesso em: 15 de abril de 2016

ANUÁRIO DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA 2015: Economia Solidária, Microcrédito e Proger: livro 5./ Departamento intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2015.

ARAÚJO, Elaine Aparecida. Análise do desempenho financeiro e social das instituições de microcrédito brasileiras. Tese de doutorado, UFLA, 2012. Disponível em: www.repositorio.ufla.br. Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

ARZABE, Patricia Helena Massa. O direito à proteção contra a pobreza e a exclusão social. (Tese de Doutorado em Direito). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**, 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. Disponível em www.abep.org. Acesso em: 10 de junho de 2015.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2009. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES, 2009.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br> Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

BACEN. Banco Central do Brasil. Site corporativo. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 de setembro de 2014.

_____. Inclusão Financeira. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Nor/Deorf/projincfin/livro_inclusao_financeira_internet.pdf Acesso em: 12 de janeiro de 2016

_____. Relatório de inclusão financeira (RIF). – N. 3 –. Brasília: Banco Central do Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 12 de janeiro de 2016.

_____. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/NotaDC200512.pdf>. Acesso em: 12 de janeiro de 2016

_____. Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional: relatório 2012-2014 / Parceria Nacional para Inclusão Financeira – Brasília: Banco Central do Brasil, 2014.

BAKER, Judy. Evaluating the poverty impacts of projects: handbook for practitioner's world bank. Disponível em: www.sitesources.worldbank.org. Acesso em: 10 de junho de 2016.

BANCO DO NORDESTE (BNB). Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/municipios-atendidos1>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

BANCO DO NORDESTE (BNB). Relatório do Agroamigo. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/documents/165130/166703/Relat%C3%B3rio+de+Microfinan%C3%A7as+2015/31ec2147-7e1b-4bcf-ad49-472d0281cda7> Acesso em: 10 de setembro de 2016.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Manual de Principios y Prácticas para la Regulación y Supervisión del Microcrédito y de Las Entidades Financieras que Otorgan Microcrédito, Ramón Rosales, BID, minuta de janeiro de 2002.

Disponível em:

http://www.economicas.unsa.edu.ar/afinan/informacion_general/book/principios_practicas.pdf. Acesso em: 16 de janeiro de 2015.

Banco Mundial. Salvaguardas contra a reversão dos ganhos sociais durante a crise econômica no Brasil. 2017. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/02/NovosPobresBrasil_Portuguese.pdf. Acesso em 16 de janeiro de 2018

_____. Pobreza: Panorama general. Disponível em:

<http://www.bancomundial.org/es/topic/poverty/overview>. Acesso em 14 de junho de 2015.

_____. 1999. Panorama general. Disponível em: www.bancomundial.org. Acesso em 12 de julho de 2015.

BANCO SOL, site corporativo. Disponível em: www.bancosol.bo. Acesso em: 05 de março de 2014.

BAPTISTA, António Mendes. Microcrédito: instrumento para a inclusão social e económica. Disponível em: <http://www.ver.pt/microcredito-instrumento-para-a-inclusao-social-e-economica/> Acesso em: 20 de outubro de 2015.

BARBOSA, César, BARBOSA, Elisiana Rodrigues Oliveira, BARBOSA, Cláudio. Pobreza, Diferenciais Raciais e Educação: um estudo para as grandes regiões brasileiras. Bahia Análise & Dados Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2007. v.17 n. 1, p. 769-775, abr./jun. 2007.

Disponível em:

http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=284. Acesso em: 12 de maio de 2015.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. De “Setor” para “Economia Informal”: Aventuras e desventuras de um conceito. Disponível em:

http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/texto_sem_2009_barbosa.pdf.

Acesso em 15 de maio de 2015

BARONE, Francisco Marcelo, ZOUAIN, Deborah Moraes. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC . Small Business através do panóptico. Revista de Administração Pública – RAP. Rio de Janeiro: FGV/EBAPE, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n2/10.pdf> . Acesso em 10 de junho de 2015.

BARONE, Francisco Marcelo; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdi; REZENDE, Valéria. Introdução ao microcrédito. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. Disponível em: www.portaldomicrocredito.org.br. Acesso em 15 de maio de 2015

Boletim Juventude Informa. Observatório Participativo da Juventude/SNJ/SG/PR IPEA. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br>. Acesso em 12 de maio de 2016.

BONAT, Débora. Metodologia da Pesquisa. 3ª Ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

BONETI, Lindomar Wessler. Políticas Públicas por Dentro. 2 Ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

BORINELLI, Benilson. et al. Economia solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência institucional / (organizador) – Londrina: UEL, 2010.

BOUMAN, Frits J. A. Small, short and unsecured: informal rural finance in India. New Delhi: Oxford University Press, 1989.

BRANCO, Francisco José do Nascimento. Portugal e os mundos da assistência social. 2002. Disponível em: www.janusonline.pt/arquivo/2002/2002_1_2_6.html. Acesso em 10 de julho de 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria / Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patrícia Vieira da Costa. Brasília: MDS, 2014. 848 p. ISBN: 978-85-60700-77-6

BRYAN, Roberts. “The dynamics of informal employment in México”. Washington. Bureau of International Labor Affairs. U.S. Department of Labor, 1993.

BUENO, Edison Pereira Leal. Absolutismo na Inglaterra. Maio 2003. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br> acesso em 15 de outubro de 2014.

CACCIAMALI, Maria Cristina; MATOS, Franco de; MACAMBIRA, Júnior (org) A Atividade e a Política de Microcrédito no Brasil: visões sobre sua evolução e futuros desafios. Fortaleza: IDT, USP, 2014.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. Economia e Sociedade, Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, n.14, p. 153-174, junho de 2000.

_____. O setor informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo: Ed. IPE, 1983.

CAJA GRANADA. Microcréditos para recuperar la dignidad CajaGranada imparte formación al resto de entidades que quieren implantar esta herramienta de mcleodrj

de 15/06/2007. Disponível em <http://www.diariogranadahoy.com>. Acesso em: 18 de junho de 2014.

CARTAYA, Vanessa. El confuso mundo del sector informal. Nueva Sociedad N° 90 JUL-AGO 1987. Disponível em http://nuso.org/media/articles/downloads/1526_1.pdf acesso em 10 de junho de 2015.

CASTEL, Robert. As transformações da Questão Social. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiori, BÓGUS, Lúcia, YAZBEK, Maria Carmelita. Desigualdade e a Questão Social. São Paulo: EDUC, 1997.

CEADe. Site corporativo. Disponível em: <http://www.ceade.org.br>. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

CEADe. Valores liberados, Carteira Ativa e Clientes ativos do CEADe 2009 – 2013. Disponível em: <http://ceade.org.br/site/ceade-aplica-nos-anos-de-2012-e-2013-r-15-milhoes-em-operacoes-de-microcredito-produtivo-e-orientado/>. Acesso em: 12 de outubro de 2016.

CEAPEBA. Site corporativo. Disponível em: <http://www.ceapeba.org.br> Acesso em: 12 de outubro de 2016.

CEAPEBA. Disponível em: <http://www.ceapeba.org.br/index.php/produto-e-servico/> Acesso em: 12 de outubro de 2016

CEPAL. COMISSÃO ECONÔMICA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. Panorama Social da América Latina 2014. Disponível em <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/37626> Acesso em 15 de agosto de 2015.

_____. Comisión Económica para América Latina y el Caribe, Panorama Social de América Latina, 2015, (LC/G.2691-P), Santiago, 2016. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39965/4/S1600175_es.pdf. Acesso em 12 de março de 2017

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Evaluación de Quito: primer bienio de la estrategia internacional de desarrollo. Nações Unidas: CEPAL, 1973.

CESOL, Centro Público de Economia Solidária. Disponível em: www.cesol3.org.br. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

CHEN, Martha Alter. Mujeres en Empleo Informal: Globalizando y Organizando (WIEGO em inglês), Disponível em <http://wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/Chen-Informal-Economy-Definitions-WIEGO-WP1-Espanol.pdf> . Acesso em 10 de maio 2015.

CHILE, INFORME DE DESARROLLO SOCIAL disponível em: http://www.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/ijos-2012/media/ijos_2012 Acesso em 10 de julho de 2014.

COELHO, Franklin Dias. A história das finanças solidárias. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003. Disponível em <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.253.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2015.

COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI(COFIC). Disponível em <http://www.coficpolo.com.br/2012/interna.php?cod=44> Acesso em 08 de fevereiro de 2015.

COMISSÃO EUROPEIA. COM(2006)349 - 29/06/2006 - p.7 – Aplicación del programa comunitario sobre la Estrategia de Lisboa: Financiar el crecimiento de las PYME – añadir valor europeo. Disponível em: <http://cdp.portodigital.pt/empreendedorismo/financiamento/criacao-do-proprio-emprego-ou-empresa-1/microcredito/?searchterm=caracterizam>. Acesso em: 17 de junho de 2016.

CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Disponível em: http://www.conder.ba.gov.br/arquivos/biblioteca/142/PDF_BIBLIOTECA.PDF. Acesso em: 08 de fevereiro de 2015.

CONQUISTA SOLIDÁRIA. Site corporativo. Disponível em: http://www.conquistasolidaria.org.br/o_banco.asp. Acesso em: 15 de maio de 2014.

CONSAD. Programa de microcrédito do estado da Bahia (CrediBahia): Uma análise do arranjo organizacional de operação. Disponível em: www.consad.org.br/2016/06. Acesso em: 12 de fevereiro de 2017.

COOPERATIVISMO. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/2011/08/a-historia-da-fundacao-da-primeira-cooperativa-de-credito-das-americas-a-caisse-populaire-de-levis-em-quebec-no-canada/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

COOPERATIVISMO. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/historia-do-cooperativismo/sistema-raiffeisen/>. Acesso em: 12 de abril de 2016

CORREIO24 horas. Número de Soteropolitanos trabalhando nas ruas dobra em um ano. Disponível em: www.correio24horas.com.br/nid/num Acesso em: 18 de dezembro de 2017

CPM, CAJA POPULAR MEXICANA. Site corporativo. Disponível em: <http://www.cpm.coop/index.php/inicio/conoce-mas>. Acesso em: 10 de setembro de 2015.

CREDIBAHIA. Contratos. Disponível em: <http://www2.desenbahia.ba.gov.br/Noticias/noticia/7668?title=credibahia-investe-r%24-33-milhoes-no-primeiro-semester-de-2015>. Acesso em: 12 de março de 2016.

CRÉDITO CON EDUCACIÓN RURAL (CRECER). Disponível em: <http://www.crecer.org.bo/index.php?mc=74#crecer>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako. H.; TRINDADE, Marcelo. Economia Solidária no Brasil: Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

DATASEBRAE, Indicadores. Disponível em: <http://datasebrae.com.br/indicadores>. Acesso em: 18 de junho de 2017.

DATASUS, Estimativas populacionais. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?novapop/cnv/popbr.def>. Acesso em: 18 de junho de 2017.

DRUMMOND, Sanyo e CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. Em busca de novas solidariedades: os empreendimentos da economia social em questão. In: Sociedade e Estado / Departamento de Sociologia da UnB. Dádiva e solidariedades urbanas. Volume XVI número 1-2. janeiro-Dezembro 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a08.pdf> Acesso em 02 de maio de 2015.

E-BIT/ BUSCAPÉ/ WEB SHOOPERS. Relatório 33 sobre o mercado e-commerce. Disponível em: http://img.ebit.com.br/webshoppers/pdf/33_webshoppers.pdf. Acesso em 15 de março de 2017.

SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999

ESPÍNOLA, Gepherson Macêdo. ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Definição e mensuração da pobreza: algumas considerações sobre o debate recente. Rio de Janeiro: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 2012. Disponível em: <http://www.aninter.com.br/ANAIS%20%20CONITER/GT01%20Movimentos%20sociais%20e%20desigualdades/DEFINI%80%C7O%20E%20MENSURA%80%C7O%20DA%20POBREZA%20ALGUMAS%20CONSIDERA%80%E5ES%20SOBRE%20O%20DEBATE%20RECENTE%20-%20Trabalho%20completo.pdf> Acesso em 14 de janeiro de 2015.

ETCO. Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial. Estimação do Tamanho da Economia Subterrânea no Brasil-Novembro 2014. Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial.. Disponível em: <http://www.etc.org.br/publicacoes/estudos-e-pesquisas/>. Acesso em: 02 de maio 2015.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. 2010. Disponível em: <http://fbes.org.br/2010/02/19/credisol-e-criado-na-bahia/>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

FERNANDES, Cláudia Monteiro. Dinâmica Demográfica: Região Metropolitana de Salvador. 2012 Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/Censo2010_RMS.pdf. Acesso em: 10 de julho de 2015.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Sobre o programa Brasil Carinhoso. Disponível em: www.fnnde.gov.br. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

FONSECA, Ana Maria Medeiros. Família e Política de Renda Mínima. São Paulo: Cortez, 2001.

FONTES, Ângela M. Mesquita. et al. A expansão das microfinanças no Brasil. Rio de Janeiro: IBAM/Fundação Ford, 2003, p.204.

FONTES, Virgínia. Apontamentos para pensar as formas de exclusão. Proposta 65, junho. Rio de Janeiro: Fase, 1995

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. Bahia Análise e Dados, Salvador, SEI/Governo da Bahia, v.12, n.1, p.9-19, jun. 2002

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas no Brasil. Políticas Públicas n.21, Jun. 2000. Disponível em <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper21.pdf> Acesso em

FRIEDMAN, John; SANDERCOCK, Leonie. Os Desvalidos. O Correio da UNESCO. Brasil: ano 23, n.5, p. 14-18, mai/95.

FUNDACIÓN MUNDO MUJER (FMM). Disponível em: <https://www.fmm.org.co/index.php/nuestro-trabajo?start=2>. Acesso em: 10 de setembro de 2015.

GAIGER, Luiz I. Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GRAU, Eros Roberto. A Ordem Econômica na Constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 2000

Grupo Consultivo de Assistência aos Pobres (GCAP). Princípios básicos das microfinanças. Disponível em: http://www.cbn.org.br/redemi/images/download/desenvolvimento_economico/principios_chaves_nas_microfinancas_cgap.pdf. Acesso em 15 de julho de 2015.

GUÉLIN, André. L'invention de l'économie sociale. Paris: Econômica, 1988.

HART, Keith. Informal in come opportunities and urban employment in Ghana. Journal of Modern African Studies, v.2, 1973.

HERMANN, Jennifer. Microcrédito como Política de Geração de Emprego e Renda: possibilidades e limites. In: SICK:1, João. PAULA, Luiz Fernando de. MICHEL, Renault(Org.). Novo Desenvolvimento —Um projeto nacional de crescimento com equidade social. Social. P Ed. Manole. Barueri — SP, 2005.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

HULME, David. Impact Assessment Methodologies for Microfinance: A review. University of Manchester: CGAP Discussion paper, 1997. Disponível em: www.ids.ac.uk/impact/resources/introduction/Hulme_IA_meth_review.pdf. Acesso em 10 de maio de 2017.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT. Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. New York: Oxford University Press, 1998. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/259/hdr_1998_en_complete_nostats.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 14 maio de 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 12 julho de 2014

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 de julho de 2012

IETS. Instituto de Estudo do Trabalho e Sociedade. Disponível em: www.iets.org.br Acesso em 23 de março de 2017

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A implementação do estatuto da metrópole na Região Metropolitana de Salvador. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/180223_relatorio_implementacao_salvador.pdf Acesso em 10 de fevereiro de 2018.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/> Acesso em 12 maio de 2017.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Índice de vulnerabilidade. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/planilha>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Análise comparativa das funções públicas de interesse comum: Região Metropolitana de Salvador, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7471>. Acesso em: 12 de março de 2016.

KAGEYAMA, Ângela. Os rurais e os agricultores de São Paulo no Censo de 2000. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 20, n. 3, p. 413-451, set./dez. 2003. Disponível em <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/109110/1/OS-RURAIS.pdf> Acesso em 10 de junho de 2015.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional, Economia e Sociedade, v. 15, n. 1 (26), jan./jun., Campinas, 2006

KRAYCHETE, Elsa Sousa. O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista. 2005. 225 f. Tese de Doutorado – UFBA. Escola de Administração, 2005.

KREIN, José Dari, PRONI, Marcelo Weishaupt. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. Brasília, OIT, 2010 (Série Trabalho Decente no Brasil, v. 1) Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/economia_informal_241.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2015.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica - 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAVINAS, Lena. Programas de garantia de Renda Mínima: perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para Discussão, 596). Disponível em

http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0596.pdf Acesso em 10 de junho de 2015.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002. Disponível em:

http://br.geocities.com/mcrost07/20050316a_as_raizes_historicas_da_economia_solidaria_e_seu_aparecimento_no_brasil.htm. Acesso em: 16 de junho de 2015.

LOPES, Helger Marra et al. Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para o Brasil e Minas Gerais. 2003. Disponível em:

http://www.cedeplar.ufmg.br/economia/dissertações/Helder_Marra_Lopes.pdf.

Acesso em: 05 de junho de 2016.

MARICATO, Ermínia. Exclusão social e reforma urbana. Rio de Janeiro: Revista da Fase, V62, p. 51-56, 1994

MARTINS, Paulo Haus. WINOGRAD, Andrei. SALLES, Renata de Carvalho. Manual de Regulamentação das microfinanças: Programa de Desenvolvimento Institucional. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em: www.bndes.gov.br. Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

MARX, Karl. O Capital Crítica da Economia Política Volume I Livro primeiro O Processo de Produção do Capital. Tomo I, 1996. Disponível em

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf acesso em 7 de janeiro de 2016.

_____. O Capital Crítica da Economia Política Volume I Livro primeiro O Processo de Produção do Capital Tomo 2 disponível em

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer fontes/acer_marx/ocapital-2.pdf acesso em 7 de janeiro de 2016.

MDS, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Condicionalidades do Programa Bolsa Família. Disponível em: www.mds.gov.br/gestao-do-programa/condicionalidades. Acesso em dezembro de 2014.

MDS, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em <http://www.mds.gov.br>MEI>microcrédito>. Acesso em 10 de junho de 2015

MEC, Avaliação do Pronatec: aspectos relacionados à eficiência, eficácia e efetividade do programa entre 2011 e 2014. Disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=22051-24092015-lancamento-estudos-pronatec-mds-pdf&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em 18 de junho de 2016.

MEI. Microempreendedor individual. Disponível em

<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/noticias> acesso em 10 de junho de 2015

MELO, Marcus André. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, Sérgio (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Sumaré, 1999. v. 3, p. 59-100 Disponível em

http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=648&Itemid=390 acesso em 30 de junho de 2015.

MICHAELIS. Dicionário prático da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2010.

MICRO FINANCIAL SERVICES. Site corporativo. Disponível em: [http:// www.micro-financial-services.com](http://www.micro-financial-services.com) Acesso em: 20 de setembro de 2014.

MICROFINANCE GATEWAY. Disponível em: http://www.microfinancegateway.org/sites/default/files/publication_files/ec_coacs_28-nov-2014_ver_def-14-enero-2015.pdf. Acesso em: 12 de abril de 2016.

MICROFINANCE HANDBOOK, The World Bank, 1999, p. 1. Disponível em: <https://issuu.com/world.bank.publications/docs/9780821343067>. Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Editora Vozes Limitada, 2011.

Ministério da Fazenda. GTI de Microcrédito e Microfinanças. 2014. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto-5363c7422c7e3.pdf>. Acesso em 10 de março de 2016

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Site institucional. Disponível em: www.fazenda.gov.br. Acesso em: 03 de março de 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). Disponível em <http://www.mds.gov.br> acesso em 30 de junho de 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS), Relatório da área de educação. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informes/gestores_472_10072015.pdf.pagespeed.ce.laWFegVS5j.pdf acesso em 15 de julho de 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (MTE). Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnpm/default.asp>. Acesso em: 16 de julho de 2015.

MIX MARKET. SHARE MicrofinLimited. Disponível em: www.mixmarket.org. Acesso em: 15 de maio de 2016.

MIX MARKET. Site corporativo. Disponível em: www.mixmarket.org. Acesso em: 15 de maio de 2014.

MORADIA E CIDADANIA. Disponível em: <http://moradiaecidadania.org.br/parceiros-da-moradia-e-cidadania-no-estado-da-bahia/>. Acesso em 12 de julho de 2016.

MONZONI NETO, Mario Prestes. Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo, 2006. 195 f.

NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri (org). – Brasília: Ipea, 2013 Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos.pdf. Acesso em: 16 de março de 2015.

_____. Avaliação de impacto de programas de microcrédito financiados pela fundação Inter-Americana: teoria e prática. Disponível em:

http://www.cps.fgv.br/ibrecps/iaf2_website/IAF2_MicrocreditQuantitativeImpactEvaluationMethodology.pdf. Acesso em 10 de maio de 2017

NICHTER, Simeon. Entendendo as microfinanças do contexto brasileiro: Programa de Desenvolvimento Institucional. Simeon Nichter, Lara Goldmark, Anita Fiori. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em: http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/entendendo_as_mf.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO COOPERATIVISMO. Informalidade na economia solidária: conhecendo e discutindo / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2015. (Coleção Cadernos de Debates do Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo, 1) Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2015/caderno01InformalidadeEconomiaSolidaria.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2016

_____. Disponível em <http://ecosol.dieese.org.br/perfis.php>. Acesso em 14 de dezembro de 2017.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. *Employment, Incomes and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya*. Genebra: OIT, 1972. Disponível em: www.wiego.org Acesso em 10 de junho de 2016.

_____. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. Brasília, OIT, 2010 (Série Trabalho Decente no Brasil, v. 1) Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/economia_informal_241.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2015.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. RAP Rio de Janeiro, Mar/Abr, 2006.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPS). Exclusión en salud en países de América Latina y el Caribe. Serie N° 1. Extensión de la Protección Social en Salud. Washington D.C.: OPS/OMS, Agencia Sueca para el Desarrollo Internacional (ASDI), 2003. Disponível em: https://cursospaíses.campusvirtualesp.org/pluginfile.php/50941/mod_resource/content/0/Modulo_2/Exclusion_salud_paises_Latinamerica.pdf. Acesso em: 15 de julho de 2015.

PÁTEO, Felipe Vella. Sentidos da economia solidária: limites e avanços dos trabalhadores sobre o controle do processo e do produto do seu trabalho. 2012. 312 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina)- Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PATRAQUIM, Luis Antônio. Crédito da paz. Disponível em: http://www.revistaperspectiva.info/index.php?option=com_content&task=view&id=163. Acesso em: 06 de outubro de 2015.

PAUGAN, Serge. Fragilização dos vínculos: uma dimensão essencial do processo de desqualificação. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, 1998.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Contingência do trabalho do novo século. 2010. Disponível em http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/2508201115051093_Cap8.pdf Acesso em 10 de janeiro de 2015.

_____. A Economia Urbana. Ilhéus: Editus, 2002.

_____. Urbanização, informalidade e saúde: a teoria e a experiência de Salvador entre 1950 e 1990. Cadernos de Análise Regional, nº 02. Salvador : UNIFACS, dez 1998

PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento: In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977, p. 146.

PHAHALAD, C. K. A riqueza na base da pirâmide: erradicando a pobreza com o lucro. Tradução André de Godoy Vieira. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PIKETTY, Thomas. A economia da desigualdade. Tradução André Teles. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. Cooperativas de Crédito – História da evolução normativa no Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil, 2006. Disponível em: www.sebrae.com.br. Acesso em: 12 de setembro de 2014.

PLANET RATING. Metodologia girafe. Disponível em: www.planetrating.com. Acesso em 15 de junho de 2015

Plataforma de Indicadores do Governo Federal - Crescer - Microcrédito Produtivo. Disponível em: <http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar/filtrar?...>. Acesso em 10 de outubro de 2017

PNES. Plano Nacional de Economia Solidária 2015 - 2019. Disponível em: www.economiasolidarias.org.br. Acesso em: 10 de junho de 2016

PNMPO. Relatório gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado de 2015. Disponível em: <http://pnmpo.mte.gov.br>. Acesso em 14 de junho de 2016

_____. Relatório gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado de 2014. Disponível em: <http://pnmpo.mte.gov.br>. Acesso em 8 de maio de 2016

POCHMANN, Marcio & AMORIM, Ricardo (Organizadores). Atlas da Exclusão Social no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Cortez. 2007.

POPAY, J.; ESCOREL, S.; HERNÁNDEZ, M.; JOHNSTON, H.; MATHIESON, J.; RISPEL, L. Understanding and Tackling Social Exclusion. Final Report to the WHO

Commission on Social Determinants of Health from the Social Exclusion Knowledge Network, 2008.

PRADO, Ney. Economia Informal e o Direito no Brasil. São Paulo: LTr, 1991.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2014. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2016.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

ROCHA, Sonia. Transferências de renda: o fim da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

_____. Pobreza no Brasil. Afinal de que se trata? 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 244p.

_____. Medindo a pobreza no Brasil: evolução metodológica e requisitos de informação básica. In: LISBOA, M. B., MENEZES-FILHO, N.A. (Orgs.) Microeconomia e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001. p. 51-78

_____. Texto apresentado no Colloque “Mondialisation économique et gouvernement des sociétés: Amérique latine, un laboratoire? Paris: GREITD/IRD/ Universités de Paris I – III- VIII- XIII, 2000. Disponível em: <http://greitd.free.fr>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

SALAMA, Pierre, DESTREMAU, Blandine. O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. 160p.

SANTOS, Milton. O Centro da Cidade do Salvador. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004. 433p.

_____. Economia espacial: críticas e alternativas. 2ed. São Paulo: Edusp, 2003. 204p. (Coleção Milton Santos, 3)

_____. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. Espaço e Sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. Pobreza Urbana. São Paulo: Hucitec, 1978.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do Desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1997.

Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. PRONAF. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em: 17 de março de 2016.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. 5ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. Desigualdade reexaminada. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Poor, relatively speaking. Oxford Economic Papers, v. 35 n. 1, p.153-169, Mar. 1983. Disponível em http://www.mcleland.org/Class_reading/Amartya_Sen_Poor_Relatively_Speaking.pdf Acesso em 12 de março de 2014

SENAES. Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal – 2003/2010. Brasília: MTE, 2012. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/>. Acesso em: 18 de março de 2016.

SEI. SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, Relatório Índices de Performance Econômica e Social da Bahia. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/ipe_ips/analise_dos_resultados.pdf Acesso em 12 de junho de 2015.

SEI, SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA . Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/icaem/analise_do_resultado_11.pdf. Acesso em 12 de maio de 2015.

SEI, SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Bahia em Números de 28 de junho de 2015. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/sala_imprensa/jornais/bahia_em_numeros_15.pdf. Acesso em 15 de maio de 2016.

SIES, Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária. Atlas digital, 2013. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em 12 de dezembro de 2017

SETRE. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Disponível em: www.setre.ba.org.br. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

SILVA, Roberto Vilela de Moura. GÓIS, Lúcia Spínola. As diferentes metodologias de microcrédito no mundo e no Brasil, 2007. Disponível em: www.portalfat.mte.gov.br. Acesso em: 15 de outubro de 2014.

SILVA, Silvana Cristina. Circuito Superior e Inferior: Sinônimos para a Economia Formal e Informal? Disponível em: http://colunaterritorium.blogspot.com.br/2012/08/circuito-superior-e-inferior-sinonimos_10.html Acesso em 04/05/2015.

SILVEIRA, Maria Laura. Globalização e circuitos da economia urbana em cidades brasileiras. Cuadernos Del Cendes. Caracas-Venezuela. Ano 21. Terceira época. Setembro-dezembro de 2004. ISSN: 1012-2508.

_____. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana. In: Congresso Nacional de Geografia Urbana, Florianópolis: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2007, p. 1 – 21.

_____. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. CADERNOCRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, Jan./Abr. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v22n55/04.pdf> Acesso em 18 de julho de 2015.

_____. Modernizações Territoriais e Circuitos da Economia Urbana no Brasil. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: Maio de 2011. Disponível em <http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/3132/3066> acesso em 10 de julho de 2015.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

SISTEMA FIRJAN. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal 2013. Disponível em: www.firjan.com.br/ifdm. Acesso em: 05 de outubro de 2017.

_____. Ranking Nacional e Estadual do IFDM 2013. Disponível em: www.firjan.com.br/ifdm/downloads. Acesso em: 05 de outubro de 2017.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. 2. ed. Brasília: BCB, 2008. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_microfinan%C3%A7as_internet.pdf. Acesso em: 10 de julho de 2015

SORGATO, Lucas André Ajala. FERREIRA JÚNIOR, Reynaldo Rubem. Desigualdade Financeira Regional: Vazamento de Depósitos no Nordeste. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, n. 2, p. 17-31, abril/jun., 2014. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1430. Acesso em: 05 de outubro de 2017.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura, Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SOTO⁷⁵, Hernando de. El Otro Sendero: la revolución informal. Editorial El Barranco, 1986. Disponível em http://works.bepress.com/hernando_de_soto/2/. Acesso em 10 de julho de 2015.

SPOSATTI, Aldaíza Mapa da Exclusão/Inclusão na cidade de São Paulo. EDUC, São Paulo, 1996.

STIGLITZ, Joseph. El malestar en la globalización. Tradução de Carlos Rodríguez Braun. Buenos Aires: Taurus, 2002. 348 p.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. Revista outubro, n. 7, 2002. Disponível em: <http://img.fae.edu/galeria/getImage/1/361633460249798.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2015

TOCQUEVILLE, Alexis de. Ensaio sobre a pobreza. Tradução Juliana Lemos. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora (Instituto Liberal), 2003.

⁷⁵Lançado no Brasil como: *Economia Subterrânea: Uma análise da realidade peruana*. Trad. de Gilson Schwarz, Ed. Globo, 1987.

TOKMAN, Vitor, SOUZA, Paulo Renato. El empleo em America Latina: problemas economicos, sociales y politicos. Siglo XXI: México, 1976.

UNCTAD. Creative Economy: A Feasible Development Option. *Geneva: UNCTAD*, 2010. Disponível em <http://www.creativitycultureeducation.org/creative-economy-report-2010-creative-economy-a-feasible-development-option>. Acesso em 16 de julho de 2015.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. Petrópolis: Vozes, 2001

WEBSHOOPERS. Relatório 32 sobre o mercado e-commerce. Disponível em: www.nextecommerce.com.br. Acesso em 15 de março de 2017.

WIEGO, Mujeres em Empleo Informal: Globalizando y Organizando (WIEGO em inglês -). Documento de Trabajo de WIEGO N°1 de agosto de 2012. Disponível em: <http://wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/Chen-Informal-Economy-Definitions-WIEGO-WP1-Espanol.pdf>. Acesso em 10 de maio 2015.

WORLD BANK. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial – 2000/2001. Disponível em: www.bancomundial.org. Acesso em: 18 de maio de 2015.

YUNUS, Muhammad. JOLIS, Alan. O Banqueiro dos pobres. São Paulo: Ática, 2002.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; SILVA, Marina da Cruz. O Programa Bolsa Família em comparação com a experiência da Alemanha. Revista Espaço Acadêmico, nº 84, dezembro/ 2009. Disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7329>. Acesso em 10 de junho de 2015.

ZIONI, F. Exclusão social: noção ou conceito? Saúde e Sociedade, v.15, n.3, p.15-29, set-dez, 2006. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7491>. Acesso em 10 de julho de 2015.